

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DINTER USP/UNIFESSPA

JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO

**Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas
Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**

São Paulo
2021

JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO

**Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas
Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no âmbito do Doutorado Interinstitucional estabelecido entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Glória da Anunciação Alves

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N244m NASCIMENTO, JOSINALDO REIS DO
Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará / JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO; orientadora GLÓRIA DA ANUNCIAÇÃO ALVES - São Paulo, 2021.
226 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. TERRITÓRIO . 2. ÁREAS DE CONSERVAÇÃO . 3. IDENTIDADE CULTURAL . 4. PESCA ARTESANAL . 5. EMPIRISMO . I. ALVES, GLÓRIA DA ANUNCIAÇÃO , orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)


Nome do aluno: JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO

Data da defesa: 21/05/2021

Nome do Profa. orientadora: GLÓRIA DA ANUNCIAÇÃO ALVES

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/06/2021



(Assinatura da orientadora)

Aos homens, mulheres e crianças (filhos da maré)
que fazem de seu mariscar uma forma sublime de comunhão,
mesmo com as indiferenças
daqueles que adormecem na ambição.
Têm no pescar a razão de seus dias
e no remar o único momento que lhes resta de cidadania.

WALDEMAR VERGARA FILHO

Aos ombros dos gigantes que me carregaram até aqui:
à Maria du Badú, pelos doces ensinamentos e pela
esperança desde sempre, e ao Padre Savino Mombelli,
pelos duros e necessários ensinamentos sobre
cidadania e responsabilidade.

AGRADECIMENTOS

Ao estado de São Paulo, ao Brasil e a todo o povo brasileiro que paga seus impostos em dia, por me “proporcionarem” um estudo público, gratuito e de qualidade. Muito obrigado! Que a história do ensino público, gratuito e de qualidade possa atingir as próximas gerações!

Ao governo federal e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento através da bolsa de estudos durante a minha estada em São Paulo.

A todos os pescadores e pescadoras artesanais, suas organizações e lideranças que construíram este trabalho comigo.

Às minhas mulheres, as grandes e as pequenas (Iara Sá e Maria Flor Sá), as “mulheres que mandam em mim”. O amor de vocês é o combustível para minha motivação e perseverança. Em especial à Robertinha, como diz Emicida: “*É por você, amor, me faz topar qualquer luta, pelas pequenas alegrias da vida adulta*”.

À Dona Maria do Badú (*in memoriam*), pelo amor, perseverança e garra para criar seus filhos, inclusive eu. Te amo!

Ao Padre Savino Mombelli (*in memoriam*). Sem você, os caminhos desta vida teriam sido bem mais ásperos que o habitual. Obrigado por sua confiança e ensinamentos.

A toda a Baduzada: Teresinha, Saymon, Josiclei, Josiane, Ronaldinho, Josivane, Alcione (*in memoriam*), Anderson e Anderlane, pelo apoio e carinho.

À minha cunhadinha gatinha, pelos conselhos, motivação e carinho. Grato!!!!

A todos os meus irmãos e irmãs do PROVIDA, os que eram pequenos e hoje estão grandes, os que eram jovens e agora são senhores e senhoras adultas, aos italianos e holandeses. Muito obrigado pelo carinho, confiança e força desde sempre.

Ao amigo Waldemar Londres Vergara Filho (*in memoriam*), pelo apoio, pelas poesias e pelo fornecimento do banco de dados sobre as RESEX desses vastos maretórios e, sobretudo, por estender sua rede de contatos para que eu pudesse deitar e rolar na construção do maretório como um conceito.

À professora Gloria Alves, pelos ensinamentos, por sua paciência, atenção e inesgotável confiança.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, especialmente à Prof^a Valeria de Marcus, à Prof^a Sueli Ângelo Furlan e ao Prof. Manoel Fernandes S. Neto, pelos sinceros conselhos.

Às professoras Maria José da Silva Aquino Teisserenc e Sueli Ângelo Furlan e aos professores Roberto Adrian Ribaric, Cristiano Wellington Noberto Ramalho, Juarez Carlos Brito Pezzuti, por aceitarem contribuir com este trabalho.

Ao Prof. Marcus Emanuel B. Fernandes, por todas as contribuições na minha formação ao longo destes últimos 20 anos.

Ao Prof. João Vicente Santana, pelas palavras sensatas de apoio e motivação.

Ao professor e amigo Ipojucan Dias Campos, pelas valiosas dicas metodológicas e pelas fontes históricas da construção social da Bragantina.

À Prof^a Catherine Prost, pela presteza e disponibilidade da bibliografia solicitada.

Ao Prof. Antonio Carlos Sant’Ana Diegues, pelos conselhos e ensinamentos.

Ao amigo Patrick Passos, pelas palavras de apoio e conforto durante os momentos difíceis.

À Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará – UNIFESSPA, em especial ao Prof. Marcus Vinicius Mariano de Souza.

Aos professores Francisco Pereira de Oliveira e Lucinaldo da Silva Blandtt, pelo apoio indispensável na minha trajetória acadêmica. Sempre grato!

À Prof^a Kátia Souza Rangel e ao Prof. John Bernardo Vilca Neira, pelo carinho e acolhida na calorosa Marabá.

Ao animadíssimo casal Gardência Silva e Willian Nobre, pela recepção e guarida na cidade de Marabá.

Aos Geoamigos, pelo apoio nos momentos de aflições geográficas na Pauliceia Desvairada. Especialmente aos amigos: Abel Pojo, Priscila Farias, Leandro Cazula, Naurinete Inácio e Gleyce Kelly.

À companheira Célia Regina, por toda a confiança, pelas longas conversas e reflexões sobre seus modos de vida.

Aos servidores do ICMBio-CR-4/PA: William Ricardo Fernandes, Sheyla Leão, Ednaldo Gomes, Claudia Alves e Josiel Vasconcelos, pelo apoio e o acesso aos dados oficiais necessários.

Ao amigo, geógrafo e arte-educador Leandro Cazula. Geografia sem mapa parece que fica faltando um pedaço... Obrigado!

À Dona Valdirene Araújo, pelo apoio e dedicação na ajuda para que este trabalho pudesse ser realizado. Muito obrigado!

A todos os colegas do IFPA – Campus Bragança, pelo apoio e confiança.

A todos os colegas e amigos do ESAC – Grupo de Pesquisa e Estudos Socioambientais Costeiros.

A todos os colegas e amigos do ETTHOS – Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidade e Organização Social.

A todos os parceiros da RARE Brasil, da CONFREM, do CNS e das ASSUREMAS, pelo apoio e motivação.

Ao meu Tio e todos os Feitosas, bem carinho e motivação sempre!

Aos amigos Ivan e Raphaella Viana e a pequena Ana Luiza, pela imprescindível companhia na solidão paulistana.

Aos poetas Ney Ferraz Paiva e Edson Coelho, pelas revisões textuais e ensinamentos poéticos.

À companheira Lucia Almeida, pelo carinho e confiança, e por de algum modo me permitir salvar a memória do amigo Waldemar Londres Vergara Filho.

Aos colegas da Associação Atlética Acadêmica Oswald de Andrade, das equipes de futebol da FFLCH e do União Lapa Foot Ball Club. Vocês foram fundamentais para minha adaptação a esse mundo que é a cidade de São Paulo.

À companheira Carmen Garcez, pela dedicação no processo de edição e diagramação do texto. Muito obrigado!

A minha bicicleta, pelas horas incontáveis de terapia durante o processo criativo deste trabalho.

A todos que contribuíram com essa jornada quase autobiográfica, inclusive àqueles extremamente céticos.

Parafrazeando Angela Davis, quando um negro se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ele. Que este singelo movimento ajude a inspirar outros neguinhos e neguinhas Brasil afora.

Há exigência de passaporte para as palavras passarem do falado ao escrito, algumas não conseguem nunca, a humanidade é muito estranha.

JOÃO UBALDO RIBEIRO
(A casa dos budas ditosos, 1999, p. 21)

RESUMO

NASCIMENTO, Josinaldo Reis do. Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A presente investigação científica objetivou compreender as maneiras que as ideias acerca da cogestão chegaram até o litoral amazônico, seus desafios e perspectivas nas RESEX Marinhas, sobretudo as de Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá, bem como discutir as formas que esses processos de cogestão têm contribuído para mudanças nos modos de representação política e organizacional dos pescadores e pescadoras artesanais. Também buscou elaborar o conceito de Maretório, a partir da percepção desses trabalhadores e trabalhadoras. Para isso, entre 2015 e 2019, utilizando métodos de pesquisa qualitativa e análises documentais, foram colhidos depoimentos de 50 pessoas. Após uma série de conflitos socioambientais entre tiradores de caranguejo de S. Caetano de Odivelas e de Soure, no Marajó, desencadearam-se várias ações sociais engendradas por pescadores artesanais ao longo do litoral paraense, e suas organizações aliaram-se a outras, formando verdadeiras unidades de mobilização. Após sucessivos embates com as forças hegemônicas de reprodução do capital, desde o início do ano 2000, foram institucionalizadas 12 RESEX Marinhas, chegando à fronteira com o Maranhão. Nesses arranjos societários emergiram fortes lideranças comunitárias, muitas delas forjadas em valores da Teologia da Libertação, que desde então tem contribuído para as transformações políticas e sociais no litoral. No entanto, outras lideranças, frágeis ideologicamente, foram/são facilmente cooptadas pelo poder político local, que se reorganiza sempre que sente sua hegemonia ameaçada. A institucionalização dos maretórios em RESEX Marinhas proporcionou a essas populações tradicionais novos mecanismos democráticos de gestão de seus espaços e deu-lhes acesso a vários direitos via políticas públicas. Porém, desde 2019 a reprodução social dessas populações tradicionais pesqueiras do litoral amazônico encontra-se em risco, assim como outras para além do litoral amazônico. Nesse sentido, é imprescindível destacar a importância da formação de novas lideranças, capazes de compreender essas dificuldades e obstáculos na incansável luta em defesa dos seus modos de vida majoritariamente ligados à pesca. Suas organizações precisam ser cada vez mais fortes, e a CONFREM vem se configurando como uma instituição capaz de liderar esse processo. Nesse contexto, o elaboração do Maretório, como um conceito endógeno, mostra-se relevante para ajudar na compreensão e discussão sobre os processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos no Brasil, onde suas populações vivem muito tempo de sua existência física sob as águas, sofrendo influências diretas dos regimes das marés, dos ciclos lunares, dos ventos e suas dinâmicas costeiras. O Maretório traz elementos que podem ajudar no aperfeiçoamento dos processos de cogestão da pesca e suas peculiaridades, bem como contribuir nas resoluções de demandas sociais e políticas dessas populações tradicionais, ampliando as perspectivas de interpretações e compreensões de suas realidades e identidades.

Palavras-chave: Maretório. RESEX Marinhas. Litoral amazônico. CONFREM. Populações tradicionais.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Josinaldo Reis do. *Nos maretórios da Amazônia: the challenges of shared management in the Marine Extractive Reserves of the Northeast of the State of Pará*. 2021. Thesis (PhD in Human Geography) – Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

This scientific research aimed to understand the ways that ideas about shared management reached the Amazon coast, its challenges and prospects in Marine-Resex, especially those of Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Araí-Peroba and Gurupi-Piriá, and discuss the ways that these shared management processes have contributed to changes in the means of political and organizational representation of artisanal fishermen. Furthermore, in order to elaborate from the perception of these workers the Maretório's concept. Thereunto, between 2015 and 2019 by means of qualitative research methods and documentary analyzes, testimonies were collected from 50 people. After several socio-environmental conflicts between crab pickers of S. Caetano de Odivelas and Soure in Marajó, were triggered several social actions by artisanal fishermen along the coast of Pará, and their organizations have teamed up with others, forming actual mobilization units that after successive conflicts with the hegemonic forces of capital reproduction, since the beginning of the year 2000, 12 RESEX Marines were institutionalized, reaching the border with Maranhão. From these corporate arrangements, strong community leaders emerged, many of them forged in Liberation Theology values, who have since contributed to the political and social transformations on the coast. However, other leaders, ideologically weak, were/are easily co-opted by the local political power and which reorganizes itself whenever its hegemony is endangered. The institutionalization of Maretórios in Marine-Resex, provided for these populations which are traditional new democratic mechanisms for managing their spaces and gave access to various rights through public policies. Yet, as of 2019, the social reproduction of these traditional fishing populations on the Amazon coast is at risk, even are those beyond the Amazonian coast. In this sense, it is essential to point out that the formation of new leaders able to understand these difficulties and obstacles in the relentless struggle in defense of their ways of life mostly linked to fishing, in order to achieve this, its organizations need to be stronger and stronger, and CONFREM has represented itself as an institution able to lead this process. In this setting, the development of Maretório as an endogenous concept shows to be relevant to assist in understanding and discussion of the processes of production/reproduction of coastal areas/estuaries in Brazil, where populations live the longest of their physical existence under water, suffering direct influences from tidal regimes, lunar cycles, winds and coastal dynamic. The Marétório brings elements that can help improve the shared management processes of fishing and its peculiarities, besides to contribute to the resolution of social and political demands of these traditional populations, broadening the perspectives of interpretation and understanding of their realities and identities.

Keywords: Maretório. Marine-Resex. Amazon coast. CONFREM. Traditional populations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização das RESEX Marinhas do estado do Pará	28
Mapa 2 – Localização das RESEX Marinhas da Microrregião Bragantina – <i>locus</i> específico da análise.....	34
Tabela 1 – Panorama geral das RESEX Marinhas da Microrregião Bragantina – litoral nordeste do estado do Pará.....	36
Quadro 1 – Polos e suas respectivas comunidades da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu	133
Quadro 2 – Polos e suas respectivas comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua.....	135

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ASSUREMACATA	Associações de Usuários da Reserva Extrativista Marinha
ASSUREMAS	Associação dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCDRU	Contrato de Concessão do Direito Real de Uso
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPP	Comissão Pastoral de Pescadores
DINTER	Doutorado Interinstitucional
ESAC	Grupo de Pesquisa e Estudos Socioambientais Costeiros
ETTHOS	Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidade e Organização Social
FAPESPA	Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
G7	Grupo dos Sete
GERCO	Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho
HV	História de vida
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal do Pará
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IST	Instituto Santa Teresinha
LAGET	Laboratório de Geoprocessamento e Tratamento de Imagens
MADAM	Mangrove Dynamics and Management
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOPEPA	Associação Movimento dos Pescadores do Pará

MP	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIN	Plano de Integração Nacional
PJ	Pastoral da Juventude
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PNGC	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RESEX	Reserva Extrativista
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
TVE	Trust for the Environment
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará
USP	Universidade de São Paulo
VHS	Video Home System
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZMT	Centre for Tropical Marine

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
Do autor e da pesquisa	21
INTRODUÇÃO	37
As Reservas Extrativistas (RESEX)	37
As Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX Marinhas)	51
Os territórios tradicionais de pesca do litoral amazônico	65
1 RESERVA EXTRATIVISTA – EM QUE MAREZADA CHEGOU AQUI: OS CAMINHOS GRAFADOS POR CHICO MENDES NA FLORESTA, QUE OS VENTOS SOPRARAM ATÉ A BEIRA DO MAR	71
1.1 O vai e vem das marés trouxe as RESEX: os fatos contados e vividos na Bragantina	74
1.2 As lideranças: da insurgência às ações sociais	107
2 OS DESAFIOS DA GESTÃO COMPARTILHADA: OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DOS ESPAÇOS COSTEIROS DAS RESEX MARINHAS DE TRACUATEUA E CAETÉ-TAPERACU FRENTE ÀS DEMANDAS DA COGESTÃO DE SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE PESCA	125
2.1 Os comitês comunitários: “eu me organizando posso desorganizar”	128
2.2 Os processos de R-Existência dos pescadores e pescadoras artesanais da Bragantina: a institucionalização dos debates nos conselhos deliberativos. Isso ajuda?	152
3 NA FLUIDEZ DOS MARETÓRIOS: A MARITIMIDADE PESQUEIRA DO LITORAL AMAZÔNICO	163
3.1 Os maretórios do litoral amazônico: as múltiplas relações construtoras do universo pesqueiro artesanal	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

APRESENTAÇÃO

Do autor e da pesquisa

Faço aqui uma sociologia retrospectiva, pois uso criticamente minhas próprias lembranças como banco de dados, classificadas sociologicamente, como se retrospectivamente recorresse à observação participante. Recupero e interpreto os dados, portanto, como membro dos grupos sociais de referência nesta análise, grupos vicinais e de trabalho, dos quais fiz parte, e não como estranho, que é o que normalmente ocorre com o pesquisador.

JOSÉ DE SOUZA MARTINS¹

Minha imersão no campo da “Ecologia Política”² se deu muito antes da compreensão do conceito, ainda no início da década de 1990, dadas as minhas observações e vivências nos/com movimentos sociais, bem como as minhas inquietações pessoais em compreender a sociedade, as dinâmicas organizativas e seus antagonismos. Sob diversas formas, minha biografia esteve e está atravessada pelos movimentos sociais. Até porque, como afirma o professor Marcelo Lopes de Souza (2019, p. 24), “a Ecologia Política tem andado vinculada, praticamente sempre, a uma visão de mundo socialmente crítica e inconformista”.

Posso afirmar que esse tem sido o meu caso, assim como o do professor Marcelo. E muito desses inconformismos, compreensões e leituras de mundo se deram em função da dedicação e do compromisso persistente do padre italiano Rafael Donneschi, que durante 11 anos (de 1984 a 1995) coordenou com maestria a paróquia da minha terra natal, Santa Luzia do Pará. Nesse mesmo período, o sacerdote também coordenava, entre outras coisas, a Pastoral da Juventude, um grupo de jovens entre 12 e 19 anos que se reuniam para debater questões espirituais e políticas. Os encontros sempre ocorriam aos sábados, em ambiente alegre e descontraído. Decerto, esses sábados tinham características marcantes.

Eu mesmo, no entanto, cheguei a acreditar que aqueles sábados eram “iguais” aos de outros vilarejos espalhados pelo interior da Amazônia naquela época. Também minha mãe, uma mulher católica e conservadora que me incentivava a participar daqueles encontros, nem

¹ Martins (2008, p. 63).

² Campo das ciências humanas que analisa como as inter-relações entre as sociedades humanas e os ambientes biofísicos e econômicos são mantidas, sobretudo considerando as estruturas de poder dentro dos seus territórios (LITTLE, 1999). A Ecologia Política igualmente se enraíza e se nutre dos conhecimentos, das experiências e das lutas gerados por atores/sujeitos cujos “lugares de fala” não são as universidades. Sem embargo, não basta valorizar os aportes do saber “tradicional”, “popular” ou “local” apenas empiricamente, com o intuito de informar a teorização acadêmica (do “Norte” ou do “Sul”), mas sim como narrativas organizadoras do mundo dotadas de valor intrínseco, por mais que sejam passíveis de discussão, ressalvas e discordância (como, aliás, qualquer conhecimento) (SOUZA, 2019, p. 32-33).

de longe sonhava que meus sábados não eram nada corriqueiros e tão diferentes dos de muitos outros jovens interioranos da época. Eu e uma geração de jovens daquele pequeno vilarejo estávamos inseridos em um processo que não só tornava os nossos sábados diferentes, mas transformava a própria dinâmica de viver a juventude e o que viria depois.

Num sábado em particular, ainda vivo na minha memória, os aprendizados incluíram a exibição do filme *Romero* (1989), um longa-metragem que relata a trajetória do sacerdote católico salvadorenho Óscar Arnulfo Romero Galdámez (1917-1980) em tempos difíceis vividos na década de 1970 na América Latina, em especial em El Salvador. Após assistir a toda a fita em VHS (*Video Home System*), nos debates correlacionamos as tramas do filme aos acontecimentos no Brasil na mesma época e às nossas ações como cidadãos. De pronto esses acontecimentos me fizeram olhar os fatos a partir de um ângulo político e social.

Ângulo que fora para o plural, ampliando minha visão de mundo, replicado e reformulado diariamente ao longo dos anos que se seguiram, por meio de conversas “corriqueiras” durante as refeições em torno de uma mesa enorme, nas quais um outro sacerdote italiano, o teólogo libertador Padre Savino Mombelli³, repetia inúmeras vezes ao

³ Savino Mombelli (1928-2016), missionário xaveriano que atuou durante 50 anos junto a comunidades amazônicas, onde desenvolveu inúmeras atividades sócio-humanitárias, como gostava de denominar suas atuações sociais. Dentre estas vale destacar as ações realizadas entre 1976 e 1978 no Centro Comunitário Santa Maria Goretti, por ele construído no coração de um dos bairros mais pobres e violentos da capital do estado do Pará, o bairro do Guamá, onde através de uma rede de amigos mantinha um posto médico, uma escola para as crianças e adolescentes, uma capela e um poço que abastecia de água potável centenas de famílias. Sempre observado muito de perto por ser considerado um padre “subversivo”, tanto por membros mais tradicionais da Igreja como por grupos políticos tradicionais. Em meados da década de 1970 foi formalmente acusado de ser inimigo do regime e da pátria brasileira, acusado de abrigar guerrilheiros de passagem por Belém com destino ao Araguaia, convocado e detido pela Aeronáutica, com a justificativa de que “o sacerdote deveria ser punido à altura do caso”. Padre Savino viveu o restante de sua vida com sequelas, sobretudo físicas, oriundas das torturas sofridas no cárcere. Porém, não deixando se intimidar, entre 1982 e 1984 liderou e participou ativamente do Movimento para a Libertação dos Presos do Araguaia. Na frente do prédio da Polícia Federal no bairro do Comércio em Belém, um grupo composto por protestantes oriundos de várias paróquias da periferia dessa capital permaneceu durante meses e, todas as noites, entoava cantos e proferia discursos reflexivos sobre o dever cristão de resistir às pretensões de regimes autoritários e injustos. Nesse prédio da PF, encontravam-se presos os padres Aristides Camiô e Francisco Goriou, das Missões Estrangeiras de Paris, acusados de participação na guerrilha do Araguaia. Durante esse período, Padre Savino recebeu vários avisos por escrito que lhe recomendavam a cuidar-se para não ser exterminado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Suas aulas na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde lecionava Teologia, bem como suas missas aos domingos na capela de Santa Maria Goretti, eram acompanhadas por policiais que gravavam seus ensinamentos e pregações. Então, foi novamente acusado, dessa vez por “meter a Igreja contra o Estado”, e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Acompanhado por José Carlos Castro, advogado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sofreu seis longos interrogatórios liderados pelo comandante Fabiano Lopes, da Polícia Militar, que ao fim decretou sua expulsão do país. Mas o padre recorreu ao Núncio Apostólico, e Dom Carmine Rocco, que o conhecia pessoalmente, por meio de telefonemas solicitou ao arcebispo de Belém na época, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, que interviesse pessoalmente na questão. Dom Alberto fez a mediação e o Padre Savino permaneceu no Brasil, porém sob forte vigilância. Já na década de 1990, e até 2016, desenvolveu em parceria com uma associação italiana (MAIS de Roma) um sistema de “adoções a distância” que impactou diretamente na vida de 700 famílias pobres e miseráveis da área metropolitana de Belém e regiões próximas, doando aproximadamente 30 toneladas de alimentos mensalmente, construindo casas e ajudando no desenvolvimento profissional de jovens e adultos. Através de sua ONG, a Promotores da Vida e Cidadania (Provida), abrigava, educava e

aconselhar vários jovens de origem humilde que ele tutelava: “Não adianta ser inteligente e poderoso, se não usar isso para ajudar quem precisa. Eu não vim pra cá só rezar”, ou então: “Não se pode fraternizar no meio do fogo, como não se pode criar o céu por meio do inferno”⁴. Eu já estava em formação e nem sequer notava.

Bem mais adiante, já estudando Ciências Biológicas no *campus* da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Bragança, e atuando como bolsista no projeto Mangrove Dynamics and Management (MADAM)⁵ entre 2002 e 2005, pude acompanhar ativamente os tímidos movimentos sociais dos pescadores e pescadoras artesanais da região bragantina. Eles clamavam por reconhecimento e suas intervenções ecoavam por toda a região. Essa convulsão já era cada vez mais latente e dava corpo ao movimento.

Nesse ínterim, paralelamente às minhas incursões acadêmicas, testemunhei uma política pública de crédito financeiro se transformar em frustração para grupos de pescadores artesanais de Bragança⁶. Em função disso, participei do movimento que emergiu em busca de renegociação das dívidas contraídas por esses pescadores junto ao Banco da Amazônia. A incursão resultou, entre outras ações, na fundação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) em Bragança e do Sindicato dos Pescadores Artesanais do município. Concorreu ainda para impulsionar, entre os pescadores e pescadoras artesanais, as discussões em torno da criação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX Marinha), que se chamaria “Caeté-Taperaçu” em

mantinha em suas propriedades crianças, adolescentes e jovens. Houve momentos nesse período que a Provida chegou a manter mais de 150 pessoas ao mesmo tempo. Apoiado pelo voluntário italiano Carlo Giuseppe Dal Maso, fundaram um mercado, o Mercado Solidário, conduzido por Carlo, implementando uma proposta evangélica de comunhão dos bens, cujos lucros foram reinvestidos integralmente nas obras sociais desenvolvidas pela Provida. Quando acusado por seus adversários políticos de “assistencialista perigoso”, o padre se defendeu argumentando: “O que é muito mais perigoso é não fazer nada! As crianças, pois, não são culpadas por não encontrar condições para viver desde o nascimento e precisam ser socorridas cedo, se não se quer comprometer sua conduta e crescimento. Em todo caso, parece não haver erro grave em aceitar propostas cristãs vindas de fora do Brasil e fazer conviver, a distância, famílias de dois continentes. Não seria esta uma maneira nova de pensar e agir em sentido missionário e evangélico?” (Fonte: Trechos e citações foram retirados do livro autobiográfico do Padre Savino Mombelli, ainda não publicado, *Entre a cruz e a espada*).

⁴ Citação retirada da apresentação do livro autobiográfico do Padre Savino Mombelli, ainda não publicado, *Entre a cruz e a espada*.

⁵ Projeto Mangrove Dynamics and Management in North Brazil (MADAM), realizado entre 1995 e 2005, por meio de um acordo bilateral entre CNPq-Brasil/ZMT-Alemanha (SAINT-PAUL & SCHNEIDER, 2010).

⁶ Um aporte de cerca de R\$ 3 milhões em financiamentos via Fundo Constitucional do Norte (FNO) para a pesca artesanal na região bragantina contemplou 13 associações de pescadores que, juntas, somaram 273 pescadores beneficiados. Contudo, considerando o montante investido nas operações de crédito, o retorno socioeconômico ficou aquém do esperado, gerando conflitos e frustrações. Com apenas 1,2% de adimplência, a maioria dos pescadores tornou-se inadimplente perante o Banco da Amazônia e impossibilitada de obter crédito na rede bancária, além de continuar dependente da figura do agente intermediário, o atravessador. A frustração e o descontentamento levaram a uma manifestação pública realizada por esses pescadores credores em frente à agência do Banco da Amazônia na cidade de Bragança, nos dias 8 a 11 de novembro 2004, com o intuito de sensibilizar o banco a retomar as negociações da dívida (SILVA-JUNIOR, 2008; 2016).

referência aos dois maiores rios que banham os manguezais do litoral do município de Bragança. Porém, os debates não eram localizados e se expandiam por toda a região.

Certa vez, ao final de uma calorosa reunião que debatia o tema, ainda em 2002, ao saber que eu estava indo a Viseu acompanhando uma série de pesquisas desenvolvidas nos manguezais do Pará naquele período, um senhor simpático de meia-idade, por nome de Vergara, me olhou de súbito e disse em tom familiar: “Cafuringa⁷! Tu vás pra Viseu? Leva este envelope pro Carlinhos⁸! O telefone não tá pegando lá. Ele sabe o que fazer”. No envelope só estava escrito: “De Soure. Urgente!”. Doravante, me senti integrado a uma rede de apoio que era maior que Bragança. Já eram os sopros do maretório na “repona da maré”⁹.

Após a institucionalização desses territórios do litoral nordeste do Pará em RESEX Marinhas, e em Bragança constituída a Associação dos Usuários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), me voluntariei para integrar os programas de capacitação de lideranças e ajudar nas discussões que culminariam na elaboração das primeiras regras de uso da nova unidade de conservação (UC). Participei mais ativamente no período de 2005 a 2007.

Na verdade, sempre imaginei que, para transitar e mesmo me fixar no âmago dos movimentos sociais, precisava estar em constante formação. Essa inquietação me levou, no início de 2007, à condição de voluntário da Cáritas Brasileira, instituição da Igreja Católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa condição, participei do I Curso de Extensão sobre Realidade Brasileira, promovido pela Faculdade de Educação da UFPA. Durante 15 meses ininterruptos discutimos intensamente teorias e conceitos fundamentais do marxismo, perpassando pela formação cultural do povo brasileiro até a formação econômica do Brasil e da Amazônia. Desse modo, pude mergulhar em leituras de textos de importantes autores brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, João Daniel, Artur César Ferreira, entre outros. Participei de debates mediados por renomados educadores acadêmicos e populares da atualidade, como Denise Machado (UFPA), Jane Felipe Beltrão (UFPA), Heloisa Fernandes (PUC-SP), Saint-Clair Trindade (UFPA), João Pedro Stédile (MST), Lindomar Silva (Cáritas Brasileira) e Ricardo Gebrim (Movimento Consulta Popular).

⁷ Termo popular para designar carinhosamente pessoas ágeis, inteligentes, obedientes e responsáveis. Em geral dirigido às crianças e adolescentes que têm pouca importância no meio social, mas já podem cumprir tarefas rápidas e corriqueiras. O verbete, com suas diferentes acepções, é encontrado no *Dicionário inFormal* da língua portuguesa. (Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/cafuringa/. Acesso em: 15 mar. 2021.)

⁸ Evanoel Carlos Soares de Sousa, agricultor e sindicalista do município de Viseu. Sua atuação no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) contribuiu para sua ascensão política no município, onde chegou a exercer o cargo de vice-prefeito (2009-2016).

⁹ Frase usada poeticamente por Waldemar Vergara Filho para fazer referência às coisas boas e positivas que as redes de relações poderiam levar facilmente.

Posteriormente, já como docente do Instituto Federal do Pará (IFPA), no *campus* do município de Bragança, a experiência e as práticas de interações sociais geradas ao longo de várias caminhadas pelos municípios litorâneos do Pará (desde Soure, no arquipélago do Marajó, a Viseu, já na fronteira com o estado do Maranhão) contribuíram para a construção de uma narrativa endógena sobre a realidade da pesca e dos pescadores nas minhas aulas, inserindo, assim, fatores para além dos livros nos processos de formação de profissionais para o setor pesqueiro.

No escopo dessa imersão em campo, foi possível participar de intensas mobilizações junto às populações locais. Tive a oportunidade de estabelecer diálogos refinados com pescadores e pescadoras artesanais, principalmente os usuários das RESEX Marinhas, membros das colônias de pescadores, sindicatos e associações ligadas ao setor pesqueiro. Nessas idas e vindas, percebi que as pautas majoritárias eram, sobretudo, aquelas relacionadas à sustentabilidade social e econômica da cadeia produtiva do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) – a olho nu, a espécie é um dos principais recursos provenientes da pesca artesanal no litoral do estado do Pará.

A partir dessa compreensão, juntamos esforços com várias instituições e organizações sociais para ampliar esse debate, e para isso foi necessário refazer o percurso de Soure a Viseu, agora ao lado do jovem oceanógrafo Denis Domingues¹⁰. Reunimo-nos com vários pescadores e pescadoras artesanais e suas lideranças, diretamente em suas comunidades, o que após uns três meses de intensas discussões culminou na realização do I Fórum Paraense sobre o Caranguejo-uçá, ocorrido em Bragança, em junho de 2009, e o qual nós dois coordenamos.

O fórum contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas de 21 municípios do litoral paraense (PASSOS et al., 2015). Entre elas estiveram presentes tiradores de caranguejo, agentes públicos, gestores, pesquisadores e estudantes interessados na temática. Vale ressaltar que 425 dos participantes eram pescadores artesanais, tiradores de caranguejo, que durante dois dias se debruçaram sobre assuntos que até hoje contribuem para fomentar os debates sobre o ordenamento da extração, transporte e comercialização do caranguejo-uçá no Pará, principalmente nos territórios das Reservas Extrativistas Marinhas.

Ainda no ano de 2009, com as discussões realizadas no I Fórum Paraense sobre o Caranguejo-uçá bem frescas no ambiente político e a Carta de Bragança¹¹ repercutindo em

¹⁰ Oceanógrafo que tem acumulado uma vasta experiência junto às comunidades pesqueiras do litoral amazônico.

¹¹ Documento gerado durante esse fórum, que apresenta um conjunto de reivindicações e observações acerca da gestão, extração, manejo e comercialização do crustáceo no estado do Pará.

várias instâncias, entre os dias 6 e 9 de julho participei como colaborador no 2º Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e 8º Encontro Nacional, realizado em Belém. Nessa oportunidade reuniram-se mais de 400 lideranças extrativistas dos nove estados da Amazônia brasileira, e entre as suas deliberações, que visavam alternativas para o apoio e incentivo à autonomia econômica e social dos extrativistas, foi aprovada a mudança do nome da entidade da maior representação dos extrativistas, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que passaria a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, porém mantendo a mesma sigla CNS.

Toda a riqueza dessa experiência tem me motivado a conduzir projetos de pesquisa e extensão e orientar alunos do curso de graduação em Gestão Ambiental e dos cursos técnicos em Pesca e Aquicultura, sobre questões de relevância socioambiental para as comunidades pesqueiras das RESEX Marinhas, principalmente as localizadas no nordeste paraense. É algo que, concomitantemente, tem me possibilitado reunir dados e informações que compõem esta pesquisa e, sobretudo, estabelecer um diálogo mais efetivo entre os temas teorizados em sala de aula e a realidade local.

Recentemente, nos meses de junho e julho de 2018, atualizei parte do percurso percorrido em 2002, 2008 e 2009 pelos municípios do litoral paraense, valendo-me dos mesmos objetivos: busca de conhecimentos e contribuições no fortalecimento da pesca e dos pescadores artesanais, porém com um olhar analítico mais amplo, fornecido pelo tempo. A estratégia das idas até os municípios era mobilizar os pescadores e pescadoras artesanais para que participassem do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, do XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia e da I Feira Mundial de Sociobiodiversidade, que seriam realizados no Hangar Centro de Convenções da Amazônia, em Belém (PA), no período de 4 a 11 de agosto de 2018.

Então, compondo a comissão organizadora do congresso, fui encarregado de organizar uma sessão temática que pudesse contribuir com debates acerca dos desafios e perspectivas da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em Reservas Extrativistas Marinhas, principalmente aquelas estabelecidas no litoral amazônico. E construir uma programação para essa sessão a partir da ótica desses trabalhadores, que vivenciam a prática e fazem do seu dia a dia uma constante luta pela conservação da natureza e garantia dos seus modos de vida, mostrou-se indispensável.

Durante as conversas com lideranças do setor pesqueiro nos dois meses de mobilização nos municípios litorâneos, decidimos então homenagear na ocasião do congresso

o biólogo Waldemar Vergara Filho¹² (*in memoriam*), aquele senhor simpático que eu havia conhecido 15 anos antes em Bragança e me incumbira de levar uma correspondência a Viseu. Toda sua trajetória e incansável luta pelos territórios tradicionais de pesca do litoral amazônico e por suas populações eram/são incontestáveis. A sessão foi batizada de: “WALDEMAR VERGARA FILHO – Os avanços e desafios da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em Reservas Extrativistas Marinhas no litoral Amazônico” e constituiu-se num espaço muito oportuno no congresso para as reflexões críticas sobre o tema. Com a presença de lideranças das 12 RESEX do litoral amazônico (Mapa 1, na página seguinte), os diálogos fluíram e as experiências e perspectivas acerca da gestão compartilhada em seus territórios proporcionou uma ampla troca de experiências como os mais de 250 presentes, incluindo pescadores e pescadoras artesanais de outras regiões brasileiras e pesquisadores oriundos de outros países interessados na temática.

Foi em meio a esses debates que me defrontei com um dos maiores desafios até então, quando de súbito fui provocado publicamente:

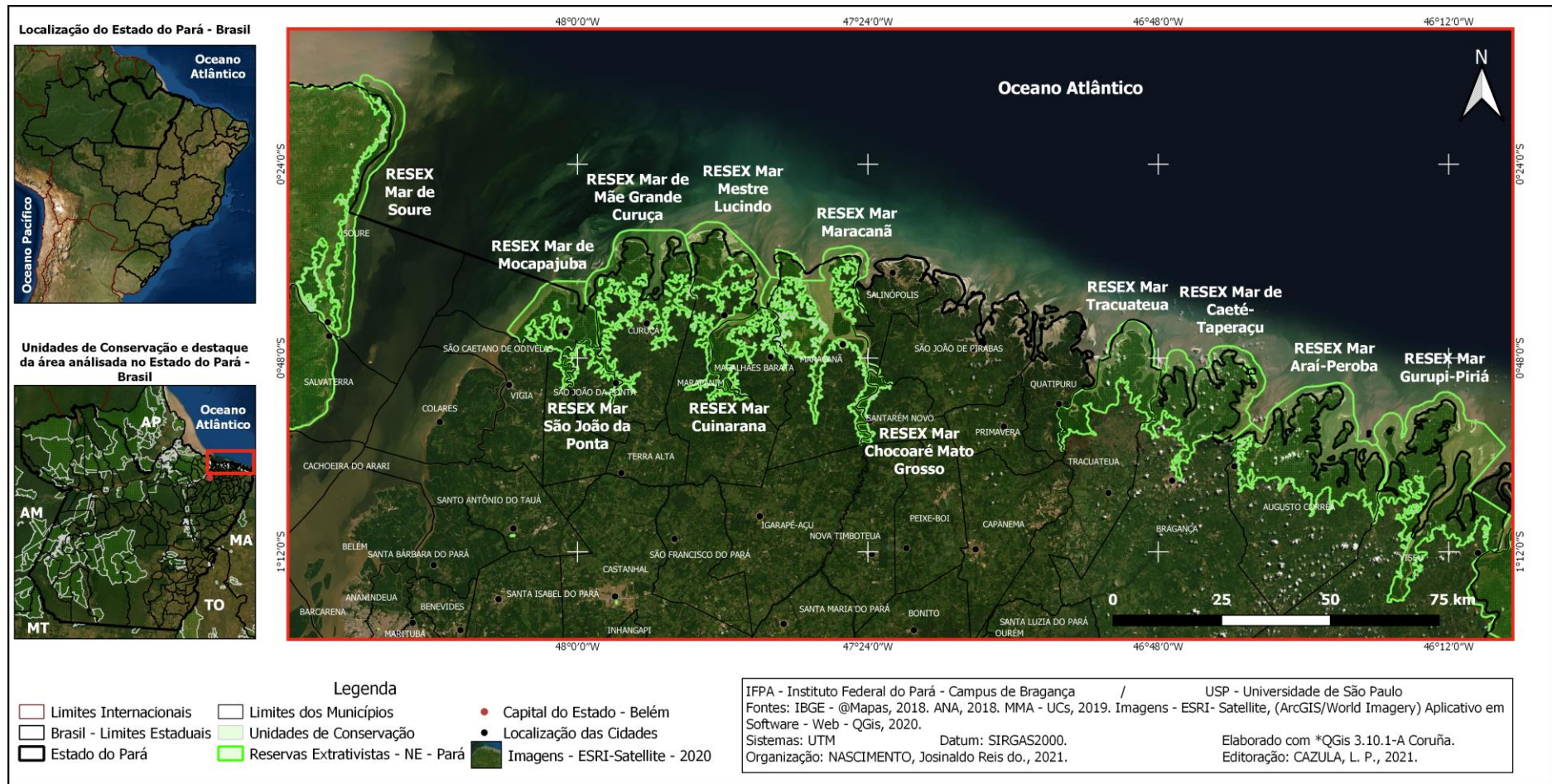
[...] é a pedagogia das marés, e a pedagogia dos ventos, que nos traz pra isso. Por que ele [Vergara] sabia filtrar o pensamento da gente. No nosso modo de falar, nosso modo de agir, na nossa cultura, que a gente traz da nossa ancestralidade todo aquele saber. Quando nós estávamos lá na comunidade de São Francisco, na RESEX de Mocajuiu com o ciclo lá, dos saberes das mulheres¹³, e começamos discutir é porque tá tudo dentro do nosso território, porque o nosso território... o nosso território... e sabidamente uma companheira nossa lá disse assim: “Mas se é maré, por que falam território?”. Na hora o Vergara disse: “Então é maretório!”. E nós estamos aqui para legitimar isso! E eu desafio esse professor aqui, o Nego Bill, para você construir o conceito do Maretório! Que é tudo isso que os companheiros aqui falaram! A academia, os analistas, cientistas aqui presentes, é preciso junto conosco, fazer isso. O maretório já aparece em várias apresentações, em vários escritos, mas não é explicado. O desafio que a gente deixa aqui hoje é pra vocês da academia construir isso junto conosco.¹⁴

¹² Waldemar Vergara Filho (1958-2018), técnico do ICMBio/PA, esteve na vanguarda do movimento Pro-RESEX no estado do Pará desde a década de 1990. Como servidor público, era respeitado e admirado, sobretudo entre os pescadores e as pescadoras artesanais de todo o litoral, pela forma simples e direta de comunicação. Exerceu até 2018 papel fundamental nos processos de criação e cogestão das RESEX Marinhas do litoral amazônico. Até hoje seu nome é evocado em reuniões, encontros e movimentos de pescadores e pescadoras como forma motivacional para a luta em prol da conservação do ecossistema manguezal e das populações tradicionais que dele dependem diretamente.

¹³ Ciclo de debates das mulheres extrativistas realizado em 2008 na comunidade de São Francisco, na RESEX Marinha de São João da Ponta-PA.

¹⁴ Célia Regina das Neves, marisqueira e liderança da RESEX Marinha Mãe Grande Curuçá e da CONFREM, em Belém-PA, no dia 9 de agosto de 2018 na sessão temática “WALDEMAR VERGARA FILHO – Os avanços e desafios da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em Reservas Extrativistas Marinhas no litoral Amazônico”, no XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, realizado de 4 a 11 de agosto de 2018.

Mapa 1 – Localização das RESEX Marinhas do estado do Pará



Por mais que todo o percurso supracitado tenha me proporcionado experiências e motivações para conduzir projetos de pesquisa e extensão que abordassem questões de relevância socioambiental, principalmente nas comunidades pesqueiras das RESEX Marinhas do litoral amazônico, foi de fato um grande desafio, o maior até então.

Com essa provocação, aliada às inquietações forjadas ao longo da minha trajetória, e acrescida agora da responsabilidade a mim conferida por essas lideranças, deparei-me com a necessidade de melhor compreender como foram/estão sendo tecidas as ações sociais¹⁵ e os processos de organização dos pescadores e pescadoras artesanais frente às demandas impostas pela agenda da gestão compartilhada nas reservas extrativistas instituídas em seus espaços de produção/reprodução dos modos de vida.

Para isso, precisei analisar os desdobramentos dessas ações sociais, bem como das políticas públicas aportadas nesses territórios em função das RESEX, como também buscar compreender de que forma funcionaram/funcionam como instrumentos motivadores de mudanças sociais nos territórios então reconfigurados em RESEX Marinhas.

Nesse sentido, é importante e oportuno destacar que:

O interesse pelo tema que um cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio pesquisador ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. No entanto, a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70).

Dessa forma, por acompanhar tais ações sociais e suas dinâmicas sem estranhamento ao longo de aproximadamente 15 anos, precisei “estranhar/desnaturalizar” tal cotidiano, à luz da Antropologia, da Socioantropologia Marítima, da Filosofia, da Etnobiologia, da Oceanografia e, sobretudo, da Ecologia Política e da Geografia Humana, aliando o máximo possível seus elementos teóricos, aqueles que a meu ver puderam dialogar com os conhecimentos e informações fornecidos pelos pescadores e pescadoras artesanais que contribuíram diretamente com esta pesquisa.

Mesmo me municiando de todos esses elementos, eis aí uma tarefa difícil, como bem discorreram Cunha e Röwer (2014), tendo em vista que o estranhamento não é somente do outro, mas também de si mesmo. O espanto também acontece em situações que vivenciamos e

¹⁵ Um ato ou conjunto de atos que levam em conta as ações e reações dos indivíduos ou “agentes” em sociedade. Os indivíduos agem considerando o comportamento dos outros, e assim orientando o seu curso para um ato coletivo como resultante social (WEBER, 1994).

diante de nossas próprias atitudes. Estranhar e desnaturalizar exigem revisão e reordenação das formas íntimas de olhar ao redor:

pois amplia a visão de mundo e horizontes de expectativas de si nas relações sociais. A desnaturalização da nossa história de vida, do cotidiano, nos envolve enquanto sujeitos de conhecimento que são sempre sujeitos em relação (CUNHA; RÖWER, 2014, p. 28).

Essa compreensão me levou à necessidade obrigatória de tentar fazer o exercício de transformar o familiar em exótico, como bem sugere Da Matta (1978). Ou seja, o estranhamento dos fatos e dos outros, mesmo sendo difícil, mostrou-se irredutivelmente necessário para responder aos questionamentos do eu pesquisador, do desafio a mim lançado e da pesquisa propriamente dita:

1. Como as ideias de cogestão dos recursos pesqueiros chegaram aqui no litoral amazônico? Quem as trouxe? Quais são as eficácias, em termos sociais e ambientais, deste modelo de política de conservação da biodiversidade implementado nas quatro RESEX Marinhas em questão: Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá (Mapa 2)?

2. As políticas públicas implementadas nas RESEX Marinhas de Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá têm contribuído para mudanças nos modos de representação política e organizacional dos pescadores e pescadoras artesanais que nelas vivem, bem como das concepções acerca da sustentabilidade e respeito ao meio ambiente por parte desses trabalhadores?

3. O termo “maretório”, cantado em verso e prosa por esses pescadores e pescadoras artesanais e suas lideranças, pode de fato oferecer subsídios teórico-metodológicos para melhores interpretações de suas realidades e peculiaridades estritamente ligadas às dinâmicas costeiras/estuarinas?

4. Um conceito dessa envergadura, endógeno e geograficamente definido, pode de algum modo auxiliar esses pescadores e pescadoras artesanais de maneira mais efetiva frente às constantes demandas dos processos de cogestão e manejo dos estoques pesqueiros e das pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital?

Nesse sentido, a presente tese está dividida didaticamente em quatro partes. Introdutoriamente, apresento uma breve trajetória histórica das Reservas Extrativistas do Acre ao litoral, seus avanços e perspectivas quanto à concepção de um território de uso comum. No primeiro capítulo, faço um apanhado das ações sociais que culminaram na institucionalização dos territórios tradicionais de pesca do litoral paraense em Reservas Extrativistas Marinhas, lançando luzes para as lideranças dos pescadores. No segundo

capítulo, é posto em debate os desafios da gestão compartilhada e as formas adaptativas encontradas pelos pescadores e pescadoras artesanais e agentes públicos frente às demandas dessa nova forma de governança no litoral. No terceiro e último capítulo, o maretório é apresentado ao debate acadêmico como um conceito endógeno em resposta a uma demanda dos pescadores artesanais e suas lideranças para melhores interpretações de suas realidades.

Ancorado nas inquirições apresentadas acima, em busca de métodos e técnicas que me fornecessem subsídios para compreender os significados, motivações, valores, mitos e outras crenças desses pescadores e pescadoras artesanais, concluí que tais dimensões não poderiam ser compreendidas apenas por métodos quantitativos. A opção pelo método de pesquisa qualitativa proporcionou um refinamento analítico mais adequado ao estudo proposto.

Na perspectiva de recuperar os fatos, suas temporalidades e coexistências, além de recorrer às informações acumuladas na memória, análises em cadernos de anotações, de atas de reuniões de conselhos deliberativos e em bancos de dados a mim disponibilizados, ocorreram investidas a campo para a coleta de mais informações, com maior intensidade durante os anos de 2015 a 2019. Essas investidas a campo foram conduzidas, sobretudo, por meio de entrevistas em profundidade e observação participante.

O recurso metodológico à história de vida (HV) das lideranças envolvidas nos processos iniciais da ideia de RESEX na região teve por objetivo que os extrativistas rememorassem suas vivências e experiências, com ênfase nos principais fatores que motivaram suas atuações e envolvimento nas lutas e enfrentamento necessários para a implementação das unidades de conservação. Os relatos colhidos e acolhidos foram confrontados com documentos oficiais, atas, leis, planos governamentais, registros científicos e técnicos que remetiam à temporalidade das citações que sugeriram ao longo de extensas conversas. Confrontar teoria e práticas dessa maneira ajudou na compreensão do processo histórico e da singularidade de cada uma das lideranças ouvidas ao longo da pesquisa, por mais que o contexto histórico e político pareça querer “homogeneizá-las”. De acordo com Martins (2020, p. 105):

A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Esse é o momento descritivo do método. Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como narrador que expõe e ordena os dados de sua pesquisa. O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação

social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. Nesse momento, fica evidente a importância do domínio das disciplinas especiais – a sociologia, a antropologia, a história, a economia, a geografia, a estatística, etc. Sem as quais a reconstituição feita permaneceria indefinida porque referida ao pressuposto da homogeneidade do tempo de data única, aprisionada pela impossibilidade de datação de seus diferentes componentes. O terceiro momento do método da dialética de Lefebvre é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, “mas elucidado, compreendido, explicado”. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais.

Nessa teia complexa de relações sociais, cada um dos líderes comunitários tem uma história de vida diferente, tenha uma experiência particular dentro do processo:

A HV tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise. Neles se encontra o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (BONI; QUARESMA, 2005, p. 73).

Ao longo do trabalho de campo, em situações diversas foram realizadas 40 entrevistas em profundidade e registrada a história de vida (HV) de 21 das principais lideranças¹⁶ envolvidas nos processos de criação e de cogestão das RESEX Marinhas Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá. Vale ressaltar que, seguindo os preceitos de Huntington (2000), as entrevistas nesses modos, por mais estranhamento e distanciamento que se tentasse estabelecer, foram mais um bate-papo do que simplesmente perguntas e respostas, o que depois me concedeu uma melhor análise da realidade estudada.

Na tentativa de compreender o “percebido pelo concebido teoricamente” e definir as “condições e possibilidades do vivido” Martins (2020, p. 105), e analisar as formas e estratégias de organização dos pescadores e pescadoras artesanais, foram realizadas quatro oficinas de capacitação com os representantes dos comitês comunitários nas RESEX Marinhas de Tracuateua e Caeté-Taperaçu durante o período de estudo, abrangendo

¹⁶ Nas citações ao longo do texto, os nomes dos entrevistados foram ocultados com o intuito de resguardá-los e substituídos pelas denominações Liderança, Técnico e Pescador, seguidas de um numeral estabelecido a partir da ordem das conversas. Mesmo esses interlocutores tendo autorizado o uso. Vale ressaltar que nem todos os entrevistados têm trechos de suas falas transcritas e citadas explicitamente, contudo todas as informações fornecidas compõem as análises interpretativas dos fatos apresentados aqui.

diretamente mais de 40 lideranças, que têm suas experiências, expectativas e aflições registradas neste estudo. Foi possível identificar quem ocupa o lugar de liderança e suas formas de escolhas e legitimidades, confluindo para o debate sobre temas que vão ao encontro das demandas da gestão compartilhada na qual eles estão inseridos. Houve reflexões a respeito da importância da participação dos pescadores e pescadoras artesanais nos processos decisórios dessas duas RESEX em particular.

Com o intuito de formular um conceito de maretório, foram ouvidas mais 10 lideranças das RESEX Marinhas do litoral do Pará e acrescidas às análises as suas dimensões simbólicas e culturais peculiares ligadas aos regimes de marés, a compreensão dos processos migratórios e reprodutivos de animais aquáticos, discernimento da influência das fases da lua em suas vidas, as lendas etc. Também foram colhidas as suas compreensões acerca do conceito de território.

Nesse complexo contexto de uso e apropriação do espaço geográfico, o *locus* da pesquisa foi a Microrregião Bragantina, onde se localizam os municípios de Bragança, Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu, em que a pesca¹⁷ se configura como uma das atividades extrativas mais tradicionais e importantes, sobretudo na geração de renda e como fonte alimentar para parte significativa de sua população (ISAAC-NAHUM; FERRARI, 2017). As Reservas Extrativistas Marinhas analisadas com mais afinco foram oficializadas via Decreto Presidencial s/n, de 20 de maio de 2005 (Mapa 2).

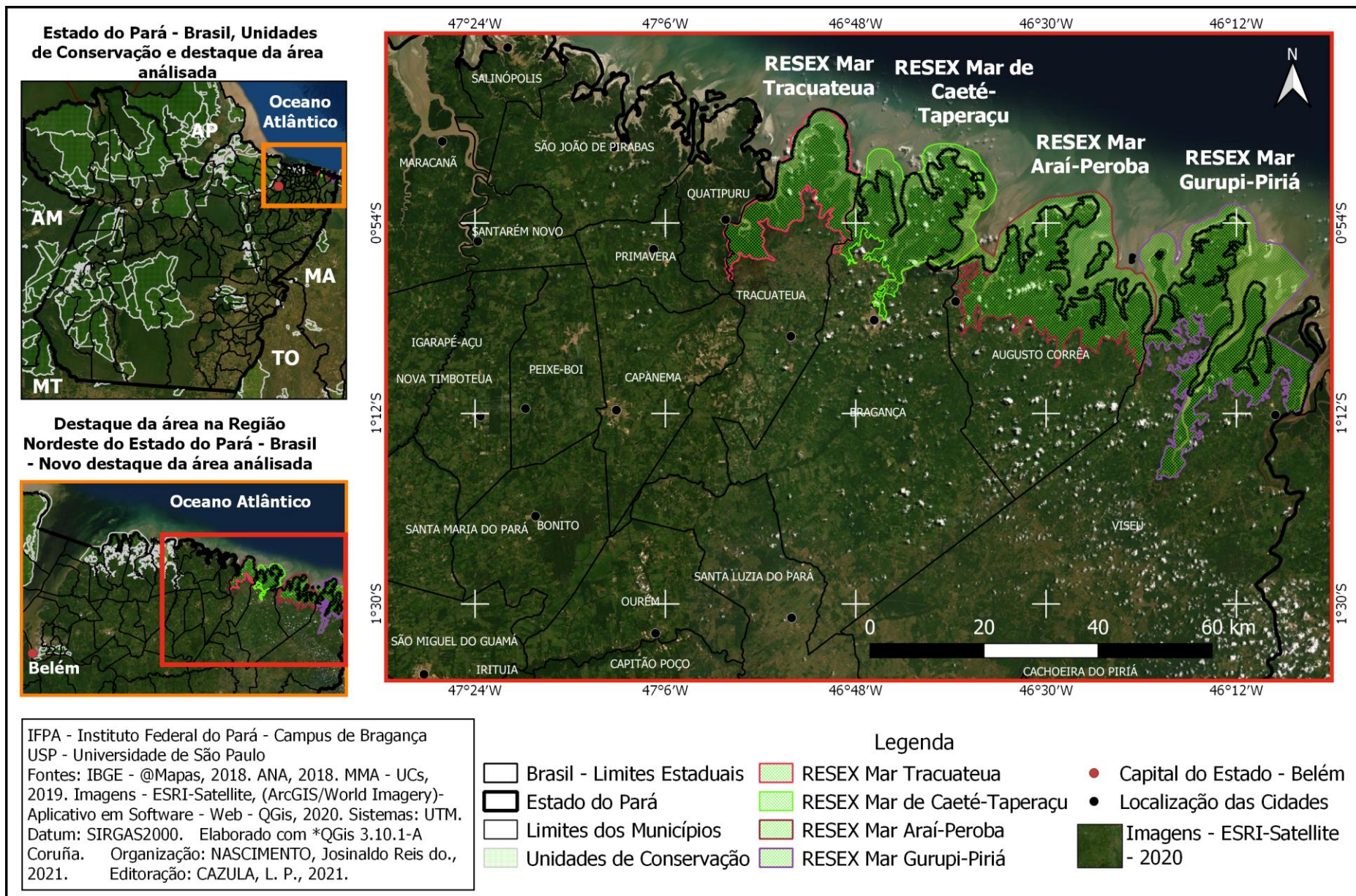
A RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, situada no município de Bragança, tem aproximadamente 42.489,17 hectares (cerca de 20% da área total do município). No seu entorno estão distribuídas 52 comunidades agropesqueiras¹⁸, onde vivem cerca de 8.000 famílias de extrativistas. É importante frisar que três dessas comunidades se encontram dentro dos limites da RESEX (BRASIL, 2005).

A RESEX Marinha de Tracuateua tem cerca de 27.864,08 hectares, onde vivem cerca de 2.500 famílias, domiciliadas em 55 comunidades agropesqueiras localizadas no entorno da UC e 3 comunidades localizadas dentro dos limites da RESEX (BRASIL, 2005).

¹⁷ Para fins desta tese, consideraremos como pesca as definições dadas pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que estabelece a pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros (BRASIL, 2009b).

¹⁸ Comunidades de pescadores que vivem e reproduzem seus modos de vida a partir da pesca artesanal. As famílias apresentam uma forte tradição cultural ligada à atividade pesqueira e praticam a agricultura familiar de pequena escala como forma de complementação de renda e diversificação alimentar, cultivando principalmente mandioca, milho, feijão, algumas frutíferas e hortaliças. Bem como criam animais de pequeno porte.

Mapa 2 – Localização das RESEX Marinhas da Microrregião Bragantina – locus específico da análise



No território do município de Augusto Corrêa localiza-se a RESEX Marinha Araújo-Peroba. Após o acréscimo em seus limites originais homologados pelo decreto presidencial em 2014, ela passou a ter uma área total de aproximadamente 62.035,00 hectares (BRASIL, 2014). No entorno do território dessa RESEX estão distribuídas 38 comunidades agropesqueiras nas quais vivem cerca de 4.400 famílias de pescadores artesanais.

No extremo nordeste do Pará, no município de Viseu, localiza-se a maior RESEX Marinha do estado, a Gurupi-Piriá, com uma área total de 74.081,81 hectares (BRASIL, 2005). Ali vivem mais de 5.000 famílias, organizadas em 42 comunidades agropesqueiras, que exercem basicamente a agricultura familiar de pequena escala e o extrativismo pesqueiro, com uma forte tradição cultural ligada à atividade pesqueira (Tabela 1)¹⁹.

As delimitações dessas RESEX Marinhas abrangem uma grande parcela do ecossistema de manguezal, mas também de floresta de terra firme, várzeas, rios, estuários e zona marítima costeira, onde vivem aproximadamente 79.600 pessoas²⁰.

A situação fundiária da região do litoral paraense é, de maneira geral, confusa e pouco regulamentada (COSTA, 2016). Contudo, os territórios das reservas extrativistas foram transferidos para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Portaria Interministerial MPOG/MMA nº 436, de dezembro de 2009. Após essa transferência, no ano de 2010 o ICMBio firmou outorgas coletivas e gratuitas dos territórios de uso tradicional de comunidades extrativistas de todas as RESEX Marinhas do litoral paraense, através do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU). Com isso, a situação fundiária dessas unidades se encontra oficialmente regularizada, o que garante o uso do território coletivo por suas populações tradicionais (BRASIL, 2009a).

¹⁹ A tabela foi elaborada pelo autor a partir de dados coletados em campo junto às ASSUREMAS, análise de portarias publicadas no *Diário Oficial da União*, Relação de Beneficiário (RB) dos projetos do Incra, bem como consultas ao site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o órgão ambiental do governo federal responsável pela cogestão das UCs (www.icmbio.gov.br/).

²⁰ Estimativa relativa realizada usando uma conversão média de 4 pessoas por família.

Tabela 1 – Panorama geral das RESEX Marinhas da Microrregião Bragantina – litoral nordeste do estado do Pará

RESEX MARINHA	LOCALIZAÇÃO	ORIGENS	MUNICÍPIO	ÁREA (hectares)	Nº COMUNIDADES	Nº APROXIMADO DE PESCADORES USUÁRIOS
Tracuateua	Microrregião Bragantina, fazendo limite com a Resex Marinha Caeté-Taperaçu, no município de Bragança e com o município de Quatipuru	Abaixo assinado com 229 assinaturas, das comunidades locais, prefeitura, lideranças pesqueiras, poder legislativo municipal e igreja.	Tracuateua	27.864,08	55	2.500 famílias (10.000 usuários)
Caeté-Taperaçu	Microrregião Bragantina, fazendo limite com o município de Augusto Corrêa e com a Resex Marinha Tracuateua.	Solicitação de 23 comunidades pesqueiras locais, com 1.300 assinaturas, como forma de ordenamento da problemática ambiental e social da pesca.	Bragança	42.489,17	52	8.000 famílias (32.000 usuários)
Araí-Peroba	Microrregião Bragantina. Faz limite com a área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó; com o terreno de marinha no município de Augusto Corrêa e com a Resex Marinha Gurupi-Piriá, no município de Viseu.	Demanda após o encaminhamento de abaixo assinado de três comunidades, totalizando 148 assinaturas, devido a conflitos de pesca, principalmente na pesca do camarão.	Augusto Corrêa	62.035,00	38	4.400 famílias (17.600 usuários)
Gurupi-Piriá	Microrregião Bragantina. Faz limite com a APA Jabotitiua-Jatium, com a RESEX Marinha Araí-Peroba, no município de Augusto Corrêa e com o município de Carutapera no Estado do Maranhão.	Demanda de 36 comunidades através do abaixo assinado com 616 assinaturas dos moradores devido à riqueza e complexidade de ambientes costeiros, como manguezais, ninhais e refúgio de aves migratórias.	Viseu	74.081,81	42	5.000 famílias (20.000 usuários)
				206.470,23	187	79.600 usuários*

(*) Os cálculos do número total de usuários foram realizados por uma estimativa relativa usando uma conversão média de 4 pessoas por família.

Fonte: Dados compilados a partir de documentos das Associações dos Usuários das RESEX Marinhas (ASSUREMAS) e relatórios oficiais até 2019.

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas (RESEX)

Os habitantes da floresta – seringueiros, castanheiros, ribeirinhos –, povos extrativistas, são peculiares social e historicamente. Vivendo há mais de um século subordinados a relações quase servis de trabalho, criando seus filhos durante gerações em um mesmo espaço da floresta amazônica, extraindo o látex da seringueira e a castanha da castanheira – sem ter precisado para isso abrir mais do que pequenas clareiras na mata –, são eles que hoje lutam pela concretização das Reservas Extrativistas, uma proposta de exploração racional para a preservação da floresta.

MARY HELENA ALLEGRETTI²¹

Com esta apresentação pública dos “povos da floresta”, a jovem antropóloga e ambientalista Mary Helena Allegretti, então presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, abre a edição do terceiro volume, número 4, da revista científica *São Paulo em Perspectiva* (out./dez. 1989).

A revista se propunha, naquele momento, a fomentar um debate que já repercutia mundo afora sobre Ecologia e Meio Ambiente. No artigo intitulado “Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica”, a autora expõe os fatos com uma riqueza ímpar de detalhes, em uma narrativa viva, emocionante, quase que em tom de clemência, a fim de colocar luz à problemática social, econômica e ambiental travada em lutas de forma contínua e sistemática havia mais de uma década pelos povos extrativistas da Amazônia. Afirmava:

São eles também que, a partir da década de 70, todos os anos, levantam-se contra o desmatamento, num movimento social denominado *empate*, inédito e no entanto desconhecido tanto por parte de pesquisadores quanto pelo grande público (ALLEGRETTI, 1989, p. 23).

Os conflitos socioambientais na Amazônia, aos quais a autora se refere, foram intensificados na década de 1960 e só aumentaram a partir do Plano de Integração Nacional (PIN) e do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND). Ao implantar um modelo de desenvolvimento de forma totalmente alheia às condições socioambientais locais, esses processos impulsionaram ainda mais os já elevados índices de concentração fundiária, resultando em sérios abalos aos modos de vida dos povos da floresta, desarticulando sistemas sociais integrados e adaptados às condições da floresta tropical que

²¹ Allegretti (1989, p. 23).

vinham sendo reproduzidos por séculos de ocupação (ALLEGRETTI, 1989, 2008; SCHMINK; WOOD, 1992; SANT'ANNA, 1998; ALMEIDA, 2012).

Segundo Brito (1998), um dos vetores desses conflitos foi a “Operação Amazônia”, deslançada em 1966, que tinha como principal objetivo intensificar o processo de modernização da região por meio da criação de estruturas produtivas e relações sociais ditas “modernas”²². De uma única vez a operação extinguiu a política que subsidiava o valor da borracha no mercado, distribuiu incentivos fiscais para atrair capital e transformou os antigos seringais (economicamente inviáveis nessa lógica) em fazendas agropecuárias. Posteriormente esse processo seria chamado pelos acadêmicos de “expansão do capital” para a Amazônia (ALMEIDA, 1980; MARTINS, 1996; ALLEGRETTI, 2002, 2008; ALMEIDA, 2012).

Nesse período, os alertas mundiais lançavam luzes sobre a possibilidade de existirem limites naturais para o ritmo de crescimento econômico pelo qual o mundo vinha passando. Os impactos sobre o meio ambiente, suas implicações como a chuva ácida, a poluição dos rios e atmosférica, sobretudo nas proximidades dos centros urbanos, e a destruição das florestas tropicais ganhavam destaque nos debates sobre o tema, principalmente nos países em desenvolvimento.

No entanto, no Brasil as discussões quanto a essas interações eram relegadas a segundo plano na agenda política e, com financiamentos advindos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizava-se uma série de investimentos públicos em obras de infraestrutura, com a abertura de estradas, construção de hidrelétricas, além da instalação de parques industriais, como a Zona Franca de Manaus. No estado do Pará, fomentou-se a exploração dos recursos naturais, sobretudo de minérios e madeira (BECKER, 1997, 1999; SANT'ANNA, 1998).

Nesse contexto, é interessante observar que, já no início da década de 1970, empresas e agropecuaristas de outras regiões do país adquiriam terras dos antigos seringais a preços subsidiados pelo Estado (MORO, 2011). As transações eram intermediadas por instituições financiadoras, sobretudo pelo Banco da Amazônia, que tinham interesses bem claros nesse

²² Para a compreensão do conceito de vida moderna consideram-se os postulados de Berman (1986), que destaca o dinamismo das populações humanas em alterar suas necessidades e hábitos num mercado capitalista mundial em expansão como um de seus principais pressupostos. Segundo o autor, a vida moderna alicerça-se nas grandes descobertas científicas que geraram/geram a industrialização dos processos produtivos, os sistemas de comunicação de massa e, conseqüentemente, o crescimento urbano, com descomunal explosão demográfica em Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos. Esses Estados lutam com obstinação para expandir seu poder, penalizando milhões de pessoas que são “arrancadas” de seus habitats ancestrais e empurradas pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas. O próprio ritmo de vida é acelerado. São geradas novas lutas de classes e movimentos sociais de massa e de nações que lutam para obter algum tipo de controle sobre as próprias vidas.

processo: a pressão para o “pagamento de dívidas contraídas pelos seringalistas em sucessivas safras da borracha desvalorizada no mercado” (ALLEGRETTI, 2008, p. 44):

Já em meados dos anos 70, dez anos após o início da política de incentivos fiscais, as grandes empresas davam-se conta de que o mercado internacional de carne, que justificava a política de transformação da floresta em pastagens, não merecia os altos investimentos de seus empreendimentos. A manutenção das fazendas pelos empresários só prosseguiu porque estava apoiada em generosa política de subsídios e incentivos financeiros concedidos pelo governo (BRANFORD; GLOCK, 1985, p. 81 apud MARTINS, 1996, p. 61).

Outro fato emblemático foi a venda dos seringais sem que o comprador sequer conhecesse a área, ignorando, inclusive, as várias famílias de seringueiros que ali moravam havia dezenas de anos. Deu-se assim uma série de conflitos de natureza fundiária (BECKER, 1988; ALLEGRETTI, 2002). Famílias inteiras se viram expulsas de suas “colocações”²³, muitas foram parar nas periferias das cidades, sem nenhum tipo de indenização, e a floresta começou a ser derrubada sem resistência (MORO, 2011).

Conforme o relato de Chico Mendes:

Aí então que começa a mudança radical, a estrutura violenta. Na década de 70, quando eram muito fortes, as queimadas contribuíram para o desemprego e a miséria. Na minha região, em 5 anos, foram expulsas mais de 10.000 famílias de seringueiros; 40% delas tentaram a vida na cidade, aumentando o cinturão de miséria das cidades; o resto foi para a Bolívia tentar a vida nos seringais de lá, onde estão até hoje, numa situação difícil, pois não são considerados nem brasileiros, nem bolivianos, vivendo na clandestinidade (Entrevista de Chico Mendes a Mary Allegretti, maio de 1981, Rio Branco, Acre. ALLEGRETTI, 2002, p. 208).

É pertinente assinalar que as colocações das quais estavam sendo expulsos representavam, para os seringueiros, mais do que uma simples propriedade. Como destacou Almeida (2012, p. 127):

É uma unidade de manejo, uma forma de organização social e o lugar de uma cultura que os seringueiros criaram durante aqueles “cem anos de solidão” em que foram esquecidos pelo mesmo capitalismo que para cá os trouxe sem passagem de volta.

²³ “Colocação” é o nome dado à unidade familiar dos seringueiros. Consiste em uma pequena clareira na mata onde está localizada a moradia e, à sua volta, o pomar. Também circulam as criações domésticas de pequenos animais, as estradas de seringa, normalmente três, que contêm em média 250 árvores de seringueira, o roçado, as áreas de caça, pesca e coleta e de transformação da borracha. Cada família ocupa uma área de cerca de 500 hectares. Esse tipo de ocupação no interior da Amazônia dá a falsa impressão de existirem imensos espaços vazios a serem povoados. Em suma, é o embrião de um modo de adaptação humana à floresta tropical que é social, ecológica e economicamente promissor (ALLEGRETTI, 1989, 2008; ALMEIDA, 2012).

Desamparados no meio da floresta, os seringueiros encontram apoio na Igreja Católica, por meio de religiosos progressistas adeptos da Teologia da Libertação, que por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) auxiliaram e encorajaram os seringueiros. Posteriormente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), através da instalação de uma Delegacia Regional, fundou sindicatos de trabalhadores rurais (STR) nos sete municípios existentes no Acre no período 1975-1977. Segundo Paula (2012), em forma de resistência, os sindicatos representavam a única forma de esperança e então passaram a intermediar diretamente os conflitos:

O grande mérito dos Sindicatos quanto à organização social dos extrativistas foi de ter criado no coração da floresta as “Delegacias Sindicais”, células componentes do Sindicato. Esta interiorização fez com que os extrativistas perdessem o medo do Sindicato e se associassem. Estas Delegacias são palco de inúmeras reuniões, de cursos e debates que aos poucos estão mudando a mentalidade dos extrativistas, tornando-os mais conscientes da importância da sua organização social. As Delegacias e os Sindicatos têm servido de verdadeiras escolas de socialização dos extrativistas e se constituem na primeira célula da sua organização (MURRIETA; RUEDA, 1995, p. 14).

Nessa conjuntura adversa, as primeiras iniciativas dos sindicatos foram “qualificar os seringueiros como posseiros e aplicar a legislação que prevê o pagamento de indenização pelas benfeitorias existentes nas colocações” (ALLEGRETTI, 2008, p. 45). Nas palestras e reuniões com os sindicalistas da Contag e lideranças religiosas, falavam em direito legal de uso do espaço adquirido pelos seringueiros, assim, na condição de posseiros, eles eram transformados em portadores legítimos do direito à propriedade legal das terras onde viviam por gerações (MURRIETA; RUEDA, 1995; PAULA, 2012; SCHMINK; WOOD, 2012):

No Acre, a Contag elegeu como prioridade as seguintes bandeiras de lutas: 1) não pagamento da renda ao patrão seringalista; 2) cumprimento da Lei no sentido de assegurar aos “posseiros” os seus direitos à propriedade de um lote de terras; 3) cumprimento da legislação trabalhista para os assalariados rurais, ocupados majoritariamente, naquele período, nas atividades de desmatamento. A resistência na terra estava indissociavelmente vinculada ao não pagamento da renda. Isto é, a negação de uma relação jurídica (arrendamento) era essencial para enquadrar os seringueiros na condição de “posseiros”. O enquadramento nessa categoria os transformava em portadores legítimos do direito à propriedade legal de um lote de terras (PAULA, 2012, p. 89).

Como expôs com minúcias Javier Moro (2011), em seu livro *Caminhos de liberdade: a luta pela defesa da selva*, após embates jurídicos os primeiros seringueiros indenizados marchavam rumo às periferias, sobretudo de Rio Branco, capital do estado Acre, e ao chegar logo percebiam que os valores pagos não lhes permitiam viver sequer minimamente nos

moldes das cidades. “Sem nenhuma qualificação, não encontravam emprego e, em um momento de inflação alta, o dinheiro da indenização rapidamente evaporava” (ALLEGRETTI, 2008, p. 45).

Não demorou para perceberem que as indenizações pagas por suas colocações não solucionavam os problemas, ao contrário, pois sem a floresta não conseguiam viver. As conclusões eram “óbvias”; a permanência nas alocações era a única solução. Essa compreensão passa a compor o elemento basilar de “resistência aos desmatamentos”²⁴, conseqüentemente aos projetos agropecuários. Tratava-se de uma ameaça aos seringueiros. Em suma, a derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de reprodução dos seus modos de vida, alicerçados principalmente na extração do látex oriundo das árvores de seringa e na coleta de castanha. Além disso, sem a floresta era iminente a extinção da fauna, que compunha a base proteica de sua alimentação (ALLEGRETTI, 1989; 2008; ALMEIDA, 2012; PAULA, 2012).

Após várias reuniões em março de 1976, no Seringal Carmem, município de Brasileia, um grupo de seringueiros liderados pela direção do recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município (presidido por Wilson de Sousa Pinheiro) decidiu enfrentar a situação de outra forma e se organizar para “empatar”, isto é, impedir a derrubada da floresta. Armados com suas espingardas de caça, cerca de 60 seringueiros, entre homens, mulheres e até crianças, cercaram o acampamento onde se encontravam os “peões” contratados pelo fazendeiro para derrubar a floresta e, após longas conversas, “empataram” a missão (ALLEGRETTI, 1989, 2008; MURRIETA; RUEDA, 1995; ALMEIDA, 2012; PAULA, 2012).

As sucessivas investidas dos seringueiros surtiram efeito:

Foram para a área onde ocorria o desmatamento, fizeram parar as motosserras e forçaram uma negociação com apoio da Contag. No lugar de indenização em dinheiro, receberam lotes de terra dentro da área comprada pelo fazendeiro. Essa ação mudou o caráter dos conflitos, por várias razões: mostrou a força da organização, evidenciou as conseqüências sociais da derrubada da floresta e forçou o fazendeiro a dividir parte da área que havia comprado (ALLEGRETTI, 2008, p. 45).

²⁴ Processos que emergem de diversos movimentos sociais que lutam pela defesa e afirmação das territorialidades e identidades territoriais. Neste estudo, como resistência aos desmatamentos são consideradas as ações coletivas organizadas pelos seringueiros e coletores de castanha para impedir a derrubada da floresta, ações que se materializam nos “empatar”. Nessa perspectiva, analiso também essas ações como um processo de “R-Existência”, já que nitidamente ultrapassam os critérios puramente ecológicos: os extrativistas lutam para resistir contra aqueles que os exploram, mas também para garantir sua existência, seu modo de vida e de produção, de sentir, agir e pensar (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Em última análise, essa foi de fato a primeira ação coletiva de que se tem registro em defesa da floresta amazônica, responsável pela reprodução dos modos de vida de várias famílias de seringueiros. Naquele momento, o questionamento ao desmatamento não se dava simplesmente por razões ambientais, mas por motivos sociais e econômicos, na medida em que dependiam para viver de uma floresta que estava sendo brutalmente derrubada e queimada para o plantio de capim (ALLEGRETTI, 1989; 2008).

Por mais que a disputa política entre fazendeiros e seringueiros naquele momento parecesse pender para estes últimos, a ideia de modernização²⁵ vendida pelo governo militar se consolidava em uma devastação voraz da floresta amazônica. Acelerada pelo crescimento econômico regional que pregava a diversificação e a modernização das estruturas produtivas, particularmente do setor agropecuário e minerador, visando as exportações e fortemente ancorada em consideráveis incentivos fiscais (BECKER, 1997, 1999; SANT'ANNA, 1998).

Esse processo de modernização que se expande pela Amazônia, sobretudo por meio da urbanização e da industrialização, difundia ideias de culturas não tradicionais ligadas às atividades e ao estilo de vida urbanos. Qualquer prática ou atitude fora desse ideário era taxada como atrasada, como um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso, pois nessa visão de modernização se aponta um único futuro possível para todas as culturas e todos os povos (BERMAN, 1986; LATOUR, 1994). Trata-se de um processo que contribuiu/contribuiu para o crescimento demográfico das cidades da região, aumentando a população pobre, que passa a viver em condições de extrema pobreza nesses centros urbanos “modernos” em expansão. Aqueles que se contrapuseram ao imaginário real, os “atrasados”, resistiam naquele momento e permaneciam nas atividades tradicionais, com melhor qualidade de vida²⁶, porém “seus atos de resistência”²⁷ catalisaram os conflitos socioambientais e disputas fundiárias.

²⁵ Modernização é compreendida neste estudo como processos sociais contraditórios que dão vida a um turbilhão de valores ao modo de vida moderno, advindos de uma determinada classe social. Apresenta-se com forte caráter ideológico, cujo núcleo fundamental é a noção de desenvolvimento econômico, político e cultural de um território, capaz de um estarrecedor desperdício de recursos naturais e devastação do meio ambiente, que se expande a ponto de abarcar virtualmente as mais longínquas partes do mundo, levando consigo consequências sociais drásticas (BERMAN, 1986; LATOUR, 1994).

²⁶ Segue um relato registrado pelo jornalista estadunidense Alex Shoumatoff em seu livro *O mundo em chamas: a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes*, publicado em 1990: “Numa noite, no mercado municipal de Xapuri, conversei com uma velhinha esperta e cheia de vida, chamada Vicenza Bezerra. Sozinha, agora, ela ganhava a vida fazendo refeições num pequeno restaurante, apenas com um par de mesas. Cozinhava e servia. – Cheguei em 1943 com meu pai – disse ela. – Ele era soldado da borracha. Morei 34 anos na mata. A vida lá era mil vezes melhor. Se meu marido fosse vivo, eu estaria lá” (SHOUMATOFF, 1990, p. 39).

²⁷ Movimentos sociais dos seringueiros que lutaram/lutam contra os agentes sociais que ameaçam sua existência enquanto população tradicional, bem como contra os processos de modernização de cima para baixo, contando com seus próprios meios alternativos de existência.

No início dos anos 1980, observa-se um estuendo crescimento das denúncias contra a ocupação predatória da Amazônia e contra a ameaça às lideranças dos movimentos que a combatiam. A maioria dessas denúncias era assinada por organizações e movimentos ambientalistas, nacionais e internacionais (ALLEGRETTI, 1994, 1989, 2002, 2008; MURRIETA; RUEDA, 1995; SCHMINK; WOOD, 2012). Especialmente no estado do Acre, nota-se maior visibilidade dos efeitos destrutivos ocasionados pela expansão da pecuária extensiva de corte. Além disso, era evidente que a proposta de reforma agrária implementada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) gerava mais conflitos do que soluções (SCHWARTZMAN, 1989; SANT'ANNA, 1998; ALLEGRETTI, 2002; PAULA, 2012; SCHMINK; WOOD, 2012). Era difícil conciliar o modo tradicional de viver dos seringueiros autônomos com o modelo convencional de reforma agrária, não somente pelo tamanho da área, mas pela forma de exploração dos recursos naturais (ALMEIDA, 1990; SCHWARTZMAN, 1989; ALLEGRETTI, 2002):

O espaço de alocação de um seringueiro, (alocação) com três estradas de seringa, terá em média 540 hectares. Isso por si só já explicava o fracasso das experiências de colonização entre seringueiros na Amazônia que seguiram o parcelamento em lotes individuais de 50 a 100 hectares adotado pelo INCRA, quebrando o sistema natural do extrativismo amazônico e tornando inviável a exploração produtiva dos seringais nativos (ALLEGRETTI, 1989, p. 24).

Todavia, a devastação da floresta andava de mãos dadas com os conflitos. Na medida em que a derrubada atingia outros seringais, novos empates eram organizados, potencializando os conflitos. Em julho de 1980, o líder Wilson de Sousa Pinheiro, do sindicato de Brasileia, é brutalmente assassinado.

Os ataques às lideranças dos seringueiros, seguidos de ameaça de morte, agravavam a situação e multiplicavam os conflitos. Seus ecos repercutiam de maneira profunda no seio do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Notoriamente no Acre, o MSTR exerceu papel de destaque nessa resistência e saiu à procura de novos aliados. Eles emergiram das lutas populares em diversas regiões do país, clamando, sobretudo, por democracia (MURRIETA; RUEDA, 1995; ALLEGRETTI, 2002; SCHMINK; WOOD, 2012).

Nessa conjuntura, o MSTR contribui diretamente para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre. Com sucessivos apoios à luta dos seringueiros, a legenda vai se afirmando como principal catalisador da resistência (SECCO, 2011).

As habilidades políticas de Chico Mendes, que agora eram empregadas tanto no MSTR como no PT, eram fruto de um longo processo de conscientização. Chico havia sido

alfabetizado por um seringueiro conhecido por Euclides “Pranchão”, alcunha recebida em função das grandes pranchas de borracha que carregava. Só vieram a saber que se tratava de Euclides Távora²⁸, um militante que se tornará refugiado político, muito tempo depois, como descreveu Alex Shoumatoff (1990):

Um dia, em 1961 ou 1962, quando Chico completou 17 anos (segundo seu irmão Zuza), encontrou-se no armazém da companhia do Seringal Equador com um homem por volta de 55 anos que ele nunca tinha visto antes, trocando pranchas de borrachas por outros víveres. Os dois começaram a conversar. O estranho, que se expressava de uma maneira que Chico nunca vira antes, disse que vivia na Colocação RI-4 do Seringal Cachoeira. Chico ficou fascinado com as palavras que o estranho usava. Zuza lembrou:

– Ele não era jovem, mas sua voz era forte e clara. Sabia das coisas.

O estranho que só revelou o nome, Euclides Távora, muitos anos depois, percebeu que Chico era inteligente, e perguntou se o pai dele gostava de discutir política. Chico disse que sim, e Távora respondeu:

– Bem, então vou aparecer qualquer hora por lá.

Cinco dias depois ele realmente foi. Levou alguns jornais. Chico nunca vira um jornal antes, e ficou intrigado. Távora notou seu interesse. O resultado disso foi que o pai de Chico permitiu que ele deixasse o trabalho mais cedo aos sábados, e fosse à casa de Távora para aprender a ler. Era uma caminhada de três horas a partir de onde Chico deixava a canoa, na margem do rio.

Juntos os dois estudavam lentamente as colunas de política dos jornais que Távora recebeu dois ou três meses antes, e logo Chico aprendeu a ler. Algumas vezes ele ficava acordado a noite toda, ou então ambos escutavam o rádio General Electric, que “pegava o mundo inteiro”, como disse Zuza. Escutavam as notícias da BBC, a Voz da América e a Rádio Moscou – versões tão diferentes dos mesmos acontecimentos que era difícil acreditar tratar-se do mesmo Planeta (SHOUMATOFF, 1990, p. 60).

O encontro entre Chico Mendes e Euclides Távora foi relatado também por Moro (2011, p. 84-85), da seguinte maneira:

Certa tarde de 1958, quando Chico tinha 14 anos, sua vida, que podia ter sido como a de qualquer outro seringueiro, tomou uma outra direção que nunca mais abandonaria. Enquanto pai e filho coagulavam o látex do dia, Chico viu o estranho se aproximar da colocação. O homem alto, forte e com jeito de senhor, bateu palmas ao chegar, uma saudação típica de seringueiro. Usava uma barba densa e preta como o seu cabelo; a voz era grave, e com um sotaque muito acentuado. Apresentou-se como Euclides Pranchão, em homenagem às pranchas de borracha, larga e quadrada como seu corpo, que às vezes substituíam as pelas. Pediu um pouco de água, pois estava

²⁸ Militante comunista aliado de Luís Carlos Prestes na Intentona Comunista de 1935, foi preso político no presídio de Fernando de Noronha, mas conseguiu escapar e fugiu para Belém, de onde subiu o rio Amazonas até a Bolívia. Lá ajudou a organizar greves de mineiros e, sob pressão do governo boliviano, na década de 1960 volta clandestinamente para o Brasil e passa a viver refugiado no Acre, no meio da floresta amazônica. Sua morte se deu no Rio de Janeiro, mas as causas ainda são uma incógnita (SHOUMATOFF, 1990).

caminhando o dia todo. Chico nunca ouvira alguém articular tão bem e falar com tanta desenvoltura. Logo ficou intrigado com o pacote de papéis amassados que o forasteiro levava no bolso. O homem mostrou a ele. Chico nunca tinha visto estes grossos jornais cheios de fotos coloridas e ilustrações: eram revistas que o forasteiro havia comprado em Xapuri. Ainda mais surpreendente para o rapaz foi a incrível velocidade que o homem lia.

A partir de então, Chico passou a ter clareza da exploração a que os seringueiros eram submetidos e organizou movimentos pelo não pagamento de renda e pela comercialização autônoma da borracha. Quando surgiu o primeiro sindicato em Brasileia, em 1975, ele se tornou secretário da entidade. Posteriormente, foi eleito vereador pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois ajudou a construir o PT, ao qual se filiou em 1980 (GRYBOWSKY, 1989; ALLEGRETTI, 2002; PAULA, 2012). A atuação política de Chico gerou fatos emblemáticos, como os narrados por Allegretti (2008, p. 45):

O clima de antagonismo ficou evidente em um grande comício organizado pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores e no assassinato, ocorrido dias depois, do gerente de uma das fazendas da região. Acusados de incentivar a violência e a violação da ordem pública, o líder do PT, o metalúrgico e atual Presidente do Brasil, Lula da Silva, e o líder dos seringueiros de Xapuri, Chico Mendes, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional ao lado de várias outras lideranças sindicais nacionais.

Vale ressaltar que tanto o Partido dos Trabalhadores como os movimentos ambientalistas, das mais amplas correntes ideológicas, tinham em comum nesse recorte histórico da análise das ações sociais o posicionamento crítico em relação ao direcionamento do Estado e ao “modelo” desenvolvimentista em pleno curso no país. O PT e os movimentos ambientalistas reconheciam o protagonismo da sociedade civil como cerne das ações coletivas (SECCO, 2011; PAULA, 2012).

Em defesa da floresta e da melhoria da qualidade de vida dos seringueiros, Chico Mendes, agora presidente do STR de Xapuri, dedicou-se a intensificar o movimento dos seringueiros. Em meio aos processos de democratização do país e o debate sobre novas políticas públicas, ele mobilizava vários segmentos sociais (SOUZA, 1990; MURRIETA; RUEDA, 1995; ALLEGRETTI, 2002; VENTURA, 2003).

Em outubro de 1985, sob a liderança de Chico, os seringueiros da Amazônia reuniram-se na capital do país no I Encontro Nacional dos Seringueiros. Os debates do evento giraram em torno de uma alternativa para o modelo de reforma agrária vigente, da garantia dos direitos de posse dos seringueiros, da destruição da floresta e de um elemento até então novo nas pautas do movimento: as políticas públicas voltadas para educação, saúde, cultura, infraestrutura (ALLEGRETTI, 2002; MORO, 2011).

Desse encontro nacional destaco uma passagem registrada por Javier Moro (2011, p. 317-318):

No primeiro dia os organizadores pediram que o encontro fosse aberto com um poema. Um seringueiro magro e seco, de grandes olhos pretos, ergueu a mão. Ninguém o conhecia. Chamava-se Jaime da Silva Araújo e provinha do interior do estado do Amazonas; ouvira falar do encontro de última hora por um missionário, e havia aproveitado umas passagens de avião disponíveis. Dirigiu-se aos presentes e, com voz grave, pediu silêncio.

Tirou do bolso um papel amassado e recitou:

*Seringueira que estás na selva,
Multiplicado seja os teus dias
Venha a nós teu leite
Seja feita a nossa borracha
Assim na gráfica como na caixa
O sustento de nossas famílias nos dai hoje, e todos os dias
Perdoai a nossa ingratidão
Assim como nós perdoamos os males do patrão
E ajudai-nos a nos defendermos
Das garras dos ambulantes,
Amém.*

De acordo com Allegretti (2008), os frutos do encontro mudariam os rumos da Amazônia. A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) instituía-se, a partir de agora, como uma representação oficial para uma classe social até então invisível e desconhecida. E o seringueiro poeta, Jaime Silva Araújo, foi eleito o seu primeiro presidente. A entidade deveria atuar de forma independente, sem vinculação a partidos políticos e sindicatos, bem como na apresentação de uma proposta inovadora para solucionar a questão fundiária, um misto entre as reservas indígenas e as unidades de conservação, o que foi batizado de Reservas Extrativistas (ALLEGRETTI, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2004). Assim, seringueiros, ribeirinhos, coletores de castanha e pescadores artesanais, até então classificados de maneira genérica como “caboclos da Amazônia”, adquiriam uma nova identidade: extrativistas (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 1990).

Desse modo, é importante compreender o universo identitário dos caboclos amazônicos que se constituem a partir de um mundo repleto de embates sociais em busca de uma emancipação social e política. De acordo com Fraxe et al. (2009, p. 30):

É preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram – e continuam a estabelecer – relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global. A Amazônia nasce e se desenvolve no âmago e nos dilemas da moldura da civilização euroantropocêntrica. A ideia de que esses povos sustentam um modo de vida

estritamente tradicional não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo estático e congelado. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras. Ainda que reproduzam manifestações ditas tradicionais em suas vidas cotidianas, não podemos afirmar que esses grupos sociais não estejam inseridos em um processo progressivo de diferenciação e transformação.

A compreensão desse dinamismo, provocado sobretudo pelos embates sociais que contribuíram para a formação da identidade dos extrativistas amazônicos, é fruto dos caminhos por eles percorridos em seu singular estilo de vida em consonância com a natureza, transmitindo seus costumes e práticas culturais de geração a geração, sem reconhecimento político de sua existência, que de certa forma, forjaram a seu modo as relações de pertencimento ao espaço vivido em que por eles é concebido.

Como bem destacou o professor Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 30), “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Neste sentido, o reconhecimento político e social exigido e que as difere das demais populações que adentravam na Amazônia, naquele momento histórico, materializava-se em seus territórios, transformando-os legalmente em Reservas Extrativistas. Desta forma, a identidade territorial do caboclo amazônico, com as especificidades sociais supracitadas, é também uma identidade social, e a construção dessa identidade parte e é perpassada pelo território, que passa a ser aqui um construtor dessa identidade (HAESBAERT, 2002).

Dessa forma, as lutas em prol do novo modelo apresentado pelo CNS ganhavam cada vez mais força e Chico Mendes liderou diversas negociações de apoio que resultaram no que ficou conhecido como Aliança dos Povos da Floresta, colocando lideranças indígenas e extrativistas na mesma mesa de discussão em busca de um mesmo objetivo: a defesa do meio ambiente, dos seus modos de vida e da melhoria da qualidade de vida de suas populações (ALLEGRETTI, 1994, 1989, 2002, 2008; ALMEIDA, 2012; PAULA, 2012).

Essa convergência de esforços foi crucial para o fortalecimento da proposta dos seringueiros e forçou a inclusão das Reservas Extrativistas como medida compensatória aos impactos ambientais ocasionados pela pavimentação da BR-364, via de integração que ligava a capital de Rondônia à do Acre. A obra foi financiada com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Chico Mendes apresentou aos dirigentes do banco um relatório sobre a situação dos extrativistas, provocando uma revisão do empréstimo concedido pelo BID e o reajuste das cláusulas (ALLEGRETTI, 2008; MORO, 2011).

Chico Mendes ganhou projeção internacional com esse episódio e se tornou o inimigo número 1 das elites locais, que o acusavam de ser contrário ao “progresso” do estado (GRYBOWSKY, 1989; MARTINS, 1998; SHOUMATOFF, 1990; ALLEGRETTI, 1994, 2002; VENTURA, 2003; MORO, 2011). Desde então, com financiamento das elites locais, iniciou-se uma campanha incessante de desmoralização de Chico Mendes e das demais lideranças dos seringueiros nos principais veículos de comunicação do Acre e da Amazônia que, de certa forma, preparava a opinião pública para justificar seu assassinato (ALLEGRETTI, 2008; VENTURA, 2003).

Como estratégia para protegê-lo da violência local, os movimentos sociais ligados à luta pela terra e ao meio ambiente o colocaram em evidência internacional nos debates sobre o tema. No tempo que antecedeu sua morte, Chico Mendes recebeu inúmeros prêmios internacionais, inclusive o Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU) (ALLEGRETTI, 2002, 2008, 2012; VENTURA, 2003):

Robert Lamb Diretor da TVE, TV *Trust for the Environment*, em Londres, criada em conjunto com Adrian Cowell, responsável pela realização de filmes ambientais para a UNEP e pela produção da série “A Década da Destruição” em coprodução com a Universidade Católica de Goiás. Ao voltar de Xapuri, Robert Lamb indicou o nome de Chico Mendes para receber o prêmio Global 500 da ONU, concedido a ele em junho de 1987 (ALLEGRETTI, 2002, p. 459).

Incansavelmente, Chico Mendes utilizava esses espaços de ampla visibilidade para descrever as peculiaridades do movimento que liderava na Amazônia, abordava o novo modelo de desenvolvimento que propunham, unindo a defesa do meio ambiente com a melhoria da qualidade de vida de suas populações, e alertava sobre as ameaças e o risco de vida que corria em seu país (MARTINS, 1998; ALLEGRETTI, 2002, 2008).

Em meio a esses embates, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publica a Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987 (BRASIL, 1987), criando o Projeto de Assentamento Extrativista. O projeto destinava-se à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, executadas pelas populações que ocupassem ou viessem a ocupar as mencionadas áreas. Pela primeira vez, o Estado reconhecia o modo de vida dos seringueiros e usava a denominação “assentamento”, já que até aquele momento não havia outra forma de reconhecimento expressa nos dispositivos legais que versavam sobre a reforma agrária (ALLEGRETTI, 2002, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2004).

É fundamental compreender a complexidade do conceito para a época, a essência da proposta de Reservas Extrativistas sem lotes individualizados e adotando as colocações como módulos de exploração sustentáveis. Eram, assim, concebidas como territórios contínuos e indivisíveis, diferentemente da forma que ocorria com a reforma agrária convencional (ALMEIDA, 2012).

Outro aspecto emblemático no enquadramento legal do conceito era a concepção de propriedade: o território continuava pertencendo à União, porém cedido às comunidades através de um Contrato de Concessão de Uso, atualmente conhecido como Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), condicionado a um plano de manejo dos recursos naturais existentes no território (ALLEGRETTI, 2002, 2008; ALMEIDA, 2012). A compreensão institucional do conceito de Reserva Extrativista que alicerçou a criação das primeiras unidades surgiu apenas cinco anos depois (ALLEGRETTI, 2002, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2003).

O advento da Constituição Federal de 1988, que determinou a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público e um novo caminho na área ambiental, abriu jurisprudência para incluir as Reservas Extrativistas como espaços territoriais a ser especialmente protegidos pelo poder público (BRASIL, 2016; ALLEGRETTI, 2002).

Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado. É incontestável que a repercussão internacional do assassinato tenha sido determinante para a criação da primeira Reserva Extrativista, um ano e um mês após sua morte: a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, por meio do Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990). Também encontra-se em tramitação o processo de transformação do Seringal Cachoeira em Reserva Extrativista. A área era tradicionalmente habitada pela família de Chico Mendes e, como forma de enfrentá-lo, seus assassinos, além de grilar as terras, ameaçaram desmatar toda a área antes da oficialização da reserva (ALLEGRETTI, 2002, 2008).

Ficou definido o modelo de Reserva Extrativista como forma específica de regularização fundiária e ambiental, delegando ao recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a responsabilidade pela nova unidade de conservação. Posteriormente, o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, definiu as Reservas Extrativistas como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista” (BRASIL, 1990; MURRIETA; RUEDA, 1995).

Sob pressão, o governo foi levado a formalizar a Reserva Extrativista Chico Mendes, em 3 de março de 1990, com quase 1 milhão de hectares em áreas até então em conflito.

Em 1992, ainda no marco das discussões ocorridas durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), é criado o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) nas entranhas da estrutura burocrática do Ibama. De acordo com a Portaria nº 22, de 10 de fevereiro de 1992 (BRASIL, 1992a), esse seria o órgão gestor das questões relativas à criação e implantação das Reservas Extrativistas (MURRIETA; RUEDA, 1995).

A partir do ano 2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as Reservas Extrativistas compõem o conjunto de unidades de conservação de uso sustentável. Conforme o parágrafo § 2º do Artigo 7º dessa lei, “o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). O Art. 18 define:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência [*reprodução dos modos de vida*] baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência [*de pequena escala*] e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p. 18-19).

Percorridas quase três décadas após sua primeira materialização, esse modelo de unidade de conservação, que alia unidade de produção e conservação, vem constantemente apresentando desafios para o Estado, para a academia e, sobretudo, para as populações tradicionais e movimentos sociais que foram protagonistas na criação do modelo. Um dos grandes desafios em tempos de globalização e circulação “instantânea” de dados e informações é garantir a renovação sem a perda da essência, a partir de propostas que sintetizem ações e coloquem o passado e o futuro no presente, num diálogo constante, vislumbrando suas múltiplas simbologias.

Nesse sentido, é necessário compreender que as incontáveis representações existentes entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno, desenvolvem-se de maneira desigual e são faces inerentes ao desenvolvimento histórico das populações humanas, que nesse percurso tecem pontos de conexão entre a vida vivida e aquela a ser vivida. No entanto, isso merece atenção nos tempos atuais, em que “os modos de vida produzidos e reproduzidos pela modernidade tendem a nos afastar dos tipos tradicionais de ordem social, em razão de que as mudanças engendradas nessas sociedades são mais profundas que em qualquer outro período precedente” (FRAXES et al., 2009, p. 31).

Assim, caso não ocorra um diálogo mais intenso entre as gerações, as populações vindouras de extrativistas poderão viver a tristeza nostálgica de suas tradições. Por isso as populações tradicionais precisam refletir sobre a importância dos valores, dos costumes, lutas e resistências, e inserir nessas discussões a participação mais efetiva da juventude. Haja vista que, qualquer que seja o seu ritmo e o seu nível, o desenvolvimento é uma caminhada entre a tradição e a modernidade (SALOMON; SAGASTI; SACHS-JEANTET, 1993, p. 15).

Na atual conjuntura do país, torna-se cada vez mais importante a capacidade política e de articulação do renovado CNS, agora mais abrangente, reformulado em Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)²⁹ e que continua sendo a maior referência na organização dessas populações tradicionais.

É tarefa do CNS pensar em exercícios constantes para que as Reservas Extrativistas permaneçam conciliando desenvolvimento, conservação da natureza e equidade social. Há que se integrar à modernidade sob o fundamento de que o legado dos mestres e anciãos oferece para a “História do Tempo Presente” uma forma sábia de utilização dos recursos naturais, tanto para a produção como para a reprodução dos modos de vida, suas diversidades, múltiplas territorialidades e subjetividades simbólicas.

As Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX Marinhas)

NÓS MANGUE

*Louvada seja a maré
que traz no ventre a flor da fé
da porção semente.*

*Nós somos metade gente,
outra de caranguejo,
seguindo na corrente de um desejo.*

*Nas nossas veias flui o sangue
das Santas Ceias vindas dos belos mangues.*

*Louvada seja a maré
que traz no ventre a flor da fé
da porção semente.*

*Só é pescador aquele que
traz nas mãos o ofício do pescar,
no coração, o sentido do compartilhar
e na sua cabeça, a razão do conservar.*

WALDEMAR VERGARA L. FILHO

²⁹ Essa reformulação se deu com o II Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e o 8º Encontro Nacional, realizado em Belém, no ano de 2009, quando foi aprovada a mudança do nome da entidade para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mas preservando a mesma sigla CNS. Fui um dos relatores das deliberações de mais de 400 lideranças extrativistas presentes, representando os nove estados da Amazônia.

Assim como andar é o ato mais familiar para os seringueiros, conforme nos mostrou Allegretti (1989), navegar pelos rios, furos e igarapés é um ato tão familiar quanto pescar para os pescadores. O que há de comum e de diferente entre esses trabalhadores? Eles mensuram o tempo e o espaço ao seu modo, em consonância com a natureza, mas enquanto uns o fazem por horas de caminhada na floresta, outros utilizam como medida os ciclos das marés, o tempo de remada. No entanto, o que os une é o fato de que são, sobretudo, extrativistas e explorados pelo sistema político e social vigente. Por isso, precisam lutar por alternativas que lhes permita viabilizar melhores formas de viver, com o mínimo de dignidade.

Os embates travados entre seringueiros e fazendeiros no Norte do Brasil, que resultaram na morte de várias lideranças sindicais e ambientalistas, como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, reverberaram longe e chegaram ao litoral sul do país. Assim como as notícias sobre a constituição de um modelo novo de uso coletivo do território e seus recursos. Ao aportarem na Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, trazidas pelas páginas de uma publicação não científica de circulação nacional, essas notícias tiveram forte impacto num grupo de pescadores marisqueiros de berbigão³⁰.

Uma pequena reportagem sobre as Reservas Extrativistas do Acre foi o suficiente para fazer aqueles pescadores vislumbrarem ali uma oportunidade de conter coletivamente as pressões do capital sobre seu território. Além de uma acelerada expansão urbana induzida pelo turismo na ilha, e seu corolário na forma de especulação imobiliária, estava ocorrendo uma considerável demanda pelo berbigão no mercado, intensificando, evidentemente, sua exploração. Sem um ordenamento claro da atividade, os pescadores estavam seriamente ameaçados e foram em busca de apoio para compreender melhor aquele modelo e a viabilidade de responder às suas necessidades (SPÍNOLA, 2011).

De acordo com Karam (2009), esses pescadores elaboraram uma argumentação expondo a relevância social da existência de uma RESEX Marinha e realizaram um abaixo-assinado, datado de 27 de abril de 1992, no qual justificavam a solicitação:

[...] Mangue do Rio Tavares e respectivo banco marinho anexo ao referido Mangue, onde extraímos nosso sustento (sururus, caranguejos, peixes, camarões, berbigões, etc.), sejam transformados em Reserva Extrativista, considerando a necessidade de continuarmos a conservar ao longo do tempo os recursos naturais tradicionalmente por nós explorados (KARAM, 2009, p. 6).

³⁰ O berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*) é um molusco bivalve que vive em praias arenosas, areno-lodosas, manguezais e fundos arenosos em ambientes coralíneos. São nutritivos e possuem pouca gordura, além de serem ricos em ômega 3 e minerais como zinco, ferro e magnésio (RODRIGUES; AZEVEDO; DA SILVA, 2010).

Estávamos no prelúdio da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e os debates pulsantes sobre a conservação da natureza criavam um ambiente político muito favorável para o estabelecimento de unidades de conservação fora dos limites da Amazônia. Assim, na esteira dessa conjuntura, em 20 de maio de 1992, pelo Decreto nº 533 (BRASIL, 1992b), é criada a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, a primeira Reserva Extrativista Marinha do Brasil.

Desta maneira, unificava-se a luta dos extrativistas de norte a sul do país, da floresta à beira do mar. Os ventos que sopravam de Pirajubaé se apresentavam não só como um instrumento real que auxiliaria o desenvolvimento socioeconômico da população de pescadores artesanais daquela região na conservação do estuário do Rio Tavares, como também abria caminhos para outras comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, sedentos por reconhecimento e respeito em outras partes do litoral brasileiro (CHAMY, 2004; SPÍNOLA, 2011; PROST, 2018).

A partir de então, começaram a surgir, do mesmo modo, demandas socioambientais de várias partes do litoral brasileiro pelas chamadas Reservas Extrativistas Marinhas. Colocava-se, no centro das discussões sobre o ordenamento territorial e o manejo dos recursos naturais, a participação das inúmeras populações pesqueiras litorâneas, incorporando a esses processos os seus modos de vida e seus mecanismos endógenos de gestão preexistentes (CUNHA, 2001; CHAMY, 2004).

Decerto que as correlações naturalmente estabelecidas entre as populações humanas e o ambiente não seguem trajetórias contínuas, lineares e únicas. As experiências somadas dessa relação é que são únicas para cada sociedade (CORBIN, 1989). E é, nessa singularidade, que as articulações pró-RESEX Marinhas chegam ao litoral amazônico ainda no início da década de 1990, ladeadas de demandas que têm contribuído sobretudo para os processos contínuos de recomposição e reconfiguração dos territórios tradicionais de pesca, como fomentadoras de ações de reafirmações de suas territorialidades (AQUINO; ROSA, 2009; TEISSERENC, 2015; TEISSERENC; TEISSERENC, 2016).

Esses anseios por reconhecimento estão diretamente ligados a uma tentativa de contrapor o senso comum que ainda paira no imaginário do brasileiro, de que os recursos pesqueiros e seus territórios são “*res nullius*”, ou seja, “coisas sem dono”. A necessidade de afirmação por parte de comunidades inteiras de pescadores artesanais pode estar também relacionada à ausência de mecanismos institucionais regulatórios efetivos que assegurem normativas de acesso, de propriedade e de controle dos espaços litorâneos (CHAMY, 2004).

Considerando que a costa norte brasileira forma um ambiente de alta produtividade de recursos pesqueiros bem diversificada Isaac-Nahum (2006), a pesca e os pescadores merecem destaque em qualquer análise. No entanto, mesmo com toda riqueza de espécies aquáticas costeiras/estuarinas, é possível constatar que a pesca do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), e os demais elos de sua cadeia produtiva, constituem um dos componentes basilares da economia das populações que vivem nessa zona costeira/estuarina (NASCIMENTO; DOMINGUES; BARBOZA, 2015). Estima-se que mais da metade dos domicílios localizados nas comunidades pesqueiras dos municípios paraenses, como Bragança, Colares, São Caetano de Odivelas, Vigia e Viseu, dependem economicamente dos recursos extraídos dos manguezais para a reprodução dos seus modos de vida (MANESCHY, 1993, 2005; GLASER, 2003; GLASER; DIELE, 2005; MAGALHÃES et al., 2007).

Convém observar que, dada a sua importância socioeconômica, foi justamente em torno de um conflito por invasão de áreas de captura de caranguejo-uçá que surgiram as primeiras discussões sobre RESEX Marinha no litoral paraense (ICMBIO, 2018). Tiradores de caranguejos, alguns membros da Associação dos Caranguejeiros de Soure, no arquipélago do Marajó, queixavam-se na delegacia local de que pescadores de outros municípios, após constantes enfrentamentos com tiradores de caranguejos oriundos de São Caetano de Odivelas, município localizado no Salgado Paraense, estavam “invadindo” seus territórios de pesca e fazendo uso de práticas consideradas por eles como predatórias (ex.: laço, tapagem)³¹.

Levando em conta a historicidade da pesca do caranguejo, muitos são os fatores que podem explicar a expansão das áreas de captura e a evolução das técnicas. Dentre eles destacam-se as pressões dos mercados, ocasionadas pelo aumento exponencial da demanda, sobretudo em cidades circunvizinhas e na capital do estado, atualmente o maior mercado consumidor do crustáceo, sobretudo nos finais de semana. Além de um elemento novo que vinha aos poucos sendo colocado no cenário econômico, o beneficiamento de sua carne, que a partir do ano 2000 possibilitou maior inserção da mão de obra feminina, aumentou a extração e a capacidade de exportação do caranguejo para centros urbanos mais longínquos, ampliando

³¹ O “braceamento” é o método tradicional de captura do caranguejo-uçá permitido pela legislação, na verdade a única técnica considerada legal em todo o litoral paraense. O método consiste na inserção direta do braço na toca (ou galeria) visando extrair o caranguejo vivo para fora de seu habitat (PASSOS et al., 2016). O método do laço consiste em uma armadilha confeccionada com um fio de náilon e um pequeno pedaço de madeira ou galho que, posicionada na entrada das tocas, aprisiona o crustáceo no momento de sua saída para o forrageio. O tapa, ou tapagem, é uma técnica de bloqueio das galerias com o sedimento do próprio mangue, obstruindo dessa forma a entrada do ar para forçar o caranguejo a subir à superfície a fim de respirar; nesse momento o crustáceo é capturado (SIMONIAN; BATISTA, 2013).

a complexidade da cadeia produtiva (MANESCHY, 2005; MAGALHÃES et al., 2007; DOMINGUES, 2008).

A combinação desses fatores, aliada à baixa empregabilidade das populações economicamente ativas, principalmente a masculina, fez crescer o número efetivo de pescadores atuando diretamente na extração do caranguejo nos manguezais do litoral paraense. O que de acordo com Maneschy (2005), além de promover a diversificação das técnicas e a reorganização do trabalho familiar nas comunidades pesqueiras, provocou a abertura de “novas” áreas de exploração ao longo do litoral.

Em São Caetano de Odivelas, os tiradores referem-se à prática da “baixada”, quando passam dias seguidos em manguezais distantes, supostamente mais produtivos; o termo baixada refere-se ao fato de que, em geral, procuram áreas à jusante dos rios, ou ao longo do litoral, como é o caso da Praia da Romana, no município vizinho de Curuçá (MANESCHY, 2005, p. 152).

Por outro lado, a gestão da atividade pesqueira no Brasil, sobretudo da pesca artesanal, ainda é muito deficitária. Essa constatação se faz especialmente importante num contexto em que há baixa participação das comunidades pesqueiras nos processos decisórios (KALIKOSKI; SEIXAS; ALMUDI, 2009). Conscientes disso, naquele momento histórico, os tiradores de caranguejo de Soure reivindicavam a criação urgente de regulamentações que atendessem às necessidades da categoria e impedissem a atuação de tiradores de outros municípios, que capturavam caranguejos nos manguezais da região, sempre fazendo uso de práticas predatórias para aumentar ainda mais a capacidade de extração. Então, em 1996 um grupo de tiradores de caranguejo protocolou uma denúncia junto ao Ibama.

Os conflitos se intensificaram e no ano seguinte, já organizados no que viria a ser a Associação dos Caranguejeiros de Soure, pediram apoio e adesão de outras instituições – Pastoral Social, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), UFPA, Prefeitura Municipal, Ministério Público Federal (MPF), Colônia de Pescadores de Soure-PA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município – para que, juntos, pudessem pensar alternativas para a situação.

De acordo com meus interlocutores, paralelamente à tramitação do processo junto ao Ibama, os conflitos por área de captura de caranguejo continuaram ocorrendo e, em busca de alternativas para contê-los, uniram forças com as instituições parceiras para a organização na cidade de Soure de um evento no qual pudessem debater amplamente a temática, que já se tonara litigiosa.

Dessa forma, em 1997 foi realizado o I Encontro de Manguezais de Soure³², em que pescadores artesanais, professores e vários técnicos de órgãos públicos municipais, estaduais e federais debateram questões socioeconômicas, biológicas, geográficas e de ordenamento. Como resultado, um documento pedindo providências para a proteção dos pescadores artesanais e dos manguezais da região do Marajó foi enviado ao Ibama.

Em síntese:

O objetivo do encontro foi o de criar uma representação dos extrativistas locais para que eles pudessem participar das políticas de ordenamento da pesca. Nesse cenário, os extrativistas marajoaras basearam-se no exemplo dos extrativistas do Acre e exigiram a criação de uma Reserva Extrativista. O Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apoiaram não apenas a demanda pela criação de uma reserva, como também a criação da associação local dos caranguejeiros no Primeiro Encontro dos Manguezais. O município foi o único naquele momento a apresentar organização social formal dos extrativistas (NEVES, 2020, p. 41).

Os pescadores e pescadoras artesanais de Soure solicitaram formalmente junto à superintendência do Ibama/PA, através do processo nº 02018.003402/97-90, CNPT/1997, a criação de uma Reserva Extrativista. Anexado à petição constava um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas.

Após a conclusão de uma série de estudos necessários, o Decreto s/n publicado no dia 22 de novembro de 2001 oficializava a Reserva Extrativista Marinha de Soure, com uma área de cerca de 27.463,58 hectares localizada na costa nordeste do arquipélago do Marajó, município de Soure (PA), entrando assim para a história como a primeira RESEX Marinha do litoral da Amazônia (BRASIL, 2001).

Os conflitos por área de extração de caranguejo no arquipélago do Marajó arrefeceram momentaneamente, mas novos desafios surgiram. Funcionando como um laboratório dos processos de cogestão, as experiências acumuladas na RESEX de Soure têm sido, desde então, socializadas e expandidas aos demais municípios do litoral Amazônico. Agora, o cerne das discussões não são mais apenas os conflitos com tiradores de caranguejo de outros municípios, mas há uma visão mais ampla, para além de demandas pontuais, e outras questões entraram em pauta: o reconhecimento pelo território, o ordenamento participativo e a preservação dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais do litoral. Esses

³² O encontro teve caráter de denúncia e contou com a participação dos extrativistas locais e órgãos como o Ibama, o Centro Nacional de Pesquisa da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Ministério Público Federal, além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Reivindicaram condições e dispositivos legais do Estado que coibissem a sobrepesca do caranguejo-uçá por migrantes vindos dos municípios do nordeste paraense (NEVES, 2020, p. 57).

debates buscam evitar conflitos mais graves com agentes econômicos externos, como a implantação de projetos de carcinicultura (cultivo de camarões), que vinda do Nordeste brasileiro tem causado impactos ambientais irreparáveis aos ecossistemas costeiros (CARDOSO, 2001; NASCIMENTO; PEREIRA; DÓRIA, 2007; NASCIMENTO, 2019).

De todo modo, o modelo de RESEX Marinha tornou-se um instrumento catalizador dessas demandas e atraiu a atenção e apoio de instituições de ensino e pesquisa em diversas áreas do conhecimento, tornando-se campo profícuo para os projetos coletivos das populações tradicionais do litoral amazônico (GLASER; CABRAL; RIBEIRO, 2005).

Naquele momento histórico, os discursos que ecoavam entre os grupos de pescadores artesanais do litoral paraense deixavam claros os anseios desses trabalhadores em busca de um reconhecimento oficial de seus territórios, algo que garantisse os seus direitos consuetudinários.

Em meio aos acontecimentos e ecos que vinham do Marajó, o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (GERCO)³³ nasce com o propósito de responder às demandas que vinham de um colegiado composto por diversas instituições, entre elas o Ibama, cujos técnicos – sobretudo aqueles que compunham o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) – eram constantemente pressionados pelos pescadores artesanais e suas lideranças. Iniciou-se então um estudo da situação da zona costeira do estado.

Conduzido pela então Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), o estudo intitulado “Setor da Costa Atlântica do Salgado Paraense: análise de criticidade ambiental” foi implementado (GERCO, 2002).

Como lembrou um dos interlocutores que contribuíram com esta pesquisa:

Depois que os caranguejeiros de Soure fizeram aquela onda toda com os de São Caetano, teve até briga... e a notícia foi pela maré... todo mundo ficou sabendo. Quando a gente chegava na comunidade não era para fiscalizar ou prender rede de pescador, mas o IBAMA fazia isso né... e as lideranças, os pescadores, aqueles mais esclarecidos, colocavam a gente na parede, exigindo que nós do CNPT resolvesse a situação dos conflitos deles. A gente enquanto Estado ficava de mãos atadas, não podia fazer muita coisa. Mas aí sensibilizamos com o coordenador da época, o sociólogo Otavio Albuquerque, que era natural de Viseu e conhecia a realidade, ele levou a situação para o chefe nacional do CNPT em Brasília, o Dr. Rafael Rueda. Quando ele voltou de lá, isso era em julho de 99, acho... levou a situação

³³ O Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará (GERCO-PA), iniciado em 1990, faz parte do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). No estado do Pará, a gestão ficou a cargo da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), contando com a participação de outros órgãos do estado e do governo federal. Quando houve uma reforma administrativa do estado, a SECTAM foi extinta e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) assumiu a coordenação do programa.

para o diretor do IBAMA, que foi exposto na reunião do GERCO. Mas ninguém queria saber de conversar com pescador, de dialogar sobre as coisas deles.... aí a gente teve que tipo camuflar os nossos objetivos de ajudar a criar RESEX sabe?... aí um estudo começou a ser feito pelo povo do GERCO, mas eles não acreditavam que isso tudo tava virando um pavio de pólvora e poderia estourar a qualquer momento, aí seria 10 vezes Soure, tinha muito atravessador, o povo grande estava vindo com a carcinicultura, criação de camarão, sabe?... é muito dinheiro, muito mangue destruído, eu sou do nordeste, eu sei como é isso lá, entende? Aí a partir de agosto, eu começo a participar como assessor técnico contratado pelo PNUD pra assessorar, porque minha formação prática de vida é manguezal, sou biólogo e fui convidado pra ver que demanda era essa dos pescadores. Então a gente ia aos municípios, nem todos os municípios do Salgado Paraense, incluindo o Marajó, foram atendidas essas demandas porque nem os municípios queriam entender, achavam que era intervenção do Estado, né? E algumas regiões dessas com articulações dos movimentos dos pescadores, conversava com as prefeituras pra ver se de fato era pra ser a criação de uma reserva extrativista, não era só de criar uma reserva, era ver e buscar a discussão de problemas ambientais e de que forma proteger aquelas áreas. E um desses encaminhamentos gerou a questão da viabilidade de ser reserva extrativista, foram criadas nove reservas, né?, mas foram eles [*os pescadores*] que correram atrás, a gente só deu apoio, não podia se expor. A gente sabia que o governo do Estado queria era APA, porque não precisava ficar reunindo com pescador, discutindo, estas coisas participativas...³⁴

Em vista da necessidade de explicar os conflitos e contradições em jogo na produção/reprodução desses espaços costeiros/estuarinos à época, o GERCO, através da SECTAM, deu início em 2000 ao processo de zoneamento, em 17 municípios litorâneos que compõem o Setor Costa Atlântica do Salgado Paraense³⁵, usando uma adaptação da metodologia elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pelo Laboratório de Geoprocessamento e Tratamento de Imagens (LAGET) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os fundamentos metodológicos empregados no zoneamento destacavam o levantamento e a análise interativa de parâmetros do meio físico-natural, o que visivelmente relegaria a segundo plano aqueles de caráter socioeconômico. O estudo propunha-se a realizar o georreferenciamento dos elementos considerados fundamentais no território para a elaboração de um diagnóstico, que seria exposto por meio de um mapa síntese de gestão do território, dentro de princípios mínimos, que a equipe técnica denominou de “sustentabilidade ecológica e econômica” (GERCO, 2002).

³⁴ Técnico 01. Em entrevista e conversa informal com o autor em outubro de 2016 e 2017, RESEX Marinha de João da Ponta-PA.

³⁵ O Setor 1 – Costa Atlântica do Salgado Paraense, na época do estudo, compreendia os seguintes municípios: Viseu; Augusto Corrêa; Bragança; Tracuateua; Primavera; Quatipuru; São João de Pirabas; Santarém Novo; Salinópolis; Maracanã; Magalhães Barata; Marapanim; Curuçá; São Caetano de Odivelas; São João da Ponta; Vigia e Colares (GERCO, 2002).

Todavia, quando os resultados foram publicados em 2002, prevaleceram as análises física, morfoclimática e biológica da área de estudo, a microrregião do Salgado Paraense. Uma das justificativas para a fragilidade dos dados sociais foi a grande extensão territorial da área³⁶ e apontava-se a necessidade de mais estudos por município. Os resultados, considerados multi e interdisciplinares, mostravam os “níveis de criticidade” ocasionados pela ação antrópica sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das populações que habitam esta zona litorânea (GERCO, 2002). Com ênfase nos aspectos físico/espacial, biológico e econômico relacionados à pesca do Salgado Paraense, o relatório praticamente desconsiderou os conhecimentos tradicionais, bem como os principais problemas e conflitos existentes para que se pudesse melhorar a gestão dos recursos pesqueiros no litoral paraense.

Cabe aqui um breve parêntese. Mesmo sem aprofundar o debate acerca da principal atividade da pesca extrativa da zona estudada, era a primeira vez que dados oficiais colocavam à luz, mesmo que timidamente, os conflitos relacionados à extração do caranguejo-uçá, destacando as formas predatórias de captura e fazendo uma prospecção sobre o futuro da pescaria:

A captura do caranguejo representa 13% do total das espécies pescadas no setor Costa Atlântica, estando, portanto, entre as espécies com maior volume de produção.

São Caetano de Odivelas, Vigia e Marapanim são os municípios onde se concentra o maior esforço de captura do caranguejo, sendo que a área de apanha já se estende para o litoral da ilha de Marajó e os métodos de captura incluem redes, laços e o chamado “tapa”, que consiste em obturar a entrada das covas dos caranguejos com paus e lama, guardando aqueles que não puderam ser apanhados antes da enchente, para a maré seguinte. Isso aumenta a produtividade, mas diminui as chances de sobrevivência da espécie provocando a redução dos estoques. Para compensar a baixa produtividade ocorre a intensificação da pesca com o desenvolvimento de novos métodos de captura, até que se atinjam os limites mínimos na reprodução da espécie e eventualmente a sua extinção (GERCO, 2002, p. 81-82).

Porém, antes de tudo, cabe compreendermos que os conflitos, que originalmente eram de caráter econômico e social, evoluíam também para conflitos de caráter socioespacial. As pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital acionavam cada vez mais seus mecanismos sobre os recursos naturais a fim de atender à crescente demanda por proteína animal. Consequentemente, eram evidentes, entre seus reflexos, as pressões sobre os estoques pesqueiros e os avanços sobre novas áreas de exploração, o que só acirrava os conflitos

³⁶ Devido à grande extensão territorial abrangida pelo setor, foi necessário efetuar uma análise de criticidade, com o objetivo de selecionar as áreas prioritárias para a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) (GERCO, 2002, p. 3).

socioespaciais entre a própria classe de pescadores artesanais – o que o estudo não considerou em suas análises, mostrando claramente uma maior preocupação com os aspectos biológicos, sem relacioná-los de forma incisiva com os sociais.

De qualquer modo, os poucos dados socioeconômicos contidos no documento referendaram os conflitos existentes nas diversas modalidades de pesca desenvolvidas na área e faziam suas correlações. Por fim, sinalizavam:

Conclui-se, portanto, que para essas áreas, consideradas de risco ambiental, onde se incluem os manguezais, seria recomendável que fossem protegidas, através da criação de uma grande unidade de conservação da natureza, constituindo-se no principal instrumento para a gestão adequada de todo esse importante ecossistema (GERCO, 2002, p. 30).

Contraditoriamente, porém, aos interesses de conservação sobre os ecossistemas costeiros e aos desejos dos pescadores e pescadoras artesanais de se criarem RESEX Marinhas nessa faixa litorânea, o estudo finaliza com o Estado acenando para o mercado, indicando explicitamente a região como uma área de alto potencial para a implantação de atividades aquícolas, sobretudo a carcinicultura³⁷ e a criação moluscos (malacocultura):

As características do litoral Atlântico paraense, formando rios trombetiformes (rios curtos com grandes embocaduras em forma de funil) de pouca profundidade, favorecem o desenvolvimento de atividades de aquicultura, principalmente para a criação de crustáceos e moluscos. Essas atividades necessariamente deveriam ser precedidas por pesquisas da biologia de cada espécie selecionada para ser criada, complementada por estudos de mercado que apresentem a viabilidade econômica de cada empreendimento (GERCO, 2002, p. 82).

Vale ressaltar que naquele momento o Brasil já era considerado uma frente recente de expansão da carcinicultura comercial, contudo já eram conhecidos os impactos sociais, econômicos e ambientais nas áreas costeiras gerados pela atividade (AZEVEDO, 2005).

Cabe destacar que os estados aparecem cada vez mais como mediadores centrais nos projetos de grandes investimentos, especialmente em tempos de abertura dos mercados e mundialização do capital (MORAES, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2018). As conclusões do estudo do GERCO deixavam bem clara a postura antagonica do Estado diante das questões

³⁷ A atividade de cultivo de camarões marinhos, que teve seu início no continente asiático, tornou-se um dos segmentos da aquicultura de maior expansão em todo o mundo. Contudo, sob a perspectiva ambiental, tem causado grandes impactos nocivos ao ecossistema manguezal. O desmatamento de vastas áreas para implantação dos viveiros provoca a conversão do uso da terra, e as descargas excessivas de nutrientes e de matéria orgânica nos efluentes, oriundas de substâncias químicas utilizadas como alimento ou medicamento, prejudicam as condições geológicas e hidrológicas do ambiente. Sérios impactos socioeconômicos, que vão desde o alto consumo de água à segurança alimentar das populações adjacentes, são identificados como decorrentes da carcinicultura, sobretudo no Nordeste brasileiro (AZEVEDO, 2005).

ambientais, ao manifestar-se de forma dúbia: “Parte de seu aparato constitui os principais mecanismos institucionais de defesa e conservação dos recursos naturais, outra parte constitui os principais agentes de degradação” (MORAES, 2005, p. 57).

Por mais que, politicamente, a gestão do governo do estado do Pará nesse período em análise não demonstrasse interesse em apoiar a criação de RESEX³⁸, no ensejo de todas as informações levantadas e como resultante de inúmeras reuniões comunitárias, aquele ano finalizava com a publicação no *Diário Oficial da União* do Decreto s/n, de 13 de dezembro 2002, que cria de uma tacada só mais quatro Reservas Extrativistas Marinhas no litoral paraense. Um momento considerado de vitória, principalmente para as lideranças dos pescadores e pescadoras artesanais que encabeçaram as petições.

A RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá, com uma área de 37.064,23 hectares, atendia à demanda de 48 comunidades agropesqueiras. No município vizinho, São João da Ponta, cerca de 400 famílias, significando um número estimado de 1.200 pescadores e pescadoras artesanais, passavam a ter oficialmente uma área de 3.203,24 hectares para uso exclusivo do extrativismo pesqueiro, e eram agora corresponsáveis pela gestão da RESEX Marinha que levava o nome do município (BRASIL, 2002a).

Em Maracanã, uma área que totaliza 30.018,88 hectares assegura a gestão do território para mais 1.500 famílias, algo em torno de 4.000 pescadores e pescadoras artesanais, agora na forma da RESEX Marinha de Maracanã. Por fim, a RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso, no município de Santarém Novo, com uma área aproximada de 2.785,72 hectares de manguezal e lâmina d’água, garantia o uso sustentável dos recursos para 300 famílias, algo em torno de 1.100 pescadores e pescadoras (BRASIL, 2002a).

As RESEX Marinhas, agora constituídas, legitimaram os direitos tradicionais de posse sobre o território. Abre-se então uma nova fase, na qual pescadores e pescadoras artesanais têm o desafio de criar as possibilidades concretas de diálogo aberto e franco sobre o uso sustentável dos recursos naturais com diferentes esferas, tanto do poder público como entidades da sociedade civil organizada, que acenem com a efetivação dos processos de gestão compartilhada dos recursos naturais (DUMITH, 2015).

É importante reavivar as colocações de Moraes (2005, p. 102), de “que as formas de apropriação da natureza são em si mesmas construções históricas”, e a história em pleno curso trouxe por terra da floresta amazônica, e agora pelas marés que encheram no Marajó, foram

³⁸ Informação levantada pelo autor em diversas entrevistas e conversas informais com pescadores artesanais, lideranças de organizações não governamentais, servidores públicos do CNPT/Ibama e ICMBio, além de políticos dos municípios onde as unidades foram criadas.

lentamente, ao seu tempo, banhando o litoral paraense até a fronteira com o Maranhão. Essas experiências, ora exitosas, ora traumáticas, decorrem da construção da história do tempo presente desses pescadores e pescadoras artesanais, de suas formas características de se relacionar com espaço onde produzem e reproduzem seus modos de vida.

Ressaltamos que, mesmo com todos os entraves estruturais que dificultam a comunicação, sobretudo entre os municípios mais distantes entre si, foi se estabelecendo uma rede solidária. Os diálogos entre as lideranças pesqueiras no litoral paraense não cessaram, ao contrário, os acontecimentos funcionavam com elementos motivadores para as demais organizações dos municípios vizinhos, como colônias de pescadores, o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA), sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias. É nessa constante construção histórica, como veremos adiante com mais detalhes, que mais quatro RESEX Marinhas foram oficializadas via Decreto Presidencial s/n, de 20 de maio de 2005. Doravante, os “sopros do maretório trazidos na reponta da maré” balançavam as folhas dos manguezais da Bragantina.

Em Tracuateua, a batizada simplesmente de RESEX Marinha de Tracuateua passava a existir com uma área de aproximadamente 27.864,08 hectares, abrangendo 58 comunidades, fazendo fronteira com os campos de cima, lá “pras bandas” do Taperaçu. Tendo como principais afluentes o rio Caeté e o Taperaçu, no município de Bragança, passava a existir a RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, com uma dimensão aproximada de 42.068,086 hectares, onde viviam naquele momento cerca de 5.000 famílias de pescadores artesanais. Lá “pras bandas” do Urumajó, no território do município de Augusto Corrêa, a RESEX Marinha fora batizada de Araí-Peroba, em alusão às comunidades de Araí e Peroba. Com uma área total de aproximadamente 50.555 hectares, entre lâmina d’água, manguezais e croas, fazia fronteira com as comunidades do município de Viseu (BRASIL, 2014). Em Viseu, a RESEX Marinha Gurupi-Piriá, a maior de todas até então, com uma área total de 74.081 hectares (BRASIL, 2005), tem seus territórios com uma construção histórica imbricada no extrativismo pesqueiro marcado pelas águas que fluem dos rios Piriá e Gurupi, este último famoso por representar a linha fronteira com o vizinho estado do Maranhão.

Mais recentemente, e com bem mais experiências acumuladas na bagagem da história, os pescadores e pescadoras artesanais conseguiram ampliar oficialmente seus territórios tradicionais através da institucionalização de mais RESEX Marinhas. O Decreto Presidencial publicado no *Diário Oficial da União* de 10 de outubro de 2014 trazia boas notícias, com a homologação de mais três Reservas Extrativistas Marinhas no litoral paraense, dessa vez nos municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim e Magalhães Barata, bem como a

ampliação da área da RESEX Marinha Araí-Peroba, em Augusto Corrêa, um anseio que vinha sendo amplamente discutido entre as comunidades daquele município (BRASIL, 2014).

A RESEX Marinha Mocapajuba, como foi batizada pelos pescadores e pescadoras artesanais de São Caetano de Odivelas, com uma área de aproximadamente 21.029 hectares representou um grande passo nas reflexões constantes das formas de exploração dos recursos pesqueiros daquele município, sobretudo a extração, comercialização e transporte do caranguejo-uçá, a principal atividade pesqueira artesanal geradora de trabalho e renda do município.

Em Marapanim, onde Lucindo Rebelo da Costa³⁹ exaltava em seus versos a pesca e os pescadores dizendo “Ah! Como é bom pescar, na beira-mar, em noite de luar”⁴⁰, a RESEX honrosamente homenageia esse grande mestre da cultura popular, sendo denominada de Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo. Com uma área de cerca de 26.465 hectares que abrange os ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas, centenas de famílias de pescadores artesanais, como a do Mestre Lucindo no passado, agora poderão pescar na beira-mar com garantias institucionais da gestão do seu território.

Por fim, esse trio de reservas é completado pela RESEX Marinha Cuinarana, em Magalhães Barata, que conta com aproximadamente 11.037 hectares que margeiam os rios Cuinarana e Marapanim (BRASIL, 2014).

Atualmente, são 12 o total de RESEX Marinhas ao longo do litoral paraense, correspondendo a um território com cerca de 255.012,80 hectares de áreas protegidas que formam um verdadeiro cinturão de unidades de conservação de uso sustentável no litoral amazônico (PASSOS et al., 2016). É importante lembrar que uma parcela considerável desse território compreende o ecossistema manguezal, o que totaliza cerca de 148.984,50 hectares, dessa forma garantindo o uso dos seus recursos para 309 comunidades pesqueiras onde vivem algo próximo de 28.100 famílias, conforme estimado em 2013 (ISAAC-NAHUM, 2013). Se atualizarmos as estimativas, o montante pode chegar a 50.000 famílias nos nossos dias.

³⁹ Lucindo Rabelo da Costa (1908-1988), o Mestre Lucindo. Pescador, compositor autodidata e rezador de ladainhas. Pioneiro na organização de grupos de carimbó, foi o fundador do conjunto Os Canarinhos de Marapanim, o primeiro do gênero no município a gravar um disco de vinil. No título do *long-play* (LP), como era chamada essa antiga mídia fonográfica, já vinha uma forte crítica ao carimbó que era gravado na década de 1970, que por novas experimentações estéticas descaracterizava o ritmo considerado autêntico: *Isto que é Carimbó* (IPHAN, 2014).

⁴⁰ Versos do carimbó “Pescador, pescador”, de Mestre Lucindo e os Canarinhos, primeira faixa do LP *Isto que é Carimbó*, de 1974 (CONJUNTO..., 1974).

A realidade atual é bem próxima do que preconizou a pesquisa do GERCO há 16 anos: “Uma grande unidade de conservação da natureza, constituindo-se no principal instrumento para a gestão adequada de todo esse importante ecossistema” (GERCO, 2002, p. 30).

Decerto que, analisando as unidades de conservação de uso sustentável existentes no território nacional, o estado do Pará destaca-se por concentrar o maior número de RESEX, totalizando 23 unidades de conservação de uso sustentável dessa categoria. Destas, 11 são RESEX Florestais e 12 são RESEX Marinhas, a maior concentração dessa categoria de unidade de conservação no mesmo estado da federação.

Ainda há, no entanto, diferentes processos de luta pelo reconhecimento dos territórios em RESEX Marinhas em municípios litorâneos do Pará que devem ser objeto de reflexões. Segundo informações obtidas com os técnicos do ICMBio/PA, tramita nesse órgão solicitação para a criação de mais duas unidades de conservação de uso sustentável nessa modalidade. Através do processo 02070.001389/2014-16, está em análise a viabilidade de criação da RESEX Marinha Filhos do Mangue, que abrangeria uma área de 37.704,71 hectares dos municípios de Quatipuru e Primavera. Nos municípios que fazem fronteira de maneira contínua, São João de Pirabas e Salinópolis, o processo 02122.000022/2014-16 propõe a criação da RESEX Marinha Viriandeua, com uma área de 48.714,59 hectares. Há ainda a demanda por ampliação da área total da RESEX Chocoare-Mato Grosso, em Santarém Novo, que tramita pelo processo 02070.003440/2010-09.

As RESEX Marinhas constituídas nesse contexto político peculiar representam um grande avanço para a população de pescadores e pescadoras artesanais do litoral paraense. Contudo, no âmbito das relações políticas e coalizões de forças, ainda ocorre um certo “clientelismo”, onde a comercialização do pescado é praticada, em sua maioria, de maneira nociva para os pescadores artesanais. Estes são “presos” ao “patrão”⁴¹, aos quais têm a sua produção vinculada, e, por conseguinte, são esses agentes intermediários que estabelecem os preços, levando os pescadores a um esforço adicional em sua produção a fim de compensar os baixos preços praticados. Os processos organizacionais dos pescadores e suas organizações ora evoluem no sentido de uma unidade, ora esfacelam-se em conflitos internos, mas vêm se refazendo, com uma grande capilaridade de articulação institucional (WEVER et al., 2012; SILVA, 2016; LOPES, 2016; ARCE, 2017; NASCIMENTO; BARBOZA, 2020).

⁴¹ Agente intermediário que atua na cadeia produtiva da pesca artesanal do litoral paraense, normalmente financia as expedições de pesca adiantando dinheiro aos pescadores e, em troca, detém a exclusividade na compra da produção a preços menores que os executados no mercado (NASCIMENTO; DOMINGUES; BARBOZA, 2015).

O conjunto de relações tecidas nos espaços costeiros/estuarinos, que vai muito além do senso ecológico, tem peculiaridades que fazem com que as RESEX Marinhas sejam caracterizadas como “RESEX de segunda geração”, numa analogia às primeiras RESEX que surgiram no Acre no final da década de 1980 (GLASER; OLIVEIRA, 2004). De todo modo, por mais que seja eminente uma reformulação do conceito de RESEX, a fim de se adequar melhor às particularidades sociais e ambientais, e às R-Existências estabelecidas contra as formas hegemônicas de reprodução do capital nos espaços costeiros/estuarinos, desde sua implementação lá em Pirajubaé até as demais partes do litoral brasileiro, sua importância e notoriedade são inegáveis, conforme destacado por Pinto da Silva (2007, p. 178):

As Reservas Extrativistas Marinhas são a mais importante iniciativa política a nível federal a atender às necessidades de pescadores costeiros de pequena escala no Brasil até hoje. As reservas extrativistas de modo geral representam as primeiras unidades de conservação que envolvem especificamente as comunidades locais em seu projeto e gerenciamento. Essas iniciativas têm enorme potencial para conservar áreas costeiras e garantir o sustento das populações costeiras.

Os territórios tradicionais de pesca do litoral amazônico

Mas o fato – prioritário para Chico Mendes – de implantar uma reserva extrativista onde as populações enfrentam conflito mostra que o movimento social lutou por território, mais do que por terra, ou seja, por um espaço delimitado no qual as populações locais detenham o poder de escolher suas práticas sociais e culturais (PROST, 2018, p. 333).

Em meio ao debate de uma série de conflitos socioambientais, a institucionalização em RESEX Marinhas dos territórios tradicionais de trabalho e de reprodução dos modos de vida, em muitos casos, reestabeleceu relações de pertencimento e de identidade e, ainda, reconfigurou as formas de apropriação e uso dos espaços coletivos pelos pescadores e pescadoras artesanais do litoral nordeste do estado do Pará, sobretudo entre os mais jovens. Num sentido mais amplo dessa compreensão, a identidade e o território devem ser pensados como uma constituição indissociável, já que toda identidade territorial é também uma identidade social e o significado metafórico para a construção dessa identidade parte do ou perpassa o território (ARAÚJO, 2007).

Uma percepção sensata à luz da geografia ajudou a compreender que, inicialmente, uma análise científica sobre o território envolve a compreensão do espaço geográfico (HAESBAERT, 2009b). O espaço que, segundo Lefebvre (2006), é social, abstrato, real e

concreto, e solidifica a existência humana. Pela sua complexidade, ao considerar o espaço precisamos analisar cientificamente uma série de combinações de variáveis sociais, as quais debatemos com detalhes no desenvolver deste trabalho.

Dessa forma, é importante enfatizar que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial” (HAESBAERT, 2004, p. 20). É por isso que considero imprescindível definir o conceito de território adotado para as interpretações que seguem. Assim, utilizo sobretudo as compreensões postuladas por Haesbaert e Limonad (1999) e atualizadas por esses mesmos autores em 2007:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), em uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT; LIMONAD, 1999, p. 42).

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, a natureza) (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42).

Nesse sentido, a construção da identidade dos pescadores artesanais não é algo estático, é elaborada e reelaborada constantemente, como resultante de processos sociais tecidos em seus territórios tradicionais há séculos, culminando na territorialidade (HAESBAERT, 2007):

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

De fato, a territorialidade é dinâmica e esse dinamismo “é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2013, p. 287).

No que tange a suas ações próprias ou apropriadas, há que se notar as formas de apropriação e uso dos espaços coletivos de trabalho, que são também espaços de reprodução dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Elas evidenciam, sobretudo, uma adaptação às “novas” estruturas de poder e governança tecidas nos territórios tradicionais de pesca. São, ainda, formas edificadas de maneira personificada em elementos da natureza, que

acabam exercendo um papel crucial nas relações sociais e contribuindo para a compreensão do território (HAESBAERT, 2007). A intensidade desse simbolismo é tão grande que o território passa a ser o “construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (HAESBAERT, 2002).

No processo histórico, pouco se sabe sobre a atividade pesqueira entre as comunidades ancestrais que habitavam o litoral e as margens dos rios, contudo é sabido que essa é uma das atividades de caça⁴² mais antigas praticadas pelo homem, que prevalece com muita intensidade nos dias atuais, e sua essência consiste em um processo de adaptação e apropriação da natureza a partir do saber fazer (DIEGUES, 1983, 1999a; CORDELL, 1983, 1989; CARDOSO, 2001; CUNHA, 2002, 2007).

Esse saber fazer imbricado na atividade é constituído pelo acúmulo de conhecimentos, que na pesca é sobretudo conhecer um pouco dos ventos, das águas, das marés, dos ciclos lunares, dos fundos submarinos, das correntes, da ecologia das mais diversas espécies de peixes, entre outras relações com esses processos naturais. Conhecimentos e práticas são construídos cognitivamente de maneira própria, singular, a fim de interpretar, se apropriar e representar esses processos e, então, reproduzir seus modos de vida (DIEGUES, 1983, 2003; CARDOSO, 2001; CUNHA, 2002, 2007). Nessa singularidade, conforme analisado por Cunha (2003), entre os pescadores artesanais existe uma noção tridimensional do espaço, que envolve os diferentes domínios de vida (mar, terra e céu), dotados de significados, mesmo em tempos de globalização e circulação “instantânea” de dados e informações.

A partir desse entendimento, as formas de apropriação do espaço e as representações da natureza são baseadas na experiência e devem se confrontadas através de testes quase que cotidianos. Essas confirmações parecem indispensáveis para a reprodução dos grupos familiares e dos modos de vida dos pescadores artesanais⁴³ (RAMALHO, 2012).

As correlações que são naturalmente estabelecidas entre as populações humanas e o ambiente, inclusive o político, não acontecem como trajetórias contínuas, lineares (CORBIN, 1989). Sua singularidade está fundada na diversidade (LEFEBVRE, 2006).

Contudo, a busca pela sobrevivência material insere no mercado tanto a pesca como o pescador, com menor ou maior intensidade, mesmo que o sucesso produtivo da atividade não possa ser mensurado previamente. A imprevisibilidade da captura pode ser explicada tanto pela dinâmica móvel dos recursos pesqueiros como pela complexidade dos fenômenos naturais relacionados aos ecossistemas costeiros marinhos, e tais combinações refletem na

⁴² Para melhor entendimento sobre o tema, ver Diegues (1983).

⁴³ Idem nota anterior.

dinâmica da própria organização da atividade produtiva e das oscilações do mercado com o objetivo de atender à crescente demanda.

Todavia, apesar do grande desenvolvimento das forças produtivas do trabalho implementadas nos últimos anos, a atividade pesqueira ainda conserva uma de suas características basilares, a de ser uma atividade extrativa (DIEGUES, 1983; RIBARIC, 2020). Por isso, criar mecanismos políticos de organização para lidar com essas mudanças e oscilações tem sido fundamental para as populações tradicionais reconfigurarem as formas de apropriação e o uso dos espaços em seus territórios tradicionais de pesca, consolidando e reafirmando sua territorialidade.

Os territórios de pesca são cheios de significados que regulam seus acessos, e a questão da territorialidade pesqueira, de fato, fornece fundamentos para uma argumentação mais holística a respeito do direito de posse dos recursos pesqueiros (MALDONADO, 1993; CARDOSO, 2001; RAMALHO, 2012; RAINHA et al., 2014). Esses mecanismos são, em suma, o conhecimento tradicional acumulado, produzido e reproduzido por sucessivas gerações de pescadores artesanais, que criam mapas mentais dos caminhos, dos acessos aos pesqueiros, que se transformam em função das mudanças socioecológicas, políticas, bem como tecnológicas (CUNHA, 2003; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2003; RAMALHO, 2012; RIBARIC, 2020).

É pertinente destacar aqui o reaparecimento, nos debates acadêmicos e populares, a questão da apropriação dos espaços comuns. Em 1968, o ecologista estadunidense Garrett Hardin publicou um artigo na revista *Science* intitulado “A Tragédia dos Comuns”. Em seu argumento, o uso dos espaços e dos recursos comunais deveria ser fortemente regulado pelo Estado ou pela iniciativa privada. Caso isso não ocorresse, a miséria humana continuaria a crescer e as sociedades humanas chegariam ao colapso.

Hardin (1968) alicerçava sua tese fazendo analogia a um sistema de pastagens de uso comum e argumentava que cada pastor estaria preso em um sistema que o compele a aumentar seu rebanho sem limites, em um espaço comunal limitado. Chegaria o ponto em que, cada um perseguindo seus próprios interesses nessa sociedade, a capacidade dos campos comunais exauriria e seria o fim para todos:

A Tragédia dos Comuns se desenvolve desta forma. Imagine um pasto aberto a todos. É de se esperar que cada pastor vai tentar manter o gado do maior número possível no campo comum. Tal mecanismo pode funcionar de modo razoavelmente satisfatório durante séculos, devendo-se às guerras tribais, à caça furtiva, e à doença manter o número de homens e animais bem abaixo da capacidade de absorção do solo. Por último, no entanto, vem o dia do julgamento, ou seja, o dia em que o objetivo a longo prazo desejado de

estabilidade social se torne uma realidade. Neste ponto, a lógica inerente do que é comum impiedosamente gera tragédia (HARDIN, 1968, p. 1.244).

Contudo, Hardin deixou de considerar uma variável importantíssima nessa errônea tese metafórica: as regras consuetudinárias e a capacidade das populações tradicionais em desenvolvê-las, de criar novos mecanismos e estratégias de uso e apropriação de espaços comuns compartilhados há séculos. Readaptados ao longo da história e nos últimos séculos a partir das pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital, do aumento da densidade populacional e, conseqüentemente, de maiores demandas por recursos. A exemplo do que é debatido aqui, a gestão compartilhada, modelo baseado na abordagem da propriedade comum em que os direitos institucionalmente constituídos sobre a propriedade são ordenados e geridos de forma coletiva, com viabilização de arranjos institucionais que dinamizam os processos de gestão (OSTROM, 1990).

Pesquisadores e tomadores de decisões adeptos da “Tragédia dos Comuns” não acreditam na capacidade dos pescadores artesanais de administrarem seus territórios e recursos comuns, sobre os quais lhes são reconhecidos os direitos coletivos historicamente consuetudinários (SANN, 2012). Os espaços de governança devem se ampliar para além da dicotomia público-privado, ou Estado-mercado, como demonstrou Ostrom (1990). Posteriormente, estudos que se contrapõem à tese de Hardin mostram que de fato os sistemas de gestão nos quais os próprios pescadores são planejadores e executores evoluem com maior fluidez, sobretudo na pesca artesanal de pequena escala ao longo do mundo, e apontam sucessos consideráveis na defesa dos bens comuns, em especial em áreas protegidas na Amazônia brasileira (SEN; NIELSEN, 1996; KESTEVEN, 1997; SEIXAS et al., 2019; LOPES et al., 2019). Corroborando esses estudos, sabe-se que, de fato, a maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro é historicamente habitada por populações tradicionais (ARRUDA, 1999).

Cabe aqui ressaltar que os bens comuns não são coisas, mas, sobretudo, relações sociais. Não são *res nullius* – isto é, “coisas sem dono” – e que, portanto, podem ser superexplorados e destruídos (LIPIETZ, 2012). A partir dessa concepção de propriedade comum, de reconhecimento social e político, as Reservas Extrativistas têm demonstrado a importância de se repensar e se reconstruir as formas tradicionais de apropriação e uso dos espaços e seus recursos naturais (DIEGUES, 1997).

Contudo, é importante compreender que a sensação de ter seus territórios reconhecidos em RESEX Marinhas, suas percepções aqui identificadas, as formas que eles, os pescadores e pescadoras, se veem nesse processo não formam um todo homogêneo e linear, como se

concebe comumente. As maneiras de entendimento daquilo que os circunda, e nas quais estão imersos, são atravessadas por uma diferenciação interna bastante diversificada e evidente, mas sem força suficiente para fazê-las despontar em antagonismos demasiadamente discordantes (ALMEIDA, 2008).

Dessa forma, a construção das identidades desses pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico não é algo estático, concretiza-se *a priori*, e constantemente, como resultante de processos sociais tecidos nos espaços costeiros/estuarinos forjados em seus territórios no decorrer de séculos de interações, que culminam em suas territorialidades específicas, suas maritimidades tecidas a seu modo.

1 RESERVA EXTRATIVISTA – EM QUE MAREZADA CHEGOU AQUI: OS CAMINHOS GRAFADOS POR CHICO NA FLORESTA, QUE OS VENTOS SOPRARAM ATÉ A BEIRA DO MAR

Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta, até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero viver.

CHICO MENDES⁴⁴

Transcorridas mais de três décadas do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, a ideia de Reserva Extrativista se fortaleceu e a efetivação de territórios de uso comum nos moldes dos idealizados por ele e seus companheiros seringueiros no interior do Acre transcendeu fronteiras para além do bioma amazônico, aportando em terras longínquas, numa boa marezada⁴⁵, até a beira do mar. “A ausência de Chico transformou uma liderança forte em muitas lideranças” (VENTURA, 2003, p. 226).

Mesmo sem mensagens vindas dos céus, o efeito transformador da presença de Chico Mendes no imaginário das lutas ambientais no Brasil e no mundo é incontestável. Tomemos um exemplo próximo e concreto. Certa vez, do alto de sua sensatez, ao falar de suas percepções e de como esse caminho é caminhado, uma liderança pesqueira me disse em uma prosa que beirava mais a poesia: “Pra nós, este movimento nasce com um sussurro das ondas do mar nos nossos ouvidos. Quando esta luta de Chico nos alcança no litoral, ela vira nossa. Digo isso porque foi ele que idealizou esta modalidade de territorialidade, sem nem saber tão longe iria e logo já alcança o Sul, em Pirajubaé^{46,47}”.

⁴⁴ Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, concedida ao jornalista Edilson Martins no dia 9 de dezembro de 1988. Os diretores do jornal, na época Marcos Sá Corrêa e Roberto Pompeu, se recusaram a publicar a entrevista alegando não apresentarem muita expressão os fatos e o personagem: “O redator-chefe do *Jornal do Brasil* achava que a entrevista não era uma história relevante o suficiente para ser publicada. Só teria valor, acrescentara o redator, se o entrevistado fosse assassinado” (MORO, 2011, p. 405). “O *Jornal do Brasil* a publicou postumamente, no dia 24 de dezembro. Foi este depoimento, transformado em testamento, que injuriou o país e escandalizou o mundo” (MARTINS, 1998, p. 21).

⁴⁵ Termo popular entre os pescadores artesanais do litoral amazônico, usado para designar grandes fluxos de coisas, pessoas, abundâncias e outros superlativos que dependem do contexto em que estão inseridos, fazendo analogia ao fluxo das águas das marés no sincrônico encher e secar, que segundo eles traz e leva os cardumes e a fartura de alimentos durante seus ciclos.

⁴⁶ Fora dos limites da Amazônia, no litoral de Santa Catarina foi criada a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, através do Decreto nº 533, de 20 de maio de 1992. Estava, desta maneira, unificada de Norte a Sul a luta dos povos extrativistas, através da institucionalização da primeira Reserva Extrativista Marinha (RESEX Marinha) do Brasil (SPINOLA, 2011).

⁴⁷ Liderança 15. Entrevista concedida para o autor em 16/11/2018, Ananindeua (PA).

Vale ressaltar que nesse percurso recheado de lutas, no espaço e no tempo, Chico Mendes emprestou a outras realidades sua simplicidade e uma imortal e extraordinária força de penetração das suas ideias e dos seus companheiros, que sofreram adaptações. Por vezes, em função das peculiaridades das localidades aonde as RESEX chegaram, ganharam até sobrenome, como Marinhas ou Costeiras. Porém, mais do que isso, é imprescindível reconhecer que sua essência permanece imutável. Como territórios de uso comum, o respeito aos saberes tradicionais e o aprofundamento dos preceitos democráticos permanecem sendo os elementos basilares da concepção das Reservas Extrativistas.

Por mais que novos arranjos institucionais venham se estabelecendo ao longo do tempo, sobretudo por parte do Estado, sob a justificativa de dinamizar os processos de gestão territorial, esse modelo de unidade de conservação (UC) continua representando um importantíssimo contraponto aos modelos tradicionais de áreas protegidas, bem como nas formas de se conceberem as relações entre o Estado e as populações tradicionais (ARAÚJO; NICOLAU, 2018; COSTA, 2018; PRADO; SEIXAS, 2018; PROST, 2018). Nesse sentido, é importante ressaltar o grande potencial sinérgico das ações sociais que convergiram para a institucionalização dos territórios tradicionais de pesca do litoral amazônico em Reservas Extrativistas Marinhas.

Para compreender e elucidar tais ações sociais, lanço um olhar duplo sobre a origem das ações e seus sujeitos. Por isso, esta pesquisa, como qualquer estudo que trate de relações socioespaciais, elegeu seus interlocutores. Os sujeitos aqui são pescadores e pescadoras artesanais⁴⁸ do litoral nordeste do estado do Pará, principalmente as lideranças, que compõem capítulos importantes desta história de R-Existência, evolução e adaptação nas/das RESEX.

Nessa perspectiva, este primeiro capítulo apresenta inicialmente uma reconstrução das grafias⁴⁹ feitas na terra, nos estuários e no mar por esses pescadores e pescadoras artesanais, bem como os principais fatores que se relacionam de maneira indissociável com a formação das “unidades de mobilização” frente aos conflitos socioambientais enfrentados para a consolidação e/ou reafirmação de seus territórios e suas territorialidades pesqueiras.

⁴⁸ Pescadores artesanais são considerados aqui como aqueles que reproduzem seus modos de vida basicamente por meio de recursos pesqueiros, capturados com o uso de baixo aporte tecnológico e predominância de relações de trabalho centradas na família, nos regimes de parceria e/ou compadrio, com fortes laços de solidariedade. Além de intrínsecas relações com fatores ambientais, que norteiam seus saberes e fazeres, repassados através da oralidade e da observação ao longo das gerações (DIEGUES, 1983).

⁴⁹ A geografia é entendida “menos como um substantivo e mais como um verbo, ou melhor, como o ato/a ação de marcar a terra, de geografar. Nessa perspectiva teórica, as marcas, os limites, as fronteiras são sempre instituídas e, como tais, implicam sujeitos instituintes, o que nos remete à própria configuração do que seja a sociedade como tal” (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 68).

Na sequência, o estudo se debruça sobre a trajetória política das lideranças, seus percursos formativos, os fatores motivacionais de participação e a busca por um protagonismo político que, historicamente, foi negado. Recupera, de certa maneira, a história de vida, de luta e de R-Existência das lideranças pesqueiras dos municípios de Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu para a criação e consolidação das Reservas Extrativistas Marinhas em seus territórios tradicionais de pesca, ao mesmo tempo que lança um olhar para o futuro.

É uma tarefa desafiadora, por dois motivos. Primeiro, porque foram necessários exercícios de estranhamento ao aspecto familiar, já que “o processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico” (VELHO, 2019, p. 43). Como prossegue o autor mais adiante:

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc. (VELHO, 2019, p. 47-48).

Em segundo lugar, mas nem por isso menos instigante, o debate recai sobre a democracia participativa como ferramenta de fortalecimento do exercício da participação coletiva, abrangendo a centralidade dessas análises, sobretudo nos processos de reconfiguração dos territórios tradicionais de pesca do litoral do estado do Pará em RESEX Marinhas.

Em virtude disso, usando o modo rigoroso das ciências sociais, da reconstrução histórica, com prudência, evidências empíricas, interpretação de textos e documentos, ancorei minha pesquisa na vivência com e entre os pescadores e pescadoras artesanais ao longo dos últimos 15 anos no litoral amazônico, e ainda no arcabouço teórico fornecido por pesquisadores como Antônio Carlos Diegues; Carlos Walter Porto-Gonçalves; Lourdes Gonçalves Furtado; Maria Cristina Maneschy; Maria da Glória Gohn; Mary Helena Allegretti; Rogério Haesbaert; Simone Maldonado e outros, que repercutem, direta e indiretamente, nas interpretações aqui apresentadas.

1.1 O vai e vem das marés trouxe as RESEX: os fatos contados e vividos na Bragantina

ESTIRÃO DE VENTO

*[...] num estirão de vento
Vindo de Curuçá
Atravessei aventadas Baías
Desejando te encontrar

Á onde está você
Minha bela capitoa
Com olhos negros
Que guiavam minha canoa

Nas águas enluaradas
Da beira do caeté
Espiei uma morena
Banhando-se na maré [...]*

WALDEMAR VERGARA L. FILHO

Como pontapé inicial para a reconstrução e a análise dos debates aqui propostos, vale destacar quatro acontecimentos históricos que ainda permanecem bem vivos na memória coletiva⁵⁰ dos interlocutores que contribuíram com esta pesquisa, e que se relacionam de maneira indissociável para elucidar as ações sociais que culminaram no que denomino de reconfiguração dos territórios tradicionais de pesca do litoral do estado do Pará em Reserva Extrativista Marinha (RESEX Marinha).

Exponho a partir de agora algumas reflexões sobre essas seletas lembranças, uma vez que a memória é seletiva tanto no tempo como no espaço: “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando elas incidem o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p. 31).

Primeiramente, destaco as lutas dos seringueiros do interior da Amazônia que resultaram na morte de Chico Mendes e outras lideranças e cujas ideias de território de uso comum ainda ecoavam fortemente. Como segundo acontecimento, a promulgação da Constituição Federal de 1988 em decorrência do processo de redemocratização do país e, em seguida, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-

⁵⁰ A concepção de memória coletiva para este estudo é compreendida a partir dos postulados de Halbwachs (1990), que destacam o resultado da ação dos diferentes pontos de referência que compõem as lembranças individuais e que as entremeiam formando uma memória da coletividade à qual pertencemos. Todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Mesmo que cada um, sem dúvida, tenha suas concepções, que suas lembranças dos fatos sejam únicas e, às vezes, suas interpretações distorcidas, basta que elas se exponham frente ao ponto de vista de outros que as viveram para que as mesmas sejam retificadas.

92) e seus desdobramentos. Por último, porém não menos importante, a expansão desordenada da pesca industrial e da carcinicultura em áreas estuarinas, práticas que vinham especialmente do Nordeste brasileiro sob a égide da forma de reprodução capitalista hegemônica, e a conseqüente necessidade de estabelecer marcos regulatórios para a conservação efetiva dos manguezais da região.

É sob o enfoque desses eventos constantemente rememorados que ancoreo a reconstrução das grafias feitas pelos grupos de pescadores e pescadoras artesanais da Microrregião Bragantina⁵¹, que ao longo do tempo, sobretudo na história do tempo presente⁵², vêm (re)construindo seus modos de vida, sistemas de manejo e de conservação dos recursos pesqueiros, em meio a uma rede de cooperação e articulação social recheada de conflitos socioambientais – o que implicou a reconfiguração dos seus territórios tradicionais de pesca, reafirmando, portanto, relações socioespaciais peculiares. Portanto, esses territórios são compreendidos como um produto social construído historicamente, econômica, política e culturalmente pelos pescadores e pescadoras artesanais da Bragantina.

É bem verdade que “quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos” (BOSI, 2003, p. 16), como me disse certa vez um pescador líder comunitário da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu: “O MOPEPA trouxe pra cá a ideia do Acre. Como? Hum... eu não sei”⁵³.

Ao analisar a percepção da maioria dos pescadores e pescadoras que exercem ou exerceram a função de liderança comunitária⁵⁴, e que compunham as discussões iniciais que resultaram na constituição das RESEX Marinhas de Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá, e de como a ideia dessa modalidade de unidade de conservação em particular chegou até eles, os testemunhos foram quase unânimes:

⁵¹ Localizada na Mesorregião do Nordeste Paraense, a Microrregião Bragantina, ou simplesmente a Bragantina, é composta por 13 municípios (Bragança, Capanema, Augusto Corrêa, Igarapé-Açu, Tracuateua, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará, Nova Timboteua, Bonito, Quatipuru, Primavera, Peixe-Boi, Santarém Novo), onde vivem aproximadamente 382.908 pessoas. (Disponível em: www.cidade-brasil.com.br. Acesso em: 25 jul. 2019.)

⁵² A história do tempo presente corresponde ao período durante o qual se produzem eventos que estimulam os historiadores contemporâneos a lançar mão de testemunhos diretos (história oral), revisando assim o significado de passado e presente, revendo perspectivas, redefinindo as periodizações e olhando os fatos em função do resultado de hoje. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história abriram novos caminhos para o estudo da história na atualidade, expandindo os debates sobre a importância das memórias individuais e coletivas e suas relações com o presente, criando alternativas vivas para uma nova inteligibilidade do passado (FERREIRA, 2002).

⁵³ Liderança 02. Entrevista concedida ao autor em 16/11/2017, comunidade do Castelo, Bragança-PA.

⁵⁴ Defino liderança comunitária de acordo com a proposição de Silva (2013), como aquela pessoa que se torna referência nas comunidades a partir do seu envolvimento nas ações, pessoa que *a priori* é respeitada pelos comunitários e que consegue ter um grande poder de articulação e mobilização na comunidade em que vive.

A gente militava no MOPEPA, que é o movimento dos Pescadores do Estado do Pará, nesse tempo tinha a questão da Reserva de Xapuri pelo Chico Mendes. Então a gente começou a discutir o nosso mares, a nossa costa, nosso rios sendo muito visitado por outras pessoas de outros município, de outros estados pra apoiar rede, fazer zangaria, fazendo tipo de prática que a gente não fazia. Fazendo curral de arrame e na nossa costa muita pesca de arrasto. Qual era a discussão? Era justamente para resguardar os nossos territórios a tivemos estas discussões, então veio a questão da RESEX, então veio as discussões em 1994 se não me engano, a gente conversou com o CNPT para discutir a proposta, a questão dos mangues e tudo mais⁵⁵.

Quem trouxe essa coisa de RESEX e convidava muito era o Zacarias de Viseu, ele que vinha muito aqui, que ficava a frente, ele vinha junto com o MADAM⁵⁶, ele fez a ponte pro seu Castro, Dora e Miguel e através deles nós fomos vendo que se a criação de camarão chegasse no mangal daqui... era o fim da pesca⁵⁷.

Nesse sentido, examinando retrospectivamente os fatos em busca de compreender como as ideias que permeavam os territórios de uso comum se difundiram na região, concluiu-se que uma articulação entre o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA)⁵⁸, o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/Ibama) e, posteriormente, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) foi fundamental para o entendimento, adaptação e difusão do conceito dessa modalidade de UC de uso sustentável⁵⁹, principalmente entre as lideranças comunitárias:

Na época que eu era coordenador do MOPEPA, mais ou menos em 1999, a gente tinha uma parceria muito grande com o CNPT, era o órgão ligado ao MMA, Ministério do Meio Ambiente. Na época que estava nessa coordenação lá era o Otavio Albuquerque, que é de Viseu. Através da nossa parceria eu conheci o projeto da reserva, ele nos repassou né? E fez uma

⁵⁵ Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2019, Bragança-PA.

⁵⁶ Projeto Mangrove Dynamics and Management in North Brazil (MADAM), que surgiu após as discussões na Rio-92 sobre a necessidade de implementar pesquisas que fomentassem a proteção mais efetiva do ecossistema manguezal do litoral amazônico. Realizado entre 1995-2005, por meio de um acordo bilateral de cooperação científica entre CNPq-Brasil/ZMT-Alemanha (SAINT-PAUL; SCHNEIDER, 2010).

⁵⁷ Liderança 02. Entrevista concedida ao autor em 16/11/2017, comunidade do Castelo, Bragança-PA.

⁵⁸ O Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA) é a representação paraense do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), que é um movimento social que tem como objetivo principal alcançar a credibilidade dos pescadores e avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, a exemplo das colônias de pesca e federações, fortalecendo-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho da categoria (POTIGUAR-JÚNIOR, 2007).

⁵⁹ A Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil, divide as unidades de conservação em dois grupos com características específicas e objetivos distintos: I – Unidades de Proteção Integral; II – Unidades de Uso Sustentável. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

proposta da gente trazer para Viseu, já tinha sido criada algumas reservas florestais, surgiu a ideia da gente fazer uma reserva extrativista marinha⁶⁰.

A partir desses depoimentos, nota-se a influência externa na elaboração e construção do conceito de RESEX como território de uso comum, sobretudo por meio do prestígio dos técnicos dos órgãos institucionais com/entre as lideranças das organizações coletivas dos pescadores, como o MOPEPA e o CPP. Relações que contribuíram para ensejar processos permanentes de geração de conhecimentos, como bem elucidou Freire (1987), a forma simultânea de ação-reflexão-ação.

Esses processos e concepções conservacionistas ganharam notoriedade e potência entre os técnicos do CNPT/Ibama após as discussões ocorridas durante a Rio-92, e seus reflexos reverberaram nos anos seguintes. Muito do que foi discutido na conferência ainda permanece atual. Não sou o primeiro a observar tais conexões, que contribuíram para intensificar as discussões acerca de alternativas que pudessem viabilizar a conservação dos ecossistemas tropicais, entre eles o manguezal, mas desde o início estava implícita a ideia da implantação de modelos de UC que vislumbrassem a participação das populações humanas que utilizam historicamente seus recursos para a reprodução dos seus modos de vida. Haja vista que a exclusão dessas populações já mostrara pouca eficácia, como escrutinou o professor Antonio Carlos Diegues (2008) em uma de suas obras, na qual se debruçou sobre o tema.

Nessa perspectiva, alguns debates começam a ocorrer na região bragantina com maior intensidade, sobretudo a partir de setembro de 1998, quando o município de Bragança sediou o V Encontro Nacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezal (V-ENEAM).

Tomemos um exemplo concreto, a narrativa dos técnicos do CNPT/Ibama ao recordarem os ocorridos no V-ENEAM, o que reforça esta conclusão: “No evento em 1998 as pessoas perguntaram pra nós do CNPT sobre a possibilidade de ampliar o debate sobre reserva extrativista agora nos municípios do litoral paraense”⁶¹. Achados aludidos por Oliveira (2018) ao discutir a temática sobre a ótica da ação pública:

Em Bragança discutiu-se sobre o uso dos recursos naturais do manguezal, como a retirada de madeira e da coleta dos caranguejos, principalmente as fêmeas denominadas localmente como “conduruas”, focando nas comunidades dentro e no entorno do manguezal; há também debates sobre as questões dos direitos e deveres do pescador, do ponto de vista jurídico, enfatizando a atuação do Estado na área da pesca artesanal. Em suma, buscava-se inserir as comunidades nos debates existentes, incorporando suas

⁶⁰ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

⁶¹ Técnico 01. Entrevista concedida ao autor em 14/10/2017, S. João da Ponta-PA.

demandas, suas construções sociais em torno do território e das territorialidades, e diversos discursos e representações caras ao movimento nacional vinculado ao Encontro como: a ideia de sustentabilidade, de cooperação, de conscientização da finitude dos recursos e da atuação coletiva dos grupos, cujo modo de vida é intrínseco ao manguezal, e sua relação com o Estado (OLIVEIRA, 2018, p. 76).

Vale ressaltar que o V-ENEAM, além de debates acerca da conservação, produção e impactos socioambientais em áreas de manguezal, trazia, sobretudo, novas ideias como, por exemplo, de território de uso comum, de manejo comunitário, de gestão compartilhada dos recursos naturais, de reserva extrativista e a valorização dos conhecimentos tradicionais. O que contribuiu para o estabelecimento de novas redes de relações entre os pescadores e pescadoras artesanais (marisqueiras e tiradores de caranguejo) das comunidades de Bragança e dos municípios vizinhos que estiveram no encontro.

Alguns pescadores e pescadoras artesanais que participaram do evento, e que foram ouvidos nesta pesquisa, talvez tenham estabelecido ali o primeiro contato com as noções de território, gestão compartilhada, manejo comunitário, reserva extrativista, bem como de conhecimentos tradicionais. Palavras novas, cheias de significados trazidos pelos pesquisadores e estudantes que debateram seus modos de vida, mas vistos sob outro ângulo.

Vê-se, desse modo, que para esses pescadores e pescadoras artesanais, o que já se tornara pauta corriqueira em conversas reflexivas sobre a vida cotidiana, e o futuro das formas de apropriação e produção dos seus territórios, agora era visto por eles como o centro das discussões com/pelos pesquisadores e acadêmicos.

Foi com tais pressupostos inéditos para a região que o encontro provavelmente contribuiu para que alguns pescadores e pescadoras saíssem instigados e fortalecidos. “A gente começou a visualizar que a gente poderia fazer uma reserva de pesca, um território nosso⁶²”, afirmou um dos pescadores presentes no evento e que colaborou com a pesquisa ao expor sua impressão sobre o encontro, corroborando os achados de Oliveira (2018, p. 85):

A inserção das chamadas populações tradicionais no V-Eneam repercutiu localmente: enquanto possibilidade de discussão de temas voltados à sua realidade no manguezal, o que concretamente altera e enseja um discurso com viés mais político e conservacionista entre esses atores, principalmente em suas lideranças, alterando sua perspectiva em torno do território local.

Não é minha intenção examinar os fatos que permearam o V-ENEAM em toda a sua amplitude de contribuição para os processos de reconfiguração desses territórios em RESEX Marinhas, contudo é válido destacar sua importância, tanto entre os pescadores e pescadoras

⁶² Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 10/11/2015, Bragança-PA.

artesanais e as lideranças que conheço e que colaboraram com este estudo, como para aqueles que têm suas falas registradas em outras pesquisas que se empenharam em elucidar essa trajetória.

Os depoimentos colhidos também destacam a participação de instituições de ensino/pesquisa e formas de organização coletiva dos trabalhadores que, em suma, contribuíram de maneira decisiva para a compreensão do manejo coletivo dos recursos naturais e da gestão compartilhada dos territórios de uso comum, o que nos leva a concluir que, de fato, “não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas que os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 75).

Tudo isso nos leva a considerar a contribuição de intelectuais nesse processo, principalmente os pesquisadores das instituições de ensino superior e seus projetos a elas vinculados, como o projeto MADAM, e também as lideranças dos movimentos sociais que não eram oriundas dessas comunidades – para os quais tomo emprestado o termo cunhado por Porto-Gonçalves (1999) ao refletir sobre a territorialidade seringueira, denominando-os simplesmente como os “de fora”. Para melhor distingui-los desses colaboradores externos, os intelectuais, pensadores e lideranças locais são considerados “de dentro”. Aqui, esses sujeitos, cada um ao seu modo, aparecem lançando mão do prestígio que acreditam possuir no campo político-simbólico das ações sociais, sobretudo os externos, justamente porque se é “de fora”, se é da universidade, e há um imaginário que indica que carregam elementos novos para contribuir com os embates.

Naquele momento, a correlação de forças políticas e simbólicas que estava em curso se dava entre, de um lado, os pescadores e pescadoras artesanais e, de outro, o Estado e empresários do setor pesqueiro, uma luta desigual em que os pescadores e pescadoras artesanais podiam ser considerados o elo mais fraco na busca pelo reconhecimento dos seus territórios tradicionais de pesca. Contudo, a articulação e o apoio exógeno dos sujeitos ditos “de fora” foram elementos de coesão crucial para a oficialização desses territórios. Afinal, como observa Saquet (2009, p. 88), a conquista de um território “significa articulação social, conflitos, cooperação, concorrências e coesões”.

Saliento que, nessa articulação, os “de dentro” sempre recorrem ao fato de possuírem um maior conhecimento, não só *de causa* – por compreenderem os desafios e as perspectivas em relação a esses embates –, como também *da causa* – uma vez que estão no seu “*habitat*”, no seio das suas comunidades, e seus resultados terão impactos diretos sobre elas –, usando argumentos através dos quais diligenciam tornar suas falas e seus modos de percepção do espaço vivido mais legítimos, o que de fato são. Inclusive, quando se unem em um só, os “de

fora” e os “de dentro”, a legitimidade de suas falas é de longe reconhecida e ecoa naturalmente: “Olha, a universidade foi uma parceira, mas nem todo mundo, por exemplo: a pessoa da Rosete foi muito sensível e chegada a essa questão da RESEX, ela é daqui né!?, sabia o que a gente passava⁶³”.

Estou certo também de que a influência externa dos “de fora”, exercida sobre as comunidades e organizações dos pescadores artesanais dos municípios pesquisados, foi decisiva para a compreensão do próprio conceito de território, sobretudo entre as lideranças que conduziram as ações sociais aqui analisadas.

Doravante, levando em conta a necessidade de se reconhecer as diferentes estratégias e formas de luta pela reprodução dos modos de vida, indissociáveis do meio natural, é necessário considerar o conceito de território a partir de uma concepção mais ampla de apropriação do espaço geográfico. Embora os territórios estabelecidos a partir da institucionalização de unidades de conservação possam ser interpretados de uma perspectiva materialista, como destacou Haesbaert (2019), não é equivocado afirmar que a análise em questão aqui envolve uma dimensão mais ampla do território, cultural, política e social.

Nesse sentido, adoto a definição de território proposta por Haesbaert e Limonad (2007, 2019), em virtude de contemplar traços centrais da compreensão do espaço vivido por meus interlocutores: “O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, a natureza)” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42) e, ainda, “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2019, p. 79). Completando essa noção, é encontrado também em Haesbaert (2007, p. 54): “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder”.

Cabe aqui um breve parêntese para reafirmar que tais compreensões e interações tanto já foram registradas em outros estudos a que tive acesso, como estão presentes em todo o conjunto de depoimentos colhidos entre os sujeitos da pesquisa aqui grafados.

Partilho também da percepção de Haesbaert (2009a), quando o autor afirma que a compreensão de território é um conceito academicamente construído, como os demais

⁶³ Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2019, Bragança-PA.

conceitos – como veremos adiante, com mais detalhes, sobre a contribuição dos pesquisadores do projeto Mangrove Dynamics and Management (MADAM) para a construção simbólica do conceito de território entre as lideranças das comunidades pesqueiras da Bragantina. Por isso, é importante destacar que o conceito de território não é considerado aqui “simplesmente, como uma abstração, muito menos como uma mera ‘representação’ de ou reflexão sobre um ‘real’ que ele deve desvendar e/ou elucidar” (HAESBAERT, 2009a, p. 96), mas:

visto muito mais na visão deleuzeana⁶⁴ de “transformadores” do que de meras “representações” do real. Ainda que não confundamos proposição conceitual, “razão epistemológica”, e objetivos políticos, “razão política”, consideramos fundamental a preocupação com as implicações políticas de nossos conceitos, numa *praxis* capaz de refletir constantemente sobre os conceitos a partir das problemáticas efetivas a que eles respondem e também do próprio uso que deles fazemos – ou que deles podemos fazer (HAESBAERT, 2009a, p. 96).

É no contexto de suas implicações políticas que destaco dois aspectos em particular, que a meu ver são fundamentais para compreender essas ações sociais. O primeiro deles é que parte dos pesquisadores do projeto MADAM contribuiu para ampliar a compreensão da realidade local entre os pescadores artesanais, sobretudo os que estavam na vanguarda das ações sociais aqui analisadas, dado que essa realidade sofrera importantes alterações a partir dos anos 1970.

Foi nessa década que, em decorrência do surgimento da pesca industrial na região, a atividade pesqueira artesanal passou a contar com novas tecnologias, como redes e linhas de material sintético e motores para os barcos (MANESCHY, 1995, p. 43). Vê-se, nesse período, a inserção da mão de obra assalariada e um aporte de capital e tecnologia ainda não experimentado no litoral amazônico, fatores que contribuíram para ampliar o raio de atuação da pesca e dos pescadores, em escalas regionais, e acrescentar elos na cadeia produtiva. O aumento no número de agentes intermediários distancia cada vez mais os pescadores (produtores) dos consumidores e, conseqüentemente, para atender às demandas crescentes, adiciona mais esforços sobre os cardumes, expandindo as áreas de captura e carreando consigo conflitos socioambientais, que no início dos anos 1990 já se arrastavam por décadas. Tratava-se então do que denomino aqui de forças hegemônicas de reprodução do capital, que fincava visivelmente a bandeira da “mão invisível”, como destacou Maneschy (1995, p. 160):

⁶⁴ De Gilles Deleuze (1925-1995), filósofo francês do início do século XX, que entre outras contribuições formulou ideias a respeito da construção de conceitos. Para Deleuze, os conceitos das coisas e ações não existem prontos e acabados, mas, sim, são construídos paulatinamente ao longo do tempo, de acordo com a realidade, e são imanentes a ela, originam-se dela e servem justamente para fazê-la coerente (GALLO, 2003). “O conceito é sempre uma interpretação do mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo” (GALLO, 2003, p. 36).

“Outro problema afeta o conjunto dos pescadores artesanais do litoral. Trata-se da pressão exercida pelas empresas industriais de pesca, atuando em áreas próximas ou até sobrepostas à dos pequenos produtores, provocando a predação do ambiente em razão da tecnologia utilizada”.

Os pesquisadores do projeto MADAM, sobretudo aqueles da área socioeconômica do projeto, a par dessas transformações, e anteveendo uma série de problemas que certamente implicariam na reprodução dos modos de vida dessas populações tradicionais, perceberam que o fortalecimento da ideia de Reserva Extrativista Marinha seria uma forma concreta de contribuir com os debates. A concepção de Reserva Extrativista já vinha então se tornando o principal instrumento canalizador dos anseios desses pescadores como alternativa real de regulamentação dos seus territórios.

Por isso, rapidamente os pesquisadores encontraram aí um “canal” por onde pudessem fluir essas pretensões e aliaram-se aos interesses das organizações coletivas dos pescadores, contribuindo, entre outras coisas, para qualificar o debate entre as lideranças e ampliar a capilaridade do projeto MADAM entre as comunidades pesqueiras, sobretudo as de Bragança. A ideia de território de uso comum, de manejo comunitário e gestão compartilhada era a essência do modelo de Reserva Extrativista:

Na época, a pesquisa participativa, ou, em outras palavras, a geração transdisciplinar de conhecimentos, já tinha se tornado um dos nossos maiores objetos, de forma que estabelecemos uma colaboração de pesquisa e capacitação com o Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA). Essa parceria direcionou-se para o apoio do comanejo costeiro sob o modelo RESEX Marinha (GLASER; CABRAL; RIBEIRO, 2005, p. 23).

Projeto Madam, iniciado em 1996, constituiu como um dos atores que fortaleceram o aprofundamento teórico acerca dos ecossistemas costeiros e sua sustentabilidade, realizando diálogos com as populações tradicionais locais dos ecossistemas de manguezal e estuarinos e seus conhecimentos tradicionais (OLIVEIRA, 2018, p. 96).

O segundo aspecto que quero destacar sobre os fatos que resultaram nos processos de reconfiguração dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas foi a influência direta de instituições como as prefeituras municipais, o Ibama, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA) e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR):

A criação das Reservas Extrativistas Marinhas da Zona Bragantina iniciou a partir de uma campanha de defesa dos manguezais e do caranguejo – capturado por ocasião da andada, período de sua reprodução –, cujo centro foi a comunidade de Aracajó, no município de Bragança (PA). Contando com o envolvimento de lideranças internas e externas e de técnicos da

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará e do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e das Populações Tradicionais, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e a participação de docentes e discentes da Universidade Federal do Pará, do campus de Bragança, o processo foi desencadeado e redundou na criação de quatro reservas extrativistas marinhas na região Bragantina (COSTA, 2014, p. 258).

[...] qual era a discussão? Era justamente para resguardar os nossos territórios e tivemos estas discussões, então veio a questão da RESEX, então veio as discussões em 1994, se não me engano, aí depois a gente conversou com o CNPT para discutir a proposta, a questão dos mangues e tudo mais. Aí começou aprofundar a questão de fazer a reserva. Isso já era 1995. Aí depois a gente conheceu o Vergara, aí tinha uma professora, a Clemilda da EMATER. Aí que a gente começou a discutir a questão da reserva, foi aí de continuidade no MOPEPA, aí a gente discutia a questão da reserva. A gente não tinha estrutura, do que era fundar uma reserva.⁶⁵

Na tentativa de identificar como se deram os desdobramentos e suas combinações institucionais, observei que entre as prefeituras dos municípios de Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua e Viseu, o executivo da cidade de Bragança exerceu papel crucial na mobilização social e burocrática.

O protagonismo exercido pela prefeitura de Bragança se deu, sobretudo, por meio da Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP), haja vista que o processo de solicitação para a criação da UC na modalidade RESEX Marinha já se arrastava por uma década e se encontrava parado nas entranhas burocráticas dos órgãos do governo federal, como bem destacou um de meus interlocutores: “Aí foi todo um processo que durou 10 anos, o primeiro momento ficou engavetado lá em Brasília. Só no governo Lula, no dia 20 de maio de 2005, foi que ele sancionou as 4 reservas aqui da região”⁶⁶. Os passos estão sintetizados a seguir:

O primeiro passo foi a mobilização, aí foi feito todo o processo de demarcação, de estudo da viabilidade econômica, foi tudo isso, depois que foi dado entrada aí ficou engavetado...; ficou guardado por um tempo. Só depois com o tempo, já em 2003 com a ajuda do Padre Nelson, lá de Bragança. Ele se interessou muito, aí a gente começou a rediscutir de novo a proposta. Então houve um outro movimento, se articulamos que resultou no decreto.⁶⁷

No entanto, a fim de compreendermos melhor esses fatos, é importante registrar que para o avanço do processo de solicitação da criação de RESEX Marinha nessa faixa litorânea, que na época se encontrava parado, era necessário conseguir a adesão dos municípios envolvidos na região.

⁶⁵ Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2019, Bragança-PA.

⁶⁶ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

⁶⁷ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

Porém, politicamente, a ideia de unidade de conservação de uso sustentável não avançava muito, “em virtude das dificuldades de negociação junto ao governo do estado, visto que este não via com bons olhos a criação dessas reservas, por considerar sobreposição de jurisdição” (SILVA-JUNIOR, 2013, p. 46). Vê-se desse modo se confrontarem, no campo político-institucional, o estado e os municípios.

Devido ao posicionamento político do governo do estado, é notável destacar o empenho do executivo municipal de Bragança para a tramitação do processo. O afinco se deu em função de duas questões: primeiro, havia um compromisso assumido publicamente durante a campanha política do recém-eleito prefeito Celso Orlando da Silva Leite⁶⁸, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); segundo, houve o engajamento da equipe por ele nomeada para gerir a Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP), composta naquele momento basicamente por integrantes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), recém-criado no município. Em última análise, essa situação foi o que emprestou extraordinária força de penetração das ideias sobre as RESEX Marinhas entre os outros gestores municipais da região.

Nomeado secretário da SEMEP, o jovem e engajado Padre João Nelson Magalhães convidou o também jovem, crítico e experiente administrador de empresas Luís Eustorgio Borges para ocupar o cargo de assessor e articulador político. A atuação da dupla na condução da pasta os tornaria sujeitos fundamentais para os desdobramentos das ações sociais em curso, como veremos adiante com mais detalhes.

Enquanto o solo dos debates políticos entre estado, municípios, pescadores e empresários do setor pesqueiro tornava-se fértil, medidas incisivas precisavam ser tomadas. Ao rememorar os acontecimentos, um dos técnicos entrevistados resumiu alguns passos que repercutiram diretamente no desdobramento do processo:

[...] fui saber por que tava parado. Ouvi do secretário de Meio Ambiente do estado que precisa da assinatura dos prefeitos da região para fazer a instalação das RESEX. Só isso?! Procurei o Celso. Cheguei na sala dele e fui logo dizendo: – Ô prefeito, tá aqui, só tá dependendo da sua autorização para instalação a unidade de conservação, a RESEX de Bragança! Mostrando o papel. Ele disse: – É mesmo!? Eu disse: – Tá aqui o documento, chegou por fax agora. Ele assinou e disse: – Este foi um compromisso que eu assumi. A partir daí foi com o Nelson, nós corremos em Augusto Corrêa, corremos em

⁶⁸ A gestão desse prefeito durou de 2005 a 2006. Teve seu registro de candidatura cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) e o segundo colocado no pleito de 2004, Edson Luiz de Oliveira (PMDB), assumiu a administração municipal no período 2006-2008.

Tracuateua, Viseu e pegamos as outras três assinaturas e mandamos pra Brasília.⁶⁹

Nesse contexto, a meu ver, é fundamental reconhecer que por mais que os governos municipais concordassem com o movimento que estava em curso para a criação das RESEX Marinhas, ficava claro que a articulação política do governo do estado do Pará se mostrava claramente contrária a esse modelo de unidade de conservação, gerido pelo governo federal, e, sobretudo, que se incluíssem as populações locais nos debates. O que se confirma em Silva-Junior (2013, p. 46): “O governo do Estado, através da SECTAM [Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente], por exemplo, não era favorável, pois considerava a criação dessas unidades uma intervenção da união”.

Sem entrar aqui no mérito do grau de ruptura política entre as instituições federais e estaduais, sobretudo aquelas diretamente ligadas ao meio ambiente, na visão dos interlocutores as instituições estaduais, com exceção da EMATER, pareciam orientadas a desarticular a movimentação dos pescadores, como me relatou uma liderança ao falar de suas impressões sobre as instituições que contribuíram com o processo de criação das RESEX na Bragantina: “A SEMA [Secretaria de Estado de Meio Ambiente] do estado nunca contribuiu pra nada..., só fazia atrapalhar. A gente marcava uma reunião, ela ia desmarcava, a gente chegava na comunidade estava desmarcada”⁷⁰.

Por isso, é importante destacar os mecanismos alternativos que foram criados em meio a essa adversidade política para fomentar os debates sobre RESEX nas comunidades pesqueiras e nas organizações coletivas dos pescadores artesanais, como foi relatado por alguns técnicos do CNPT/Ibama ouvidos durante a pesquisa: “Mas ninguém do Estado queria saber de conversar com pescador, de dialogar... aí a gente teve que tipo camuflar os nossos objetivos de ajudar a criar RESEX”⁷¹. Isso revela os traços centrais da articulação do movimento Pró-RESEX Marinha na Bragantina. A forte articulação entre as instituições e os pescadores artesanais.

Tudo isso leva a associar o posicionamento político hegemônico que circulava, especialmente entre o alto escalão do executivo estadual, e que era justificado em um discurso que parecia alinhado no sentido de compreender, e fazer compreender, que Reserva Extrativista, além de uma “intervenção”, era sinônimo de “empecilho” ao desenvolvimento do estado: “RESEX era contra o desenvolvimento do estado. Têm noção de que tipo de

⁶⁹ Técnico 02. Entrevista concedida ao autor em 01/06/2019, Bragança-PA.

⁷⁰ Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2019, Bragança-PA.

⁷¹ Técnico 01. Entrevista concedida ao autor em 14/10/2017, S. João da Ponta-PA.

desenvolvimento eles pensavam?”⁷², nos afirmou perplexo um dos meus interlocutores, que ouviu tais relatos.

É preciso considerar o modelo de desenvolvimento que estava em processo de consolidação no período do recorte temporal desta análise (1995-2008). As ampliações dessa concepção tinham sido propostas na primeira gestão⁷³ do governador do estado Simão Robison Oliveira Jatene (PSDB), que consistia em ações que fomentassem o crescimento econômico, com a premissa de “desenvolver sem devastar” (JATENE, 2002). Dito de outra maneira, a proposta de desenvolvimento envolvia iniciativas que contribuíssem para a mobilização das diferentes fontes de fatores de produção (capital, trabalho e tecnologia), para investimentos convergentes que priorizassem as particularidades de cada mesorregião⁷⁴ do estado do Pará

Para atingir tais objetivos, o governo elaborou um programa alicerçado em dois grandes eixos de ações: o do incentivo à produção e o da proteção e promoção social. O que merece destaque em nossa análise diz respeito aos incentivos à produção. Segundo a equipe técnica do governo, o foco desse eixo recairia na criação de novas oportunidades de trabalho e geração de renda nas diferentes mesorregiões do estado. É nessa perspectiva que o projeto do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (MacroZEE)⁷⁵ configurava-se como o principal norteador dessas ações desenvolvimentistas.

Gostaria de destacar que, de modo geral, o conceito de desenvolvimento econômico compreendido neste estudo emerge das interpretações dos depoimentos colhidos entre os interlocutores ouvidos ao longo da pesquisa, bem como dos documentos aos quais tive acesso, que convergiram basicamente para compreendê-lo como um “processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que

⁷² Técnico 02. Entrevista concedida ao autor em 01/06/2019, Bragança-PA.

⁷³ Período de 2003-2007. Simão Jatene (PSDB) voltou a governar o Pará por mais duas gestões, 2011-2015 e 2015-2019.

⁷⁴ De acordo com a Constituição Federal de 1988, com o propósito de integrar o planejamento para dinamizar a execução dos serviços públicos de interesses comuns, o estado do Pará é dividido oficialmente em seis mesorregiões: Baixo Amazonas; Marajó; Metropolitana de Belém; Nordeste Paraense; Sudeste Paraense; Sudoeste Paraense. A partir de definições de lei estadual complementar, as mesorregiões são subdivididas em microrregiões, que no Pará são 22: Almeirim; Altamira; Arari; Belém; Bragantina; Cametá; Castanhal; Conceição do Araguaia; Furos de Breves; Guamá; Itaituba; Marabá; Óbidos; Paragominas; Parauapebas; Portel; Redenção; Salgado; Santarém; São Félix do Xingu; Tomé-Açu; Tucuruí. (Disponível em: www.pa.gov.br/pagina/54/subdivisoas. Acesso em: 15 out. 2019.)

⁷⁵ O MacroZEE foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) em 2005, compondo o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE), que fora criado via Decreto Federal nº 99.193/90. Entretanto, somente a partir de 2000 é que o PZEE passou de fato a integrar o planejamento central. No estado do Pará, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento das atividades econômicas de bases manejáveis, a redução dos conflitos fundiários, bem como contribuir com a diminuição do desmatamento ilegal, o MacroZEE passou a ser o principal instrumento da política de ordenamento territorial do estado (FARIAS et al., 2016).

leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1-2).

Todavia, pautar o desenvolvimento em modelos neokeynesianos de crescimento econômico⁷⁶, considerando prioritariamente a expansão de riqueza material, é motivo de controvérsias entre os formuladores de políticas públicas e acadêmicos, já que em muitos casos essa visão não compreende os aspectos qualitativos que se relacionam diretamente com as populações humanas envolvidas, como a diminuição das desigualdades sociais, a melhoria nos índices educacionais e de saúde. A inserção de ferramentas de análise social abre perspectivas inteiramente novas para se discutir o desenvolvimento econômico e, conforme observado em Castro (2009), a economia ainda necessita, também, superar a dicotomia persistente entre o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente.

A meu ver, esse modelo de desenvolvimento em questão no Pará era factível na época e estava pautado majoritariamente na análise de variáveis quantificáveis e consideradas relevantes, como os indicadores de crescimento, por exemplo, taxa de crescimento da renda, PIB *per capita*. Portanto, com poucas menções às estruturas socioeconômicas, faz sentido a perplexidade do meu interlocutor ao questioná-lo de forma tão incisiva: “Têm noção de que tipo de desenvolvimento eles pensavam?!”⁷⁷.

Porém, mais do que isso, é imprescindível considerar as análises de diversos economistas, como a de Celso Furtado (2009). Esse importante pensador brasileiro do século XX, ao discutir os alicerces do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, considera errôneas as análises que não pautam a natureza das variáveis consideradas não econômicas nesses processos e que não se deve levar em conta apenas a ação indireta das variáveis econômicas nas formas de pensar o desenvolvimento.

Esses fatores têm repercutido, diretamente, nas interpretações de Josué de Castro, que alerta para a necessidade de ampliar a compreensão de desenvolvimento:

Igualmente falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico. O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne (CASTRO, 2009, p. 1).

⁷⁶ Os modelos neokeynesianos de crescimento econômico valorizam a importância estratégica do investimento para aumento da renda numa economia (ADELMAN, 1972).

⁷⁷ Técnico 02. Entrevista concedida ao autor em 01/06/2019, Bragança-PA.

Quanto ao conceito de zoneamento ambiental como estava sendo proposto pelo governo federal, e tendenciosamente abraçado pelo governo do estado do Pará, é importante destacar que na tentativa de se justificar para a opinião pública, falava-se em um modelo de desenvolvimento econômico que aliava a conservação do meio ambiente. A retórica de “desenvolver sem devastar” fazia total sentido no contexto do zoneamento ambiental.

A ideia de zoneamento ambiental emergirá no país ainda na década de 1980 como um dos instrumentos de planejamento estabelecidos pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)⁷⁸, e que voltava para a pauta do planejamento estratégico dos governos estaduais por meio do Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelecia diretrizes e critérios para o ordenamento territorial no Brasil através do zoneamento. Esse decreto assim conceitua o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE):

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

Orientado pela imposição do arcabouço legal, o executivo estadual buscava ordenar o desenvolvimento econômico do Pará conforme o discurso do desenvolvimento sustentável: “desenvolver e difundir inovações tecnológicas alternativas compatíveis com o paradigma do desenvolvimento sustentável” (CARVALHO et al., 2013, p. 161).

Considero imprescindível analisar brevemente o relatório final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD/ONU), publicado no final da década de 1980, que traz para o centro do debate global, entre outras questões, o inapropriado uso e manejo dos recursos naturais e sua relação direta com as desigualdades sociais, no que diz respeito à distribuição dos proveitos gerados pelo desenvolvimento econômico. O relatório contribuiu consideravelmente para o debate sobre desenvolvimento econômico *versus* conservação do meio ambiente.

De acordo com Brundtlandt (1991, p. 46-47), o documento da CMMAD definiu o “desenvolvimento sustentável como aquele que seja capaz de atender às necessidades do

⁷⁸ Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Traz em seu Art. 2º: “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras (BRASIL, 2002b).

presente sem comprometer as possibilidades de as gerações vindouras atenderem as suas próprias necessidades também”. Dessa forma, não se restringindo apenas a uma análise fria dos fatores de produção, incorpora as dimensões política, econômica, tecnológica, social e cultural.

No âmbito da economia paraense, historicamente focada em um economicismo visivelmente pautado na reprodução capitalista hegemônica, o enfoque no desenvolvimento sustentável foi utilizado como estratégia para estimular fortemente o desenvolvimento vertical⁷⁹ e horizontal⁸⁰ das cadeias produtivas diretamente ligadas à exploração dos recursos naturais, sobretudo as cadeias produtivas minerais e agroflorestais. Tal estímulo foi realizado mediante uma poderosa política de incentivos fiscais e créditos (CARVALHO et al., 2013).

Esses autores alertam que, devido às especificidades históricas, geográficas e ecológicas do Pará, para se pensar estratégias de desenvolvimento é necessário considerar as dimensões socioeconômicas e socioambientais:

[...] na atual conjuntura, a abordagem da sustentabilidade como única alternativa aceitável do desenvolvimento regional do futuro e o conceito de conservação produtiva compete com a ideologia de desenvolvimento extremamente destrutivo por parte de algumas empresas. Isso pode ser observado, por exemplo, na região Norte, onde por muitos anos, a exploração de recursos naturais na Amazônia foi fortemente impregnada de abusos e realizada, frequentemente, de forma ilegal, onde se observa que crescentes tensões sociais colaboram para a irradiação de violentos conflitos (CARVALHO et al., 2013, p. 172).

Para fortalecer os setores agroindustriais, o estado buscava estabelecer parcerias, principalmente com agentes privados, com o intuito de horizontalizar os processos de inovações tecnológicas, seguindo as premissas estabelecidas no Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002:

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas (BRASIL, 2002b).

A amplitude que tomara o ZEE naquele momento para embasar as políticas públicas em escala estadual exigiu uma grande articulação entre os técnicos da Secretaria Executiva de

⁷⁹ O desenvolvimento vertical ocorre quando a cadeia produtiva concentra todas as fases, desde a produção de uma matéria-prima, ou sua extração, até a colocação do produto final no mercado (COSTA, 2010).

⁸⁰ O desenvolvimento horizontal ocorre pela fusão ou absorção de empresas que trabalham na mesma cadeia de produção, ou seja, consiste no agrupamento de empresas que produzem determinado produto, porém, sem controlar os produtores de matéria-prima (COSTA, 2010).

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM)⁸¹, que montou uma equipe de trabalho para organizar um grupo interinstitucional do MacroZEE. Esse colegiado, ainda em 2004, enviou um anteprojeto de lei para Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA).

Após uma série de debates e emendas ao projeto original, inclusive com intervenções e pressão dos movimentos sociais ligados à pesca artesanal, encabeçados principalmente pelo CPP e pelo MOPEPA, o Projeto de Lei nº 6.745 foi apresentado ao plenário do legislativo pelo relator da proposta, o deputado estadual Airton Faleiro, do Partido dos Trabalhadores (PT), e aprovado por unanimidade no início do ano de 2005.

É importante salientar que as interpretações dos fatos aqui apresentados não são descomprometidas e neutras, apesar do que salienta Velho (2019, p. 37):

Uma das mais tradicionais premissas das Ciências Sociais é a necessidade de uma *distância* mínima que garanta ao investigador condições de *objetividade* em seu trabalho. Afirma-se ser preciso que o pesquisador veja com olhos *imparciais* a realidade, evitando *envolvimentos* que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões. Uma das possíveis decorrências deste raciocínio seria a valorização de métodos quantitativos que seriam “por natureza” mais neutros e científicos.

No entanto, como prossegue o mesmo autor, essa premissa ou dogma não é compartilhada por toda a comunidade acadêmica e já se demonstrou o inevitável envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo (VELHO, 2019, p. 37).

Tendo isso em mente, em minha pesquisa e vivência recupero os relatos, recheados de detalhes, os quais rememoro e descrevo sob os ângulos que estava vendo/vivendo. Faço reflexões sobre as diferentes abordagens a partir de uma análise transversal⁸², e vale destacar que outros pormenores só quem os viveu poderia relatar com tantas minúcias, cabendo ao pesquisador estar atento ao que foi dito, algumas vezes, quase que em tom de confidência. Desse modo, busquei munir-me de sensibilidade e capacidade para “confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes” (VELHO, 2019, p. 47).

Nesse sentido, é fundamental compreender a importância de relatos que reconstroem os fatos aqui analisados, como este que segue:

⁸¹ A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) foi criada em 11 de maio de 1988, pela Lei de nº 5457, quando então era denominada Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). O órgão foi reorganizado pela Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, e em 30 de julho de 2007, pela Lei de nº 7026, foi desmembrada da Ciência e Tecnologia, ficando apenas com o Meio Ambiente, passando a ter a denominação atual. (Disponível em: www.semas.pa.gov.br. Acesso em: 12 jun. 2019.)

⁸² Em uma análise transversal as entrevistas são recortadas de acordo com cada tema-objeto, quer dizer, tudo o que foi afirmado acerca de cada objeto preciso no decorrer da entrevista foi transcrito na sua totalidade, seja qual for o momento em que a afirmação tenha tido lugar (BARDIN, 1977).

Nesse momento também, tá acontecendo no estado, o projeto do zoneamento macroeconômico ecológico, tinha alguns levantamentos para aprovação na Assembleia Legislativa deste projeto, e também tinha se criado a lei da pesca, que não tinha sido discutida com os pescadores, e tinha o medo dos nordestinos; os cearenses e o pessoal do Rio Grande do Norte interessados em criar camarão aqui na nossa região de mangue. Por isso eu me preocupei, mas pra ir pra cima né? e neste projeto macroeconômico ecológico, o governo do estado era contra a criação de reserva extrativista, ia ficar definido na votação inicial o impedimento de criação de mais reserva extrativista marinha no litoral do Pará. Aí nós ficamos sabendo e corremos pra cima! em cima da hora, dia e noite, de madrugada juntando gente aqui pra ir pra assembleia. Pra nossa sorte, o Airton Faleiro, o deputado estadual que era do PT era o relator deste projeto. Aí a gente chamou o Airton Faleiro, aí o Vergara passou todinha a situação pra ele. Como já tava em votação, tava tudo discutido, só mudamos um pedacinho do texto lá que não me lembro bem, pra puder ficar aberto para criação de reserva extrativista marinha aqui, e os deputados parece que não se percebiam da situação, foi pra votação, a gente tava lá! foi aprovado com essa mudança, o relator apresentou e tal, e foi aprovado. Aí foi urgente, na hora logo o Vergara com o pessoal, umbora mandar logo pra Brasília antes do pessoal do governo se perceber que ficou aberto pra criar reserva extrativista. Aí foi mandado imediatamente a documentação pra Brasília, e pediram urgência por caso da situação, aí tinha também a situação política, PT governo federal e PSDB governo estadual, o PSDB era contra; e foi... A ministra do Meio Ambiente era a Marina Silva, aí foi aprovado urgentemente, em 20 de maio de 2005 foi assinado o decreto de criação das reservas extrativista marinha nos municípios de Bragança, Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu.⁸³

A principal mudança ocorrida no texto original às vésperas da votação no plenário da ALEPA, da qual o interlocutor diz não se lembrar bem e que possibilitou a criação das RESEX Marinhas na região bragantina, referia-se basicamente a uma parte da redação do Artigo 7º da Lei nº 6.745 e do acréscimo dos municípios da Bragantina na lista de possibilidades contidas no Anexo II da referida lei:

Art. 7º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável (US) são aquelas compostas pelas unidades federais, estaduais, municipais e particulares legalmente instituídas, acrescidas das áreas referidas no Anexo II e identificadas numericamente no Anexo I desta Lei, que serão criadas de acordo com sua vocação natural, seguindo as categorias de manejo de unidades de conservação propostas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o art. 84 da Lei nº 5.887, de 9 de maio de 1995 (PARÁ, 2005).

Autores como Antônio Carlos Robert Moraes (2005); Carlos Walter Porto-Gonçalves (1999); Álvaro Luiz Heidrich (2009) e Bertha Becker (2010) têm afirmado que, entre os diversos instrumentos legais de que o Estado lança mão para a preservação da natureza, a delimitação de territórios em unidades de conservação (UCs) ainda se constitui uma estratégia central. No entanto, como ilustrou Moraes (2005) ao discutir a relação entre meio ambiente,

⁸³ Liderança 04. Entrevista concedida ao autor em 31/05/2019, Bragança-PA.

sociedade, Estado e universidade, há todo um arsenal de argumentos que o Estado utiliza quando vislumbra um modelo de desenvolvimento, enquanto a concepção da sociedade residente no território passa por outro caminho completamente diferente do idealizado pelo Estado:

O Estado diante da questão ambiental manifesta uma situação paradoxal: parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação. A resolução do paradoxo nos remete ao nível de democratização do regime político vigente, enfim ao grau de controle do Estado pela sociedade (MORAES, 2005, p. 57).

É oportuno destacar que mesmo que houvesse uma tentativa de democratizar os debates, naquele momento histórico, os discursos que ecoavam entre os grupos de pescadores e pescadoras artesanais do litoral paraense em busca de um reconhecimento oficial de seus territórios, algo que fosse “exclusivo” para a pesca artesanal, seguiam um rumo distinto do que propunha o Estado. Como se constata na seguinte narrativa:

Em 2002 foi concluído todo o levantamento, fechado todos os encaminhamentos da documentação que era necessário pra criar as RESEX. Então era 2005 já, e ninguém tinha notícia, ninguém tinha informação. Fui [falar] com [o] secretário do Meio Ambiente do estado⁸⁴. Eu que não tinha noção onde é que estava esse documento, e sem saber por onde começar fui procurar informação lá, e lá ouvir do secretário adjunto⁸⁵ que eles nunca iriam deixar criar reserva extrativista aqui no Salgado.⁸⁶

Pela complexidade de interesses, a relação entre questões ambientais e democracia tem merecido cada vez mais a atenção dos cientistas sociais, na busca de se compreender essa dinâmica viva e constante, a conjuntura política que se estabelece dentro do território e as perspectivas de poder. Nesta análise em especial, “ao território caberia, dentro desta dimensão, um foco centralizado na espacialidade das relações de poder” (HAESBAERT, 2009a, p. 105).

Nessa mesma perspectiva, é importante compreender que:

a implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os

⁸⁴ Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro (1939-2014), professor de Geologia da UFPA, atuou na política por 30 anos. Nesse período, ocupou cargos técnicos em administrações estaduais e como militante defensor das causas ambientais no estado, sendo secretário estadual de Meio Ambiente no primeiro mandato do governador Simão Robison Oliveira Jatene (PSDB), durante o período de 2003-2007.

⁸⁵ Claudio Cavalcanti Ribeiro, professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UFPA, exerceu o cargo de secretário adjunto na SECTAM durante o período 1999-2005.

⁸⁶ Liderança 04. Entrevista concedida ao autor em 31/05/2019, Bragança-PA.

macropoderes políticos institucionais e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com o “ambiente”, capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2019, p. 76).

Desse modo, para analisar a dinâmica territorial, é necessário considerarmos uma série de variáveis resultantes dessas relações de poder, nas quais as populações estão imersas. O espaço geográfico é apropriado e, no decorrer desse processo, de maneira dinâmica e versátil identidades e territorialidades são forjadas, determinando assim a configuração e/ou reconfiguração territorial (BOURDIEU, 1989).

É interessante notar aqui o que Almeida (2004) denominou de “unidades de mobilização”⁸⁷, pois essas unidades foram se estabelecendo no território, cada qual a sua maneira, nos diferentes grupos sociais, e suas redes de relações sociais e políticas foram sendo reforçadas ao longo dos anos. Assim, por mais ambíguos que fossem os papéis do Estado, dos grupos empresariais ligados aos setores pesqueiros e dos movimentos sociais dos pescadores e pescadoras artesanais, os embates acabaram funcionando como um agente estratégico que contribuiu para a defesa dos territórios tradicionais de pesca dessa faixa litorânea do Pará, e ajudaram a fortalecer a identidade coletiva dos pescadores e pescadoras artesanais. Pois, como argumenta Haesbaert (2019, p. 89),

toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflitos e/ou negociação.

Sobre os conflitos gerados naquele momento, afirma um dos interlocutores:

[...] então, tinha muitos cearenses aqui em Bragança envolvidos com a pesca, e o camarão tava com o mercado em alta⁸⁸, assim como fizeram no Ceará e no Rio Grande do Norte, grandes fazendas de camarões, se começava especular a criação de camarão aqui nas áreas de mangue de Bragança e Augusto Corrêa. Então eu ouvia dentro das conversas de empresários da

⁸⁷ O conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura (ALMEIDA, 2004, p. 10).

⁸⁸ De 2004 a 2005 houve uma recuperação dos preços praticados no mercado internacional do camarão conhecido pelo nome comercial de camarão-de-patas-brancas ou camarão-branco-do-pacífico (*Litopenaeus vannamei*), espécie exótica originária do oceano Pacífico, cultivada com sucesso em países da América Latina. A massificação dos investimentos na carcinicultura brasileira, sobretudo a partir dos anos 1990 na região Nordeste, contribuiu para que o Brasil se tornasse o sexto maior produtor mundial de camarão cultivado com maiores volumes de produção no período de 2003 a 2005. (Disponível em: www.indexmundi.com e abccam.com.br/wp-content/uploads/2012/01/analise_dA_BALANA_COMERCIAL.pdf. Acessos em: 21 jun. 2019.)

pesca que já tinha especulação de empresários da pesca de trazer o camarão. Então... tinha especulação de pessoas procurando terra nas áreas próximas de manguezais, nas beiras dos mangues para começar explorar as fazendas de criações de camarões. Isso causava medo nos tiradores de caranguejo. Nós do movimento da pastoral dos pescadores, já tinha visto situações assim no Nordeste.⁸⁹

Era evidente que “havia preocupação com a faixa de manguezal na região norte, com receio de que aqui acontecesse o que já havia ocorrido na região nordeste do país, a derrubada do mangue para cultivo de camarões” (SILVA-JUNIOR, 2013, p. 45).

Por isso, é sempre fundamental, a meu ver, reconhecer o papel do Estado como o principal agente responsável pelo ordenamento legal e administrativo do território, e esse agente teria de ser capaz de integrar políticas públicas setoriais que promovam o desenvolvimento com responsabilidade ambiental. No entanto, na tentativa de promovê-lo rapidamente, muitas vezes essas ações vão na contramão da própria legislação ambiental vigente, o que acaba criando um mecanismo de resistência social que mobiliza grupos distintos para o enfrentamento democrático ao poder do Estado. Como bem destacou Almeida (2004, p. 23), “as novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos em face do poder do Estado e em defesa de seus territórios”.

Nesse contexto, tais mobilizações de resistência abrem novas possibilidades de relações sociais, de poder e controle do território pelos grupos sociais que historicamente vinham sendo alijados dos processos de tomada de decisão, e isso ameaçava os futuros investidores em empreendimentos geradores de desenvolvimento na região. Como nos falou um dos sujeitos colaboradores da pesquisa: “Nunca iam deixar criar reserva extrativista aqui no Salgado, porque, dizendo eles, não iam entregar uma riqueza tão grande, como o manguezal, na mão do povo que não tem noção das coisas”⁹⁰.

Há, aqui nesse caso, de modo emblemático, a recorrência de fatos que historicamente afetam as comunidades e populações tradicionais na luta pela oficialização dos seus territórios, sobretudo na Amazônia, como destacou Porto-Gonçalves (2018, p. 67):

Os poderosos grupos/classes sociais que protagonizam o novo padrão de expansão sociogeográfico, voraz nas suas demandas por matéria e energia, estão impondo dificuldades para reconhecer as territorialidades comunitárias, fazer a demarcação das terras, respeitar os direitos da natureza

⁸⁹ Liderança 04. Entrevista concedida ao autor em 31/05/2019, Bragança-PA.

⁹⁰ Liderança 04. Entrevista concedida ao autor em 31/05/2019, Bragança-PA.

e levar à prática o Convênio 169, da OIT, ou a Declaração dos Direitos Indígenas da ONU.

Esse novo padrão de expansão sociogeográfico, ao qual se refere o autor, pretendia expandir as áreas de carcinicultura para o litoral amazônico, e para isso teria que, de alguma forma, interferir no arcabouço jurídico-institucional que regulamentava a questão ambiental no país, o que nos leva a associar a afirmação: “A RESEX era contra o desenvolvimento do estado⁹¹”.

O interesse do governo paraense em explorar as áreas estuarinas para o estabelecimento da carcinicultura era tido como certo entre os empresários da região. Muitas dessas áreas eram apontadas no MacroZEE como limites da zona de conservação ambiental, logo, favoráveis à implementação de unidades produtoras e “importantes para o desenvolvimento do estado⁹²”. Delimitadas geograficamente, foram discutidas e analisadas pelo planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável na economia do Pará. Carvalho et al. (2013, p. 161) registram que, nos limites da zona de conservação ambiental, 4% (32.439,93 km²) seriam transformados em zona de consolidação e expansão de atividades produtivas, pois ali “habitam comunidades indígenas e quilombolas que realizam atividades agroextrativas e produzem bens agropecuários nos padrões dos modos de produção pré-capitalistas”.

Os pescadores e pescadoras artesanais habitam historicamente tais áreas (nos limites da zona de conservação ambiental, ou seja, do ecossistema manguezal, uma Área de Preservação Permanente – APP), e de fato suas principais atividades produtivas são agroextrativas, algumas nos “padrões dos modos de produção pré-capitalistas”. Dessa forma, transformá-las em Reserva Extrativista ameaçava as pretensões do governo, que por falta de apoio majoritário via sua legitimidade e a capacidade para formular políticas postas em xeque.

Eis aí mais uma possibilidade de compreender por que as RESEX Marinhas eram apontadas como vilãs para o desenvolvimento do estado, tomando-se como referência a legislação ambiental brasileira que regula empreendimentos com potencial impacto ambiental e prevê uma rede institucional de controle e fiscalização de seu cumprimento em áreas de conservação dessa modalidade.

De acordo com o que determina a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil (SNUC), esses tipos de

⁹¹ Técnico 02. Entrevista concedida ao autor em 01/06/2019, Bragança-PA.

⁹² Liderança 04. Entrevista concedida ao autor em 31/05/2019, Bragança-PA.

empreendimentos particulares pretendidos em seu entorno ficam inviabilizados. Conforme expressam os parágrafos 1º e 2º do Art. 18 da referida lei:

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2000).

Nesse embate democrático, em alguns dos municípios estudados a articulação social e as coesões criadas pelos pescadores e pescadoras artesanais, como por exemplo os sindicatos de trabalhadores rurais, se configuraram como âncoras fundamentais nessas unidades de mobilização, sobretudo funcionando como um difusor e mobilizador social importante das ideias conservacionistas que o modelo de RESEX carrega:

[...] a gente lutava pelo Grito da Terra⁹³, e esse negócio tinha o sindicato, né, e a gente começou nessa luta, então o sindicato foi um aliado muito importante que lutou em prol dessa construção da RESEX, desses movimentos, sempre deram muita força.⁹⁴

[...] aqui nós tinha o Carlinho do sindicato que era parceiro nosso, do sindicato rural. Nós tivemos o Navalha que tava também com nós, tem o Ricardo também que era, foi presidente do sindicato, nós tivemos esta parceria na mobilização aí.⁹⁵

Nesse ponto me permito pensar que a participação mais efetiva dos sindicatos de trabalhadores rurais na luta dos pescadores está ligada aos embates que emergiram na década de 1980 pelo controle das colônias de pescadores⁹⁶, nas quais os pescadores artesanais não se

⁹³ O Grito da Terra Brasil foi a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido desde a década de 1990 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), como forma de reivindicação de direitos. (Disponível em: fetase.org.br. Acesso em: 6 jan. 2019.)

⁹⁴ Liderança 05. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2019, Nanã, Tracuateua-PA.

⁹⁵ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

⁹⁶ As colônias de pescadores no Brasil têm sua gênese a partir de 1919 por iniciativa da Marinha de Guerra. Nessa época, o país, apesar de possuir um vasto litoral e uma grande diversidade de águas interiores, importava parte considerável dos peixes que eram consumidos. Alicerçado no interesse de fomentar a produtividade pesqueira e aludindo à necessidade de proteger a costa brasileira, especialmente após a primeira guerra mundial – contando para isso com os pescadores, que empiricamente detêm os “segredos” do mar –, o Estado fundou as colônias. Desde então, a instituição ficou sob a tutela estatal, estando os pescadores artesanais sob o controle e dominação política de órgãos governamentais, primeiro da Marinha e depois do Ministério da Agricultura. As colônias eram definidas como agrupamento de pescadores ou agregados associativos. Para poder exercer oficialmente a atividade pesqueira, os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias. Até então, as

sentiam representados. Formou-se então um levante nacional pelo controle político das colônias e o movimento culminou, entre outras coisas, na participação efetiva dos pescadores e pescadoras artesanais em debates nacionais sobre o real papel dessa instituição. Posteriormente, surgia o que foi denominado por eles de Movimento Constituinte da Pesca:

No ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores fez uma convocação a todas as Federações Estaduais, encaminhando a realização de assembleias, e que elegessem delegados para compor um grupo que veio a denominar-se de “Movimento Constituinte da Pesca”. Este movimento teve como finalidade discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, reivindicando a inclusão das propostas dos pescadores artesanais na nova Constituição. Na capital federal, os pescadores artesanais somavam com outras categorias de trabalhadores urbanos e rurais, entre eles, agricultores, professores e outros, que também reivindicavam seus direitos sociais e políticos. Após a promulgação da nova Constituição, em 05 outubro de 1988, identificamos alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriam-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. O artigo 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns às colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Destacamos o inciso I do referido artigo: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical” (MORAES, 2001, p. 2).

Buscando explicar a contribuição direta dos sindicatos de trabalhadores rurais nos processos de reconfiguração dos territórios tradicionais de pesca do litoral do Pará em RESEX Marinhas, elucidou a seu modo um pescador, liderança comunitária, ouvido durante a pesquisa:

[...] aí... a gente tem que voltar um pouco atrás, porque todo movimento começou em 1985 quando foi criada a Constituinte da Pesca. Quando foi instalado a Assembleia Nacional Constituinte pra fazer uma nova Constituição brasileira, a gente verificou que no Brasil não existia nenhuma lei específica falando sobre pesca, na verdade o que existia, por exemplo, era um decreto no Ministério da Agricultura, né... que era padronizado para todas as colônias do Brasil. Essa questão do estatuto, né? As colônias eram padronizadas. Não se falava nada de pesca, quase, não tinha uma lei específica. As Colônias de Pescadores, na verdade, não nos representava, por conta disso não havia eleição nas colônias, as pessoas eram nomeadas pelo ministério para ocupar o cargo de presidente da Colônia de Pescadores. Aí... logicamente isso daí não nos representava, todas as questões da pesca, as pessoas que iam pra lá não eram pescadores, normalmente funcionário do governo e ficavam lá para defender interesse, às vezes contrários aos

relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical (MORAES, 2001).

pescadores artesanais. Essa era uma realidade nacional, que nós aqui no Pará também era afetado com isso, aí a partir disso a gente começou o movimento para discutir proposta para incluir na nova Constituição. Nós passamos dois anos e meio indo pra Brasília, discutindo. Eu tava como representante do estado do Pará, como delegado do estado, eram vários representantes dos estados do Brasil, a gente conseguiu discutir uma proposta de anteprojeto de lei, e desse foi aprovado apenas o artigo 8º desta nova Constituição que fala sobre a autonomia das colônias de pescadores, então hoje as colônias se equiparam aos sindicatos rurais.⁹⁷

Doravante, é mais fácil compreender a influência dos sindicatos dos trabalhadores rurais junto aos movimentos dos pescadores artesanais, sobretudo nos municípios litorâneos estudados. Percebe-se que de fato o movimento de resistência sindical passou a incorporar outros valores em suas bandeiras de luta, entre eles os ecológicos, como visto nos processos das unidades de mobilização aqui analisados, contribuindo para os desdobramentos das demandas dos pescadores e pescadoras artesanais junto aos órgãos estatais.

As mudanças também acontecerão em outras partes da Amazônia, como ressaltou Almeida (2004, p. 9):

Nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade. Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores, conhecem desde 1988-1989 certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, critérios ecológicos e critérios de gênero e de autodefinição coletiva que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de organização e encaminhamento de demandas aos poderes públicos.

É importante destacar que as ideias de lutas coletivas por direitos, disseminadas pelos movimentos sociais, ganham força com o processo de redemocratização do Brasil. Foi nesse momento político do país que se ampliaram os debates acerca da territorialidade, das novas territorialidades de grupos sociais que historicamente estavam colocados à margem das discussões políticas, como é o caso dos pescadores artesanais.

Sobre a conceituação de territorialidade adotada aqui, recorro à proposta por Haesbaert e Limonad (2007, p. 44): [...] o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico etc...) sobre/através de uma determinada parcela do espaço geográfico.

⁹⁷ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

No que diz respeito à territorialidade pesqueira, Simone Maldonado (1993) propõe um debate importante para que se possa analisar as estratégias que propiciam a criação de mecanismos políticos de organização para lidar com as mudanças e oscilações inerentes aos processos evolutivos da atividade pesqueira. De certa maneira, tal debate tem se tornado fundamental para as populações tradicionais reconfigurarem as formas de apropriação e o uso dos espaços, consolidando e reafirmando sua territorialidade:

A explicitação dos conceitos, noções e práticas em que se constituem a territorialidade e o seu *segredo* na pesca, não pode prescindir, ao nível analítico, da identificação do desenvolvimento tecnológico dos diversos grupos ou das condições ecológicas de cada lugar que vão influenciar de maneira determinante a sazonalidade e a localização da pesca. Esses dois elementos conjugados, por sua vez determinam o acesso que os pescadores têm ao mar, tanto em termos da distância a que podem chegar e em que podem constituir seus territórios, como nos termos das relações sociais que ordenam o usufruto dos recursos existentes (MALDONADO, 1993, p. 25).

Dessa maneira, considerando aqui a necessidade de reconhecer os diferentes modos e intensidades das práticas e estratégias de apropriação dos espaços litorâneos da Bragantina, é importante encontrar explicação para os embates que alicerçam esses processos geográficos, através de análises que ponderem sobre o que me atrevo a chamar de tempos distintos para formas de territorialidade distintas. Ou seja, os tempos da natureza (ligados à pesca artesanal e seus saberes e fazeres) e os tempos tecnológicos (aqueles da pesca industrial, atrelados mais às formas hegemônicas de reprodução do capital).

Todavia, ao analisar as distintas formas de territorialidade, é imprescindível reconhecer antes de tudo que são consequências indissociáveis de processos de interação constante entre sociedade(s) e natureza. Eis aí um dos aspectos fundamentais para melhor compreender como emergem os debates acerca da territorialidade desses grupos de pescadores artesanais do litoral paraense. É nesses tempos distintos, de interações distintas pela apropriação, dominação e produção do território que as lutas internas e externas de relações de poder vão acontecendo ao longo do tempo, formando as identidades simbólico-culturais, as contradições e as desigualdades sociais e econômicas – que agora motivam as reivindicações territoriais dos pescadores e pescadoras artesanais, até com a reformulação do próprio conceito de território, como veremos mais à frente.

Poder-se-ia dizer que, nas reivindicações por um território exclusivo para a pesca artesanal, o uso dos recursos e a ocupação dos espaços de reprodução dos modos de vida, por si mesmos, também constituem uma expressão do território, bem como de identidade, como referiu Heidrich (2009). E, na busca de afirmar esse direito, esses trabalhadores passaram a

obter apoio de segmentos importantes da opinião pública, como destacamos anteriormente, com o advento da Constituição de 1988, e de maneira oportuna destacou Prost (2007, p. 144):

Esses movimentos sociais contam agora com um quadro político mais democrático para reivindicar direitos sobre determinados territórios. Muitos têm justificado suas lutas em nome de uma história de ocupação, mas também de proteção ambiental, através da prática de atividades tradicionais, uma bandeira que recebe cada vez mais o apoio da opinião pública e até de credores internacionais, tal como ilustra o programa de proteção das florestas tropicais financiado pelos países do G7 (PPG7)⁹⁸.

Na Bragançana, como já foi registrado, além dos sindicatos de trabalhadores rurais, a universidade e os movimentos sociais ligados à pesca (a saber, a Igreja Católica, por meio das suas pastorais sociais, em especial o Conselho Pastoral dos Pescadores) contribuíram para ampliar as redes solidárias de apoio contra o modelo desenvolvimentista em curso naquele momento, compondo as unidades de mobilização na luta pelo reconhecimento oficial dos territórios tradicionais de pesca:

Em relação à Igreja Católica, como órgão de influência, tem-se no município de Bragança a sede da Diocese de Bragança⁹⁹, que congrega vários municípios da região nordeste do Estado do Pará. Um fato a ser lembrado, é que quando do processo inicial de mobilização para a criação desta RESEX, a Diocese de Bragança teve participação junto às comunidades através de membros da Pastoral dos Pescadores e da Cáritas Diocesana. Inclusive as grandes reuniões com as lideranças das comunidades eram realizadas na sede desta entidade (SILVA-JUNIOR, 2013, p. 74).

Vê-se, desse modo, não por acaso, as estratégias de acúmulo de força dos pescadores e pescadoras artesanais na luta pelo reconhecimento oficial dos seus territórios tradicionais de pesca como parte importante da sua territorialidade. Por isso minhas interpretações convergem com as proposições do professor Robert Sack (1986), que discute as diferentes concepções e apropriações do espaço geográfico pelas sociedades humanas. Para esse autor, a territorialidade humana pode ser entendida como estratégia geográfica para tentar afetar, influenciar ou controlar uma determinada área.

⁹⁸ Entre 1994 e 2009, o PPG-7 funcionou como uma iniciativa em conjunto dos sete países mais industrializados da época (G-7), mais os Países Baixos, do Banco Mundial, do governo do Brasil e da sociedade brasileira no intento de conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação das Florestas Tropicais (ANTONI, 2010).

⁹⁹ A Diocese de Bragança do Pará é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Brasil, que compõe o Conselho Episcopal Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Diocese é composta por paróquias nos municípios: Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá, Tracuateua, Ulianópolis e Viseu. (Disponível em: cnbbn2.com.br. Acesso em: 12 ago. 2019.)

Para expressar tais conclusões de outra maneira, esses esforços podem ser compreendidos como táticas geográficas para garantir o domínio das áreas de pesca. De acordo com Becker (2010, p. 21), a territorialidade se manifesta “desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à (re)apropriação do espaço, de base territorial”.

O litoral amazônico é um campo fértil de estoques culturais, como o bumba meu boi, a serra velha, os pretinhos, a marujada, os cordões de pássaros, o carimbó. Em especial, as próprias populações de pescadores estudadas na Bragantina, que não são homogêneas, resultam de históricos processos de migração. Portanto, analisar suas territorialidades na atualidade requer a compreensão de tempos distintos, destacados em passagens anteriores, bem como ir além do controle político pelo território, como destacam Candiotto e Santos (2009, p. 323):

As territorialidades são impressões simbólicas/subjetivas das relações sociais e, portanto, produzem e são produtos dos territórios num processo cíclico. Elas representam mudanças e/ou permanência e estão ligadas às temporalidades. As territorialidades são influenciadas pelas técnicas e pelo modo de reprodução, mas manifestam-se na cultura, no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos ou grupos sociais.

Pelo exposto até aqui, é fundamental reconhecer e apreender como os processos sociais participativos constroem e reconstróem as territorialidades, como destacaram Teisserenc e Teisserenc (2014) ao analisarem outros contextos na Amazônia.

Estes fatores têm repercutido, direta e indiretamente, nas minhas interpretações e serão pormenorizados no segundo capítulo desta tese. Os novos processos de configuração e/ou reconfiguração territorial, dinâmicos, com fluxos migratórios que geram uma mescla de distintas identidades culturais e territoriais, que antes consentiam distintas territorialidades, tendem a construir o que Haesbaert (2009b) costuma chamar de “novas territorialidades”. Para explicar essa denominação, o autor destaca a dicotomia entre o velho e o novo. Além dos traços/características arraigados dos velhos territórios e suas territorialidades, ele aponta que, concomitantemente, alguns processos comandam a emergência de novas territorialidades, entre eles o surgimento de novos tipos de arranjos político-institucionais ordenadores do território.

As obras literárias, mais uma vez, nos emprestam elementos importantes para a análise do tema. No romance *A casa da água*, do mineiro Antônio Olinto (2011), as teias construídas entre o velho e o novo, entre os territórios e suas territorialidades, mostram os sabores e

dissabores do surgimento de novas territorialidades, os novos tipos/arranjos político-institucionais no território da república imaginária de Zorei. Publicado originalmente em 1969, o livro traz as memórias de Mariana dos Santos, cuja avó Catarina fora sequestrada da Nigéria e trazida como escrava ao Brasil. Após mais de 50 anos aqui, a avó realiza seu grande sonho, retornar à mãe África, levando consigo toda a família nascida em território brasileiro (uma filha e três netos).

De volta à Nigéria, os protagonistas estabelecem fortes laços com outros “brasileiros” que como eles regressaram em busca de suas origens e, através de mecanismos organizacionais solidários, vão aos poucos superando a dualidade entre o que ficou para trás e o que precisa ser construído para as gerações que os sucederão. Em meio a debates acerca de territórios e territorialidades, o romance mostra, por meio da temática da diáspora africana, os percalços para a (re)construção das identidades de seus personagens, o que nos aproxima da realidade da Bragantina.

Nessa faixa litorânea, as identidades e territorialidades pesqueiras analisadas, sobretudo através das memórias dos mais velhos que migraram do Nordeste brasileiro, mostram um certo saudosismo da terra natal e ao mesmo tempo um compromisso com as gerações aqui nascidas, empregando todo seu acúmulo de experiências, técnicas e estratégias de organizações comunitárias, que agora compõem os processos de gestão compartilhada nas RESEX Marinhas.

É oportuno reconhecer que a implantação de unidades de conservação (UCs) são estratégias territoriais para a conservação da natureza, e ao longo desses processos, pela incorporação de novos elementos, podem emergir novas territorialidades, muito em função de suas populações possuírem muito mais do que o direito consuetudinário de posse pelo espaço geográfico, mas, também, pelos laços simbólicos estabelecidos com o espaço vivido e concebido, sendo agora delimitado e regulado pelo Estado (HEIDRICH, 2009).

De certo modo, essas diferentes construções de novas territorialidades passam por novas relações societárias que vão se moldando, muito em função dos arranjos institucionais estabelecidos nos espaços de reprodução dos seus modos de vida, às vezes conflitantes, o que encontra ressonância e respaldo nos processos criadores de vínculos frisados por Heidrich (2009, p. 287):

O tempo presente é de sobreposição de territorialidades, de coexistências e de conflitos. Cada vez mais se exige do ordenamento territorial a definição e a normatização de novos usos. Pode-se compreender que a relação que constrói a alternativa de delimitar uma extensão, de projetar e efetuar uma ocupação, se trata de uma ação criadora de vínculos.

É importante considerar neste estudo que, neste momento histórico, a reprodução social dessas comunidades e populações tradicionais pesqueiras do litoral amazônico encontra-se em risco, como outras para além do litoral amazônico. Tomemos exemplos concretos: as quebradeiras de coco-babaçu (no estado do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí), os quilombolas e os indígenas do país encontram-se historicamente ligados pelas dificuldades de reconhecimento de direitos, de cidadania, identidade e cultura, agora mais que nunca, com a ascensão de um governo central de extrema-direita (a partir das eleições de 2018). Portanto, a perspectiva do tempo na análise das territorialidades torna-se cada vez mais relevante.

O novo quadro político-institucional dificulta ainda mais a resolução dos conflitos socioambientais já existentes e tem, de modo geral, repercutido no sentido oposto, agravando-os de forma perceptível. Vê-se, desse modo, a necessidade de estratégias de reorganização coletiva das populações tradicionais, sobretudo no intuito de estabelecer novos métodos de gestão dos territórios de uso comum, bem como de técnicas cada vez mais inclusivas de manejo dos recursos naturais neles existentes. Porém, mais do que isso, é preciso que essas populações possam defender seus modos de vida, essencialmente ligados à extração de recursos pesqueiros, no caso dos pescadores e pescadoras artesanais, e que suas organizações se tornem cada vez mais fortes. Isso é fundamental para garantir a conservação dos territórios de uso comum institucionalizado a partir do acúmulo de lutas sociais registrados aqui.

Eis aí mais uma possibilidade de (re)oxigenar os movimentos locais de R-Existência. Por isso, reafirmo que as interpretações dos fatos aqui postos não são descomprometidas, muito menos neutras, e mesmo com todas as adversidades impostas por este novo quadro político-institucional, adaptações e peculiaridades locais encontram-se em pleno curso.

É nesse contexto que existem movimentos sociais vivos e latentes na arena de debates, como a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM)¹⁰⁰, que luta incansavelmente nessa direção e acredita que o fortalecimento e:

Estabelecimento de reservas extrativistas é, sem dúvida, um exemplo de defesa, reforço e recriação de modos de vida ameaçados. Ademais, é uma das alternativas para uso sustentado dos recursos naturais para a Amazônia, respeitando, ao mesmo tempo, os modos tradicionais de vida das populações e a diversidade biológica (DIEGUES, 2008, p. 150).

¹⁰⁰ A CONFREM, conforme consta no site da entidade, tem como missão: “Desenvolver, articular e implementar estratégias visando o reconhecimento e a garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica, garantindo os seus meios de vida e produção sustentável”. (Disponível em: confrem.wordpress.com. Acesso em: 16 set. 2019.)

Algumas territorialidades (maritimidades) nas RESEX Marinhas analisadas são relativas às formas tradicionais de apropriação e uso de espaços pesqueiros e de reprodução social dos modos de vida, como R-Existência, para manter o uso de técnicas seculares de pesca, como os currais de pesca (um tipo de armadilha fixa que captura cardumes de acordo com os ciclos das marés). Os embates travados nos conselhos deliberativos das RESEX também se dão pela garantia dos direitos consuetudinários dessas populações tradicionais.

Da mesma maneira, há territorialidades ligadas às formas de reprodução capitalista hegemônica existentes no território, como maior capacidade de articulação política, como é o caso das empresas exportadoras de pescados sediadas em Bragança e Augusto Corrêa. Destoando das compreensões socioculturais das populações locais, essas empresas lutam pela manutenção/ampliação da pesca de algumas espécies-alvo de alto valor comercial no mercado externo, como o pargo (*Pagrus pagrus*), a pescada-amarela (*Cynoscion acoupa*), a lagosta-vermelha (*Panulirus argus*), a piramutaba (*Brachyptalystoma vaillantii*), o camarão-rosa (*Farfantepenaeus subtilis*) e o camarão-de-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Vale destacar que tanto a pesca artesanal como a empresarial impactam o meio ambiente, guardando-se as devidas proporções e as diferentes percepções do espaço onde as capturas são realizadas. Como se trata de territorialidades que atuam simultaneamente no espaço e no tempo, uma prejudica de maneira direta a permanência da outra, o que pode explicar as reivindicações em torno de um território “exclusivo” para a pesca artesanal.

A sobreposição de territorialidades, as coexistências e os conflitos, como destaca Heidrich (2009), têm sido pauta recorrente nos debates, a despeito da institucionalização dos territórios tradicionais de pesca no litoral amazônico, e definida a normatização para usufruto “exclusivo” da pesca artesanal, no caso das RESEX Marinhas. Para se ter uma ideia desse contexto, em 2013, no âmbito da pesca industrial, existia uma frota de 162 embarcações que possuíam licença para a captura de “peixes diversos¹⁰¹” com rede de arrasto de fundo¹⁰² na plataforma continental amazônica¹⁰³ (SILVA; SILVA; CINTRA, 2014).

¹⁰¹ A Instrução Normativa nº 2, de 15 de janeiro de 2010, em seu Art. 1º define peixes diversos da seguinte maneira: I – Espécies a capturar: pescada-gó (*Macrodon ancylodon*); pescada-curuca (*Micropogonias furnieri*); cambéua (*Notarius grandicassis*); corvina (*Cynoscion sp.*); peixe-espada (*Trichiurus lepturus*); paru (*Chaetodipterus faber*); uritinga (*Sciades proops*); sardinha (*Anchoviella sp.*); bandeirado (*Bagre bagre*); peixe-galo (*Selene setapinnis* e *Selene vomer*); cangatá (*Arius quadriscutis*); e peixe-pedra (*Genyatremus luteus*) (BRASIL, 2010a).

¹⁰² A mesma Instrução Normativa nº 2, de 15 de janeiro de 2010, em seu Art. 1º define arrasto de fundo como: II – Método de pesca: arrasto de fundo com portas, sem correntes na tralha inferior, com malhas de tamanho mínimo de 100 mm no corpo da rede e 70 mm no túnel de saco, medidas tomadas entre nós opostos da malha esticada (BRASIL, 2010a).

¹⁰³ A Instrução Normativa nº 2, de 15 de janeiro de 2010, pelo seu Art. 1º permite “a concessão de Autorização Provisória de Pesca [de peixes diversos] para embarcações devidamente autorizadas para a pesca de arrasto de

De modo geral, essa pesca de arrasto vem sendo exercida nos limites e/ou na área do entorno das UCs¹⁰⁴. Pude observar, inclusive, que pela ausência de uma fiscalização mais efetiva, as embarcações acabam atuando muito próximo à costa, afetando diretamente a produtividade da pesca artesanal. Os pescadores artesanais não possuem aparatos tecnológicos para competir com a pesca industrial – e sua lógica (pré)capitalista de atuação é outra –, por isso têm pouca autonomia para ir ao encontro dos peixes e acabam esperando a migração natural dos cardumes. No entanto, na maioria das vezes os cardumes são interceptados pela ação da pesca de arrasto da frota industrial, possuidora de tecnologias apropriadas para explorações intensivas. Ao fazer uso de sonar e embarcações com maior autonomia de pesca, com motores potentes, esses pescadores localizam e partem ao encontro dos cardumes, capturando quantidades imensas, em curto espaço de tempo, o que determina o declínio da produtividade da pesca artesanal das RESEX Marinhas.

Vale ressaltar que os peixes chamados de “diversos” pela IN nº 2/2010 são as principais espécies-alvo da pesca artesanal, de importância fundamental para a segurança alimentar e econômica das comunidades de pescadores artesanais dessa faixa litorânea. É significativo o relato, em tom melancólico, de um pescador da RESEX Caeté-Taperaçu que trabalha com curral de pesca:

[...] eles liberaram pra gó nesta época aí do defeso do pargo, do camarão. Ai professor... ninguém mata nada aqui no curral. Antes... na safra era cheio, aí... bem aí mesmo na pancada. Agora... hum... só passa o que os homi não pega. Eles têm GPS, sonar e vão atrás do peixe lá fora, nós fica aqui esperando a maré trazer... tá difícil sô. O curral pode acabar, né? Tanto pela falta de peixe, quanto que como eu já disse... tá ficando cada vez mais pequeno, tem essa questão dos barco, né... que faz arrasto aí em cima, e pega de tudo, do grande ao pequeno; eles vão levando tudo. Se fiscalizassem, mas acho difícil.¹⁰⁵

Na outra ponta da contenda, os proprietários da frota industrial, os armadores e empresários do setor pesqueiro, por sua vez, reclamam que os currais de pesca têm aumentando em quantidade¹⁰⁶ e, com isso, acabam provocando acidentes à navegação, sobretudo à noite durante as marés altas.

camarão-rosa, excepcionalmente no período do defeso 2009/2010, na área compreendida entre a fronteira do Guiana Francesa com o Brasil (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30', partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4°30'30''N e longitude de 51°38'12''W) e a divisa dos estados do Piauí e Ceará (Meridiano de 41°12'W)” (BRASIL, 2010a).

¹⁰⁴ Zona de amortecimento, ou de entorno, é definida no Art. 2º da Lei nº 9.985/2000 como: “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos contra a unidade”.

¹⁰⁵ Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2019, Bragança-PA.

¹⁰⁶ Não há pesquisa que aponte o aumento na quantidade dessa modalidade de armadilha na região.

Desse modo, destaco que tais embates merecem maior atenção dos tomadores de decisão, pois a existência desses conflitos socioambientais comprova a necessidade de articulações para além dos territórios institucionalizados, a fim de assegurar a efetiva exclusividade e usufruto às populações tradicionais, assim como o manejo e a gestão dos estoques pesqueiros por parte delas. Para a conservação mais eficiente dos recursos naturais, é urgente um ordenamento territorial que seja capaz de enfrentar essas sobreposições de territorialidades.

Pode-se sublinhar também que as relações que criam as territorialidades nem sempre necessitam de uma demarcação de fronteira propriamente dita. Como se observou nas UCs pesquisadas, os pescadores muitas vezes nem sabem ao certo onde se encontram seus limites, apenas têm consciência de que lhes garantem o direito de usufruto desse espaço. Contudo, as relações cotidianas de ocupação e uso do espaço e dos recursos naturais, em suma, as relações com o espaço vivido e concebido, estas sim estão bem definidas, como destacou Sack (1986). O que fica evidenciado na percepção de um dos interlocutores: “Pra mim, essa política de reserva... veio principalmente para garantir a nossa área de pesca. Pra nós pescador essa é a maior garantia de futuro. Agora as pessoas respeita mais nós aqui da maré”¹⁰⁷.

Nesse sentido, e não menos importante, deve-se traçar caminhos que possam ajudar a compreender as lideranças comunitárias que compuseram a vanguarda das ações sociais aqui estudadas. Lideranças que foram forjadas em meio aos processos conflituosos supracitados. Compreender suas origens e motivações configura-se como elemento fundamental para a projeção de novas ações frente ao quadro político atual e para lançar luz ao futuro de suas identidades e territorialidades.

Cada qual ao seu modo, através do engajamento e da persistência na luta pela oficialização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas, todas essas lideranças emprestaram mais que sua incomensurável força para a difusão das ideias dessa modalidade de UC, como também trouxeram para a arena dos debates as mais variadas formas de conceber e exercer a democracia.

Essa compreensão pode nos ajudar a apontar caminhos para garantir a renovação de lideranças e ideias, sem perda da essência, a partir das territorialidades, olhando o passado e vislumbrando o futuro no tempo presente, num diálogo constante, conjecturando suas múltiplas simbologias frente aos tempos distintos e seus desafios.

¹⁰⁷ Liderança 06. Entrevista concedida ao autor em 15/02/2017. Fernandes Belo, Viséu-PA.

1.2 As lideranças: da insurgência às ações sociais

SUMANOS

*Somos todos andarilhos
Filhos da mesma aldeia
Vivemos e padecemos
Compartilhamos a ceia*

*Seremos uma parentada
De sangue não real
Herdamos a nobreza
De nosso quintal*

*Às vezes anjos
De falsas canduras
Por outros demônios
Nas cruéis clausuras*

*Buscamos sonhos surreais
Cá seremos humanos
Caboclos índios disfarçados
Somos todos sumanos*

WALDEMAR VERGARA L. FILHO & RAYDOL SALDANHA

A marezada que trouxe os embates pela oficialização dos territórios tradicionais de pesca destas bandas do litoral amazônico em RESEX Marinhas, outrora, bem antes do presente (AP), já forjava a trajetória de suas populações¹⁰⁸. Povos oriundos de diversas partes do mundo, desde os ancestrais indígenas¹⁰⁹ e os açorianos das distantes ilhas do Atlântico europeu¹¹⁰ até os vizinhos do Nordeste brasileiro, tais chicos bentos¹¹¹ que migraram das secas de lá a fim de “fugir, de viver numa terra melhor, onde a vida fosse mais fácil e os

¹⁰⁸ “[...] entre 5.500 e 3.000 AP, diversos grupos humanos ocuparam de forma permanente áreas não alagadas junto aos manguezais da costa nordeste do Pará, sobrevivendo primariamente de recursos do mar e do mangue, e produzindo vasilhas cerâmicas possivelmente para processar alimentos” (SILVEIRA; SCHAAN, 2005, p. 70).

¹⁰⁹ “Nas grandes canoas chamadas vigilengas, talvez porque na ribeira da Vigia fossem de primeiro construídas, saem elles, canoeiros habilíssimos e ousados, ao alto mar. A vigilenga é a canôa mestiça, o resultado da combinação, para não dizer do cruzamento, entre o barco de pesca portuguez e aigarité, a canôa grande (*igára*, canôa *été* grande) do indígena brasileiro” (VERÍSSIMO, 1895, p. 89). “[...] decalcada na influência lusitana e sobretudo indígena, encontram-se remanescentes na atividade pesqueira do *caboclo* amazônida, disperso pelas áreas flúvio-lacustres e marítimas da região” (FURTADO, 1981, p. 14).

¹¹⁰ “Alguns dos casais matriculados em 1747 foram, entretanto, encaminhados para outras zonas brasileiras de fronteira, em especial, para o Pará e Maranhão. Em 1751, por exemplo, encontravam-se alguns casais ‘que se tinham alistado para irem para o estado do Pará e Maranhão’. As *Instruções* régias, de Maio de 1751, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que foi desempenhar o cargo de Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão, davam conta da necessidade de se proceder, com a maior brevidade, à instalação daqueles casais. [...] E quando ‘menos esperava’, em Novembro de 1752, chegaram mais 430 pessoas das ilhas. Segundo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estes ilhéus participaram na colonização das vilas de Bragança e de Ourém, nas ‘margens dos rios Guaçu e Caeté’” (CORDEIRO; MADEIRA, 2003, p. 109-110).

¹¹¹ Chico Bento, personagem protagonista da épica saga de *O quinze*, que “na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte” (QUEIROZ, 1993, p. 6).

desejos não custassem sangue”, como aludiu Rachel de Queiroz (1993, p. 9) no épico *O quinze*. As marezadas vêm de “antes até da saudade / que viajou além-mar / do banzo¹¹² dos africanos”¹¹³.

Tanto que, “quando se trata de estudar o processo de formação social, econômica e política da Região Bragantina, um ponto que merece destaque é a importância das migrações internas e internacionais nesse processo” (MELO-JÚNIOR et al., 2012, p. 120). “Índios, mestiços e colonos açorianos dedicados à pesca e à agricultura de subsistência passaram a complementar o quadro econômico fornecendo alimentos para o consumo interno da colônia. O nordeste do Pará inseriu-se na divisão regional do trabalho sobressaindo-lhe a oferta de alimentos (MANESCHY, 1995, p. 54).

E é sobretudo esse fluxo migratório o responsável pela miscigenação que dá sentido aos versos dos poetas Waldemar Vergara L. Filho e Raydol Saldanha ao descrever os sujeitos sociais herdeiros desses territórios: “Somos todos andarilhos/filhos da mesma aldeia”.

De acordo com Maneschy (1995) e Furtado (2002), no século XVII, no início da ocupação lusitana no litoral amazônico, os indígenas que ali viviam eram exímios pescadores e navegadores: “Os índios eram hábeis canoieiros e detinham um enorme conhecimento do meio ambiente de floresta de zona costeira” (FURTADO, 2002, p. 6). Ao longo do tempo, a desestruturação das suas formas de organização social deu lugar ao trabalho servil nos Pesqueiros Reais¹¹⁴, extensas áreas que correspondiam à quase totalidade dessa faixa litorânea, como descreveu Veríssimo (1895, p. 164):

Além dos pesqueiros já mencionados, já de Tainha, Gurijuba, já de Tartarugas, peixes boi e pirarucus, outros houve de que se encontraram notícias. No governo de Fernando da Costa Ataíde Teive (1763-72) creou dous o Capitão Luiz Pereira da Cunha, um o Pesqueiro Novo da ponta do Maguari, na extremidade oriental da ilha do Marajó, e outro no Carutapéra, duas marés abaixo de Bragança. Ambos elles foram abolidos por ordem do Governador João Pereira Caldas (1772-80).

¹¹² “Banzo” é um termo de origem africana que significa basicamente estar triste, pensativo, atônito. Usado para designar surtos depressivos recorrentes nas populações negras escravizadas oriundas do continente africano. Sentimento normalmente de desgosto pela vida, profundo desejo de morrer, isso em decorrência da perda súbita de liberdade, dos maus-tratos nos navios negreiros durante a travessia do Atlântico. Bem como da forma desumana que os senhores os tratavam e, ainda, do desprazer amplificado decorrente da perda dos vínculos culturais (GOMES, 2019).

¹¹³ Trecho do cordel “Antes dos mouros”, de Clayton Barros e José Paes de Lira Filho.

¹¹⁴ Grandes áreas de pesca denominadas de pesqueiros, delimitadas e atestadas por pescadores locais e referenciadas através de documentos manuscritos, sobretudo por religiosos, para “usufruto da coroa portuguesa” no período colonial, cuja produção era regulamentada pela Fazenda Real e/ou por Missões Religiosas (FURTADO, 2002).

Pelo evidenciado até o momento, observa-se que conhecimento acumulado dos ciclos naturais, somado às adaptações das práticas e técnicas ancestrais das populações indígenas, origina uma população costeira, praiana, que na sua licença poética os poetas mencionados denominam de “caboclos índios disfarçados”. Heranças que nos ajudam a compreender o sentido da busca desses pescadores e pescadoras artesanais para terem seus territórios tradicionais de pesca resguardados legalmente para o seu usufruto, como também das gerações vindouras.

Esses caboclos índios disfarçados, ajustados aos ritmos das marés e integrados a essa dinâmica litorânea, ancoram na pesca e na coleta de mariscos (crustáceos e moluscos) os seus principais métodos para reprodução dos modos de vida, por isso suas vilas e povoados encontram-se localizados estrategicamente próximos à área costeira, nas adjacências dos manguezais, dos grandes rios e furos de marés (SIMÕES, 1981). Quando, por vezes mais afastados da linha de costa, praticam sazonalmente uma agricultura de pequena escala, cultivando sobretudo mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea sp.*), feijão (*Phaseolus sp.*), várias espécies frutíferas e hortaliças, e também criam animais de pequeno porte – estabelecendo, assim, as comunidades que denomino de agropesqueiras.

Desde os anos 1970, essas populações vivenciam intensas transformações sociais, econômicas e demográficas. Tais mudanças têm como origem variadas combinações de processos de desenvolvimento econômico e também os fluxos migratórios, sobretudo de pescadores oriundos de cidades do litoral do Nordeste brasileiro onde os estoques pesqueiros encontram-se exauridos, o que aumentou a pressão sobre os estoques pesqueiros do litoral norte do país. Com os pescadores e pescadoras artesanais nordestinos, vieram novas técnicas e tecnologias em formas e intensidade antes desconhecidas nessa faixa litorânea, afetando os sistemas produtivos locais. Como registrou Maneschy (1995, p. 10), “a região passa por um conjunto de mudanças recentes que decorrem de sua forçosa e mais ampla integração a uma economia nacional subordinada ao grande capital. Daí, são introduzidas novas formas de apropriação da natureza, novas relações sociais de produção e novos estilos de consumo”.

As alterações de base técnica e tecnológica contribuíram para a inserção de novas formas de ocupação dos espaços e acabaram estabelecendo novas formas de relações dessas populações com a natureza, o que tem gerado, como já visto, diversos conflitos socioambientais relativos aos usos dos espaços costeiros e seus recursos naturais.

No meu entendimento, as disputas tiveram um papel determinante para o surgimento de movimentos de “R-Existência”¹¹⁵ no seio das comunidades e populações tradicionais, pela defesa, manutenção e controle dos seus territórios tradicionais de pesca, como destacou Oliveira (2018, p. 75):

Assim, há conflitos decorrentes do aumento no número de pescadores na região, em relação ao uso de técnicas diferenciadas de captura em larga escala pelos pescadores cearenses. A partir da percepção desses aspectos e de uma outra perspectiva de pesca empregada pelos imigrantes nordestinos, os pescadores locais produzem discursos e perspectivas que colocam as disputas por recursos pesqueiros e pelos territórios como problemas a serem enfrentados.

É nesse contexto, dinâmico, repleto de conflitos socioambientais e profundas transformações políticas e sociais que emergiram lideranças comunitárias, que buscaram apoio das organizações religiosas e dos movimentos sociais ligados ao setor pesqueiro para enfrentar os novos embates políticos, cada vez mais presentes em seu cotidiano.

Como afirmado anteriormente, as colônias de pescadores, instância representativa da categoria, mostravam-se alheias aos problemas enfrentados diariamente por esses trabalhadores e trabalhadoras em suas comunidades pesqueiras, como relatou um pescador: “[...] a realidade é que o sistema de representação dos pescadores sempre esteve na mão de pessoas estranhas à categoria. Por exemplo: as colônias, todas é na mão de políticos que usam as colônias como curral eleitoral, mas nunca para discutir os problemas da pesca”¹¹⁶.

Situações similares e recorrentes foram registradas entre outras populações pesqueiras do litoral paraense, onde as colônias de pescadores aparecem como a representação de direito da categoria, mas que, de fato, não os representam, principalmente na defesa de seus anseios e demandas coletivas (MELLO, 1995; LEITÃO, 1995). Contexto que, a meu ver, criou um ambiente propício para o surgimento de fortes lideranças, com ideias e ações diferentes das postas, até então, no quadro político de representatividade da categoria.

Cabe destacar que a migração de pescadores artesanais para esses municípios (que já ocorria desde o final dos anos 1950) também se associa à abertura de rodovias federais e estaduais, que interligaram as diferentes regiões do estado com o restante do Brasil. Assim, a ampliação de acessos não só dinamizaram os processos de deslocamento populacional, de comunicação e comercialização dos recursos pesqueiros, conforme mostram Furtado (1987) e

¹¹⁵ “[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 47).

¹¹⁶ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

Maneschy (1994), como também influenciaram o fluxo de novas ideias políticas, sociais e econômicas. “Quando meu pai chegou aqui de Camocim, não tinha associação, não tinha nada. Ele juntou o pessoal e foram atrás de empréstimo, de fundar o sindicato”¹¹⁷, contou entusiasmado um dos interlocutores ao relatar a trajetória política da família, que veio do Ceará em busca de melhores condições de vida na atividade pesqueira de Bragança.

A migração de seres humanos é uma constante ao longo de toda a história da humanidade. De La Riva e Muñoz (2014, p. 149), por exemplo, mostram como os processos migratórios se inter-relacionam com os movimentos sociais, estabelecendo novos repertórios, que geram novos espaços de deliberação e participação, de diferentes maneiras: “Esses processos migratórios difundem práticas, ideologias, constroem e ampliam identidades, criam redes e conexões entre diferentes espaços, avançando rumo a uma continuidade no vínculo entre mobilidade humana e movimentos sociais”.

De acordo com Gohn (2019), a participação tem recebido diferentes abordagens nos campos científicos e populares, que a relacionam aos mais variados atributos (participação social, popular, institucional, cidadã, cívica, democrática etc.). Para esta pesquisa, adoto o termo de uma perspectiva capaz de convergir para o seu significado mais coletivo, no contexto do (re)surgimento de processos democráticos. Utilizo então “participação social” para denominar “a prática de inclusão dos cidadãos e das OSCs [organizações da sociedade civil] no processo decisório de algumas políticas públicas (MILANI, 2008).

A despeito das diferentes interpretações do termo participação, a participação social cidadã possibilita formas efetivas de intervenções individuais e coletivas na realidade, que constroem um discurso legitimador dos anseios dessa categoria de trabalhadores, sobretudo em embates com corporações externas à comunidade e o Estado. Pelos fatos relatados aqui, pode-se reconhecer a capacidade de resiliência dessas ações sociais, da força da participação dos pescadores e pescadoras artesanais, ao passo que essas experiências vão abrindo fissuras nas enraizadas estruturas políticas tradicionais estabelecidas nesses territórios, e assim contribuindo para o desenvolvimento de novas políticas públicas, por vezes mais abrangentes e palpáveis a esses trabalhadores (ALLEGRETTI; HERZBERG, 2004).

Nesta concepção, observando o seu sentido político, sua relevância nos processos reivindicatórios de direitos, que têm gerado transformações evidentes, às vezes até radical nas relações de poder local, isso considerando a capacidade de participação dos pescadores e pescadoras artesanais envolvidos nas ações sociais aqui estudadas.

¹¹⁷ Liderança 16. Entrevista concedida ao autor em 20/11/2017, Augusto Corrêa-PA.

De modo particular, pode-se destacar também os diferentes modos e intensidades das práticas políticas e das estratégias espaciais de atuação dos pescadores nesses debates. Para atingir capilaridade no território, a participação social é vista como uma possibilidade concreta de ocupar os novos espaços políticos que de fato foram se estabelecendo com o fortalecimento paulatino da categoria.

Porém, mais do que isto, é imprescindível examinar as múltiplas expressões históricas da exclusão político-social em que esses pescadores e pescadoras artesanais estavam/estão imersos, daí o amplo aspecto dessa participação, vista aqui como elemento político relevante para os processos de reconfiguração territorial. O que contribuiu, entre outras coisas, para o surgimento de lideranças políticas, como destacou Milani (2008, p. 570):

podem contribuir para a renovação das políticas públicas locais, trazendo respostas às contradições intensificadas pela globalização econômica no campo social, produzindo novos mecanismos de cogestão, diversificando as alianças sociais ou tentando converter o espaço local em novo locus de solidariedade cívica.

A participação desses pescadores e pescadoras no campo mais institucionalizado, desde o início das ações sociais que culminaram na institucionalização de seus territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinha, por si só, já era vista como novos marcos regulatórios oficiais, o que possibilitaria também inovações no campo da gestão democrática dos recursos naturais.

Nesse sentido, compreendendo os aspectos sociais, históricos e geográficos da Bragantina, entendo a participação como elaborou Milani (2008, p. 573):

A participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos.

Desse modo, a participação efetiva das lideranças comunitárias engendrou capítulos importantes na história recente de luta pela garantia dos territórios tradicionais de pesca nos municípios de Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu. Foi a partir da análise da história de vida (HV) das 20 principais lideranças comunitárias envolvidas diretamente na gênese dessas ações sociais, que culminaram na oficialização dos territórios em RESEX Marinhas, que pude perceber os traços centrais de seus percursos de formação política.

Quando solicitados a discorrer sobre o seu envolvimento em processos políticos, a maioria dos sujeitos desta pesquisa logo associaram suas motivações e atuações à Igreja

Católica, como revela um dos interlocutores: “A partir que eu comecei me envolver na igreja também comecei me envolver com o social”¹¹⁸. Ou, ainda, como mostra o relato a seguir:

Eu vim de uma ala da igreja muito mais aberta, do Leonardo Boff, a gente criou a associação, e aí a gente foi pra luta, chegava mesmo na comunidade juntava o povo mesmo, pescador, pescadora, ia discutir realmente o que era bom para aquela comunidade, pra nossa questão do meio ambiente dos estoques pesqueiros, de onde a gente podia mexer, onde não podia mexer.¹¹⁹

Esses líderes, em sua maioria, trazem valores da Teologia da Libertação¹²⁰, um movimento religioso que segundo Menezes-Neto (2007, p. 331) estava “muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas”. Com métodos próprios de organização, o movimento aproximou a Igreja Católica das lutas de classe na América Latina e formou líderes que participaram e participam ativamente de processos reivindicatórios relacionados ao acesso e uso da terra e dos recursos naturais, como destacou um de seus principais expoentes, o já citado pensador Leonardo Boff:

Aqui cabe uma palavra sobre como fazer uma teologia que seja libertadora, quer dizer, cabe abordar o método da Teologia da Libertação. O método talvez seja uma de suas contribuições mais notáveis que este modo de fazer teologia trouxe ao fazer teológico universal. Parte-se antes de mais nada de baixo, da realidade, a mais crua e dura possível, não de doutrinas, documentos pontifícios ou de textos bíblicos. Estes possuem a função de iluminação, mas não de geração de pensamento e de práticas (BOFF, 2011, p. 4).

No Brasil, a Teologia da Libertação e suas abordagens encontram eco e respaldo sobretudo entre as organizações populares camponesas e de pescadores, mantendo uma participação ativa na formação política e cristã de suas lideranças, e por isso configura-se na vanguarda das mais importantes lutas por direitos sociais registradas no campo e nas cidades brasileiras (AZEVEDO, 2004; MENEZES-NETO, 2007).

Na região bragantina, um dos nomes mais notáveis do movimento, lembrado em verso e prosa pelos pescadores e pescadoras artesanais que contribuíram com este estudo, foi o padre de origem italiana Carlos Verzeletti. Por aproximadamente 14 anos (1982-1996) o religioso esteve à frente da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, no município de Viseu, já

¹¹⁸ Liderança 02. Entrevista concedida ao autor em 16/11/2017, comunidade do Castelo, Bragança-PA.

¹¹⁹ Liderança 01. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2019, Bragança-PA.

¹²⁰ “Uma reflexão teológica que nasce de experiências compartilhadas dos esforços em prol da abolição da situação de injustiça e da luta pela construção de uma sociedade diferente, mais livre e humana, a partir do evangelho e da vivência de homens e mulheres comprometidos com o processo de libertação na América Latina” (ALTMANN, 1979, p. 27).

na fronteira entre os estados do Pará e Maranhão. Nesse período, teve uma atuação intensa e expressiva em defesa dos direitos humanos e da educação inclusiva, além de incentivar a participação e o envolvimento dos pescadores e pescadoras artesanais na vida política e social do município. Atuando também na coordenação das pastorais sociais da Diocese de Bragança, Padre Carlos Verzeletti deixou marcas revolucionárias no tradicionalismo arraigado da cúpula da Igreja da região e, certa vez, quando questionado sobre sua atuação política, respondeu: “Não construímos o reino de Deus só quando estamos na igreja, mas também quando fazemos política, administrando o bem comum”¹²¹. Em 1996 recebeu a ordenação episcopal, passando a ser chamado de Dom Carlos Verzeletti, e desde 2004 é bispo da Diocese de Castanhal¹²².

O legado desse líder religioso reverbera até hoje. Ao descrever-se como sujeito social, um dos vários pescadores que citaram o seu nome, em especial na RESEX Gurupi-Piriá, relatou: “A minha origem de formação política é religiosa, veio da Igreja Católica, tudo que aprendi foi com Dom Carlos [um silêncio emocionado]... É mais ou menos assim que eu me identifico, que me apresento”¹²³. Ao finalizar sua fala, o homem estava com os olhos cheios de lágrimas, numa clara demonstração de gratidão e apreço.

Mesmo em uma conjuntura política bem diferente dos anos 1990, que muito trazia da história de lutas pela redemocratização do país de períodos anteriores, um horizonte bem mais conservador foi visto no interior da Igreja Católica nas últimas décadas, o que provocou um recuo da Teologia da Libertação. Essa fissura nas bases ideológicas do campo mais progressista do clero católico acabou abrindo espaço para que outros movimentos ganhassem terreno nas organizações religiosas, sobretudo aqueles das igrejas pentecostais evangélicas, que majoritariamente são orientadas por uma perspectiva espiritual conservadora, com pouquíssima atenção às lutas políticas engajadas, de transformação social e lutas de classe.

No entanto, foi nesse paradoxal cenário que um jovem padre de origem camponesa surgiu na arena das lutas sociais, protagonizando ações decisivas nos embates sociais dos pescadores e pescadoras artesanais da Bragantina. No início dos anos 2000, o padre João Nelson Magalhães, ao assumir a coordenação das pastorais sociais da Diocese de Bragança,

¹²¹ Disponível em: www.diocesedecastanhal.com/single-post/2017/11/20/Mirante-em-Viseu-no-Par%C3%A1-recebe-o-nome-de-Dom-Carlos-Verzeletti. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹²² A Diocese de Castanhal integra a Regional Norte II da CNBB. Foi criada pelo Papa João Paulo II em 29 de dezembro de 2004, desmembrada da Arquidiocese de Belém do Pará e da Diocese de Bragança do Pará. A diocese é composta por paróquias nos municípios: Capanema, Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia. (Disponível em: cnbbn2.com.br/. Acesso em: 12 ago. 2019.)

¹²³ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 24/04/2018, Viseu-PA.

embora não intencionalmente acabou preenchendo um vazio político deixado pela saída de Dom Carlos Verzeletti da região. Como evidenciado por Silva (2013, p. 57), “Padre Nelson é muito popular não só em Bragança, mas no Nordeste paraense, pelos muitos trabalhos desenvolvidos com pescadores(as) artesanais, agricultores(as) familiares, catadores(as) de materiais recicláveis, entre outros”.

Através de suas ações e das conexões estabelecidas com as diferentes classes sociais, esse padre contribuiu para fortalecer e imprimir um caráter mais político às ações sociais dos pescadores e pescadoras artesanais. Incentivou e colaborou na fundação da Cáritas Diocesana e da Pastoral dos Pescadores no município de Bragança, intervenções que ajudaram a dinamizar os processos de luta pelo reconhecimento dos territórios e reverberaram nos municípios vizinhos de maneira muito positiva. Conforme relatou um dos interlocutores da RESEX Gurupi-Piriá, “só depois com o tempo já, três anos, 2003, com a ajuda do Pe. Nelson de Bragança, ele se interessou muito aí a gente começou discutir a proposta”¹²⁴.

Portanto, a presença dos religiosos entre/com os pescadores e pescadoras artesanais ajudou a consolidar as unidades de mobilização, que se encontravam em pleno curso naquele período, como destacou uma pescadora da Resex Caeté-Taperaçu:

Quando o Padre Nelson chegou aqui, ele rezava a missa e depois ficava horas conversando sobre a CPP, sobre a RESEX. No início eu não queria, não compreendia, mas, foi, foi... que entrei na luta e fui aprendendo mais da importância da organização, participei de encontros em Olinda e até hoje tô aqui nesta luta.¹²⁵

É nesse contexto de constante aprendizado e troca de experiências que faço uma reflexão sobre um importante aspecto observado empiricamente durante o campo. Entre os pescadores e pescadoras artesanais dos municípios em estudo, havia historicamente e, sobretudo até meados dos anos 1990, enorme carência de uma participação mais efetiva na vida política de seus territórios. Isso provocava uma desarticulação política e social muito grande, mas aquelas lideranças que estavam sendo forjadas no seio da Igreja Católica, afinal, começaram uma espécie de levante e passaram a integra-se a outras organizações, outros movimentos sociais que acreditavam lhes propiciar mais espaços nos debates políticos e dar voz a suas inquietações e anseios.

Situação semelhante foi observada também em outros municípios do Pará, como registrou Potiguar-Junior (2007, p. 54):

¹²⁴ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

¹²⁵ Liderança 13. Entrevista realizada em 04/06/2019, Canavieiras, BA.

Diante da insatisfação da postura assumida pelas entidades oficiais na pesca, alternativas organizacionais foram acionadas, desembocando na criação de sindicatos, associações nas esferas nacional, estadual e municipal, com uma outra concepção de organização dos pescadores em que o enfoque político é uma marca registrada, demonstrando um diferencial diante de sua subjugação no processo histórico do Brasil e do Pará. Deve ser esclarecido que esta efervescência organizacional é mais evidenciada nos anos da abertura política, na década de 1980, com a criação do CPP, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), num indicativo da necessidade de organização desta categoria ser mais presente no seio político do país.

A mudança de postura das lideranças e a aproximação com os movimentos sociais se tornaram evidentes. Embora em circunstâncias diferentes, convergiram de maneira positiva para a consolidação das RESEX Marinhas, como destacou uma liderança que contribuiu com a pesquisa:

Já participei de vários movimentos sociais, muitos ajudei criar, como várias associações, fiz parte do MOPEPA, Movimento dos Pescadores do Estado do Pará, ajudei a fundar o MONAPE, que é Movimento Nacional dos Pescadores, participei da CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores.¹²⁶

Aqui cabe ressaltar que a noção de movimento social assumida doravante nesta tese é a proposta por Gonh (2019, p. 13), que assim o define: “ações sociais de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

A meu ver, as unidades de mobilização que se formaram foram fundamentais para superar a fragilidade que havia no âmbito da organização política no setor da pesca artesanal, a despeito do cenário de conflitos socioambientais de diversas naturezas que foi necessário enfrentar. As ações foram se desenrolando de maneira dinâmica em vários sentidos, com o envolvimento de diferentes agentes sociais endógenos e exógenos, e culminaram em uma participação mais efetiva dos pescadores e pescadoras na vanguarda da luta pela oficialização dos seus territórios tradicionais de pesca. Segundo relatou uma pescadora da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu,

[...] nós tivemos bastantes conflitos pela disputa do território, mas que não conta nos dados de violência pela disputa de terra, ameaça de morte por parte dos empresários, que ameaçavam os trabalhadores da pesca artesanal. Muitas lideranças foram ameaçadas. Mas em fim... hoje nós temos uma reserva extrativista e desde daí nossa participação tem sido constante.¹²⁷

¹²⁶ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

¹²⁷ Liderança 13. Entrevista concedida ao autor em 04/06/2019, Canavieiras, BA

Dentre os movimentos sociais que contribuíram com os processos aqui analisados, seja apoiando diretamente o enfrentamento dos conflitos e/ou através de intercâmbios e capacitações, destaca-se o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA), que, como já foi mencionado, é a representação estadual do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

Em virtude do distanciamento político estabelecido historicamente pelas colônias de pescadores em relação a sua categoria, o MOPEPA se aproximou das lideranças pesqueiras do nordeste paraense e acabou encontrando um campo fértil para avançar nas lutas por políticas públicas, como também contribuiu para consolidar os debates em prol das RESEX Marinhas que estavam em pauta na região. Essa aproximação ocorreu especialmente por meio da organização de seminários, encontros e palestras, eventos que enfatizavam a luta pelos direitos de acesso e uso do território pesqueiro. Segundo a linha norteadora do movimento, as ações deveriam passar pela organização política da categoria com vistas à conquista de seus espaços oficiais de representatividade, como as tão criticadas colônias de pescadores.

As lideranças que compunham o MOPEPA, sobretudo entre os anos de 2000 a 2005, advogavam que a ocupação desses espaços oficiais pelas organizações e suas lideranças tanto abriria os caminhos para que a categoria efetivasse uma luta mais robusta pela oficialização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas, como aumentaria as possibilidades de luta por melhores condições de vida e trabalho nas comunidades pesqueiras. Segundo relatou um dos ex-coordenadores do MOPEPA nesse período, “não tinha uma política voltada para pesca artesanal, este foi um dos motivos que fez a gente começar este movimento, e propor políticas, algo que partisse da categoria. Situação difícil, sempre foi difícil, para pesca artesanal aqui no estado”¹²⁸.

Após esses processos iniciais de lutas, que em 2005 resultaram na criação de RESEX Marinhas, o desafio das lideranças passou a ser outro: concentrar energias para o funcionamento da cogestão. Era necessário agora articular e motivar a participação dos pescadores e pescadoras das diferentes comunidades agropesqueiras, com a maior capilaridade possível, para compor os processos de participação, agora institucionalizada.

Mas além de ter proporcionado às populações tradicionais novos mecanismos de gestão do território, outra consequência da instituição das RESEX Marinhas foi viabilizar o acesso direto a uma gama de políticas públicas específicas destinadas a atendê-las. Nesse sentido, as Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas (ASSUREMAS), e

¹²⁸ Liderança 03. Entrevista concedida ao autor em 30/05/2019, Viseu-PA.

o engajamento de suas lideranças, desempenharam um papel extremamente importante nesse momento inicial (2005-2015), à medida que, já tendo edificado um significativo arco de alianças ao longo dos embates pré-RESEX, estavam em condições então de agilizar a materialização das ações governamentais nos territórios.

No novo contexto, portanto, haviam se aberto perspectivas inteiramente novas de acesso às políticas públicas e de reconhecimento da categoria de pescadores e pescadoras artesanais perante a sociedade da Bragantina. Os anos que seguiram à criação das RESEX são considerados, de modo geral, como a fase de maior pujança, tanto no campo organizacional da categoria como na captação de políticas públicas em benefício desses trabalhadores, alcançando proporções antes desconhecidas e inimagináveis para essa zona costeira da Amazônia.

Através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)¹²⁹, por exemplo, garantiu-se a construção de moradias dignas para milhares de famílias de pescadores artesanais. As populações extrativistas tradicionais residentes nos territórios das RESEX, ou no seu entorno, estavam incluídas como beneficiárias do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), de acordo com a Portaria Interministerial nº 13, de 19 de setembro de 2002 (BRASIL, 2002c), então os pescadores puderam acessar os créditos na modalidade Fomento¹³⁰, que lhes garantiam a obtenção de insumos necessários às atividades produtivas. Muitas famílias inseridas na relação de beneficiárias (RB) adquiriram redes de pesca, *frezers*, bicicletas, fogões a gás, canoas a remo, motores rabetas¹³¹ e até cestas básicas, o que incluiu de vez esses trabalhadores na linha de consumo capitalista.

Isso foi positivo ou negativo? Não sabemos. É algo que demanda uma avaliação pragmática e aprofundada para não incorrerem em interpretações superficiais, o que não é o objetivo aqui.

Contudo, como reflexo dessas políticas governamentais, também se registram investimentos em infraestrutura, como a melhoria das vias de acesso às comunidades e a

¹²⁹ O PNHR foi criado pelo governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009, com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, ao trabalhador rural e às comunidades tradicionais o acesso a moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente (BRASIL, 2009c).

¹³⁰ Os beneficiários do PNRA dispunham na ocasião de linhas de crédito que permitissem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas, uma forma de incentivar a permanência das famílias no campo. O Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento garantido pelo Incra às famílias e atualmente é definido através do Decreto nº 9.424/2018, que indica as modalidades disponibilizadas e os critérios a serem atendidos.

¹³¹ Motor a propulsão, normalmente a gasolina, que é acoplado na popa da embarcação. Sua cauda longa permite que a hélice fique próxima à superfície da água, o que favorece a navegação em locais rasos, com maré baixa ou em rios nos períodos menos chuvosos na Amazônia.

ampliação da rede de abastecimento de energia elétrica para as comunidades mais distantes da sede dos municípios. Em termos concretos, o aporte oriundo das políticas públicas para efetivar melhorias diretas e indiretas na qualidade de vida dos pescadores residentes nas comunidades das RESEX, de certo modo, motivaram os usuários a participar de reuniões e outros fóruns de discussões políticas no território.

Nesse clima favorável, a execução das políticas públicas e dos programas governamentais proporcionou uma ampla visibilidade aos debates políticos nos territórios das RESEX, o que de certo modo ajudou a popularizar e consolidar o termo entre os pescadores e pescadoras artesanais, bem como o engajamento de suas principais lideranças, que os tornaria mais populares entre a sociedade de modo geral.

Assim, no que diz respeito à conjuntura política local dos municípios pesquisados, houve sinais de mudança no sistema de poder institucional. Circunstância registrada por Teisserenc e Teisserenc (2016, p. 38) também em outras RESEX do litoral amazônico:

Em várias Reservas, essa mudança do sistema de poder local se manifestou por novas alianças entre o antigo poder em parte renovado pela emergência de uma liderança mais aberta e um segmento ou um representante do movimento social, ou ainda pela eleição de um presidente da associação dos usuários da Reserva para a prefeitura do município.

No caso da Bragantina, contudo, talvez mais do que em qualquer outra região devido a seu tradicionalismo arraigado, as elites políticas locais se assustaram ao ver um grande número de pescadores e pescadoras artesanais organizado em torno das ASSUREMAS. Tanto que a articulação de campos mais tradicionais da política local visivelmente realizava manobras a fim de deslegitimar as ações das principais lideranças, quando não cooptá-las para fins de desmobilização coletiva.

Para compreender melhor o abalo que o novo quadro político estava representando, é necessário analisar os detalhes. As observações que seguem têm o objetivo de escrutinar esses desdobramentos, fatos que só quem os viveu poderia relatar com tanta minúcia.

Entre os meses de maio e novembro de 2005, por vezes presenciei reuniões calorosas e participativas, recheadas de debates, principalmente nas comunidades pesqueiras de Bragança, Tracuateua e uma em caso especial na comunidade do Araí, município de Augusto Corrêa. Plenárias nas quais se deliberavam sobretudo as regras do novo jogo, os acordos que comporiam o plano de utilização (PU)¹³² das recém-criadas RESEX Marinhas.

¹³² O PU é um dos instrumentos de ordenamento dos diferentes usos do território, construído de maneira democrática e participativa, e estabelece os primeiros acordos coletivos da unidade de conservação.

Santos (2015) também registrou o mesmo tipo de debate ao analisar os desdobramentos na RESEX Marinha Gurupi-Piriá:

Durante todo o processo de criação da RESEX, principalmente entre os anos de 2004 e 2005, foram realizadas inúmeras ações de esclarecimento, elaboração de regras de uso do ambiente, reuniões, debates e divulgação da nova proposta de uso dos recursos naturais (SANTOS, 2015, p. 118).

As sucessivas reuniões, em comunidades distintas, agregavam até 200 pescadores e pescadoras, aproximadamente. Conduzidos por seus líderes e acompanhados de perto por técnicos do CNPT/Ibama, as conversações fluíam e seus resultados reverberavam longe. Essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras, outrora politicamente sem voz, parecia despertar de anos de dormência política e os participantes se viam falando, vários ao mesmo tempo, de seus *modus vivendi*.

Cabe aqui um breve parêntese. Pode-se argumentar que a quantidade de participantes nos debates de implantação do modelo de gestão compartilhada seja irrisória, se confrontada com o número total de pescadores e pescadoras artesanais existentes no território. De fato, isso chegou a comprometer o entendimento dos reais objetivos das RESEX e os conflitos de interesses pessoais se deram sobretudo entre aqueles que não participaram, por diferentes motivos, como veremos adiante.

Mesmo assim, a conjuntura política era visivelmente mais favorável naquele momento e as lideranças que se encontravam na vanguarda dessas ações sociais gozavam de prestígio. Por isso, vislumbraram claramente uma possibilidade de ampliar seu campo de atuação política e lançaram-se em busca de uma participação mais efetiva e institucionalizada nas tomadas de decisão sobre os rumos de seus municípios. Desse modo, no pleito eleitoral de 2008¹³³, as lideranças em todas as RESEX estudadas aqui disputaram cadeiras no parlamento.

Em Tracuateua, o então presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT), José Elias da Silva (PT), o Zé Elias, foi eleito vereador com 394 votos (2,74% dos votos válidos). Em Bragança, duas lideranças expressivas da Caeté-Taperaçu disputaram aquele pleito: Marly Lúcia da Silva, a Marly do Tamatateua, e Oseas Saraiva Rocha, da Vila dos Pescadores em Ajuruteua, conhecido como Zeca Rocha. Os dois obtiveram uma votação expressiva para as condições visivelmente desiguais de disputa com seus adversários. Zeca obteve uma votação de 884 votos (2,1% dos votos válidos), tornando-se o primeiro pescador a compor o parlamento municipal em uma cidade eminentemente pesqueira, prestes a completar 400 anos de fundação.

¹³³ Disponível em: www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos. Acesso em: 20 out. 2019.

Tais dados, por si sós, já poderiam se configurar como uma mudança significativa no sistema de poder institucional local. Contudo, em Augusto Corrêa o resultado positivo se repetiu, e o presidente da ASSUREMA Araí-Peroba, Francisco Paulo Tavares Silva (PMDB), o Chico do Araí, surpreendeu a política local e apareceu entre os mais votados para ocupar uma vaga na Câmara Municipal dos Vereadores, com um total de 1.188 votos (5,6% dos votos válidos).

A busca por representatividade política parlamentar também repercutiu na RESEX Marinha Gurupi-Piriá, em Viseu, onde o presidente da Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Viseu (ASSUREMAV), o pescador Zacarias Monteiro da Silva (PT), o Zacarias do MOPEPA, chegava à câmara municipal somando 697 votos (2,8% dos votos válidos).

Vale registrar que, com o falecimento precoce de Chico do Araí, apenas o Zacarias do MOPEPA foi reconduzido ao cargo, com 611 votos (2% dos votos válidos), nas eleições municipais de 2012.

Observo que o objetivo aqui não é avaliar o desempenho das lideranças na política local, mas é preciso reconhecer, historicamente, a sua extraordinária força de penetração no âmbito da política naquele momento. Cada qual à sua maneira, mesmo com suas contradições internas e limitações, entre outras coisas, contribuíram para o reconhecimento da categoria dos pescadores artesanais como sujeitos ativos politicamente no território.

Porém, esses aspectos políticos têm repercutido direta e indiretamente nos processos organizativos das ASSUREMAS, bem como em outros destacados por Costa (2014, p. 128): “Com a concessão dos citados créditos da reforma agrária, os presidentes das associações cogestoras das RESEX Marinhas centraram seus esforços na administração dessa política pública, deixando de lado a organização comunitária e ambiental”. Imersos nos processos administrativos e ocupando assentos nos respectivos parlamentos municipais, aos poucos essas lideranças foram estabelecendo novas alianças¹³⁴ com as elites políticas locais, e também com outros políticos emergentes mais progressistas. A junção desses fatores é apontada como responsável, ao menos em parte, pelo estabelecimento e/ou agravamento de um quadro interno conflituoso, situação que mudaria o sistema de poder nas ASSUREMAS. Nesse sentido, a mais afetada organizacionalmente parece ter sido a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA)¹³⁵.

¹³⁴ Conjuntura semelhante à apresentada por Teisserenc e Teisserenc (2016) ao analisarem as dinâmicas territoriais e socioeconômicas em outras RESEX na Amazônia.

¹³⁵ Maiores detalhes podem ser vistos no estudo de Silva (2016) sobre os laços associativos e práticas participativas na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA.

Sendo assim, as minhas interpretações recaem, em boa medida, nas observações precedentes às eleições municipais de 2008, quando já começavam a emergir conflitos de caráter político e social, que iam desde a insatisfação de alguns pescadores e pescadoras com a diretoria da ASSUREMACATA, por se sentirem por vezes alijados de processos decisórios a respeito das famílias que iriam receber os benefícios, advogando abertamente por outras que naquele momento não tinham acessado diretamente as políticas ou programas capitaneados em função da nova configuração territorial. Nesse contexto, muitas expectativas não correspondidas acabavam recaindo nos velhos e agora novos representantes parlamentares.

Outro aspecto importante na análise das RESEX Marinhas foi destacado por Silva (2013), ao realizar uma pesquisa sobre a construção social e política da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. A autora apontou que sobretudo entre os dissidentes da diretoria da ASSUREMACATA, e em suas bases de apoio nas comunidades, havia falta de informação no pós-eleições municipais de 2008 e, conseqüentemente, um profundo desconhecimento dos objetivos da criação da Reserva Extrativista, das políticas públicas capitaneadas em função da sua constituição e das formas de gestão da associação e da UC:

Nota-se que há uma confusão sobre a forma de acesso às políticas e programas destinados aos territórios das RESEX, com o pagamento referente à mensalidade da Associação, como se pagar as mensalidades (no valor de R\$ 10,00, que serve também para garantir a sustentabilidade da Associação) fosse uma forma de ter acesso direto e certo aos recursos. Isto demonstra como a ausência de informação, ou mesmo a informação manipulada, pode afetar o desenvolvimento organizacional e social destes pescadores artesanais (SILVA, 2013, p. 80).

A constatada falta de conhecimento sobre os reais objetivos das RESEX, associada à desinformação sobre as condições de sustentabilidade financeira das ASSUREMAS, acabam por fragilizar a sua penetração nas comunidades uma vez que seus dirigentes não conseguem manter as agendas, gerando situações como a apontada por Santos, Chaves e Nogueira (2016, p. 10) na RESEX Marinha Araí-Peroba: “a associação, por falta de estímulo e apoio financeiro, teve suas ações interrompidas”.

Tal desconhecimento também vincula-se ao problema do envolvimento dos sujeitos na gestão de seus territórios. Na pesquisa conduzida por Ballarini (2012) em uma comunidade na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, os resultados apontam que o nível de esclarecimento e participação dos pescadores é considerado ínfimo. E o mesmo foi encontrado por Costa (2014, p. 128) na RESEX Marinha de Tracuateua, onde “pode-se constatar, pelos relatos das entrevistas com os técnicos do Ibama/CNPT e as lideranças locais, que as reuniões realmente ocorreram, mas o grau de entendimento e de participação dessas pessoas é questionável”.

A baixa participação acabou gerando certa confusão no entendimento da essência do conceito de Reserva Extrativista, como registrado de diferentes maneiras em pesquisas feitas nas quatro RESEX por mim analisadas (PERES, 2011; SILVA, 2013; SILVA-JUNIOR, 2013; COSTA, 2014; SANTOS, 2015; LOPES, 2016; SILVA, 2016; KASANOSKI, 2016; ARCE, 2017; RODRIGUES, 2017; DI PAOLO, 2017; OLIVEIRA, 2018).

A partir dos dados que emergiram nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, entendo que o que está em jogo, também, são as diferentes formas de conceber e exercer a democracia, por isso a busca de consensos entre o maior número possível de pessoas requer sobretudo uma participação mais efetiva. Endosso as palavras de Débora Guimarães da Conceição (2016, p. 128), quando ela discorre sobre cultura política e representação:

Os indivíduos que participam desenvolvem maior competência em relação aos limites e alcance da participação, além de propiciar um crescimento pessoal aos participantes. Além disso, a participação tem a qualidade de ampliar a integração dos cidadãos. A participação política entre estes, com vistas à manifestação de um projeto comum, tem implicação direta na influência dos representantes. Logo, sem essa articulação, as ações não poderiam sequer constituir uma ação política.

Nesse campo conflituoso, no qual patina a participação e a representação, as ASSUREMAS, com todas as suas contradições internas (ideológicas e organizacionais), e por vezes estrutural, na sua incapacidade de ampliar os debates ao maior número de comunidades possível, ainda assim se configuram como um importante instrumento de exercício da democracia participativa nos territórios, como se pôde observar nos processos referidos.

Mesmo diante das adversidades apresentadas aqui, através da análise social da trajetória de suas lideranças, abrem-se perspectivas esperançosas:

Apesar das manifestações diversas de descontentamento sobre as atividades das associações e a falta de conhecimentos acerca das funções de cada entidade, parece evidente que esse universo pode ser considerado um ponto positivo das unidades; isso, a partir do qual o fortalecimento da organização social das reservas poderia ser alvejado por meio de programas específicos de capacitação e de engajamento de suas lideranças. As associações poderiam também servir como base para a formação de quadros para futuras representações e lideranças locais e regionais (SANTOS, 2015, p. 72).

Com as mudanças ocorridas na política ambiental do país a partir de 2016¹³⁶, principalmente com as políticas de austeridade e o esgotamento dos investimentos financeiros

¹³⁶ Resultado do golpe parlamentar-midiático-jurídico que ocasionou a cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff e a aceleração do desmonte do Estado brasileiro.

destinados a essas políticas e programas, as ASSUREMAS voltam a centrar energias nos debates acerca do manejo e gestão compartilhada dos recursos naturais.

Nesse sentido, a formação de novas lideranças, capazes de compreender as dificuldades e os desafios que estão postos na atualidade, é uma maneira efetiva de buscar atender às demandas da gestão compartilhada. Por isso, as comunidades pesqueiras dessas RESEX Marinhas, em meio a esses constantes e dinâmicos processos de aprendizado, estão aperfeiçoando e/ou reconfigurando seus processos organizativos nesse modelo de participação institucionalizada, e os comitês comunitários¹³⁷ configuram-se como forma clara de mais inclusão e participação dos seus moradores para articularem diretamente com os agentes internos e externos, tendo no Conselho Deliberativo o principal espaço de debates e proposições e, sobretudo, de relações de poder.

¹³⁷ Pequenos núcleos coletivos de debates que funcionam como representações políticas dos extrativistas nas comunidades. Desses coletivos saem as representações de base comunitária para os conselhos deliberativos da RESEX.

2 OS DESAFIOS DA GESTÃO COMPARTILHADA: OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DOS ESPAÇOS COSTEIROS DAS RESEX MARINHAS DE TRACUATEUA E CAETÉ-TAPERACU FRENTE ÀS DEMANDAS DA COGESTÃO DE SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE PESCA

O Sr. Vergara Filho fez a abertura pedindo um minuto de silêncio em homenagem aos companheiros que tomaram na luta em prol das RESEX e desta reserva, o Sr. Antônio Elias da Silva, de Tamatateua. A comunidade responde aplaudindo o Sr. Vergara de pé.¹³⁸

Às vezes o destino parece propositalmente nos mostrar os fatos de forma cronológica, no entanto, só os compreendemos assim quando analisamos de maneira retrospectiva, olhando através das lentes da experiência, pelo retrovisor da história.

Na ocasião em que presenciei pela primeira vez aquele senhor elétrico, vivaz e cheio de brilho nos olhos falando com entusiasmo dos que lutaram, dos que lutam e lutarão pela institucionalização de seus territórios em RESEX, as palavras “aos companheiros que tomaram na luta em prol das RESEX e desta reserva” soaram como uma chamada para a luta. Porém, nem imaginava que aquilo comporia parte da minha história, que no futuro faria esforços para relembrar as minúcias dos fatos e relatar o que fervilhava à época, até mesmo entre os menos empolgados pelas ideias conservacionistas, que aos poucos eram cantadas em verso e prosa nas assembleias calorosas que se avolumavam pelas comunidades pesqueiras da Bragantina, como foi descrito no capítulo anterior.

Nos últimos 15 anos, observar, participar, rememorar, teorizar e reconstruir esses processos – que continuamente vêm grafando, ora em negrito, ora em rabiscos, páginas inteiras sobre a produção/reprodução desse espaço costeiro – tem se tornado prática costumeira. E durante esse período, o aprendizado, no campo da Ecologia Política¹³⁹, tem sido imenso, sobre os costumes, as crenças, os desafios políticos e a cultura das populações costeiras amazônicas.

Essas variáveis culturais são indissociáveis da investigação científica aqui posta, “já que não se pode analisar a sociedade sem seus atributos culturais nem os atributos culturais desvinculados da sociedade que os produz” (SERPA, 2014, p. 488).

¹³⁸ Waldemar Vergara Filho, registrado em ata da Assembleia Geral de posse dos membros do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Caeté-Taperacu, Bragança-PA, 30/11/2007, p. 1.

¹³⁹ A Ecologia Política “lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico geográfico-culturais concretos e específicos” (SOUZA, 2019, p. 98).

Não quer isso dizer, obviamente, que seja esse o único fio condutor que dá direção e sentido às análises que percorrem este capítulo. Contudo, procuro salientar a sua importância para os processos de produção/reprodução dos espaços litorâneos deste recorte da Amazônia atlântica. Então, é a partir de uma perspectiva da cultura da participação política desses pescadores e pescadoras artesanais frente às contínuas demandas da corresponsabilidade pela gestão de seus territórios tradicionais de pesca que lanço luzes.

Para isso, convém mencionar que a vivência e experiência, *per se*, não me permitiram compreender com clareza como as fragmentações do *modus vivendi* se constituíram em força impulsionadora de adaptações e peculiaridades estabelecidas nesses territórios. Todavia, onde quer que haja experiências, quando devidamente fundamentadas, como ensina Henri Lefebvre (1991, p. 198), elas nos ajudam a “estudar um fato, querer conhecê-lo, e – depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações, que se estende paulatinamente a todo o universo”.

Nessa perspectiva, embora possa parecer óbvio, não é demais reafirmar que qualquer pesquisa social elege seus interlocutores, e para isso trilhei caminhos, muitas vezes de mão dupla, refiz conversas com lideranças dos pescadores e pescadoras artesanais desses territórios tradicionais de pesca institucionalizados em RESEX Marinhas e, juntos, rememoramos e reconstruímos fatos. Assim, mantive um constante diálogo com esses trabalhadores, como também com pesquisadores que, em suas obras, se dedicaram a discorrer sobre a temática.

Cada um a seu modo tem dado contribuições relevantes para um melhor discernimento desse conjunto de relações imbricadas nos processos de produção/reprodução dos espaços estudados. Pesquisas em várias partes do mundo nos mostram que, de fato, a cultura política de participação e os arranjos institucionais que são engendrados no território são elementos fundamentais para o sucesso dos processos de cogestão dos estoques pesqueiros (SEN; NIELSEN, 1996; JENTOFT; MCCAY; WILSON, 1998; WEVER et al., 2012).

Outros cientistas sociais, como Paulo Bonavides (2001); Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002); Célia Regina Jardim Pinto (2004); Chris Hayward, Lyn Simpson e Leanne Wood (2004); Paulo Márcio Cruz (2010); Maria da Conceição Alves (2016) e Tânia Guimarães Ribeiro (2012, 2016), entre outros, levaram-me a refletir sobre quão custoso e desigual é a cultura da participação, uma vez que implica consumo de tempo e recursos por parte dos indivíduos para participarem ativamente dos processos políticos democráticos. Esses pesquisadores têm iluminado com clareza os caminhos da compreensão acerca dos desafios

que as populações tradicionais enfrentam para se apropriar das especificidades dos processos de participação.

Se, por um lado, os dados que emergiram evidenciaram que há déficit histórico de inclusão e de representação dos pescadores e pescadoras artesanais nas tomadas de decisão em seus territórios, por outro, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004; 2008), por exemplo, nos mostra que a R-Existência se faz necessária mais do que nunca em tempos de sucessivas investidas do Estado objetivando o desmonte do suporte jurídico¹⁴⁰ que os salvaguarda, justamente pelo forte potencial emancipatório dessas insurgências. Elas, as insurgências, são capazes de romper barreiras e estabelecer correlações de força sociopolíticas mais favoráveis às populações tradicionais residentes no e/ou no entorno de unidades de conservação (UCs).

Esses e outros aspectos são tratados ao longo do presente capítulo, pois têm repercutido, direta e indiretamente, nas interpretações das análises desse modelo de governança territorial, suas adaptações e peculiaridades nas instâncias gestoras das RESEX Marinhas de Tracuateua e Caeté-Taperaçu.

Nesse sentido, estabelecer uma abordagem que harmonizasse as variáveis políticas, econômicas, ecológicas e sociais para a produção do conhecimento socioespacial nesses territórios me fez percorrer caminhos epistemológicos diversos que pudessem dar, minimamente, conta dessa complexidade. Para isso, lancei mão de uma abordagem geográfica enfocada nas vivências socioespaciais, nas suas representações e nas representações do espaço¹⁴¹ (LEFEBVRE, 2000; SOUZA, 2018).

Como ressalta Marcelo Lopes de Souza (2018, p. 241):

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais.

Feitas essas reflexões, é imprescindível ressaltar que esta pesquisa não necessariamente tem pretensões exclusivas de historicização dos conhecimentos acerca dos fatos, mas sim, de contribuir com análises e atenuações dos problemas socioespaciais

¹⁴⁰ Em reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do dia 28/9/2020, o colegiado revogou três resoluções: a Resolução nº 284/2001, de 30/8/2001, que trata do licenciamento ambiental de empreendimentos de irrigação; a Resolução nº 302, de 20/5/2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; e a Resolução nº 303, de 20/5/2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (CONAMA, 2020).

¹⁴¹ As representações do espaço seriam penetradas de saber (conhecimento e ideologia misturados) sempre relativo e em transformação. Seriam, portanto, objetivas, embora possam ser revistas (LEFEBVRE, 2000, p. 69).

existentes nos territórios em questão. Por ser um trabalho científico, tive a preocupação de gerar resultados tangíveis e aplicáveis em tomadas de decisão futuras. No entanto, vale enfatizar que, do ponto de vista da geografia humana, é um trabalho socialmente crítico, e compreendo suas limitações e peculiaridades, tanto na capacidade de suas interpretações do vivido, como na sua capacidade de colaborar com as transformações no concebido.

2.1 Os comitês comunitários: “eu me organizando posso desorganizar”

*[...] posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar [...]*

CHICO SCIENCE¹⁴²

Cogestão ou Gestão Compartilhada: são acordos nos quais a comunidade local usuária do território e dos recursos naturais, o governo e outros atores sociais (agentes econômicos, agentes externos como ONGs, instituições acadêmicas e de pesquisa) repartem a responsabilidade e a autoridade de gerir o território e o uso dos seus recursos naturais

POMEROY; RIVERA-GUIEB (2005, p. 7-8).

No contexto de inclusão dos usuários diretos nos processos de gestão dos recursos pesqueiros, debatidos por Robert Pomeroy e Rebecca Rivera-Guieb (2005), faz-se necessário um conjunto de ações sincrônicas e organizadas, sobretudo dos usuários diretos dos recursos naturais. Nesse sentido, convém mencionar as peculiaridades locais e adaptações que são estabelecidas para se alcançar êxitos minimamente satisfatórios nesses processos.

As apropriações e especificidades são aspectos que têm repercutido, direta e indiretamente, nas interpretações sobre esse modelo de governança, e esta pesquisa busca principalmente compreender como esses fatores vão sendo inseridos no discernimento do sentido de corresponsabilidade, tanto entre os pescadores e pescadoras artesanais, usuários diretos do sistema, como entre os demais agentes sociais envolvidos. O que significa que a efetivação da cogestão passa obrigatoriamente pelo exercício da democracia deliberativa, ou seja, das organizações coletivas e de uma participação o mais efetiva possível dos pescadores e pescadoras no conjunto de tomadas de decisão.

¹⁴² Trecho de “Da lama ao caos” (SCIENCE, 1994).

Nesse particular, é importante trazer para a discussão o que nos diz Jonathan Benson (2019). Em seus estudos de teoria política e teoria democrática, a democracia deliberativa é vista de uma abordagem ampla das tomadas de decisão, amiúde norteadas por discussões abertas e fundamentadas, onde as preferências não são simplesmente agregadas, mas informadas e transformadas umas em relação às outras. Nesse contexto, é imprescindível considerar também que, “embora a deliberação possa terminar em votação, as teorias da democracia deliberativa¹⁴³ se concentram na importância de discussões e debates anteriores” (BENSON, 2019, p. 78).

Por compreender a organização coletiva como um dos pilares de sustentação do modelo de governança que analiso, faço também aqui algumas adaptações ao conceito de organização proposto por Maximiano (2000). Desse modo, considero a organização coletiva como constituída voluntariamente por um grupo de pessoas com papéis bem definidos e, por mais que seus interesses individuais sejam preexistentes, acabam culminando no propósito de realizar interesses coletivos, da comunidade, visto que, muitas vezes, seriam inexecutáveis isoladamente.

Desde o final da década de 1990 Jentoft, McCay e Wilson (1998, p. 423) já argumentavam que, nos processos de cogestão dos recursos pesqueiros, “a participação dos usuários aumenta a legitimidade do regime regulatório e, portanto, a conformidade”. Tal afirmação vai ao encontro de Milani (2008) sobre a participação social como uma prática de inclusão dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nos processos decisórios das políticas públicas.

Ao tratar da problemática ambiental, assim Porto-Gonçalves (1989, p. 139) versa sobre os (des)caminhos do meio ambiente:

A questão ambiental é, assim, mais que um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas. Ela requer um campo de comunicação intersubjetiva não viciado e não manipulado para que a região comunicativa possa se dar efetivamente. Enfim, requer, fundamentalmente, *democracia*.

¹⁴³ Em processos democráticos de cunho deliberativo, a qualidade, a essência e a racionalidade dos argumentos que são expostos para defender as ideias estão intimamente ligadas às condições sociais, econômicas, políticas e históricas que influem nas deliberações, bem como aos aspectos culturais dos participantes do processo. “A democracia deliberativa é uma teoria normativa que sugere maneiras pelas quais podemos aumentar a democracia e criticar instituições que não cumprem o padrão normativo. Em particular, afirma ser uma forma mais justa e, de fato, democrática de lidar com o pluralismo do que modelos agregadores ou realistas de democracia. Assim, começa com um afastamento das compreensões liberal individualista ou econômica da democracia em direção a uma visão ancorada em concepções de responsabilidade e discussão. A teoria democrática centrada na conversa substitui a teoria democrática centrada no voto” (CHAMBERS, 2003, p. 309).

Nesse sentido, desde a institucionalização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas, a organização e/ou reorganização das estruturas organizacionais dos pescadores artesanais da Bragantina vêm sofrendo modificações para que, de fato, seus anseios coletivos pudessem reverberar nas instâncias decisórias das unidades de conservação, em particular as Reservas Marinhas de Tracuateua e a Caeté-Taperaçu. Não é fortuito, então, que os chamados comitês comunitários sejam indispensáveis para a efetivação dos processos de gestão compartilhada.

Forma singular de participação dos pescadores e pescadoras artesanais em processos democráticos deliberativos, e por vezes de comunitários não pescadores, esses comitês são pequenos núcleos de debates e reflexões a respeito da gestão de seus territórios, principalmente de questões que podem impactar diretamente no cotidiano das comunidades pesqueiras. O fluxo de informações que ocorre entre esses núcleos e outras comunidades maiores ajuda a disseminar os debates e amplificar coletivamente as demandas da cogestão territorial, aumentando o sentimento de corresponsabilidade entre seus usuários diretos e reafirmando suas territorialidades, um processo de produção/reprodução do espaço geográfico “que envolve sempre novas estratégias, criando novas contradições” (CARLOS, 2017, p. 24).

Nesse sentido, inseridos nos processos de produção/reprodução dos espaços e suas múltiplas relações sociais, os comitês comunitários surgiram nas RESEX Marinhas como “novas” estratégias, adaptadas de outras realidades organizacionais, trazidas pelo biólogo Waldemar Vergara Filho, servidor do então CNPT/Ibama e posteriormente do ICMBio. Desse modo, incentivados e fomentados inicialmente através das ações de Vergara junto às comunidades pesqueiras dessa faixa litorânea, foram posteriormente adotados como mecanismo democrático eficiente na totalidade das RESEX Marinhas do Pará por outros servidores do ICMBio e pelas Associação dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas (ASSUREMAS).

Segundo afirmou Vergara¹⁴⁴,

Era necessário trazer o máximo de gente pro debate. Sair deste academicismo desenfreado, cheio de teorias... sabe, né? A RESEX é deles, independente de política ou religião. Este foi um jeito de encurtar as distâncias, como tu vê... [*faz gestos frenéticos com os braços*] aqui tem comunidade que passa de 40 km em estrada ruim, de barco... vão participar como? O ICMBio viu isso, nós vimos isso.

Esse relato mostra a importância do biólogo e dos comitês comunitários por ele criados para a organização dos pescadores e pescadoras artesanais, o que é corroborado pela

¹⁴⁴ Entrevista concedida ao autor em 14/10/2017, na RESEX Marinha de S. João da Ponta-PA.

professora Catherine Prost (2018), ao versar sobre os avanços e os retrocessos das Reservas Extrativistas Marinhas criadas em um contexto de acirradas políticas neoliberais¹⁴⁵:

No Pará, além de conquistas sociais adquiridas também através do Programa Nacional de Reforma Agrária e de parcerias com ONGs, nacionais ou estrangeiras, ressalta-se aqui as experiências de consolidação de organização comunitária, em particular as realizadas sob coordenação do funcionário do ICMBio Waldemar Vergara Filho. No caso de RESEX que abrange dezenas de comunidades estendidas em vastas áreas não facilmente acessíveis entre elas, ou seja, quando o encontro regular de comunitários envolvidos na gestão territorial enfrentava dificuldades, o referido funcionário fomentou a criação de núcleos intermediários de reflexão sobre a RESEX. Eles reúnem comunidades próximas em comitês de decisão com os representantes das comunidades, cada um composto por dois conselheiros (do conselho deliberativo) e de mais três pessoas da comunidade – não necessariamente pescadores – a fim de pensar o manejo integrado dos recursos naturais (e não apenas pesqueiros), assim como os demais ofícios relacionados (como estaleiro) e atividades importantes para a vida social (como saúde e educação). A estrutura permite a descentralização de questões específicas, facilita o debate na copresença e envolve um número maior de pessoas, ampliando o exercício da democracia entre agentes diversos, mas pertencentes a uma mesma comunidade, e, portanto, tendo um destino comum (ao inverso do conselho deliberativo, que reúne agentes com interesses antagônicos e perspectivas muito distintas). A opção por essa estrutura age como fomento da autonomia da população envolvida (PROST, 2018, p. 329-330).

Minha experiência e o resultado do campo demonstram que os comitês comunitários são apontados como elementos primordiais para fomentar uma participação social mais ativa entre os usuários dos recursos naturais desses territórios, desde sua gênese em 2005, quando ainda eram chamados de comitês de organização e mobilização. Seu papel é crucial para o sucesso desse modelo de gestão de unidade de conservação de uso sustentável no litoral amazônico, sobretudo nas RESEX Marinhas da Bragantina, *locus* desta pesquisa.

O Plano de Manejo da RESEX Caeté-Taperaçu registra:

¹⁴⁵ “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício” (HARVEY, 2008, p. 12).

Para chegarmos a este Plano de Utilização, foram realizadas diversas reuniões nas comunidades para a apresentação dos cadastros dos extrativistas também discutindo e acolhendo informações repassadas para a conclusão deste Plano de Utilização. Elaboramos um calendário para a consolidação e discussão em cada comunidade que formam a RESEX onde também foram formados os comitês de organização e mobilização, composto por 5 delegados eleitos em assembleias realizadas nas comunidades depois de discutidas e propostas as normas pelos extrativistas, uma Assembleia Geral, para aprovação final do Plano de Utilização da RESEX (ABDALA; SARAIVA; MELO, 2012a, p. 54).

Em virtude da importância desses processos organizativos, iniciamos as reflexões aqui postas parafraseando Chico Science (1994): “eu me organizando posso desorganizar”. Decerto que a essência desses núcleos passa pela tarefa desafiadora da organização comunitária, desorganizando, em muitos casos, o estado aparentemente estacionário da coletividade política vigente em muitas comunidades pesqueiras do litoral amazônico, que, agora, frente às demandas da gestão compartilhada, precisaram se organizar, se reinventar como coletivo a partir de um entendimento de seus territórios como um bem comum. E, vale ressaltar, “os bens comuns não são coisas, mas relações sociais” (LIPIETZ, 2012, p. 21).

É nessa perspectiva de bens comuns que os processos de gestão compartilhada na pesca, sobretudo da pesca de pequena escala, vêm sendo investigados em diversos países, desde o continente africano, o asiático, passando pela Europa indo até as Américas. Os resultados de tais investigações mostram que o sucesso desse modelo de governança está diretamente relacionado à cultura política de participação e às aspirações dos usuários diretos dos recursos, bem como às formas de inserção das instituições externas nas comunidades (SEN; NIELSEN, 1996; JENTOFT; MCCAY; WILSON, 1998; WEVER et al., 2012).

Dessa forma, para analisar os processos de produção e reprodução desses espaços litorâneos, compreendemos a cogestão, ou gestão compartilhada, como fruto de árduas negociações na busca de consensos entre o maior número possível de sujeitos e instituições. Todavia, não se trata apenas de um conjunto de regras, mas, sobretudo, de um processo de criação social através do qual o conhecimento é adquirido, os valores articulados, a cultura revigorada e as comunidades, de certa forma, são refundadas (JENTOFT; MCCAY; WILSON, 1998). Evidenciando-se que, de fato, os processos de produção/reprodução do espaço envolvem novas estratégias, sobretudo políticas.

No campo de análise, pôde-se perceber que as novas estratégias políticas/organizacionais se alicerçam na participação dos extrativistas nos fóruns de gestão das RESEX Marinhas de Tracuateua e Caeté-Taperaçu, entre eles os comitês comunitários. A

representação nos comitês se dá por meio de lideranças escolhidas pela própria comunidade, entre seus pares, para exercerem um mandato de dois anos renovável por igual período.

O principal fórum de tomada de decisões na gestão compartilhada das RESEX é o Conselho Deliberativo (CD), conforme estabelece o SNUC, contudo os comitês comunitários, por serem estruturas organizacionais de base, desempenham papéis políticos cruciais, interligando o conjunto de comunidades mais próximas geograficamente e compondo as suas representações, organizadas em estruturas intermediárias, os chamados polos. De cada polo são escolhidos os representantes (1 titular e 1 suplente) para compor o CD.

Os quadros 1 e 2, a seguir, apresentam os polos das RESEX Marinhas de Tracuateua e Caeté-Taperaçu, respectivamente, e as comunidades que os formam.

Quadro 1 – Polos e suas respectivas comunidades da Reserva Extrativista
Marinha Caeté-Taperaçu

Polo	Comunidades
Polo Cidade	Bairro Alegre Bairro da Aldeia Bairro Cereja Bairro do Morro Bairro Perpétuo Socorro Bairro Riozinho Bairro da Vila Sinhá
Polo Bacuriteua	Comunidade da América Comunidade do Bacuriteua Comunidade do Castelo Comunidade da Pontinha do Bacuriteua Comunidade do Taperaçu-Porto Comunidade da Vila do Meio
Polo Acarajó	Comunidade do Acarajó Grande Comunidade da Vila Rica Comunidade do Acarajozinho Comunidade do Inambucuí Comunidade do São Benedito Comunidade da Piçarreira
Polo Ajuruteua	Comunidade do Campo do Meio Comunidade da Vila do Bonifácio Comunidade da Vila dos Pescadores

Polo do Campo	Comunidade do Bom Jardim Comunidade do Abacateiro Comunidade do Cafezal Comunidade do Cajueiro Comunidade do Cariambá Comunidade do Ferreira Comunidade do Lago Comunidade do Lago do Povo Comunidade do Maçarico Comunidade da Ponta da Areia Comunidade de São Bento Comunidade de São José Comunidade do São Tomé Comunidade de Urubuquara
Polo Tamatateua	Comunidade do Patalino Comunidade do Porto da Mangueira Comunidade do Retiro Comunidade da Serraria Comunidade do Taperaçú-Campo e Acarpará Comunidade do Tamatateua
Polo Caratateua	Comunidade do Camutá Comunidade do Caratateua Comunidade do Rio Grande Comunidade do Sítio Grande Comunidade da Taquadeua Comunidade da Vila Que Era Comunidade da Vila dos Lucas Comunidade do Chaú
Polo Treme	Comunidade da Aciteua Comunidade do Eldorado Comunidade do Jandiaí Comunidade da Pimenteira Comunidade do São Domingos Comunidade da Vila Nova Comunidade do Treme

Fonte: Abdala; Saraiva; Melo (2012b, p. 12-13).

Quadro 2 – Polos e suas respectivas comunidades da Reserva Extrativista
Marinha de Tracuateua

Polo	Comunidades
Polo Quatipuru Mirim	Comunidade de Quatipuru Mirim Comunidade do Furo Novo Comunidade de Bossa Nova
Polo Quatipuru	Cidade de Quatipuru Comunidade de Boa Vista do Quatipuru
Polo Flexeira	Comunidade de Apicum Comunidade da Cantina Comunidade de Clemente Comunidade da Flexeira Comunidade de Icaraú Comunidade do Mimim Comunidade de Salinas Comunidade de Santo André Comunidade da Vila do Meio
Polo Chapada	Comunidade de Boa Vista Comunidade do Cariperana Comunidade da Chapada Comunidade das Cuieras Comunidade da Ponta Grande Comunidade de Ilha Serrada Comunidade do Nanã Comunidade do Pinheiro Comunidade de Santa Catarina Comunidade do Sessenta
Polo Santa Clara	Comunidade do Cariambá Comunidade da Ilha da Madeira Comunidade da Ponta Grossa Comunidade do Jacareteua Comunidade do Jandiá Comunidade do Pindoal Comunidade de Santa Clara Comunidade do Tatu
Polo Santa Tereza	Comunidade do Açaitéua Comunidade do Cebola Comunidade do Bom Gosto Comunidade do Campo Novo Comunidade do Flexal Comunidade do Jurussaca Comunidade do Peri

	Comunidade das Quatro Bocas Comunidade de Santa Tereza Comunidade da Vitoria
Polo Torres	Comunidade do Cigano Comunidade do Fundo da Dispensa Comunidade do Goiaval Comunidade da Pontinha Comunidade do Rio Branco Comunidade dos Torres
Polo Cocal	Comunidade do Cocal Comunidade do Ferreira Pinto Comunidade da Pedreira Comunidade de Santa Clara

Fonte: Adaptado de Isaac-Nahum (2012).

A partir dos dados que emergiram durante o campo, nas entrevistas, nas oficinas de capacitação de conselheiros e/ou em conversas informais com os representantes dos polos no Conselho Deliberativo, merece destaque a maneira como os representantes dos polos são escolhidos, sejam aqueles eleitos quando há concorrência para ocupar esse lugar de representatividade ou os nomeados pelo conjunto das comunidades que compõem o polo. A maioria deles, contudo, é escolhida por eleição, como destacou Oliveira (2018, p. 68-69):

A grande maioria dos representantes passa por eleição para escolha via polo. Certamente influi nessas escolhas o interesse dos candidatos por temáticas ligadas ao meio ambiente, pesca artesanal, a ideia de sustentabilidade, que, na grande maioria dos casos, se vincula à sua formação empírica junto à família e experiência nas atividades extrativistas. Também há interesses vinculados a grupos e partidos políticos, interesses das comunidades, das populações tradicionais locais, das mais diversas instituições, dependendo dos casos.

É oportuno lembrar aqui que, além dos pescadores e pescadoras artesanais, outros moradores que exercem funções diversas são considerados usuários¹⁴⁶ das RESEX, como padrões de pesca¹⁴⁷, atravessadores¹⁴⁸, comerciantes e demais comunitários. Mesmo com

¹⁴⁶ De acordo com o Plano de Utilização, as categorias de usuários definidas nessas reservas são: a) Usuários Permanentes: aqueles que moram na área da reserva e exploram constantemente seus recursos, dependendo total ou parcialmente disso para seu sustento; b) Usuários Temporários: aqueles que moram dentro ou fora da reserva e exploram os recursos permanentemente ou para complementar seu sustento; c) Usuários Visitantes: aqueles que não moram na reserva e praticam a pesca ou o extrativismo de forma amadora ou por lazer, ficando proibida a esta categoria a comercialização do produto extraído da reserva.

¹⁴⁷ O padrão de pesca é um agente intermediário na cadeia produtiva da pesca. Detentor de capital, muitas vezes é também proprietário dos meios de produção (barcos e apetrechos) e/ou de comércio de mercadorias diversas. Eles fornecem aos pescadores produtos de primeira necessidade, tanto para a produção propriamente, como para a manutenção de suas famílias em terra durante o período de pesca. Esses produtos, considerados “despesas”,

interesses distintos, eles buscam legitimidade e voz nesses fóruns, já que as decisões tomadas nessas instâncias recaem, de um modo ou outro, sobre todos.

Ainda, outro aspecto que também cabe apontar é o crescente interesse do setor privado em participar dos processos de cogestão das RESEX, sobretudo na Caeté-Taperaçu, onde o setor pesqueiro com maior aporte de capital e tecnologia tem papel importante para a economia do município de Bragança. Esse anseio dos empresários da pesca por um assento à mesa de debates na cogestão vem sendo observado há décadas em outros países (JENTOFT; MCCAY; WILSON 1998).

De todo modo, os comitês comunitários têm sido cada vez mais importantes para garantir que na pauta dos debates sejam colocados os interesses dos pescadores e pescadoras artesanais, os seja, das populações tradicionais usuárias diretas do sistema, à medida que, a seu modo, vêm rompendo com o silêncio político existente historicamente nesses territórios e suas ações refletem no Conselho Deliberativo. Trata-se de uma ferramenta relevante no sentido de descontinuar uma hierarquia das tomadas de decisão centradas nos detentores do capital, mesmo que essas representações dos extrativistas aparentem mais fragilidade na correlação de forças.

Não se pode esquecer que a maioria desses comunitários é formada por pescadores e pescadoras artesanais, entre os quais se encontram diferentes categorias, por eles próprios destacadas, como coletores de marisco, coletores de caranguejo, pescadores de curral ou de linha. Entre esses trabalhadores, os índices de educação formal são baixos, devido às peculiaridades de seu trabalho e aos processos históricos de exclusão social aos quais são/foram submetidos. Tal característica pode influenciar em uma cultura de participação política tímida, por vezes irrisória, segundo afirmou uma das lideranças que ajudaram a reconstruir os caminhos dos comitês comunitários até então, “porque nem todo mundo tinha o domínio de falar em público¹⁴⁹” – ou, quando tinham, muitos intimidavam-se perante outros agentes sociais da cidade.

vão desde alimentos a insumos para pesca, como gelo e combustível. O patrão faz uma espécie de aviamento, já que ao final do período de trabalho do pescador recebe como forma de “pagamento” o resultado da produção ou a preferência de compra. Além do financiamento, esses agentes intermediam a comercialização da produção pesqueira com as médias e grandes cidades, funcionando com verdadeiros tributários da interação entre o pescador e o peixe (SAUTCHUK, 2008).

¹⁴⁸ Os atravessadores são agentes intermediários na cadeia produtiva, que adquirem os pescados diretamente dos pescadores (os produtores) para posterior comercialização a outros agentes econômicos, como os patrões de pesca, responsáveis por comercializá-los em outros municípios e até em outros estados da federação (NASCIMENTO; BARBOZA, 2018).

¹⁴⁹ Liderança 13. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2020, via telefone, Bragança-PA.

Essa correlação simbólica de forças desiguais fica evidente, em muitos casos, onde há uma “dominação” simbólica, uma valorização daquele que tem estudo, que tem mais dinheiro, que se sente “superior” na hierarquia social. Algumas lideranças dos pescadores artesanais acabam se colocando de fato como “inferiores” em situações de confronto direto fora dos seus domínios comunitários, como exemplificou um interlocutor ao versar sobre a questão: “Aqui ele fala alto como um leão, lá no conselho, quando ele vê o secretário, os doutor... aí ele mia igual um gatinho”¹⁵⁰.

Contudo, tenho razões menos emotivas, menos pessoais para interpretar tais afirmações. O ambiente de debates no CD precisaria ser mais inclusivo, refletir melhor a realidade cotidiana desses representantes (os pescadores e pescadoras artesanais), para que possam se sentir mais à vontade, mais seguros e com autoridade para defender as suas demandas. Os debates preparatórios nas comunidades, no seio dos comitês, são fundamentais para isso, analisados aqui como positivos para a evolução da desenvoltura política e retórica desses representantes.

É nesse contexto que fica evidente um dos papéis centrais das ASSUREMAS, como afirma Lopes (2016, p. 112): “A função da associação é trabalhar para o fortalecimento dos comitês e esse fortalecimento passa pela discussão do acordo, do entendimento das regras, das funções”. Nesse sentido, uma das indicações recorrentes nas entrevistas diz respeito a esse fortalecimento, através do municiamento de argumentações das lideranças pelas ASSUREMAS.

Vê-se, desse modo, a (re)construção da cultura da participação social edificada em organizações coletivas de base como elemento importante nesses processos de produção/reprodução do espaço. Sobre o entendimento ao qual se refere Lopes (2016), cabe uma observação: a população da Bragantina, independentemente de residir em comunidades próximas à zona costeira ou viver diretamente dos atributos ambientais proporcionados pelos ecossistemas costeiros, dependem da conservação desses ecossistemas para a própria segurança alimentar, por isso os defenderão. As RESEX cumprem essa função de conservação. Portanto, qualificar o entendimento acerca dos meandros da cogestão junto às bases tem sido cada vez mais importante a cada ciclo geracional.

Waldemar Vergara Filho não só estimulou a criação dessas estruturas organizacionais, como também estimulou a participação sociopolítica mais efetiva dos pescadores e pescadoras artesanais, inserindo-os em arranjos institucionais antes não experimentados por essas

¹⁵⁰ Liderança 18. Entrevista concedida ao autor em 10/09/2018, Bragança-PA.

populações do litoral amazônico. Nesse sentido, observa-se que os arranjos institucionais vão além da dimensão ambiental, como argumenta Alves (2016, p. 44): “A participação é um dos caminhos pelo qual a cidadania força a democratização dos processos sociais”.

Nessa démarche, torna-se fundamental compreender os comitês comunitários como integrantes dessas estruturas, de novos arranjos, mas também como uma forma de efetivamente dar voz a esses comunitários, tanto que foram estimulados e replicados em quase todas as RESEX Marinhas do litoral amazônico. Essa constatação se faz especialmente importante quando analisamos o sentido do bem comum, num contexto de políticas majoritariamente neoliberais manejadas à luz das dimensões expostas.

Na tentativa, então, de identificar os desdobramentos das ações sociais desses núcleos organizacionais para os processos de cogestão das RESEX Marinhas de Tracuateua e Caeté-Taperaçu, é importante compreender a cultura política que os engendra e de que maneira extrapolam os processos de cogestão dessas reservas.

As discussões nos comitês comunitários das duas RESEX, sobretudo nos anos iniciais de sua criação, tinham um cunho informativo acerca de questões ambientais e buscavam a construção das regras de uso. Como destacaram nos seus relatos duas lideranças da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu:

Os comitês, eles foram formados como um propagador de informação. Ele levava as demandas da comunidade na questão ambiental, na questão da fiscalização, a questão das famílias, e agora a parte social toda. Levava para a organização [ASSUREMACATA] e colocava no debate o que seria prioritário naquelas ações e o que tinha que tirar como encaminhamento.¹⁵¹

No início foi excelente os comitês para educar o povo em relação ao meio ambiente. O coletor, ele levava esta garrafa PET, mas ele deixava no mangue. Hoje eles compraram uma garrafa, um botijão de 5 litros, eles levam a água, usam e traz o recipiente pra levar no outro dia. Então foi excelente este tipo de reunião como educação para os nossos companheiros.¹⁵²

A cultura política que surgia nas comunidades pesqueiras da Bragantina em meados dos anos 2000 era frenética e vivaz, porém necessitava de mecanismos capazes de angariar mais simpatizantes à instalação das Reservas Extrativistas Marinhas e promover um entendimento coletivo acerca da legislação ambiental e dos processos de cogestão. Tais objetivos foram sendo realizados quase de maneira espontânea por essas investidas de qualificar o debate entre os membros dos comitês comunitários.

¹⁵¹ Liderança 13. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2020, via telefone, Bragança-PA.

¹⁵² Liderança 14. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2020, via telefone, Bragança-PA.

Com os processos de cogestão em pleno curso, quase que ininterrupto, ao longo dos anos de institucionalização dos territórios em RESEX Marinhas, foram ocorrendo reuniões, debates e capacitações que contribuíram para a renovação de ideias e de lideranças. Essas ações foram aos poucos fomentando toda uma rede de alianças¹⁵³ que se tecia lentamente no território, e com ela o próprio amadurecimento da compreensão das questões ambientais e da cogestão. Lopes (2016, p. 78), ao versar sobre o tema, argumenta: “Espera-se que as representações locais estabeleçam elos entre as questões internas e externas da realidade dos extrativistas”. Essa evolução foi didaticamente aludidas por uma pescadora:

Depois disso ele ajudava a se capacitar, porque nem todo mundo tinha o domínio de falar em público. Então. Ele foi só um pescador, um coletor de caranguejo que tinha práticas erradas, que até então não era errada, era certa, porque a gente não conhecia a legislação... e ele foi se capacitando através daqueles encontros, das reuniões, daqueles debates. E toda prática errada que ele tinha, ele começou a si enxergar, vê o que ele tava fazendo de errado, e despertou nele a intenção de mudar. A mudança começou por ele pra poder passar para os outros, né? Com relação ao desmatamento, queimada e pesca predatória. Aí ele trazia de volta a partir das informações que ele via lá, depois reunia na comunidade, levava e trazia as informações. Com isso ele preenchia os anseios desta sociedade que não disponibilizava de tempo pra tá indo em reunião na cidade, que não tinha a compreensão de quanto era importante ele está participando daquilo. E com isso eles fortaleciam a organização [ASSUREMACATA] na base, quanto fora dela.¹⁵⁴

Visitar o passado tem sido um exercício constante para iluminar os caminhos dessas transformações lentamente tecidas no seio das comunidades pesqueiras aqui estudadas, reconstruções que ajudam a compreender o contexto atual. A importância dos comitês comunitários já está dada e o papel desses núcleos organizacionais estão bem definidos para a maioria dos que contribuíram diretamente com esta pesquisa, bem como entres aqueles comunitários, pescadores ou não, cujas falas registramos informalmente a partir de conversas reservadas ou mesmo quando expuseram suas opiniões em reuniões mais amplas.

Vale ressaltar que tais compreensões foram registradas mesmo em meio a sucessivas crises internas nas quais as ASSUREMAS estão imersas. Na Caeté-Taperaçu, Kasantoski (2016, p. 50) constatou: “Ao passar do tempo embates políticos dentro da associação enfraqueceram os comitês e por conseguinte a articulação entre os comunitários e a associação”.

¹⁵³ Atualmente a CONFREM estabelece uma forte e vivaz rede de alianças entre extrativistas pesqueiros do Brasil inteiro.

¹⁵⁴ Liderança 13. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2020, via telefone, Bragança-PA.

Os impasses políticos que diminuíram a intensidade e o foco dos debates nos comitês comunitários iniciaram-se no período de 2008-2013, momento de maior aporte de recursos oriundos das políticas públicas citadas no capítulo anterior, como o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)¹⁵⁵ – quando os pescadores e pescadoras artesanais passaram a acessar crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), além das demais políticas de infraestrutura social passíveis de execução em assentamentos da reforma agrária e, por fim, em 2011, o Programa Bolsa Verde (PBV), cujos principais beneficiários são famílias situadas em Reservas Extrativistas, assentamentos da reforma agrária e florestas nacionais.

Esses programas buscavam assegurar uma conexão com a agenda já fragilizada do governo federal, tanto no campo social como no ambiental, no entanto acirraram ainda mais os conflitos. Kasantoski (2016, p. 50), ao analisar se o PBV teria o potencial de reforçar os instrumentos de gestão dos recursos naturais, particularmente na RESEX de Caeté-Taperaçu, afirma: “As discussões no âmbito da associação direcionaram-se aos benefícios advindos das Políticas Públicas e a gestão ambiental entrou em declive. A frequência de reuniões diminuiu drasticamente, sendo mobilizadas de forma pontual”.

Os conflitos que se avultaram nesses territórios num contexto de intervenção do Estado através dessas políticas públicas, como ressalta Silva-Junior (2013), de certa forma acabaram enfraquecendo as organizações dos pescadores e pescadoras artesanais. Como registrou Lopes (2016, p. 66):

Nesse contexto de mobilizações em torno da criação da UC, ficou notório que o envolvimento dos usuários nesse processo passou por dois momentos principais. O primeiro foi a construção da participação da população local por meio dos movimentos para criação da RESEX, em que estes se organizaram para solicitação da mesma. Momento de envolvimento de lideranças locais, frequentes reuniões onde se fortaleceu o projeto da UC.

O segundo foi a chegada de benefícios, que despertou intensa mobilização dos usuários, o que também foi sucedido pela perda de ânimo dos agentes em participar, na medida em que começaram a se defrontar com as regras de uso trazidas pela RESEX.

Saber quais são os reais impactos das deliberações no dia a dia desses pescadores, e seu amadurecimento no interior das instâncias participativas, é algo ainda em aberto, em transformações constantes:

¹⁵⁵ Depois de essas áreas serem reconhecidas e cadastradas pelo Incra, esse segmento da população rural passa a ter acesso ao crédito do Pronaf e às demais políticas de infraestrutura social aplicadas aos assentamentos (BRASIL, 2004, p. 30).

Lá no começo da RESEX, a gente só falava de regras, do que podia e do que não podia pescar, quantos caranguejos pegar por dia. Depois era as casas e o fomento. Quem precisava mais, sabe?... Agora não, a gente sabe a nossa importância, se vão construir um porto e pode aterrar a beira, o conselheiro do polo que tem que falar sobre isso, quantas varas pro curral, toda essas coisa. Na escola deste zinho aí [*apontando para uma criança com um dos braços*], todo mundo sabe que sou do comitê aqui.¹⁵⁶

O trecho do relato citado acima, proferido por um representante, revela os avanços quanto à compreensão e estruturação dos comitês comunitários como núcleos importantes de tomada de decisões comunitárias. Indicações recorrentes nas entrevistas realizadas para este estudo reforçam que o amadurecimento e o sentimento de pertencimento e de responsabilidade pelo território significaram mudanças cada vez mais evidentes na realidade das comunidades ao longo desses pouco mais de quinze anos.

Sem desmerecer a importância dos comitês nos processos iniciais de mobilização para a institucionalização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas, atualmente evidenciamos o amadurecimento da compreensão dos próprios conceitos implícitos na cogestão dos recursos pesqueiros pelos membros desses núcleos comunitários de debates.

Pelos fatos relatados, pôde-se reconhecer que, de algum modo, antes da formação dos comitês comunitários, existiam pequenos núcleos de pescadores, principalmente nas comunidades mais populosas, como as chamadas capatazias¹⁵⁷ das colônias de pescadores. Contudo, ocorriam reuniões apenas esporádicas em busca de objetivos mais pontuais de natureza prática, nas quais se discutia sobre a cobrança de taxas, sobre seguridade social, aposentadorias ou, por vezes, para se tentar resolver conflitos já acirrados que, de certa forma, extrapolavam as fronteiras das conciliações comunitárias: “Aqui tinha o capataz, mas era mais pra colher o pagamento da colônia. Porque quem não pagava não se aposentava”¹⁵⁸.

De fato, a formação histórica da cultura política nas comunidades pesqueiras, principalmente do litoral amazônico, revela que os pescadores, como categoria da classe trabalhadora, não se sentiam representados por suas entidades oficiais até o processo de redemocratização do Brasil que culminou na Constituição de 1988. Isso se dava muito em função da inexistência de uma articulação que convergisse para uma organização política, econômica e social dos pescadores, até porque, como destacou Potiguar-Júnior (2002, p. 4-5):

¹⁵⁶ Liderança 19. Entrevista concedida ao autor em 11/09/2018, Bragança-PA.

¹⁵⁷ As capatazias são organizações de base comunitária das Colônias de Pescadores, criadas para discutir os problemas da categoria e manter os pescadores informados de seus direitos e deveres. Cada capatazia tem autonomia para eleger um coordenador por mandato definido no estatuto da colônia. Se a quantidade de pescadores-sócios na capatazia for grande, pode-se também eleger um tesoureiro para facilitar a arrecadação de mensalidades dos sócios, bem como um secretário (MOPEBAM, 2004).

¹⁵⁸ Liderança 11. Entrevista concedida ao autor em 11/09/2017, Bragança-PA.

Para alguns autores, estas “organizações oficiais” foram criadas com objetivo de manipular e tutelar os pescadores, fato este que se manifestava pela relação aproximada com o governo central e os presidentes destas entidades, onde o primeiro nomeava o segundo nas colônias e federações que, no geral, eram administradores alheios ao cotidiano do pescador, mas que atendiam a um perfil administrativo imposto pelo governo federal.

A abertura política e o fortalecimento de movimentos sociais pesqueiros, como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), são fatores apontados aqui como impulsionadores de mudanças nas discussões entre as lideranças pesqueiras da Bragantina. Suas intervenções contribuíram de maneira notável para alicerçar a luta desses trabalhadores por resguardar seus territórios e seus modos de vida. Foram determinantes também para um avanço notável nas estruturas organizacionais dos pescadores, como visto no primeiro capítulo.

Pode-se afirmar que as mudanças nas estruturas organizacionais dos pescadores e pescadoras artesanais, na direção de maior justiça social, não passam simplesmente pela mudança das relações sociais, mas pressupõem, simultaneamente, a mudança do espaço social, ou seja, têm de ser uma transformação socioespacial. Como argumenta Souza (2018, p. 236), “mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente no que concerne ao substrato material, mas também aos territórios e lugares) seria, mais que inútil, um verdadeiro *contrassenso*”.

Nesse sentido, a nova governança implementada nos territórios aqui estudados, agora institucionalizados em Reservas Extrativistas, converge para uma ênfase nos debates, nas tomadas de decisão, no sentido da democracia deliberativa como instrumento de fomentar e fortalecer a prática da participação coletiva, acelerando os processos de produção e/ou reprodução do espaço, de uma nova configuração espacial.

Como afirma Souza (2018):

De toda maneira, qualquer transformação social relevante, independentemente de seu conteúdo ético-político, é impensável à revelia do espaço. Assim, sejam processos emancipatórios, sejam processos liberticidas, atrelados a valores conservadores e aos interesses das camadas dirigentes das sociedades capitalistas e de controle contemporâneas (ou ainda de contextos sociais heterônomos em estilo tradicional, fortemente patriarcais etc.), em nenhuma circunstância é razoável pensar relações sociais sem pensar, junto, o espaço (SOUZA, 2018, p. 237).

É necessário focar as lentes dessa abordagem para questões micro, desvelando o contexto social no qual as lideranças comunitárias se encontram, sobretudo aquelas mais antigas, mais respeitadas entre os comunitários, considerando-as como o solo fértil dessa produção e/ou reprodução do espaço geográfico. Tais lideranças, através do respeito e

prestígio que gozam junto a suas comunidades, emprestaram inicialmente, como ainda emprestam, extraordinária força impulsionadora para penetração das ideias de caráter ambiental, de mudança social, e que pavimentou o caminho para a participação política que os comitês comunitários representam atualmente nas RESEX Marinhas do litoral amazônico. Como relatou uma liderança da Caeté-Taperaçu:

Eu comecei muito novo com 18 anos ou até menos, participando do movimento dos jovens, depois eu assumi os jovens, depois a liturgia. Eu surgiu como jovem trabalhando com as pessoas mais idosas, depois me convidaram para a CPP [*Conselho Pastoral dos Pescadores*], aí eu tinha uns 24 anos. Através da CPP tinha um grupo de reuniões, seu Castro, Miguel e o Dora eram esses três que participavam da discussão da RESEX por volta de 1990, o pessoal do projeto MADAM veio nessa época dar umas palestras e aí a gente discutia os problemas sociais. Seu Castro, Dora e Miguel, esses três foram coordenadores da igreja [*apontando para a comunidade com um dos braços em gesto de um semicírculo*], todo mundo aqui respeitava eles... eles participaram da discussão e da criação da RESEX, surgiu essa questão por já estar faltando o peixe e o mariscos tava cada vez mais difícil.¹⁵⁹

Ao longo de pouco mais de uma década, período em que se deu o processo de institucionalização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas na Bragançatina, as mudanças nas concepções e atuações desses núcleos organizacionais, de que tratei em passagens anteriores, incluíram também a renovação de seus membros:

Estes comitês foram mudados. Quando a gente passou por um processo de mudança. Os comitês tinham um prazo, estes dois anos, se a comunidade demandasse. Passou por um processo que em muitas comunidades, muita gente foi tirada, né? Aí o comitê passou a agir para fortalecimento da associação.¹⁶⁰

Em alguns casos os representantes foram reconduzidos aos seus cargos, mas também observamos situações em que os próprios comunitários pressionam para uma mudança de postura desses representantes, em outras palavras, para a renovação de suas ideias e atitudes nos fóruns maiores das unidades de conservação.

Nos últimos seis anos ocorreram algumas mudanças no corpo diretivo das ASSUREMAS das duas RESEX em questão, sobretudo na Caeté-Taperaçu, e a meu ver as ações para o seu fortalecimento, em via de mão dupla, têm se mostrado deficitárias em alguns pontos e positivas em outros. Essas mudanças se deram muito em função de conflitos de natureza política, como demonstrado no capítulo anterior, resultantes de disputas internas e externas por protagonismo entre as lideranças mais influentes:

¹⁵⁹ Liderança 02. Entrevista concedida ao autor em 16/11/2017, comunidade do Castelo, Bragança-PA.

¹⁶⁰ Liderança 13. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2020, via telefone, Bragança-PA.

Esta afirmação é baseada também no fato de os dois últimos presidentes da Associação se terem lançado como vereadores no município de Bragança, utilizando como marca de campanha a captação dos créditos de apoio e habitação. Em alguns discursos (acompanhados por mim) feitos nas comunidades que compõem a RESEX, o fortalecimento dos pescadores artesanais também era empregado, porém o enfoque era sempre dado ao ganho das casas. O primeiro presidente da Associação, Óseas Saraiva Rocha, conhecido como Zeca Rocha, a se candidatar, ganhou o pleito, porém no ano de 2013 não garantiu sua reeleição. Alguns usuários julgam que houve um desgaste muito grande de sua imagem, pois como vereador não conseguiu corresponder às perspectivas dos pescadores(as) (SILVA, 2013, p. 93).

As contendas se avolumaram de tal maneira no contexto organizacional que contribuíram para diminuir a frequência nas reuniões e os debates promovidos pela ASSUREMACATA nas comunidades e nos comitês. Contudo, indicações recorrentes nas entrevistas mostram que esses núcleos não foram desarticulados totalmente, mas bastante enfraquecidos, e pelos relatos colhidos fica evidente que não estão conseguindo realizar em sua totalidade um dos novos papéis que lhe foram delegados: “O comitê passou a agir para fortalecimento da associação”¹⁶¹. Mas a despeito do que acabo de expor, essas afirmativas sobre a repaginação dos comitês frente às crises políticas das ASSUREMAS necessitam de investigações mais acuradas e qualquer julgamento de valor a respeito pode ser precipitado.

Ainda assim, neste ponto convém mencionar que os conflitos e as demandas por decisões coletivas de interesse do território, com impacto direto e imediato nessas comunidades, continuam em muitos casos sendo debatidos exaustivamente por seus representantes na instância máxima da cogestão das RESEX Marinhas, o Conselho Deliberativo.

As formas constantes de se conceber e exercer a democracia nesses processos de cogestão são perceptíveis, pois o envolvimento dos comitês, expresso em discussões e práticas, tem se mostrado decisivo para manter viva a chama dos debates coletivos nas comunidades pesqueiras, tanto em Tracuateua como na Caeté-Taperaçu.

Sem entrar no mérito do grau de ruptura promovida pelas crises nas quais estão imersas as ASSUREMAS, é sempre fundamental, a meu ver, reconhecer as alternativas criadas para superá-las e compreender que os empecilhos com os quais nos defrontamos no percurso em direção ao fortalecimento da cogestão não podem ser desconsiderados. Há casos que se mostram portentosos nessa trajetória. E, em uma conjuntura recheada de adaptações e peculiaridades, parecem se grafar pinceladas firmes de democracia deliberativa em meio a esse quadro de reorganização sobre o qual discorro, como veremos adiante com mais detalhes.

¹⁶¹ Liderança 13. Entrevista concedida ao autor em 11/06/2020, via telefone, Bragança-PA.

Na RESEX Marinha de Tracuateua, certa vez, demandas comunitárias conflituosas envolvendo árduas negociações, até que se chegasse a um consenso pelo maior número possível de moradores presentes nas reuniões, foram levadas ao CD pela liderança que representava o comitê comunitário e o polo. E embora tenha sido o próprio representante a levá-las para o debate, ele me confidenciou a sua posição: “Eu não concordo 100% com essa questão, mas a comunidade quase toda quer que os bichos viva presos. Me criei com eles soltos aí, mas trago pro conselho, e aí se decide”¹⁶².

A experiência mencionada compõe um emaranhado de debates tecidos historicamente através de gerações de moradores de algumas comunidades agropesqueiras do município de Tracuateua, que, e em alguns momentos, tem resultado em situações conflituosas. Nos últimos anos isso tem se tornado cada vez mais recorrente. Os conflitos estão relacionados à forma como os rebanhos de búfalos (*Bubalus bubalis*) são criados – soltos, livres e transitando pelos campos naturais¹⁶³ existentes no território da RESEX Marinha, em muitas ocasiões sem nenhuma supervisão dos seus proprietários.

Como informou o representante do Polo Santa Tereza ao referir-se à criação desses animais nas proximidades das comunidades que ele representa – e já apontando uma alternativa de conciliação e manejo, “pra nós gado dorme preso, e é solto só seis da manhã; e é preso de novo já cinco horinha”¹⁶⁴. No entanto, a prática acaba por prejudicar os demais comunitários, em muitos casos vizinhos do proprietário dos búfalos. Por outro lado, alguns criadores que não moram no entorno da RESEX acabam terceirizando a criação dos animais, delegando a responsabilidade do trato a moradores locais.

¹⁶² Liderança 17. Informação extraída em conversa informal após a 1ª Reunião Extraordinária 2018 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Tracuateua, ocorrida em 24/08/2018, Comunidade do Nanã, Tracuateua-PA.

¹⁶³ Localizados no território e na Zona de Amortecimento da RESEX Marinha de Tracuateua, os campos naturais do município encontram-se em uma área mais baixa em relação ao nível do mar, e por serem drenados por diversos igarapés tornam-se alagados e formam vários lagos, principalmente durante o período mais chuvoso (dezembro a julho). A vegetação predominante é o junco (*Juncus sp.*), uma espécie de gramínea que forma um conjunto paisagístico bem peculiar nas adjacências do manguezal. Esses campos naturais são historicamente usados de maneira comunal para pastagem de animais de médio e grande porte que circulam livremente – sobretudo búfalos (*Bubalus bubalis*), que percorrem vastas áreas deste território –, além de servirem de ambientes propícios para a reprodução de diversos outros animais, principalmente espécies de peixes de água doce, que são pescados pelas populações tradicionais que habitam suas proximidades.

¹⁶⁴ Informação colhida da fala do representante do Polo Santa Tereza, extraída da Ata da 1ª Reunião Extraordinária 2018 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Tracuateua, ocorrida em 24/08/2018, Comunidade do Nanã, Tracuateua-PA.

Em busca de soluções legais e colegiadas para o conflito dentro dos princípios da cogestão, na ocasião foram propostas alternativas para inclusão no Acordo de Gestão¹⁶⁵ que vinha sendo amplamente debatido na RESEX:

Ednaldo¹⁶⁶ fala sobre a possibilidade do conselho definir uma quantidade máxima de gado, em relação a isso foi acrescentada uma recomendação no Artigo 21, das disposições gerais, item **b**), onde ficou acordado por toda plenária uma quantidade permitindo a criação de no máximo 15 cabeças de gado por família beneficiária/usuária. Ficando o texto assim definido: item **b**) Fica permitida a criação de animais de grande porte no entorno da RESEX, de no máximo 15 cabeças de gado bovino ou bubalino por família beneficiária/usuária da RESEX, sendo definido o ordenamento da atividade e técnicas de manejo. Artigo 21, das disposições gerais, item **b**), onde ficou acordado por toda plenária uma quantidade permitindo a criação de no máximo 15 cabeças de gado por família beneficiária/usuária. Artigo 21, letra **c**). É permitido construção das cercas de isolamento para criação de gado, na área do entorno da RESEX, com acessos em forma de colchetes ou outro meio, para que se permitam a passagem de pessoas, mediante acordos locais bem definidos.¹⁶⁷

É importante ressaltar que não estamos perante uma conjuntura particular. Situações semelhantes em Reservas Extrativistas estão se alastrando pelo país, e mais pesquisadores têm se debruçado sobre a temática, sobretudo na Amazônia (FREITAS et al., 2018; SPÍNOLA; CARNEIRO FILHO, 2019). A necessidade de os agentes sociais envolvidos nos processos de cogestão desses territórios debaterem a pecuária como atividade produtiva é cada vez mais premente. Considerando-se ainda que o extrativismo constitui a principal fonte de reprodução dos modos de vida dessas populações, porém não exclusivamente, a atividade de criação de animais de grande porte acaba funcionando como uma alternativa econômica para muitas famílias. Mesmo não havendo nenhuma prerrogativa legal no arcabouço jurídico vigente que lhe dê respaldo, alguns poucos pesquisadores apontam a atividade como saída para que essas populações obtenham melhores ganhos econômicos (FREITAS et al., 2018).

Eu me inscrevo nas fileiras dos que advogam o contrário. Juntamente com Jackeline Nóbrega Spínola, Arnaldo Carneiro Filho e diversos pesquisadores que veem na conservação dos aspectos socioambientais das populações tradicionais caminhos viáveis em direção à qualidade de vida melhor, acredito que “a criação de gado não deve ser autorizada de forma

¹⁶⁵ O Art. 2º da Instrução Normativa nº 29/2012 define: “Acordo de Gestão é o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o Instituto Chico Mendes quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente” (BRASIL, 2012).

¹⁶⁶ Sr. Ednaldo Gomes, servidor do ICMBio e presidente do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Tracuateua à época.

¹⁶⁷ Informações extraídas da Ata da 1ª Reunião Extraordinária 2018 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Tracuateua, ocorrida em 24/08/2018, Comunidade do Nanã, Tracuateua-PA.

generalizada em Reservas Extrativistas, tampouco recomendada ou incentivada como fonte econômica principal dos moradores dessas UCs, por conta do contexto social e econômico que a atividade implica” (SPÍNOLA; CARNEIRO FILHO, 2019, p. 244).

Embora possa parecer óbvio, é necessário lembrar que a pecuária é carregada de antagonismos que estão na contramão da conservação da natureza, na medida em que envolve uma série de implicações que por si só aumentam a pressão sobre os ecossistemas naturais¹⁶⁸. Por mais que a atividade se expanda por esses territórios, é um equívoco grosseiro, tanto do ponto de vista teórico como histórico, advogar pela flexibilização da atividade sem as devidas observações necessárias e o amplo debate colegiado:

A criação de gado bovino e bubalino, por populações tradicionais beneficiárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, é uma realidade socioambiental e um problema jurídico-institucional que os órgãos gestores buscam solucionar em virtude dos impactos ambientais gerados e das vedações legais impostas. No entanto, não existem diretrizes institucionais ou jurídicas claras, devido à heterogeneidade de situações presentes nas Unidades de Conservação-UCs e nos diversos biomas (SPÍNOLA; CARNEIRO FILHO, 2019, p. 226).

Considerando a relevância de colocar luzes sobre essa temática cada vez mais conflituosa, e sobre o papel do servidor público, o braço estatal mais forte e próximo das comunidades, cabe trazê-lo para o centro dos debates, considerando todos os aspectos importantes da sua participação. Em Tracuateua, quando da construção da Portaria nº 1.047, de 4 de dezembro de 2018, que dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para o uso e manejo dos recursos naturais para a cogestão da RESEX Marinha, ficou estabelecido em seu Art. 14:

Fica proibida a criação de animais de grande porte no interior da RESEX; os casos ocorrentes deverão ser regularizados mediante instrumento apropriado que estabeleça o ajustamento da conduta das famílias criadoras de gado, considerando regras que limitem a quantidade de animais de grande porte e técnicas de manejo adequadas, até que se erradique a atividade pecuária no interior da unidade (BRASIL, 2018).

¹⁶⁸ Esses debates repercutem na mídia e algumas ideias equivocadas vão sendo normalizadas no imaginário popular. Assentada numa concepção errônea e particularíssima, construiu-se a tese do “boi bombeiro”: uma retórica infundada de que as queimadas que têm consumido cada vez mais o Pantanal, ano após ano, seriam menos intensas caso houvesse mais criação de gado no bioma. Como advoga Ricardo Salles, o ministro do Meio Ambiente, em registro do dia 13 de outubro de 2020, ao afirmar que ao se alimentar do capim seco e inflamável, o boi agiria prevenindo o avanço do fogo. No entanto, essa teoria não procede. “Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil explicam que a criação de gado aumentou no Pantanal nos últimos anos, ao invés de diminuir – o que contradiz a ideia de que o boi pantaneiro seria fundamental para impedir incêndios”. Disponível em: www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/10/13/interna_nacional,1194207/por-que-teoria-boi-bombeiro-pantanal-salles-e-tereza-cristina-mito.shtml. Acesso em: 25 out. 2020.

De modo geral, pode-se destacar, na construção do acordo de gestão expresso na portaria supracitada, a capacidade política do servidor na condução e manejo dos conflitos na unidade e observar que:

Não cabe ao gestor simplesmente ignorar a realidade e se portar como se a atividade não existisse ou não tivesse qualquer valor, impondo unilateralmente sua extinção do interior das Reservas Extrativistas, ato que provavelmente pode se mostrar ineficaz ou ocasionar problemas de ordem social (SPÍNOLA; CARNEIRO FILHO, 2019, p. 244).

No entanto, criar instrumentos regulatórios para a pecuária é outro desafio a superar nesse processo de organização de base comunitária, escuta e aprendizado constante. Por isso, convém também mencionar o que foi destacado por Rodrigues (2017, p. 61) ao versar sobre o tema: “Ao mesmo tempo que os animais vivem para se alimentar livremente nos campos, grandes faixas de terras são cercadas pelos donos dos animais como propriedade privada, dificultando ou impedindo a locomoção dos comunitários”. A autora argumenta ainda:

[...] os criadores de búfalos são responsabilizados, pelos demais comunitários, pela degradação dos campos naturais. Aos búfalos soltos é atribuída a criação de valas e buracos nos campos, dificultando a locomoção das pessoas e provocando acidentes, assim como a danificação dos lagos, campos e rios, deixando a água barrenta. A atividade mais afetada pela criação de búfalos soltos nos campos seria a pesca. Segundo os informantes, além de destruir ou comer as redes e malhadeiras, os peixes estão sendo afugentados, tanto pela lama quanto pelas fezes dos animais. Esta por sua vez seria a causa da ocorrência da verminose severa nos peixes dos campos e dos rios. Também é considerado consequência da criação de búfalos soltos o aumento das infestações de piolhos e caramujos (RODRIGUES, 2017, p. 60).

Na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, debates relevantes estimulados na instância dos comitês comunitários também foram levados ao Conselho Deliberativo da UC. É sempre oportuno lembrar que esses debates evoluem de forma gradual, iniciando com um descontentamento ou simples observação por parte de algum comunitário, que compartilha a sua insatisfação com os demais membros da comunidade, os quais depois a fazem chegar aos comitês comunitários e estes a levam até o Conselho Deliberativo.

Nessa UC, outra situação interessante foi registrada durante a pesquisa quando houve um confronto entre os comunitários e uma empresa local do ramo da extração e comercialização de pescado devido à construção de um porto às margens do rio Caeté, um dos principais rios da UC, que dá nome à RESEX. O empreendimento servirá para o embarque e o desembarque de pescado da frota pesqueira da empresa e os impactos socioambientais seriam ainda mais desastrosos se não houvesse esse enfrentamento.

As lideranças comunitárias, compostas sobretudo por mulheres, não só provocaram uma série de reuniões com os membros do comitê em sua comunidade, como levaram o debate para a instância máxima de cogestão da RESEX e estiveram presentes na reunião do Conselho Deliberativo¹⁶⁹ na ocasião. Lá expuseram suas preocupações quanto ao empreendimento, apontando as implicações que teria para o cotidiano das famílias, e ouviram do próprio empresário as proposições de alternativas mitigatórias, que posteriormente foram protocoladas no escritório local do ICMBio.

Os comunitários exigiram dos representantes do comitê não somente que as prerrogativas ambientais fossem colocadas em pauta para a implementação das estruturas do trapiche, mas também esclarecimentos sobre como se daria o descarte do óleo lubrificante dos motores das embarcações. Ainda, reivindicaram a continuidade de livre acesso dos pescadores da comunidade aos caminhos que levam ao rio e o não impedimento da atracação de suas pequenas embarcações nas proximidades do futuro porto.

Em que pesem as tensões e as complexas relações de força entre moradores *versus* empresa, constatou-se ali, na arena de debates do Conselho Deliberativo, um significativo amadurecimento da concepção de bem comum por parte da comunidade. Isso foi surpreendente, já que empiricamente, em outros tempos, os indivíduos tendiam a assumir posições individualistas e parcimoniosas diante de tais situações.

Os dois desfechos exitosos expostos reforçam a tese apresentada neste estudo, em especial no que se refere à consolidação da democracia deliberativa e ao protagonismo dos comitês comunitários nos processos de cogestão das unidades de conservação em questão. Isso fica ainda mais evidente quando se considera a utilização de procedimentos participativos para as tomadas de decisão. Como foi destacado por Alves (2016, p. 44) sobre a potência da participação cidadã, ela de fato pavimenta os caminhos da “democratização dos processos sociais”.

Vale ressaltar que as mudanças na concepção acerca da participação social ressoam em boa medida nas observações precedentes. Sobretudo quando fazemos referência à importância política e institucional explícita e implícita do SNUC, cuja efetivação através da atuação de técnicos governamentais levou e tem levado uma grande contribuição para o desenvolvimento de seus valores nesses territórios protegidos, de maneira autônoma e ao mesmo tempo amparados por parte considerável de entes institucionais que compõem os processos de cogestão aqui analisados.

¹⁶⁹ 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, ocorrida em 19/02/2020.

Dessa forma, constata-se que na Bragantina vem ocorrendo processos diferentes se confrontados com várias partes do Brasil, onde visivelmente o Estado, através dos seus órgãos, reluta em inserir os pescadores e pescadoras artesanais nos processos de gestão, como registrado por Vivacqua (2018, p. 19): “A resistência do Estado em compartilhar poder com os pescadores artesanais locais, a falta de apoio às práticas de cogestão e ausência de reconhecimento das instituições formais e informais de gestão comunitária quase sempre se refletem nas dificuldades de se ‘administrar’ os conflitos existentes”.

Situações semelhantes à da Bragantina também têm sido registradas em outras áreas da Amazônia Legal, onde “o ICMBio parece herdar do IBAMA a perspectiva Preservacionista” (AGUIAR; MAIA, 2014, p. 495). Aqui a interação e o comprometimento dos técnicos do ICMBio na condução desses processos de cogestão têm sido notáveis e louváveis, mesmo que as experiências de condução dessas novas formas de governança sejam de fato novas para ambos os lados da gestão compartilhada e o amadurecimento torna-se coletivo e diário: “A gente aprende todo dia, tudo isso é novidade pra eles também. Eles agora cuidam oficialmente da natureza deles, e nós ajudamos. Tá na lei!”¹⁷⁰, como nos disse um de meus interlocutores.

Contudo, nesse *modus vivendi*, há outro desafio a ser superado: a instalação de um ambiente favorável para o debate nos conselhos deliberativos, sobretudo para que os extrativistas se sintam em pé de igualdade frente aos interesses antagônicos da gestão territorial. Nesse aspecto, a experiência demonstra que há em curso mais que uma simples estratégia de conservação do ambiente natural, à medida que ganha outros contornos, fomentando claramente a proteção dos direitos consuetudinários dos pescadores e pescadoras artesanais por meio de uma aliança, não somente com o Estado nos processos de cogestão, mas também sobretudo com parte dos cidadãos que se encontram representando o Estado nessa governança.

Em outras situações observadas na práxis e na literatura, há processos diferentes – faço aqui referência em particular ao SNUC, cuja aplicação, em alguns casos, proporcionou um crescimento de iniciativas por parte do Estado, muitas dessas orientadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios, contudo sem a devida inclusão das populações tradicionais. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário debater como esses arranjos institucionais são engendrados no âmbito dos conselhos deliberativos das RESEX da Bragantina.

¹⁷⁰ Técnico 01. Entrevista concedida ao autor em 14/10/2017, S. João da Ponta-PA.

2.2 Os processos de R-Existência dos pescadores e pescadoras artesanais da Bragantina: a institucionalização dos debates nos conselhos deliberativos. Isso ajuda?

[...] cada polo tem vinte dias para escolher titular e suplente para compor o Conselho Deliberativo da Reserva. Um Conselho Deliberativo é um fórum de discussão, onde se delibera, se aprende junto, se valoriza a cultura, as lutas sociais, se discute a agenda comunitária, através de representantes do poder executivo federal, lideranças comunitárias, exercendo todos o poder de cidadania com responsabilidade.¹⁷¹

Pelo que foi exposto até o momento acerca da trajetória dos comitês comunitários como organizações de base e pela lucidez da compreensão do termo R-Existência, pode-se inferir que esses processos de luta em defesa dos territórios e pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais dos pescadores e pescadoras artesanais da Bragantina ganham outros contornos e desafios para além dos fatores ecológicos, como nos ensina Porto-Gonçalves (2004) ao versar sobre esses movimentos de luta das populações tradicionais da Amazônia.

Feitas essas reflexões, cabe confirmar as interpretações empíricas ao analisar os embates nesse recorte espacial do litoral amazônico. Ao aportar nas arenas oficiais, como os conselhos deliberativos¹⁷², o quadro das colisões políticas ganha novas pinceladas de diversidade e também são acrescidos tons de complexidade em busca de igualdade e legitimidade, nos meandros nos quais percorrem a cogestão de seus territórios e a própria existência dessas populações tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais dessa faixa litorânea. Resguardando as condições prístinas, é igualmente implícita a ideia de participação social das organizações coletivas envoltas nos processos de democracia, agora nesse contexto uma democracia representativa¹⁷³.

Para as populações tradicionais, nessas arenas as disputas democráticas incluem também a busca de respeito e a luta contra as desigualdades sociais:

¹⁷¹ Waldemar Vergara Filho, em ata da Assembleia Geral de criação do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA, 20/05/2006, p. 02.

¹⁷² De acordo com o § 2º do Art. 18 da Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), uma “Reserva Extrativista deve ser gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (BRASIL, 2000).

¹⁷³ Tendo que retroceder para democracia representativa, haja vista que “vem tendo que enfrentar, como se sabe, sociedades muito complexas, com forte divisão de classes e demandas sociais cada vez maiores e mais variadas” (CRUZ, 2010, p. 204). E por isso, provavelmente, para superar os seus limites e fragilidades, “será necessário encontrar uma complementaridade com a democracia participativa” (CRUZ, 2010, p. 212). No nosso caso, os comitês comunitários cumprem bem esse papel de complementaridade levando ao Conselho Deliberativo processos e demandas gestados muitas vezes na democracia participativa.

A luta pela igualdade¹⁷⁴ dever ser capaz de reconhecer a diferença e não reivindicar a homogeneidade. Enfim uma luta para que todos tenham condições iguais de afirmar a sua diferença. A luta contra a desigualdade social não é uma luta pela igualdade no sentido de que todos os seres humanos são iguais. Ao contrário: o que os seres humanos têm de igual é a sua diferença (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 144).

Considerando que a democracia assumiu protagonismo nos debates políticos, tanto em ambiente local como global, principalmente no século XX, Sousa Santos e Avritzer (2002), ao analisarem as fragilidades institucionais dos processos de participação da sociedade civil, apontam para um processo em que a democracia participativa e propositiva é mais promissora para se reivindicar a igualdade da cidadania e o reconhecimento das diferenças, ao mesmo tempo que é capaz de construir caminhos alternativos para uma sociedade mais justa:

De maneira muito distinta, essas práticas buscam intensificar e aprofundar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de as tornar mais indutivas, quer ainda, buscando formas de complementaridade mais densas entre a democracia participativa e a democracia representativa (SOUSA SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 73).

Nesse sentido, quando as demandas das comunidades pesqueiras das RESEX estudadas são gestadas nos debates comunitários, lá nos comitês, como verdadeiras organizações de base, eles exercem esse papel de complementaridade referido por Sousa Santos e Avritzer (2002), bem como por Paulo Márcio da Cruz (2010). Assim, quando lançamos luzes sobre os resultados tangíveis e intangíveis desses embates sociais, constatamos que as demandas dos pescadores e pescadoras artesanais, ao aportarem nas instâncias dos conselhos deliberativos, apresentam-se de fato como fruto muitas vezes de longos caminhos percorridos através dos comitês comunitários.

Ao acompanhar e analisar os debates gestacionais de algumas dessas demandas nos comitês comunitários e, posteriormente, ao examinar as atas do CD, essa constatação encontra ressonância no que é postulado por Cruz (2010, p. 213): “As democracias participativas apontam para uma democracia pluralista mais autêntica, que ofereceria aos cidadãos uma concepção atualizada de cidadania”.

De fato, nos complexos processos de participação e representação ocorridos nas duas RESEX, pôde-se observar a heterogeneidade dos integrantes dos conselhos deliberativos, confirmando aquilo que os estudiosos da temática têm verificado: “Esse processo de

¹⁷⁴ A Constituição Cidadã de 1988, em seu capítulo inaugural, versa sobre os direitos e deveres individuais e coletivos dos cidadãos. Nesse sentido, estabelece em seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, reforçado pela Emenda Constitucional nº 45/2004: “I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 2016, p. 13).

construção de novas arenas participativas tem sido, especialmente no Brasil, um processo intenso de aproximação entre atores sociais e estatais” (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 65).

A partir dessa compreensão de aproximação dos diversos agentes sociais das tomadas de decisão do Estado, convém também reafirmar que: “Os conselhos de políticas públicas são colegiados cuja finalidade é promover o diálogo entre sociedade civil e poder público para a formulação, gestão ou controle de políticas públicas” (ALENCAR et al., 2013, p. 113).

Torna-se então cada vez mais oportuno analisar e debater como esses arranjos institucionais são engendrados no âmbito dos conselhos deliberativos das RESEX Marinhas de Tracuateua e Caeté-Taperaçu, bem como lançar luzes sobre seus reflexos diretos na cogestão desses territórios tradicionais de pesca. Por mais que as conquistas de direitos sociais e políticos das populações tradicionais nos últimos anos sejam fatores importantes para avanços emancipatórios, observa-se que, em conjunturas sociopolíticas particulares, como as da Bragantina, em que as correlações de força política são desproporcionais, esses direitos não apontam em sua plenitude para esse caráter libertador politicamente.

Sob tal ótica, cabe também compreender como se dão os diálogos na condução da cogestão desses territórios e como têm sido, por vezes, por causa das suas representações heterogêneas, fonte de conflitos socioambientais expressos nessas arenas públicas oficiais (RIBEIRO, 2012, 2016; SILVA-JUNIOR, 2013; SILVA-JUNIOR et al., 2018).

Nessa linha argumentativa, Célia Regina Jardim Pinto (2004, p. 112) expõe reflexões que nos ajudam a elucidar a questão da representação nesses espaços deliberativos: “Deve-se ter em mente que qualquer processo democrático para ser bem-sucedido necessita ter capacidade de gerir conflitos e, quanto mais houver processos de inclusão das diferenças, mais haverá a possibilidade de desacordo, conflito e discussão”.

A inclusão de agentes sociais heterogêneos em arenas políticas institucionais realmente aproximou o Estado da sociedade civil nos processos de formulação/implementação das políticas, inserindo vozes até então excluídas desses espaços, mas trata-se de algo novo em muitos territórios tradicionais, inclusive na Bragantina, e isso continuará sendo fonte de desacordos, conflitos e discussões. Como bem elucidada Almeida (2019, p. 38), “a estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social”. E os conselhos, de certo modo, “são vistos como agências de arbitragem ou de mediação de conflitos, estes entendidos como resultado dos divergentes interesses entre atores individualizados” (ZHOURI, 2008, p. 99).

Contudo, em muitos casos, como observado entre os representantes de instituições do poder público no Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, parece não prevalecer uma ideia coletiva, um consenso institucional, mas sim a concepção do servidor que está ali representando aquela instituição. Tal constatação foi fruto de minha análise das atas das reuniões de 2011 a 2020 e interpretações de falas de alguns representantes.

Tânia Ribeiro (2016) traz um importante olhar sobre a democracia representativa e ilumina a análise sobre os desafios da participação observada nesses espaços institucionais de decisão na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, ao afirmar que essas instâncias:

Tanto visam à solução dos conflitos sociais pela busca do consenso “forçado”, quanto refletem as lutas e conquistas dos movimentos sociais. E esta contradição se revela de diversas maneiras na conformação desses espaços das UCs, visto que a gestão compartilhada de territórios baseia-se nas diferenças de sentidos presentes nas experiências de cada grupo social. A constituição dos sentidos envolve a complexidade da ligação que cada ator tem com o território. Assim, deve-se considerar que a tensão gerada pelas disputas e, sobretudo, os ganhos objetivados, dependem das relações dentro e fora do local. Portanto, o debate é parte da disputa pela hegemonia na definição dos sentidos e sua tradução nos projetos e ações (RIBEIRO, 2016, p. 262).

Uma vez que a tônica de nossa análise recai sobre a democracia representativa¹⁷⁵, torna-se imprescindível analisar as representações, as falas e posturas ideológicas nessas arenas. Essa dissecção nos ajuda a compreender os conflitos e contradições que se encontram em jogo nos processos de produção/reprodução desses espaços do litoral amazônico.

Bastante elucidativa para tal análise é a estrutura representativa dos conselhos deliberativos das RESEX Marinhas pesquisadas. Na Caeté-Taperaçu, a Portaria nº 17, de 24 de setembro de 2007, que cria o seu Conselho Deliberativo, estabeleceu à época, no seu Art. 2º a seguinte composição:

- I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- II – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR;
- III – Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- IV – Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA;
- V – Igreja Católica/Diocese de Bragança – PA;
- VI – Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Bragança-PA;
- VII – Colônia de Pescadores de Bragança – Z-17;
- VIII – Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança-PA;

¹⁷⁵ A democracia representativa vive imersa em uma crise, tanto de confiança dos cidadãos nas instituições políticas, como na pouca capacidade demonstrada pelas sucessivas gestões públicas em incluírem os diferentes extratos sociais em pé de igualdade de oportunidades, para que assim possam reverberar as necessidades dos cidadãos representados (SOUSA SANTOS; AVRITZER, 2002; PINTO, 2004; MILANI, 2008).

- IX – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu – ASSUREMACATA;
- X – Polo de Tamatateua;
- XI – Polo Centro;
- XII – Polo Caratateua;
- XIII – Polo Acarajó;
- XIV – Polo Treme;
- XV – Polo Bacuriteua;
- XVI – Polo Ajuruteua;
- XVII – Prefeitura Municipal de Bragança-PA;
- XVIII – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER;
- XIX – Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – CPAOR;
- XX – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM;
- XXI – Universidade Federal do Pará – UFPA;
- XXII – Tribunal de Justiça do Estado do Pará/Comarca de Bragança; e
- XXIII – Câmara de Vereadores de Bragança-PA (BRASIL, 2007a, p. 112).

No mesmo ano, o CD da RESEX Marinha de Tracuateua foi criado através da Portaria nº 21, de 20 de novembro de 2007, e tinha em sua composição inaugural a seguinte representatividade:

- I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- II – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR;
- III – Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- IV – Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA;
- V – Igreja Católica;
- VI – Igreja Evangélica;
- VII – Colônia de Pescadores Z-82;
- VIII – Polo Santa Clara;
- IX – Polo Torres;
- X – Polo Quatipuru Mirim;
- XI – Polo Flexeira;
- XII – Polo Cocal;
- XIII – Polo Chapada;
- XIV – Polo Santa Tereza;
- XV – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – AUREMAT;
- XVI – Prefeitura Municipal de Tracuateua;
- XVII – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER;
- XVIII – Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – Marinha do Brasil;
- XIX – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM;

XX – Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA;
XXI – Universidade Federal do Pará – UFPA; e
XXII – Câmara de Vereadores (BRASIL, 2007b, p. 108).

É importante destacar que, nos debates¹⁷⁶ em busca de aprimorar os processos de cogestão em unidades de conservação de uso sustentável, em especial em territórios de Reserva Extrativista (RESEX) e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), emergiram considerações e orientações relevantes com o intuito de contribuir para ordenar os caminhos tanto de formação como de funcionamento dos conselhos deliberativos.

Nessa direção, em consonância com todo o arcabouço legal¹⁷⁷ que versa sobre o assunto, o ICMBio torna público em 18 de setembro de 2007 a Instrução Normativa nº 02, e logo no Art. 2º define esses colegiados como: “O espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais” (BRASIL, 2007c, p. 2).

As questões sociais, econômicas, culturais e ambientais debatidas nesses fóruns devem ter consistência e ressonância sobretudo junto aos seus usuários diretos. Nesse sentido, vêm à tona demandas por uma participação mais ativa dos representantes das populações tradicionais, e a Instrução Normativa nº 02/2007 traz orientações que devem ser observadas na estrutura regimental dos conselhos deliberativos. Nesses colegiados devem estar representados os principais agentes sociais que de algum modo mantenham relações diretas e/ou indiretas com o território da UC, respeitando a proporção de 50% + 1 destes assentos destinados aos representantes das populações tradicionais (usuários e moradores do território e/ou do seu entorno), ficando os 49% restantes dos assentos destinados às demais representações, tanto de entidades (públicas ou privadas) como da sociedade civil.

¹⁷⁶ Ocorridos no I Encontro Nacional de Técnicos e Técnicas do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável – CNPT (13 a 23 de setembro de 2006 em Pirenópolis-GO), bem como no I Encontro Nacional de Lideranças Comunitárias das Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (26 de novembro e 1 de dezembro de 2006 em Brasília-DF).

¹⁷⁷ A Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25/06/2002; a Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22/08/2002; a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que ratifica a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de unidades de conservação; o Decreto nº 5.758, de 13/04/2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; o Decreto nº 6.040, de 07/02/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT; a Lei nº 6.938, de 31/08/1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2007c).

No início de 2019 foi publicada no *Diário Oficial da União* a Portaria nº 2 de 26/12/2018 da Coordenação Regional 4 do ICMBio (CR-4/ICMBio), que tornava pública a nova composição do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, considerando as peculiaridades regionais e os critérios de paridade, conforme seu Art. 1º:

- I – ÓRGÃOS PÚBLICOS: a) Órgão público ambiental federal; e b) Órgãos do Poder Público de áreas afins dos três níveis da Federação
- II – USUÁRIOS/BENEFICIÁRIOS DA UNIDADE E MORADORES DO ENTORNO: a) Setor de Polos comunitários
- III – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E COLEGIADOS: a) Sindicatos e Representantes de classes b) Associações e Cooperativas c) Organizações religiosas
- IV – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: a) Universidades públicas e privadas b) Centros e Institutos de Pesquisa (BRASIL, 2019, p. 32).

Atualmente esse colegiado é composto pelas seguintes representações¹⁷⁸:

- I – Associação dos Criadores e Criadoras de Abelhas do Município de Bragança – AMELIAPIS-PA;
- II – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu – ASSUREMACATA;
- III – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM;
- IV – Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP;
- V – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER;
- VI – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO;
- VII – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA;
- VIII – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR01 – PA
- IX – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- X – Prefeitura Municipal de Bragança;
- XI – Polo de Tamatateua;
- XII – Polo Cidade;
- XIII – Polo Caratateua;
- XIV – Polo Acarajó;
- XV – Polo Treme;
- XVI – Polo Bacuriteua;
- XVII – Polo Ajuruteua;
- XVIII – Polo Campos;
- XIX – Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança – PA

¹⁷⁸ Portaria que renova a Portaria nº 17/2007 e modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu no estado do Pará (BRASIL, 2019).

A alteração na composição do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Tracuateua foi publicada no *Diário Oficial da União* através da Portaria nº 83, de 27 de agosto de 2010. De acordo com seu Art. 2º, o CD passa a ser integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

- I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- II – Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental;
- III – Universidade Federal do Pará – UFPA;
- IV – Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA;
- V – Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará;
- VI – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER – PA;
- VII – Prefeitura de Tracuateua;
- VIII – Câmara de Vereadores de Tracuateua;
- IX – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – AUREMAT;
- X – Colônia de Pescadores Z-82;
- XI – Associação Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA;
- XII – Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- XIII – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tracuateua – STR;
- XIV – Associação dos Criadores Orgânicos de Abelhas de Tracuateua – APITRA;
- XV – Igreja Católica;
- XVI – Igreja Evangélica;
- XVII – Associações Comunitárias da Resex Marinha de Tracuateua:
 - a) Polo Santa Clara;
 - b) Polo Torres;
 - c) Polo Quatipuru Mirim;
 - d) Polo Flexeira;
 - e) Polo Cocal;
 - f) Polo Chapada;
 - g) Polo Santa Teresa (BRASIL, 2010b, p. 71).

A partir da análise das atas de reuniões dos conselhos deliberativo das RESEX em questão, como também de práticas observadas em campo ao longo da pesquisa, foi possível constatar que de fato têm sido empreendidos esforços no intuito de dar voz aos representantes das populações tradicionais dessas UCs em seus colegiados, sobretudo por parte dos técnicos do ICMBio, bem como através de ações motivacionais desenvolvidas por suas principais lideranças.

Contudo, constatou-se também que as posições e proposições dos usuários e moradores dessas UCs e/ou do seu entorno, ou seja, dos pescadores e pescadoras artesanais como representantes dessas populações tradicionais, emanam quase sempre das mesmas

lideranças, aquelas mais articuladas e combativas. Como destacou Silva-Junior (2013, p. 110): “Em que pese a presença às reuniões do CD, observou-se que dos sete Polos, cinco tiveram comparecimento acima de 50%. Porém são poucos os representantes desta categoria que expunham suas ideias no CD. Em geral, as falas ficavam restritas às mesmas pessoas”.

A pesquisa de Costa (2014, p. 190) realizada na RESEX Marinha de Tracuateua constatou, além de uma presença pouco significativa nas reuniões do Conselho Deliberativo, um “fraco nível de participação nos debates” por parte dos pescadores e pescadoras artesanais frente às deliberações ocorridas. A essa postura, na Caeté-Taperaçu, Silva-Junior (2013, p. 113) chamou de “participar sem participar”.

Contudo, mesmo com as rachaduras evidentes na estrutura de participação nos conselhos deliberativos, é preciso analisar os resultados em profundidade. Pode-se afirmar que certos métodos considerados participativos, aplicados em situações coletivas como reuniões com representantes diversos, “têm o potencial de reforçar e reproduzir as estruturas sociopolíticas existentes, se promoverem apenas as vozes e os valores daqueles que são mais articulados e facilmente acessíveis em uma comunidade” (HAYWARD; SIMPSON; WOOD, 2004, p. 104).

Em contextos semelhantes aos da Bragantina, marcados por sérias desigualdades políticas e sociais, corrobora-se a argumentação de alguns autores: arenas políticas onde a participação é muito heterogênea tendem a prejudicar a capacidade dos participantes de se envolverem com afinco nas deliberações engendradas (ALENCAR et al., 2013).

Essa observação vem ao encontro de uma situação concreta vivenciada por mim em campo, e que ocorre de maneira generalizada em vista das necessidades que os representantes colocam como prioritárias. Em 2018, durante uma oficina de fortalecimento dos comitês comunitários realizada em uma comunidade pesqueira da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, um dos representantes daquele polo no CD foi veementemente criticado por seus pares por ter faltado a uma série de reuniões importantes do conselho sem justificativa. E suas alegações diante dos demais naquele debate pareciam não possuir alicerce.

Contudo, na primeira oportunidade, em separado do grupo, o representante me confidenciou: “Estas reuniões todas aí caíram justamente no dia que eu tava na maré. Eu preciso colocar comida em casa, não é por escolha. O povo tem que ver isso”¹⁷⁹.

A despeito das tensões e das complexas relações de força política internas e externas à comunidade, registradas por Silva (2013; 2016) e Kasantoski (2016), é preciso considerar que

¹⁷⁹ Liderança 19. Em conversa informal durante oficina de fortalecimento dos comitês comunitários em 11/09/2018, Bragança-PA.

as restrições econômicas e/ou sociais muitas vezes acabam por impedir que determinados representantes se façam presentes nesses fóruns e exponham suas opiniões e anseios – abrindo mão, portanto, de usufruir em sua plenitude do potencial emancipatório desses processos democráticos.

De fato, conforme o que fica registrado nas atas dos conselhos, o comparecimento assíduo e o envolvimento dos comunitários, por meio de suas falas, parecem constituir uma espécie de privilégio daqueles que não sofrem tais restrições e podem abster-se de horas ou mesmo do dia de trabalho para ter, de fato, voz ativa nessas arenas políticas. Como bem destacaram Sousa Santos e Avritzer (2002, p. 54): “Os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos”.

Nessa mesma linha de reflexões, Silva-Junior (2013, p. 115-116) reforça essa afirmação acerca das ambiguidades e dificuldades da representação nos conselhos, que:

Reproduz desigualdades, impõe práticas e estilos de deliberação e de discurso relativamente estranhas ao universo das localidades rurais. Pretende exercitar a manifestação, o debate, a explicitação e a resolução consensual de conflitos. Mas, diante das disparidades entre a instituição e seu contexto, que se traduz nas limitações à expressão dos conselheiros representantes das populações tradicionais, é necessário que sua implementação se faça acompanhar necessariamente de políticas que, em níveis mais abrangentes, contribuam para reduzir as desigualdades na participação.

Confirmando dessa forma o potencial que as desigualdades sociais têm de gerar discrepâncias políticas, evidenciadas aqui nos fracos níveis de participação em muitos debates e no afastamento da comunidade, vemos uma descontinuidade na participação por parte dos pescadores e pescadoras artesanais nos fóruns coletivos. Por esses motivos os esforços por parte dos técnicos do ICMBio em criar ambientes descontraídos e acessíveis têm se tornando importantes estratégias para a participação ativa dessas populações tradicionais nos processos de cogestão das UCs.

Para que tal potencial emancipatório possa de fato se concretizar nesses colegiados, é preciso que haja uma intensificação dos processos de R-Existência e, assim, se estabeleçam correlações de força sociopolítica mais favoráveis aos pescadores e pescadoras artesanais. Somente com representantes efetivamente empenhados no uso sensato e duradouro dos recursos ambientais de seu territórios é que suas vozes poderão ecoar com maior intensidade nesses espaços heterogêneos.

O que nos leva a refletir acerca da efetividade da institucionalização desses debates nos conselhos deliberativos. Até que ponto esses fóruns ajudam?

A(s) resposta(s) para essa complexa indagação talvez passe(m) pela ampliação de “novas” concepções de embate político, tanto interno quanto externo às comunidades pesqueiras, e pela incorporação de “novas” práticas de cidadania. Esses novos processos de governança, acompanhados de perto pelo Estado, interpela um conjunto de ações que intensificam as necessidades de ampliação de práticas e estratégias políticas por parte das populações tradicionais nos processos de produção/reprodução dos seus modos de vida eminentemente ligados ao território, institucionalmente cogido por elas.

Podemos ainda inferir que os desafios sociopolíticos da cogestão precisam ser superados, sob pena de o modelo incorrer em fracasso. Resta-nos a esperança de atuações mais incisivas de representantes e representados, sobretudo dos pescadores e pescadoras artesanais nesse modelo de governança, considerando que as diferenças socioculturais não podem ser anuladas, mas as sociopolíticas podem, sim, ser fortemente atenuadas.

3 NA FLUIDEZ DOS MARETÓRIOS: A MARITIMIDADE PESQUEIRA DO LITORAL AMAZÔNICO

Depois da formação aqui, depois da conversa que a gente vem tendo sobre as RESEX; a pesca, o mangal, a gente olha de outro jeito. Falaram tanto de território que eu cheguei na comunidade e fiquei lendo os papel da pasta e assuntando os dizeres da Célia sobre os maretórios, vixi... desde das margaridas¹⁸⁰. Isso ficou martelando aqui dentro [gestos frenéticos com os braços e apontando com o indicador para a cabeça]... Eles não falam de nós, das mulheres das águas, das marisqueiras, da gente da maré, né! Por quê? Por que eles só falam em território, se a nossa reserva é mais mangal e a pancada aí pra fora? A nossa terra mesmo é pouca, o quintal, uma planta, um cipó, umas varas pro curral, palha pro rancho. Tem gente aí que até tem uma rocinha de mandioca, mas é pouca. A gente vive mais na água, briga pela água, pelo caranguejeiro, pra não apoitarem rede aí. Acredito que isso é maretório e não território. A gente precisa vê isso, não só as mulheres, mas o pescador, todo mundo! A colônia nem liga, mas nós da associação ligamos. Meu entendimento de maretório é isso...; é as nossas coisas.¹⁸¹

Neste capítulo, que por ora encerra os debates socioespaciais, ao menos nesta etapa da atual investigação científica, são discutidas as concepções e propostas emergentes gestadas no seio dos movimentos sociais ligados aos extrativistas costeiros/estuarinos contemporâneos, sobretudo na CONFREM e nas ASSUREMAS, para a construção do maretório como um conceito científico endógeno capaz de articular as questões sociais, culturais, políticas e econômicas dos pescadores e pescadoras artesanais frente às pautas emergentes em meados da primeira década do século XXI, as quais incluem a conservação e as regulamentações ambientais, que em outros tempos lhes eram impostas pelos tomadores de decisão.

Mais concretamente, almejo sistematizar a concepção científica do conceito de maretório articulando os processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos,

¹⁸⁰ Fazendo referência à 5ª Marcha das Margaridas, realizada em 2015, onde na lista de reivindicações para o governo federal consta: “Somos Mulheres Extrativistas Costeiras Marinhas, Marisqueiras, Caranguejeiras, Camaroeiras, Pescadoras Artesanais, Caiçaras, Pantaneiras, Retireiras/Parteiras, Benzedeiras, Ribeirinhas e Agricultoras Familiares, muitas, sem terra e migrantes para estes ambientes úmidos. Nós estamos nas áreas de entre marés, insulares, várzeas, pântanos, alagados, margens de rios, lagos e igarapés e conservamos nestes locais um jeito próprio de viver e manter nossos princípios ancestrais, criando, recriando e repassando de geração a geração nossa cultura material e imaterial de identidade pessoal, de gênero, raça e profissão. Estamos nesta luta, pela necessidade de dar visibilidades às nossas demandas, especialmente pelo avanço de nosso reconhecimento e para garantir a sustentabilidade permanentemente do desenvolvimento psicossocial em nossos Maretórios e Territórios” (CONTAG, 2015, p. 24).

¹⁸¹ Liderança 20. Em conversa informal e debates durante a 2ª Baixada dos Extrativistas Costeiros e Marinhos do Litoral Paraense. Evento realizado em 30/09 e 01/10/2017 no município de São João de Pirabas, litoral nordeste do estado do Pará. Debates organizados pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM-BRASIL).

considerando as compreensões desses extrativistas acerca do conceito de território e suas aplicações práticas, observando suas várias temporalidades e maritimidades.

Muitos autores, a exemplo do professor Marcelo Lopes de Souza (2009), afirmam que as divergências e confusões têm marcado os debates em torno do conceito de território. Robert David Sack (1986), em sua clássica obra *Human territoriality: its theory and history*, expõe o território a partir de uma perspectiva de implementação de técnicas capazes de influenciar e controlar um conjunto de pessoas e, conseqüentemente, suas relações sociais em uma área geograficamente definida. E apesar de todas as nuances, compreendemos que “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem concomitantemente sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, a natureza)” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42).

Ou, ainda:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Em termos temporais, convém observar que a etimologia da palavra território¹⁸² (*territorium*, *ii* “área delimitada, terra sob jurisdição”), ao que parece, é própria do tempo em que o mar não tinha muita relevância, até porque, como nos mostra a história, faltavam conhecimentos suficientes para debatê-lo (CORBIN, 1989).

Nesse sentido, para que possamos compreender o “entendimento de maretório¹⁸³” expresso pelos pescadores e pescadoras artesanais do litoral brasileiro, sobretudo os do litoral amazônico que tiveram seus depoimentos colhidos e acolhidos neste estudo, é necessário interpretar os significados tangíveis e intangíveis que o lugar e suas múltiplas dimensões representam enquanto elementos formadores do imaginário de apropriação do mar e dos espaços costeiros/estuarinos. Para isso, a partir dessas interpretações, aliadas a leituras sobre a temática às que tive acesso, lanço luzes sobre os modos de vida e os contratos societários

¹⁸² *Dicionário Online* de português. Disponível em: www.dicio.com.br/territorio. Acesso em: 5 dez. 2020.

¹⁸³ Liderança 20. Em conversa informal e debates durante a 2ª Baixada dos Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Paraense. Evento realizado nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2017 no município de São João de Pirabas, litoral nordeste do estado do Pará. Debates organizados pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM-BRASIL).

estabelecidos ao longo de sucessivas gerações de pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico, que se mostraram indissociáveis da tridimensionalidade tempo-espaço-natureza.

Em vista disso, propomos falar de maretório. Assim mesmo, “propomos”, grafado na primeira pessoa do plural, justamente para marcar a centralidade conferida ao protagonismo dos pescadores e pescadoras artesanais que me muniram de informações, motivações e autoridade para por eles falar de maretório. Falar academicamente, no sentido da escrita de suas formas empíricas de interpretação da realidade que os cerca, e reforçar a indissociabilidade (entre ciência e política) que se encontra nítida nas entrelinhas do conceito de maretório que ora é posto no debate acadêmico, e por que não?, político.

Nessa direção, compreendemos a construção acadêmica do maretório como uma ferramenta efetiva de afirmação/reafirmção identitária decorrente de processos coletivos de apropriação dos espaços costeiros/estuarinos por essas populações tradicionais. Desse modo, trazendo para o centro dos debates novas possibilidades de interpretação dessas dinâmicas, evidenciando a necessidade e a importância da consolidação do maretório como conceito e de suas maritimidades como categorias analíticas da geografia humana.

Consciente de que teorizar e propor conceitos e métodos científicos a partir de perspectivas endógenas, do interior da Amazônia brasileira, é uma tarefa desafiadora, além de contraparádigmática, porém ciente de que estamos apenas ampliando um debate franco e endógeno que almeja aguçar mais discussões em torno dessa temática, que nem de longe encontra-se exaurida.

Por isso, tive de lançar mão do máximo possível de elementos teóricos existentes que pudessem, ao meu ver, dialogar com os conhecimentos e informações fornecidos pelos pescadores e pescadoras artesanais que contribuíram com este trabalho. Tais elementos teóricos foram encontrados em campos da ciência como a socioantropologia marítima, a filosofia, a etnobiologia, a oceanografia e, sobretudo, a geografia e a ecologia política.

Alicecei-me então em vastos e sólidos conhecimentos científicos produzidos e coproduzidos ao longo de décadas por pesquisadoras como Lourdes Gonçalves Furtado; Maria Cristina Maneschy; Lucia Helena Cunha; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Marcia Pimentel; Vitoria Isaac-Nahum e Simone Maldonado. Bem como pelos pesquisadores Cristiano Wellington Noberto Ramalho; Antonio Carlos Sant’Ana Diegues; Jonh Cordell; Gilles Deleuze; Félix Guattari; Carlos Walter Porto-Gonçalves; Adrian Ribaric; Rogério Haesbaert; Marcelo Lopes de Souza; Alfredo Wagner Berno de Almeida; José de Souza Martins e Marcos Aurélio Saquet.

Também necessitei aprender com jovens e emergentes pesquisadores e pesquisadoras que recentemente têm inserido o maretório nos debates acadêmicos como mais uma possibilidade de interpretação dos modos de vida dessas populações tradicionais costeiras/estuarinas. Entre esses merecem destaque Luana Lopes de Lucca; Rosa Ibiapina Santos; Alessandro Silva Marçal; Pedro Henrique Dias Marques e Paulo Victor Lima.

Assim, este trabalho e as discussões nele contidas certamente contribuirão para preencher importantes lacunas na compreensão dos processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos no Brasil, que, de algum modo, têm mobilizado instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, agências governamentais e movimentos sociais ligados ao setor pesqueiro nesse processo de construção teórica. Espero gerar mais reflexões e proposições que forneçam, cada vez mais, subsídios teórico-metodológicos para estudos geográficos acerca dos maretórios, ampliando assim as abordagens, as peculiaridades e as formas de compreensão e interpretação de suas maritimidades.

3.1 Os maretórios do litoral amazônico: as múltiplas relações construtoras do universo pesqueiro artesanal

O velho ergueu o olhar, e viu que o pássaro continuava a adejar.

Deu com peixe! disse em voz alta. Nenhum peixe-voador rasgava a superfície, e não havia redemoinhos de peixe miúdo. Mas, enquanto observava, um atum saltou no ar, volteou e caiu de cabeça na água. Brilhou como prata ao sol, e logo após ter voltado às águas, outro e outro saltaram, e por todos os lados pulavam, fazendo ferver a água e espinoteando em longos saltos atrás do peixe de isca. Cercavam-no e levavam-no.

“Se não vão muito depressa, apanho-me no meio deles”, pensou o velho, e observava o cardume branqueando de espuma as águas e o pássaro já mergulhando em pleno peixe miúdo que o pânico forçava a vir à superfície.

ERNEST HEMINGWAY¹⁸⁴

A vida das populações tradicionais que habitam as zonas costeiras/estuarinas ao redor do mundo não é nenhum pouco monótona, muito menos homogênea, mas extremamente dinâmica e com fortíssimas relações imbricadas nos espaços marítimos. Como nos mostra a saga comovente e poética que ultrapassa gerações e fronteiras, narrada por Ernest Hemingway, do velho pescador Santiago e sua prodigiosa vivência no ambiente marítimo,

¹⁸⁴ Em *O velho e o mar* (HEMINGWAY, 1998, p. 26).

com sua comunidade, suas crenças, sonhos e valores, que ilustram muito bem as dinâmicas sociais e ambientais nas quais estão imersas as comunidades pesqueiras litorâneas.

São essas dinâmicas sociais e ambientais que regem os processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos. Como nos ensina a professora Lucia Helena Cunha (2007, p. 79-80) ao nos mostrar quão ágeis são esses processos, “regulares e irregulares”, que conduzem esses dinamismos. Orquestrados por fenômenos naturais como os ciclos lunares, as forças e amplitudes das marés, as direções e intensidades dos ventos e os tipos de onda que quebram na “*beirada*”¹⁸⁵, com consequências diretas nas atividades laborais dos pescadores, nos horários cotidianos das famílias, no desenrolar das relações sociais intercomunitárias, nos tipos de petrechos usados. Os saberes e fazeres ancestrais são evidenciados também nos pequenos detalhes da saga do velho pescador Santiago ao observar “o cardume branqueando de espuma as águas e o pássaro já mergulhando em pleno peixe miúdo que o pânico forçava a vir à superfície” (HEMINGWAY, 1998, p. 26), nas espécies-alvo, nos desejos, nos medos e em seus mitos, sobretudo no litoral amazônico, onde as macromarés semidiurnas e as dinâmicas costeiras definem o espaço no tempo, definem até o período de existência das comunidades pesqueiras no espaço (MANESCHY, 1995¹⁸⁶; PEREIRA et al., 2020). Conforme o relato de um pescador:

A maré manda na gente; si a hora dela for 3 da manhã, é essa hora que temos de despescar o curral, não dá pra esperar amanhecer pra gente ir lá. Tem que sair antes, se não peixe fica fraco, o baiacu come... A maré mesmo vem mudando as nossas casas de lugar desde quando eu me entendo por gente aqui na Vila. Estas casas aqui; era pra lá daquela croa [*apontando com um dos braços para indicar a distância*]. Logo ali era um campo de bola, foi tudo coberto pela maré. Pronto! Este povo mais velho do Bonifácio¹⁸⁷ pode contar melhor esta estória, eles cansaram de ficar mudando suas casas e

¹⁸⁵ Termo popular frequentemente usado entre os pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico para designar a praia, e por vezes os portos, de suas comunidades.

¹⁸⁶ Na obra *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*, a professora Cristina Maneschy (1995) expõe com sutileza e dialeticidade as múltiplas relações dessa comunidade a partir de um olhar sociológico acerca das dinâmicas do mar, dos espaços produtivos, seus segredos, formas de relações sociais e as adaptações cruciais à sua reprodução social e material.

¹⁸⁷ Ajuruteua é a comunidade pesqueira mais distante da sede do município de Bragança, localizada na foz do rio Caeté, já de frente para o Atlântico. Atualmente encontra-se dividida em três comunidades: Ajuruteua praia ou Campo do Meio; a Vila dos Pescadores, também conhecida como Vila de Ajuruteua; e a Vila do Bonifácio – as duas últimas encontram-se dentro dos limites da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. A Vila do Bonifácio foi constituída inicialmente a partir da migração de famílias inteiras de pescadores oriundas da Vila dos Pescadores, que em busca de locais mais estáveis, fixaram por lá suas moradias, já que a dinâmica costeira mostra-se muito intensa nessa faixa litorânea, mudando a configuração espacial das comunidades pesqueiras do litoral amazônico. A comunidade de Ajuruteua é apenas mais uma entre tantas que mudam em função desses processos naturais em um litoral imenso e dinâmico, regido pelos regimes de macromarés semidiurnas (MANESCHY, 1995; BARBOZA, 2006; PEREIRA et al., 2020).

foram embora pra lá. Meu pai não foi porque ele queria ficar olhando pro curral dele, aí ficamos aqui mesmo.¹⁸⁸

Aquelas delimitações claras entre os dias e as noites dos trabalhadores e trabalhadoras e suas metades cotidianas – a diurna e a noturna –, de que fala José de Souza Martins (2020), ao discorrer sobre o cotidiano do homem simples. Aqui, nesses espaços costeiros/estuarinos, não há apenas as delimitações dessas temporalidades, pelas horas do tempo moderno, mas também pelos ciclos das marés, que ora enchem, ora vazam, fazendo com que suas metades sejam essas transitoriedades de cheio e vazio, independentemente se há luz do sol ou da lua, ou mesmo nenhuma das duas sobre suas cabeças. Nesses intervalos há sonhos e pesadelos, medos e esperanças, que lentamente vão moldando os modos de vida dessas populações ao longo do litoral. O que há aqui são modos de vida específicos, construídos e reconstruídos lentamente, no mesmo ritmo dos homens lentos (SANTOS, 2006), que adaptam as coisas modernas a suas tradições (MARTINS, 2020).

Sobre tais relações e adaptações indissociáveis, tempo-espaço-natureza, carregadas de concretude e significações simbólicas, Toni Soares¹⁸⁹ (2003), em suas pesquisas e produções, conta em verso e prosa um pouco das tramas que envolvem esse universo costeiro/estuarino amazônico, cheio de marés encantadas, de causos, lamentos trágicos e amores:

*[...] Eu vi Manoel vi,
eu vi ronco no mar
Suspende a tua bandeira Nané
bandeira da preamar [...]*

*[...] Este ano eu vou brincar boi,
lá fora com a sereia do mar
Eu vou embora lá por meio do oceano
Eu vou ficar no maior rolo do Mar*

*O navio que si quebrou,
O navio que si quebrou,
O retrato dele tá no jornal [...].*

A conjunção desses fatores parece moldar o saber fazer de ciclos transgeracionais de pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico, que por vezes só se dão conta desse

¹⁸⁸ Pescador 01. Entrevista concedida ao autor em 12/09/2017, Vila dos Pescadores, Bragança-PA.

¹⁸⁹ Educador, produtor cultural, cantor e compositor paraense, nascido no município de Bragança, tem inspiração nas folias, ladainhas, batuques de boi-bumbá e cordões de pássaros – tudo isso somado ao retumbão da Marujada de São Benedito, festividade mais tradicional da cidade e que é a maior fonte de sua sonoridade. Toni é um incansável pesquisador de timbres e nessa busca acabou criando seu próprio instrumento, a banjola, uma espécie de banjo com braço de violão de 12 cordas tocado com arco de rabeça. Tudo isso mostra o grande músico que é, e a forte relação com os simbolismos dessa zona costeira. (Fonte: Toni Soares em conversa com o autor sobre suas fontes de inspiração em 08/01/2021 e www.namusic.com.br/).

processo constante de aprendizado quando o descuido lhes prega peças, sobretudo nos mais jovens, e são divertidamente advertidos pelos mais velhos, mais experientes, que entre gostosas gargalhadas sentenciam que também foram vítimas de tais situações em algum momento de suas vidas: “Onde já se viu peixe entrar em maré morta?! Ainda vai pescar de linha”¹⁹⁰. Como nos elucida em seus escritos o professor Antonio Carlos Diegues (2003, p. 12): “O conhecimento tradicional na pesca é cumulativo, produzido por gerações sucessivas; é empírico, pois deve se confrontar com o teste da experiência diária; é dinâmico no sentido que ele se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas”.

Constatações reafirmadas pelo professor Cristiano Ramalho (2006; 2012) ao longo de sucessivas pesquisas realizadas entre pescadores artesanais no Nordeste brasileiro:

O conhecimento pesqueiro é patrimonial, ancestral, e se transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade como no ato de ver alguém mais velho pescando. É a partir daí que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear, ordenar e gerenciar o território mar-de-dentro e mar-de-fora (RAMALHO, 2006, p. 158).

O pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejo das águas, das armadilhas e do barco e formas de sociabilidades) repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas nos campos material e simbólico, que são também patrimoniais (RAMALHO, 2012, p. 19).

Nesse sentido, considerando a historicidade da relação aprendizado-cultura-natureza, é importante reconhecer que esses saberes e fazeres são produzidos, reproduzidos e apropriados em consonância com o espaço-tempo e suas particularidades, como nos mostra o antropólogo Adrian Ribaric (2020, p. 46) ao versar sobre a maritimidade¹⁹¹ e as formas tradicionais de apropriação social:

Não podemos esquecer, por outro lado, que aquilo que chamamos de saber local ou conhecimento tradicional não é uma coisa em si, desvinculada dos processos sócio-históricos mais amplos que marcam a sociedade contemporânea. A sabedoria ecossistêmica que se reconhece como uma das principais características do conhecimento tradicional é resultante de um conjunto de mecanismos simbólicos de controle social regidos pelo caráter não mercantil de seu modo de vida, e não de uma natureza intrinsecamente boa e ecologicamente correta destas sociedades (e, portanto, do conhecimento por elas produzido) (RIBARIC, 2020, p. 46).

¹⁹⁰ Pescador 02. Em conversa informal após entrevista concedida ao autor em 12/09/2017, Vila dos Pescadores, Bragança-PA.

¹⁹¹ Maritimidade é compreendida aqui também como resultado de práticas sociais e simbólicas decorrentes da presença impositiva do oceano, sobretudo nas noções de tempo, espaço e território (DIEGUES, 1999b).

No contexto de rápidas transformações tecnológicas, mostradas por Ribaric (2020), sobretudo a partir da década de 1960, como já abordado nos capítulos anteriores, é importante considerar os elementos adaptativos que os pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico têm tecido ao longo dos últimos decênios para assegurar a reprodução dos seus modos de vida. Em que pesem as mudanças ocorridas após a institucionalização dos territórios tradicionais de pesca do litoral amazônico em Reservas Extrativistas Marinhas, a capacidade de continuarem articulando conceitos, imagens e percepções com o ato de pescar, de constantes experimentos do vivido e do percebido, foram/são reforçados, bem como atualizados, os desejos e as necessidades de aprender novos conhecimentos que são inerentes a suas vivências geracionais. Nesse sentido, os conhecimentos tradicionais, de fato, vão articulando saberes e práticas que asseguram “a reprodução de seu modo de vida” (DIEGUES, 2001, p. 1).

Neste aspecto, nos debates acerca do *modus vivendi* dessas populações tradicionais devem ser incorporadas diversas relações – sociais, culturais e econômicas – para sua melhor compreensão. Por isso, me filio aos autores que advogam que os saberes e fazeres dos pescadores e pescadoras artesanais passam pelas relações familiares, de parentesco, e pelas de compadrio, estabelecidas no âmbito dos contratos sociais¹⁹². Tais relações influenciam tanto no imaginário, na cultura, nas atividades produtivas, como na construção identitária desses pescadores e pescadoras artesanais, diferenciando-os das demais populações tradicionais que têm na terra, nas atividades essencialmente agrícolas, as formas predominantes de reprodução dos seus modos de vida (FURTADO, 1993; MALDONADO, 1994; CORDELL, 1989; 2001; 2007; CUNHA, 2000; 2003; 2007; 2009; DIEGUES, 2001; 2003; SILVA, 2014; RAMALHO, 2006; 2012; RIBARIC, 2020).

As mudanças sociais que vêm se processando nas últimas décadas no interior das comunidades de pescadores artesanais decorrem, sobretudo, da expansão urbana, das novas e novíssimas tecnologias de informação, assim como do avanço do turismo e da especulação imobiliária registrados há décadas. Em pesquisa de Olga Tulik (1990) sobre as repercussões diretas da atividade turística em duas comunidades caiçaras no litoral paulista, constatou-se:

A pesca artesanal, que tão bem marcou estes núcleos, teve duas fases, cada qual com suas peculiaridades. Na primeira, predominava a pesca em grupo que, embora coexistindo com o sistema individual, anulava-o tão logo surgissem os cardumes que motivavam e ocupavam todos os moradores sem distinção de sexo ou idade. A segunda fase foi assinalada pelo predomínio

¹⁹² As relações de compadrio, de ajuda mútua, de respeito aos mestres e às tradições comunitárias passadas através da oralidade.

do sistema individual sobre o coletivo. Nessa fase, acentuaram-se as transnomações destes núcleos, uma vez que muitos dos pescadores saíram, enquanto outros passaram a desempenhar atividades estranhas à pesca.

O sistema coletivo foi praticado intensamente nos núcleos até o fim da década de 40, no Góis, e início dos anos 70, na Prainha Branca. Na Praia do Góis, em 1948, alguns pescadores, abandonando a pesca, retiraram-se e algumas das casas foram compradas por paulistanos que, por sua vez, tornaram-se assíduos frequentadores do local, nos fins de semana. O mesmo fato se repetiu entre 1961 e 1963. Os pescadores que restaram passaram a praticar unicamente o sistema individual ou, então, adaptaram-se ao serviço de transporte em catraias, ao comércio de bebidas e petiscos no próprio local e à prestação de serviços na área urbana santista. Na Prainha Branca, já no início da década de 50, as dificuldades enfrentadas para armazenar o pescado e transportá-lo até Santos, assim como a inconstância de sua venda nas cercanias, acabaram por desestimular muitos pescadores que, então, trocaram a pesca por empregos à base de salário mensal na Baixada Santista, principalmente na Bertioga. Assim mesmo, a pesca, ainda que praticada em menor escala do que no período que antecede 1940, marcou a vida do núcleo até 1974, última vez que fizeram o cerco da tainha (TULIK, 1990, p. 71).

As pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital sobre os territórios tradicionais de pesca vêm provocando fissuras imensas, capazes de mudar rapidamente os modos de agir e pensar desses trabalhadores, sobretudo os mais jovens, que assimilam poucas relações com o passado, com os conhecimentos e práticas tradicionais que perpassam as atividades produtivas da pesca artesanal. Essas pressões desencadeiam ainda um processo de desterritorialização dessas populações em várias partes do litoral brasileiro:

Desterritorializadas pela especulação fundiária, constrangidas pela diminuição dos cardumes, desafiadas pela expansão da sociabilidade mercantil, as comunidades costeiras e ribeirinhas encontram cada vez menos espaço para sua reprodução social. O ambiente aquático é deste modo despovoado dos lugares antropológicos que o constroem como território tradicional, instituindo sua objetivação enquanto espaço de negócio e exploração (RIBARIC, 2020, p. 49).

A partir de uma análise mais holística do conceito de território (debatido nos capítulos anteriores), “a desterritorialização é vista, então, como uma espécie de desmaterialização das relações sociais” (HAESBAERT (2003, p. 16), vista aqui como a perda de referenciais concretos de ancestralidades, de técnicas tradicionais de pesca, provocando um enfraquecimento das identidades coletivas de comunidades inteiras de pescadores e pescadoras artesanais. Enfim, provocando “um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2011, p. 68).

Contudo, a despeito das pressões do capital, há elementos simbólicos que permeiam os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais que permanecem inabaláveis no tempo

e no espaço, fazendo com que a pesca artesanal resista e continue existindo em alguns espaços como uma atividade produtora de solidariedade e laços societários particulares:

É esse *conhecimento patrimonial pesqueiro* que teve a capacidade de resistir, em várias localidades [infelizmente em outras sucumbiu], às completas e autoritárias injunções do capital (poluição industrial, controle do mercado de pescados por grandes empresas, explosão urbana desordenada, investimentos públicos em grandes projetos – hidrelétricas, portos, fazendas de camarão, *resorts*) e, assim, conseguir preservar a biodiversidade socioecológica em muitos municípios. Ao realizar isto, criou, simultaneamente, rico sistema de códigos e linguagens para lidar com os ecossistemas costeiros, no sentido de elaborar técnicas e tecnologias de pesca, de agir sobre territórios de pesca dentro de um sistema ancestral de saber fazer e de posse capaz de permitir a permanência sociocultural dos pescadores, ao longo dos anos, oriundo de uma sociedade do trabalho que insiste em existir (RAMALHO, 2012, p. 22).

Dentre esses conhecimentos patrimoniais, destaco as intrínsecas relações com as fases da lua e as marés, por exemplo, que se configuram como fundamentais nas tomadas de decisão cotidianas de inúmeras comunidades de pescadores e pescadoras artesanais ao longo do litoral brasileiro, bem como seus arranjos societários peculiares, seus contratos sociais, materializados sobretudo nas relações de compadrio, nos sistemas de marcação, que se constituem como processos sociais mantenedores de suas identidades. Enfim, como nos escreve Cordell (2000, p. 7) ao versar sobre os sistemas de apropriação social na pesca artesanal: “As comunidades de pescadores marcam as paisagens marinhas com sua história, mitos e lendas e dividem e atribuem direitos nas águas costeiras, da mesma maneira que florestas e propriedades de uso comum são possuídas coletivamente em terra”.

Ao que parece, há uma espécie de corolário socioantropológico imbricado nessa linha de raciocínio que, ao meu entender, se tomarmos como exemplo a tradição mais que centenária da pesca de curral ao longo do litoral paraense, nos mostra claramente como esses espaços costeiros/estuarinos foram/são socialmente construídos e transformados em “propriedade” legalmente reconhecida em suas comunidades através de contratos sociais transgeracionais.

É muito comum na Vila dos Pescadores, comunidade da RESEX Caeté-Taperaçu, a tradição familiar de manter os currais das famílias nos “mesmos locais” – a essa tradição eles chamam de “manter a linhagem”. Os locais de construção de uma armadilha fixa, como são os currais de pesca, em muitos casos são herdados de gerações passadas e, mesmo com toda a dinâmica costeira, que muda a configuração espacial dos bancos de areia e locais com forte influências das marés, as linhagens dos currais vão sendo respeitadas e mantidas.

Nesse sentido, o reconhecimento desses espaços – percebidos, vividos e concebidos – é extremamente importante, não só do ponto de vista político como também identitário, de afirmação de uma territorialidade específica, aqui compreendida como maritimidade, esta construída socialmente e que lhes garante segurança em atividades tangíveis: uma navegação segura pelos furos e igarapés estuarinos, técnicas de manejo mais adequadas, seleção dos tipos de petrechos para cada ocasião e espaço.

Podemos definir, grosso e óbvio modo, maritimidade como a multiplicidade de formas de apropriação social – econômica, institucional e simbólica – do mar e do ambiente aquático [...]. Atributo dos diferentes grupos e coletivos que vivenciam o ambiente aquático (pescadores, tripulações de navios e plataformas marinhas, mergulhadores, surfistas, veranistas etc.), a maritimidade é sempre plural, identitária e referencial por definição, mas que encontra universalidade exatamente na relação que todos desenvolvem com este espaço/ambiente singular (RIBARIC, 2020, p. 44-45).

Contudo, devemos atentar para esse caráter de multiplicidade da maritimidade, que é geradora de conflitos socioambientais em função dos distintos interesses dos múltiplos grupos sociais que vivenciam e se apropriam desses espaços. Nesse sentido, convém observar que a maritimidade, o *leitmotiv* aqui, é a expressa pelos pescadores e pescadoras artesanais, mesmo compreendendo que: “Em algumas comunidades de pescadores o meio marinho não é uniforme, mas se apresenta formado de inúmeros micro-habitats que incluem o mangue, as lagunas, os pesqueiros em lajes submersas, as barras de rios, etc.” (DIEGUES, 2001, p. 6).

Como nos mostra o capítulo inaugurador desta tese, a institucionalização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas tem contribuído de maneira inegável para a consolidação e/ou reafirmação de seus territórios e suas maritimidades. Nesse ensejo, os pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico, em suas organizações sociais, anseiam, de certo modo, reescrever sua história, de forma que eles sejam os protagonistas, os narradores em primeira pessoa. Ao fazerem essa reivindicação conceitual de suas relações políticas e de poder pelo espaço de produção/reprodução dos seus modos de vida, foi que o termo *maretório* surgiu, configurando os debates públicos ao longo das últimas décadas. Debates que muitas vezes nem foram protagonizados por eles, mas onde puderam expor suas demandas, e isso acabou se consolidando como uma forma de construir alternativas contra-hegemônicas às narrativas de superioridade das populações ditas modernas, alicerçadas na lógica de reprodução hegemônica do capital.

Como já pormenorizado nesta tese, as estruturas representativas oficiais da categoria (colônias de pescadores e federações), por sua própria constituição histórica tutelada pelo Estado na década de 1920, seu controle e legitimidade no litoral amazônico, como também

em outras partes do Brasil, foram marcados por embates políticos, por vezes desiguais, tanto entre sujeitos externos à pesca e suas comunidades, como internamente a elas (MORAES, 2001; RAINHA et al., 2014).

Porém, após a Constituição Federal de 1988, com a equiparação das colônias aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, as disputas políticas por seu controle e autonomia organizacional passaram a se dar internamente entre os pescadores artesanais. Tais embates, de alguma forma, acentuaram a fragilidade da organização da categoria, que, fragmentada, acabou perdendo sucessivas disputas pelo controle de seus territórios. Por outro lado, as formas hegemônicas de reprodução do capital, mostradas também por Tulik (1990), otimizaram seus métodos e ganharam cada vez mais espaço no campo político institucional, ditando por vezes as regras, com seus representantes cristalizados no legislativo e no executivo, dessa maneira lançando mão de mecanismos oficiais que enfraqueceram ainda mais a capacidade de resistência desses extrativistas. Com a institucionalização de seus territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas, o quadro mudou e o foco das lutas se ampliou, tomando novas dimensões:

As Reservas Extrativistas Marinhas são novos territórios e envolvem as multiterritorialidades dos povos da zona costeira. Para os extrativistas do mar e dos estuários, a singular relação com a dinâmica da maré, considerada o marcador temporal de todas as atividades da vida, constrói um novo termo, o maretório (PIMENTEL, 2019, p. 202).

Argumentações nesse sentido vêm sendo postas também em outros países da América Latina, como o Chile. O termo maretório é cunhado com o intuito de explicar as relações socioespaciais dos pescadores com o meio aquático e, de acordo com Brinck e Morales (2007, p. 593), pode ser definido como: “um espaço composto por lugares (simbólicos e produtivos), que é habitado e se comunica com o exterior”.

Dessa forma, para esclarecer tais relações, é preciso ter em mente que as citações precedentes e subsequentes aqui grafadas são fruto de relatos que a mim foram confiados por pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico e por suas lideranças locais e nacionais, acerca de suas compreensões e definições sobre o que seria esse maretório tão cantado em verso e prosa por eles em toda e qualquer oportunidade de debate público ou de reflexões internas em suas comunidades.

Diante da necessidade emergente de se conceituar tão intensas demandas, nos últimos anos o maretório vem ganhando visibilidade em várias partes do litoral da América Latina e do Brasil, tanto nos meios acadêmicos como em documentos reivindicatórios de movimentos sociais e documentos técnicos de órgãos governamentais (BRINCK; MORALES, 2007;

CONTAG, 2015; FAVILLA, 2017; LUCCA, 2018; ORTEGÓN LANCHEROS, 2018; SANTOS, 2018; MARÇAL, 2019; PIMENTEL, 2019; RIBEIRO; MASUDA; MIYASHITA, 2019; LIMA, 2019; MARQUES, 2020; NASCIMENTO; BARBOZA, 2020; RIBARIC, 2020).

Ao me debruçar sobre tais leituras, observo que estão em consonância com os propósitos deste estudo, como a interpretação de Lima, (2019, p. 44) ao tratar da trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia:

A categoria maretório enquanto um espaço relacional pode vir a ser uma alternativa para a compreensão dessas dinâmicas locais. Uma vez que o maretório envolve um conjunto de práticas tradicionais exercidas por essas populações desde a pesca artesanal à retirada do caranguejo dos manguezais. Observa-se que estas práticas apresentam especificidades que são expressas em uma identidade forjada a partir dessas dinâmicas locais, a qual pode ser interpretada pela ideia de maritimidade.

A partir de um estudo de caso realizado na Reserva Extrativista Maracanã, no litoral paraense, seu autor destaca o poder reivindicatório do termo em contraponto ao conceito de território: “Representantes das populações tradicionais das RESEX MAR da ZCA¹⁹³ vêm reivindicando o reconhecimento de suas especificidades, inclusive de forma etimológica, por meio da substituição do termo ‘território’ por ‘maretório’” (MARÇAL, 2019, p. 38).

Durante esta pesquisa, deparei-me com depoimentos até mesmo bastante veementes sobre a necessidade de se incluírem as peculiaridades costeiras/estuarinas em um conceito por eles já denominado:

A nossa maior singularidade, ela tá exatamente na própria dinâmica das marés. E ela é tão singular que pra nós que vivemos ali, estas energias estar dentro de nós, sabe? Na nossa corrente sanguínea, mesmo no sistema, no movimento orgânico do nosso corpo. Nós lançamos outra temática que é esta questão territorial, de reconhecimento destas nossas diferenças, o conceito do maretório vai trazer isso. Pra gente gerir isso, tem que ser visto diferente de terra pela ciência.¹⁹⁴

O maretório não é só um ambiente ocupado por dezenas, centenas, milhares de pessoas. Ele é um testemunho fiel da identidade destas populações que vivem esta mobilidade pesqueira ancestralmente. Se Luzia, que foi a mulher que teve seu crânio batizado por este nome, que foi até queimado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, viveu 12 mil anos; a ciência comprovou isso! Qual o tempo da nossa ancestralidade no litoral? Quanto tempo estas pessoas viveram solidariamente se unindo umas com as outras, subsidiando umas às outras neste vai e vem das marés? É toda essa dinâmica do vai e vem das marés e como estes corpos, eles se adequam às diferentes luas, aos diferentes horários das marés. Quando a gente tá direto lá, que a gente se alimenta, o

¹⁹³ Zona Costeira Amazônica (ZCA).

¹⁹⁴ Liderança 15. Entrevista concedida ao autor em 16/11/2018, Ananindeua-PA.

nosso corpo ele realmente ele tem essa funcionalidade dos horários da maré. Quando a maré começa a vazar, tá todo mundo já esperto querendo correr mesmo, sair pro trabalho, está plenamente com disposição de trabalho. Quando começa a enchente, aí tá todo mundo querendo chegar, vim pra terra, pra trazer a comida, e a maré chega a gente já tem aquela vontade de se alimentar. Tá muito relacionado com a nossa vida neste sentido. Quando dá a preamar, o corpo pede descanso. E, isso funciona mesmo a gente não estando no vai e vem das marés, mas o nosso corpo funciona exatamente com isso. O Maretório, ele traz a demonstração desse diferencial do tempo laboral, destas populações que vivem nestes ambientes. É muito isso! O maretório traz muita essa questão da identidade, e da funcionalidade dos corpos que vivem nestes ambientes, ou que ocupam milenarmente estes ambientes e vai se passando de geração em geração.¹⁹⁵

A construção desse conceito, para além do recorte espacial deste estudo, é compreendida como uma ferramenta efetiva de afirmação/reafirmção identitária decorrente de um processo coletivo de “mulheres e homens que habitam a terra e o mar” (LIMA, 2019, p. 68) e ao longo de todo o litoral amazônico vem inserindo novos elementos, fundadores, que podem ajudar a elucidar a já complexa rede de maretórios institucionalizados em RESEX Marinhas, desde Soure, no arquipélago do Marajó no estado do Pará, até a zona costeira/estuarina dos municípios de Humberto de Campos e Icatu no Maranhão, compondo um verdadeiro cinturão de 17 RESEX Marinhas, correspondendo a cerca de 867.177,80 hectares de áreas protegidas, cogeridas por seus habitantes e trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal e suas organizações políticas (NASCIMENTO; BARBOZA, 2020).

Essa discussão conceitual me leva a refletir sobre os ensinamentos do professor Marcelo Lopes de Souza (1995, p. 101) ao analisar o território como um espaço de poder, autonomia e desenvolvimento, quando ele afirma: “Expandir conceitualmente a ideia de território é libertá-la de seu ranço ideológico e conservador”. Visto que esses pescadores e pescadoras artesanais reconhecem publicamente “que território não representava exatamente o espaço onde esse modo de vida se reproduzia, criando assim, a categoria maretório” (LUCCA, 2018, p. 88).

Indo mais adiante no debate epistemológico, cito as palavras da professora Maria Beltrão Sposito (2009, p. 8) acerca dos conceitos e suas dinâmicas no tempo e no espaço:

Os conceitos só podem, entretanto, ser revitalizados, bem como seus conteúdos ampliados ou alterados, se colocados à prova empírica. É preciso que o novo, tal como se apresenta ao pesquisador, inicialmente em sua forma aparente, seja visitado, investigado, decomposto e recomposto, de modo a que a síntese explicativa seja algo além da soma das partes. É preciso que a

¹⁹⁵ Liderança 15. Em mensagem de 15/02/2021 enviada por telefone ao autor com o intuito de responder a uma indagação: “Por que o maretório é importante?”.

busca da essência desse novo realize-se a partir de um movimento dialético entre teoria e empiria.

É nesse sentido de experimentação empírica, para além da simples soma das partes, que se compreende que o dinamismo das relações sociais mantenedoras das maritimidades aqui debatidas é “sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 1995, p. 99). E é nessas observações aqui postas que encontro ressonâncias para alicerçar o conceito de *maretório*, que resgata todos os simbolismos imaginários tecidos nesses espaços, afirmando uma identidade baseada na pesca artesanal e na complementaridade entre terra, manguezais, praias, marés e a própria vida comunitária:

Nestes lugares litorâneos, as territorialidades são expressas através do vocábulo *maretório*. Termo usado em contraponto ao conceito de território, sobretudo por lideranças extrativistas pesqueiras das RESEX marinhas do litoral amazônico para definir suas dimensões simbólicas e culturais peculiares, relacionadas às formas de uso e compreensões do espaço litorâneo, onde as marés assumem protagonismos mais significativos que a própria terra. Assim, para estes pescadores e pescadoras artesanais, as marés são consideradas como o elemento principal para definir território, ou *Maretório*, neste contexto, pois o termo território faz referência a gestão e controle da terra. Dessa forma, o *Maretório* está ligado às suas inter-relações com os regimes de marés, incluindo as percepções acerca da influência das fases da lua em seus modos de vida, como os conhecimentos dos processos migratórios e reprodutivos dos animais aquáticos e todo imaginário produzido e reproduzido ao longo das gerações de pescadores e pescadoras artesanais (NASCIMENTO; BARBOZA, 2020, p. 244).

As Reservas Extrativistas Marinhas são novos territórios e envolvem as multiterritorialidades dos povos da zona costeira. Para os extrativistas do mar e dos estuários, a singular relação com a dinâmica da maré, considerada o marcador temporal de todas as atividades da vida, constrói um novo termo, o *maretório*. A sua concepção é decorrente da necessidade de buscar uma identidade construída com base no que Toledo; Alarcón-Cháires (2012)¹⁹⁶ chamaram de Cosmos (crenças), Corpus (conhecimento), Práxis (prática). O sentido do *maretório* é o da apropriação construída mediante práticas culturais, ecológicas, econômicas, rituais, por isso não tem fronteiras fixas, já que é um conceito que representa a mobilidade de uma coletividade pela zona costeira. Pode-se também compreender que há uma expressão de poder como dominação, quer seja na demarcação dos espaços de extração de caranguejo dentro do manguezal, quer seja na reivindicação de políticas públicas específicas para esse grupo nos fóruns nacionais e internacionais. Certamente, há ainda que se refletir sobre o conceito (PIMENTEL, 2019, p. 202).

É considerando esses múltiplos significados – concretos e imaginários – referidos pela professora Márcia Pimentel que compreendo a necessidade de ancorar minhas análises em

¹⁹⁶ A autora faz referência a TOLEDO, Victor M.; ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo. La etnoecología hoy: panorama, avances, desafíos. *Etnoecológica*, n. 9, p. 1-16, 2012.

outras formas de conhecimento, munido de dialéticas políticas e culturais próprias, construídas, estabelecidas e transformadas constantemente. O maretório, antes de tudo, encontra o significado de sua existência no lugar. Lugar onde o poder político carrega simbolismos e significados responsáveis, em última análise, pela formação identitária dessas populações, e reverbera de algum modo nas relações econômicas (aviamentos e interferência dos agentes intermediários) e em seus processos produtivos, que conjunturalmente parecem fundidos em um amálgama forjado historicamente, enfim, nos seus modos de vida costeiros/estuarinos.

Dessa forma, corroboro a afirmação de Ribaric (2020, p. 54-55): “O acesso ao maretório, portanto, é condição estruturante para a reprodução de práticas socioculturais tradicionais expressas em sistemas singulares de classificação e manejo do ambiente, assim como de sistemas de apropriação e distribuição de seus recursos”. E, ainda, as interpretações postas pelo jovem sociólogo paraense Paulo Victor Sousa Lima (2019, p. 71):

O maretório se forjou na dinâmica cotidiana que as populações pesqueiras e extrativistas mantêm com os recursos naturais na sua reprodução social entre a terra, o mangue e o litoral, servindo de base à construção da identidade do movimento socioambientalista originado com a criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Ele também espelha o movimento que tomou conta da criação das reservas extrativistas marinhas no estado do Pará, podendo se renovar e se fortalecer a partir de outras estratégias e ações coletivas que a atualidade exige. A memória desses homens e mulheres, que lutaram pela garantia e ampliação de seus direitos de permanecer no seu *lugar* e conservar a sua cultura, se lança ao futuro como uma forma de resistência pelo direito dessa terra, que é o mar.

É nesse lançar-se ao futuro, preservando o direito de ter o seu passado contado e sempre à vista, que essas práticas assim afirmadas, que as compreensões feitas sobre o conceito de maretórios como “novos planos de ação e de organização social, que podem ser interpretados como uma tendência para a construção de uma força social em resposta a problemas localizados” (LUCCA, 2018, p. 89-90) se mostram capazes de expandir-se em uma rede sólida de apoio solidário e construindo novas ações políticas unificadoras da identidade coletiva de pescadores e pescadoras artesanais. Análises que encontram fortes semelhanças com os aspectos definidores do território apontados por Souza (2009, p. 59):

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder* – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território.

Contudo, é relevante observar que são essas peculiaridades evidenciadas por Souza (2009), separadas apenas didaticamente, que materializam as formas de apropriação, produção/reprodução desses espaços costeiros/estuarinos, como disse certa vez uma liderança pesqueira da RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso: “A gente não tem cerca, mas só em a RESEX tá aí demarcando nosso maretório já deixa a gente mais tranquilo em quanto ao futuro da pesca aqui. Eu vou sim lá contar como é aqui!”¹⁹⁷. Dessa maneira,

O maretório, isto é, o território aquático, portanto, além de base material para a reprodução da sociabilidade tradicional, é onde estão impressos os marcadores simbólicos que mantêm viva a memória coletiva do grupo, sustentando um sistema de significados por meio do qual a existência é apreendida e vivenciada (RIBARIC, 2020, p. 46).

Para além do território, portanto, em consonância com os propósitos deste estudo, procuro escrutinar tais particularidades com luzes apontadas para os seus sujeitos principais: os pescadores e pescadoras artesanais, suas lideranças e seus elementos definidores do lugar, como as influências exercidas pela lua nos ciclos das marés, que condicionam os níveis de elevação e fluxos diários das águas, preponderâncias apontadas como os principais componentes influenciadores da dinâmica e sazonalidade dos cardumes, assim interferindo diretamente nas safras, nos tipos de petrechos, nos seus processos produtivos, nas relações sociais delineadas nos espaços costeiros/estuarinos, enfim, nos seus modos de vida.

Nessa perspectiva, fiz minhas escolhas e as trago sistematizadas aqui. Essas escolhas foram marcadas sobretudo pelo meu lugar de fala¹⁹⁸, por minhas vivências, pelo meu olhar sobre esses maretórios e os múltiplos encontros, conversas e debates travados nos últimos 15 anos com pescadores e pescadoras artesanais, suas lideranças, técnicos e acadêmicos que se dedicam a estudar essas relações. Ousadamente, atrevo-me a dizer que se fosse outro a se debruçar sobre a temática e a sistematizar tais sentimentos e percepções em um conceito geográfico, pelos varadouros escolhidos, a concretude e sua potência seriam outras, visto que:

¹⁹⁷ Liderança 21. Em conversa informal com o autor em 12/07/2018 na comunidade de Pedrinhas, no município de Santarém Novo-PA, durante o período de mobilizações para compor a sessão temática “WALDEMAR VERGARA FILHO – Os avanços e desafios da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em Reservas Extrativistas Marinhas no litoral amazônico”, coordenada pelo autor no XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, realizado em Belém-PA no período de 4 a 11 de agosto de 2018.

¹⁹⁸ Lugar de fala, aqui, é visto a partir de uma perspectiva ética, de um contrato social, dialeticamente estabelecido no campo acadêmico, profissional e pessoal, que é capaz de reconhecer os sujeitos (os pescadores e pescadoras artesanais) com seus saberes e fazeres que “historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2019, p. 75).

O pensador originário ou seminal ao elaborar o conceito tem o propósito de explicar algo por meio de sua intencionalidade¹⁹⁹. O pensador usuário ao aceitar e compreender a significação do conceito usa a interpretação proposta. Assim, intencionalidade e fidelidade se realizam na multiplicação da possível explicação das coisas e objetos, relações e espaços, temas ou questões. Assim são construídas as correntes teóricas ou paradigmas no processo de disputa pela construção do conhecimento. Esse processo pode ser reproduzido pela subalternidade ou pela autonomia. O uso de conceitos, se não for feito pelo questionamento de seus significados, conduz o pesquisador usuário à comodidade da explicação fácil do objeto. Este é o sentido da subalternidade. O uso criterioso de conceitos, procurando compreender bem seus significados, por meio do questionamento da validade e do reconhecimento possibilita ao pesquisador usuário uma posição autônoma e comprobatória do conceito (FERNANDES, 2009, p. 212).

Nessa direção, é importante saber que, por mais que a tentativa de debater os espaços costeiros/estuarinos e suas geografias pareça relativamente complicado à geografia como ciência, onde são dominantes as pesquisas que se empenham em compreender as formas de apropriação e os processos de produção/reprodução dos espaços terrestres (PIRES DO RIO, 2019), eu me inscrevo nas fileiras dos que ousam ir além. Busco compreender, aceitar e respeitar o acúmulo histórico de técnicas e culturas desses pescadores e pescadoras artesanais, e isso não me obriga a tentar imitá-los, por mais que percebamos quanto a academia ainda pode aprender com essas populações tradicionais. Por isso, é preciso muito cuidado para não incorrer em juízos de valor peremptórios ou apressados, que sirvam para distorcer a análise das concepções aqui postas.

Entendo que o debate e a construção de novos conceitos a partir dos sujeitos sociais ainda não se encontram solidamente firmados na concepção ideológica dos fazedores de ciência, principalmente no seio das mais tradicionais, entre elas segmentos das próprias ciências sociais. Por assim compreender, acredito que precisamos produzir endogenamente conhecimentos decolonizantes, como afirmei anteriormente. É em concordância com essa reflexão, portanto, que adoto diversas visões dos pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico sobre as suas formas de produção/reprodução dos espaços sociais. Assim, o termo maretório me parece o mais apropriado, por ser ao mesmo tempo claro e relativamente simples, e, por conseguinte, extremamente útil para os processos de gestão dos recursos naturais que afirmam e reafirmam seus contratos sociais.

¹⁹⁹ As intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos. A intencionalidade como opção histórica é também uma posição política, uma preferência pelas leituras de uma determinada classe social (FERNANDES, 2009, p. 203).

Teorizar e propor conceitos e métodos científicos a partir de perspectivas endógenas, do interior da Amazônia brasileira, é uma tarefa desafiadora, além de contraparamétrica, como nos alerta Souza (2019) ao afirmar que a geração de conhecimento não pode ser algo reservado aos intelectuais ditos do “Norte Global”. É necessário confirmar as análises precedentes e reiterar que há outras maneiras de raciocinar e de criar, há outros modos de idealização da realidade e, conseqüentemente, novos prismas para a formulação do pensamento científico.

Evidentemente, todo conceito tem sua trajetória histórica, carregada de significados e crenças (DELEUZE; GUATTARI, 1991). Assim, território e maretório possuem, cada um deles, as suas especificidades e sua própria carga de controvérsias inerentes. Trata-se portanto, aqui, não apenas e simplesmente de uma mera e acalorada discussão científica sobre a construção de um novo conceito, a partir das percepções e formas de interpretar o mundo por parte dos pescadores e pescadoras artesanais de comunidades tradicionais, ou mesmo da visão de suas lideranças como tática para os embates em defesa destes, mas, sobretudo, de descortinar as lacunas que, por vezes, se tornam um abismo para o acesso às políticas públicas, à gestão e ordenamento dos estoques pesqueiros. Através do maretório, é possível revelar as intrínsecas relações que unem esses extrativistas ao espaço e suas formas de produzir/reproduzir seus modos de vida.

Ademais, propor um novo conceito geográfico, derivado de outro com tamanha potência como é o caso do território, significa também “refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa socioespacial” (SOUZA, 2009, p. 67-68). Nessa direção, com base na necessidade de debatermos as divergências existentes em torno das imprecisas fronteiras do conceito de território, conforme indicado por Souza (2009, p. 68) ao afirmar que “o espaço social é multifacetado, e o território (a territorialidade) é uma dessas facetas”, entendo o maretório como mais uma dessas facetas, com as suas peculiares características, já expostas anteriormente.

Entretanto, quaisquer que sejam as distinções entre os dois conceitos, as suas causalidades e combinações estão associadas a algum problema que almejam explicar ou para o qual contribuir na resolução de alguma controvérsia que veio à luz em função de seu debate, como evidenciam Gilles Deleuze e Félix Guattari (1991, p. 29): “Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos”. Para os autores, ainda:

O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela

condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 33-34).

Portanto, é a partir da compreensão oriunda dessas populações tradicionais que os componentes arraigados no conceito de território, embora sejam notadamente importantes, não delimitam por consenso a problemática socialmente construída ao longo da história, e o seu uso não tem contribuído efetivamente na busca por autonomia política das populações de pescadores e pescadoras artesanais do litoral brasileiro, sobretudo na Amazônia. Para esses trabalhadores e trabalhadoras, há no conceito de território uma ausência de elementos palpáveis do seu dia a dia, capazes de contribuir em suas lutas, como as relações econômicas, políticas e culturais envolvidas nos processos de produção/reprodução dos espaços litorâneos, que podem ser incorporados, ressignificados e transformados. Assim, é justamente na existência dessas lacunas que focalizo minhas análises.

Aqueles que não se debruçaram explicitamente sobre a problemática poderiam afirmar que esses elementos societários encontram-se de alguma maneira na essência do conceito de território. Contudo, para as populações tradicionais que constantemente sofrem pressões nos seus espaços de produção/reprodução de seus modos de vida, não é nada inusitado em meio a essas pressões, aliadas a outras questões emergentes (ambientais e culturais), reivindicar a construção de um conceito imanente dos seus saberes e fazeres que possa auxiliá-los nos embates políticos, os quais, para muitas comunidades pesqueiras, sobretudo do litoral amazônico, se dão pela garantia da própria existência no tempo e no espaço: “O existir ganha a dimensão do resistir e a ação surge como possibilidade de mudança e de nova perspectiva de futuro para esses sujeitos lentos que, junto de seus antagonistas de temporalidades aceleradas, fazem da disputa do território a reescrita da história” (RAINHA et al., 2014, p. 90).

Para essas comunidades, contar com um conceito geográfico com as peculiaridades que estão sendo propostas aqui significa não somente afirmar sua autoridade no espaço e suas identidades costeiras/estuarinas, mas também deter uma ferramenta que pode auxiliá-las na proteção de suas riquezas naturais e culturais, cuidando ciosamente para que ninguém mais delas se aproprie, estabelecendo redes de apoio e luta que se iniciam localizadas e vão se ampliando a partir dos êxitos compartilhados e amplamente socializados:

O futuro da Resex de São João da Ponta depende das alternativas inovadoras das ações locais, mesmo dentro de um modelo institucional, na Amazônia, onde se configuram muitos conflitos em torno de seu patrimônio natural e de diversidade ameaçados a cada momento. E atenta a isso, a Resex de São João da Ponta centra-se na amplitude do processo participativo de mulheres, jovens, idosos, mais parceiros, agregando valores ao seu território, denominado pelos usuários de “Maretório”, com instrumentos de

participação ativa, muitas vezes de resistência, mas buscando parcerias, nacionais e internacionais, para trocas de experiência, de um lado, com a população tradicional e, de outro, uma mescla de atores e instituições, criando ações abertas a seus processos econômicos, sociais, culturais e ambientais para atingir um desenvolvimento local e sustentável tão almejado (SANTOS, 2018, p. 165-166).

Nesse sentido, partindo da compreensão desses pescadores e pescadoras artesanais sobre a necessidade de R-existência, observamos que suas ações são dotadas de intencionalidades. Intencionalidades previamente estabelecidas e forjadas na necessidade de continuarem existindo, lutando pela defesa dos seus espaços tradicionais de pesca, e assim (re)afirmando suas maritimidades e identidades:

A maritimidade tradicional é o guia norteador para a identificação e delimitação do maretório, território cultural e identitário duplamente silenciado e invisibilizado – como espaço fundiário e político –, e legitimador de um projeto coletivo de bem viver. Este é o esteio do projeto de uma socioantropologia marítima que se constitui não como mais uma subdisciplina no plano das superespecialidades acadêmicas, mas antes como perspectiva intelectual geral para a compreensão complexa da sociabilidade e territorialidade marítima e aquática, e de compromisso orgânico com o enfrentamento decolonial do presente (RIBARIC, 2020, p. 56).

É nessa perspectiva de enfrentamento decolonial que os processos de R-Existência se estabelecem, ganham potência, como nos ensina Porto-Gonçalves (2004), gerando articulações e coalizão de forças que ultrapassam a linha tênue que separa as lutas por critérios puramente ecológicos. Esses pescadores e pescadoras artesanais e suas famílias lutam resistindo contra todas as formas de pressão exercidas pelas formas hegemônicas de reprodução do capital, que os exploram e, a todo custo, tentam apagá-los do espaço.

Como em situações registradas em maretórios colombianos, onde:

A diversificação de usos do mar gerada pelo surgimento de novas atividades associadas ao lazer, ao turismo e construção de cidades na faixa litorânea tem modificado a visão e as relações com este espaço, o que reflete na mudança de significados que este adquire com as novas práticas de apropriação, que colocam em risco a existência de atividades tradicionais realizadas pelas comunidades costeiras, que se veem obrigadas a modificar o seu estilo de vida devido ao crescimento acelerado das novas atividades e as novas demandas de recursos e serviços a elas associados (ORTEGÓN LANCHEROS, 2018, p. 127, tradução livre).

Dessa forma, as populações tradicionais litorâneas em qualquer parte do mundo travam embates constantes para garantir sua existência, a reprodução dos seus modos de vida, de sentir, de agir e de pensar, numa perspectiva coletiva de bem viver.

Como bem justificou uma liderança pesqueira ao expor a defesa do maretório como um conceito endógeno e peculiar:

A RESEX não marcou a pancada²⁰⁰ lá fora como nossa, a RESEX não marcou a terra que a gente planta. Sabe por quê? Porque é território! E o nosso é maretório! Tem maré, tem pancada, tem mangue, mas também tem terra, mas é pouca. Até os seres que protegem a gente; o pescador, é outro. Aqui não tem curupira, saci... aqui tem Ataíde, a Iara. O tirador mesmo daqui, não pega condurua; porque tem medo do Ataíde. Porque aqui nesta beirada é diferente. Fui lá na RESEX Verde pra Sempre²⁰¹ e tava escrito *território tradicional* em uma placa, quando cheguei aqui fiquei pensando, porque a gente não faz uma placa *maretório tradicional* e coloca aí pra todo mundo vê? Isso vai mudar, alguém vai nos ajudar, vai colocar isso na ciência. Por isso a gente tá pedindo ajuda. Se o senhô fô vê; o Vergara²⁰² pedia ajuda; a Sandra²⁰³ pede ajuda; o Navalha²⁰⁴ pede ajuda; a Célia²⁰⁵ vive falando isso... Esse povo todo num pode tá inventando isso, é a necessidade! Os omi tão arrastando²⁰⁶ gó²⁰⁷ aí na porta do nosso curral²⁰⁸.

²⁰⁰ Aqui, o termo é usado para designar a zona de arrebentação mais distante da praia, onde as ondas se “quebram”. Dizem os pescadores que, após a pancada, a profundidade aumenta rapidamente e a partir dessa faixa é possível navegar com embarcações maiores, onde os peixes conseguem se abrigar no fundo, onde também podem se formar os *emburateias*, que são locais mais seguros para a reprodução e o crescimento de várias espécies de peixes de importância econômica e social para essas populações pesqueiras.

²⁰¹ Reserva Extrativista Verde para Sempre, localizada no território do município de Porto de Moz, oeste do estado do Pará, com área de 1.288.717 hectares. Seus moradores vivem basicamente do extrativismo vegetal e, complementarmente, da agricultura familiar e da criação de animais de pequeno porte (BRASIL, 2004).

²⁰² Waldemar Vergara Filho (1958-2018), técnico do ICMBio/PA, esteve na vanguarda do movimento Pro-RESEX no estado do Pará desde a década de 1990. Como servidor público, era respeitado e admirado, sobretudo entre os pescadores e pescadoras artesanais de todo o litoral, pela forma simples e direta de comunicação. Exerceu até 2018 papel fundamental nos processos de criação e cogestão das RESEX Marinhas do litoral amazônico. Até hoje seu nome é evocado em reuniões, encontros e movimentos de pescadores e pescadoras como forma motivacional para a luta em prol da conservação do ecossistema manguezal e das populações tradicionais que dele depende diretamente.

²⁰³ Sandra Regina Gonçalves, pescadora e liderança da RESEX Marinha Mãe Grande Curuçá. Respeitada pela firmeza, coerência e incansável disposição na defesa das populações pesqueiras do litoral amazônico. Atualmente compõe a executiva da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM-Brasil).

²⁰⁴ José Carlos Tavares, o Navalha. Liderança pesqueira da RESEX Marinha Gurupi-Piriá. Sua trajetória de vida é forjada no seio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tem em Dom Carlos Verzeletti uma de suas principais referências. Compôs o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA) e atualmente é membro da executiva da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM-Brasil).

²⁰⁵ Célia Regina das Neves, marisqueira e liderança da RESEX Marinha Mãe Grande Curuçá. Esteve na vanguarda do movimento Pro-RESEX no estado do Pará, atuou como coordenadora da Secretaria Nacional da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Respeitada em todo o território nacional pelo seu pragmatismo e coerência em defesa das mulheres extrativistas e pela igualdade de gênero no acesso às políticas públicas. Uma das primeiras lideranças pesqueiras a cunhar o termo maretório em debates públicos na Câmara dos Deputados, se contrapondo ao conceito de território. Atualmente compõe a Secretaria de Mulheres da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM-Brasil).

²⁰⁶ Como foi mencionado no capítulo 1, a Instrução Normativa nº 2, de 15 de janeiro de 2010, permite a concessão de Autorização Provisória de Pesca de peixes diversos para embarcações devidamente autorizadas para a pesca de arrasto de camarão-rosa, excepcionalmente no período do defeso 2009/2010, na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil e a divisa dos estados do Piauí e Ceará, nas condições que especifica (BRASIL, 2010a). Estudo conduzido por Silva, Silva e Cintra (2014, p. 51) com o

Neste contexto, o diagnóstico que aqui exponho se mostra peculiarmente apropriado às condições contemporâneas para a compreensão desse universo costeiro/estuarino. É possível constatar, mesmo ciente das singularidades de cada comunidade ao longo do litoral, que a dinâmica inerente à pesca artesanal apresenta aspectos estruturais comuns a todas elas e o maretório, portanto, oferece uma potente perspectiva para essa compreensão, não representando evidentemente uma simples resposta a problemas localizados. Contudo, a efetivação de um conceito endógeno pode contribuir em termos práticos para alterar padrões tradicionais de relações políticas com os centros de poder estabelecidos e propensos historicamente à exploração desses sujeitos.

Assim sendo, se por um lado tornam-se claras as implicações políticas do maretório para essas populações tradicionais, por outro lado, há necessidades emergentes de políticas de ordenamento, que possam limitar as ações da pesca industrial, da especulação imobiliária, o desmatamento dos manguezais, em suma, conter as formas hegemônicas de reprodução do capital que muito contribuem para a destruição dos modos de vida dessas populações tradicionais.

Por isso, o que se pretende grafar aqui é que para as comunidades de pescadores artesanais o conceito de território por eles compreendido é, de fato, “mais amplo e mais fluido que o terrestre” (DIEGUES, 2001, p. 6), o que reforça ainda mais a legitimidade da reivindicação desses trabalhadores para a construção do maretório como um conceito específico para designar e escrever na geografia essas peculiaridades, e assim ajudá-los na luta pela plenitude do controle político dos espaços de produção/reprodução dos seus modos de vida, como bem explicita a citação anterior de uma liderança pesqueira, que em tom de desabafo tenta mostrar a importância política do conceito evocado para conter também o avanço da pesca industrial, efetuada, sobretudo, por meio do arrasto de peixes diversos.

A atuação da indústria pesqueira próxima à linha de costa ocorre nos períodos de defeso de suas espécies-alvo, aquelas de alto valor comercial, como o camarão-rosa (*Farfantepenaeus subtilis*). Ao que parece, a decisão que autoriza a pesca de “peixes

intuito de analisar seus efeitos indica: “Pela proximidade de atuação da frota industrial permissionada para peixes diversos com áreas de atuação da pesca artesanal costeira, o estudo sugere uma avaliação dos impactos sociais, econômicos e biológicos em atividades tradicionais de pesca (curral de pesca, pesca de emalhe, pesca de espinhel e pesca de linha e etc.) realizadas por muitas comunidades ao longo de várias cidades e vilarejos da microrregião do Salgado paraense”.

²⁰⁷ Pescada gó (*Macrodon ancylodon*) é uma espécie de pescada de ampla ocorrência na zona costeira brasileira, um dos principais pescados capturados em currais de pesca. Entre os peixes diversos definidos pela Instrução Normativa nº 2/2010, a pescada gó aparece em primeiro lugar na lista.

²⁰⁸ Liderança 16. Entrevista e conversa informal com o autor em 17/11/2018, durante o I Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho, ocorrido em Ananindeua-PA.

diversos” por essa frota funcionaria como uma oferta dos tomadores de decisão a esses industriais, como forma de compensação às suas “perdas” de capital durante o período em que as embarcações ficam impedidas de exercer sua plena atividade durante o defeso.

Porém, noutra concepção, para as comunidades de pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico, essas espécies genericamente denominadas de “diversos”, de baixo valor comercial para os empresários e os grandes investidores do setor pesqueiro, têm um valor imensurável, pois ultrapassam simplesmente os aspectos econômicos, já que ajudam a garantir, sobretudo, a soberania alimentar de inúmeras famílias de pescadores artesanais.

Considero essa constatação relevante, tendo em conta a questão humanística, que evidencia a seriedade dos múltiplos significados que esses espaços costeiros/estuarinos adquirem para os pescadores e pescadoras artesanais, que vão além das frias e simples análises da apropriação e uso de seus atributos economicamente analisáveis. Comprovação irrefutável desse aspecto veio certa vez em uma de minhas andanças, quando me afirmou uma liderança em tom seguro e convicto: “Os maretórios são áreas costeiras marinhas de uso coletivo dos recursos naturais, de soberania alimentar para pessoas que lá vivem tradicionalmente”²⁰⁹.

É a partir de contextos como esse, de embates socioambientais, que emergem tais debates no meio acadêmico, mostrando que há em curso uma forte reorganização política e simbólica desses pescadores e pescadoras artesanais, em muitos casos materializada nas ASSUREMAS e na capacidade de articulação da CONFREM com diversas instituições ligadas ao setor pesqueiro. Tal articulação tem reverberado na educação e na formação de lideranças, o que visivelmente vem contribuindo para a compreensão da conjuntura e do conceito de território, bem como para a formulação e o reconhecimento dos maretórios como seus espaços tradicionais de cultura pesqueira. Os apoios exógenos, de sujeitos ditos “de fora”, têm se revelado muito importantes para o amadurecimento dos debates.

Como mostram as ações registradas nos versos da bióloga e poetisa Naetê Barbosa Lima Reis (2020), que ao longo de suas andanças e vivências junto às comunidades pesqueiras artesanais, sobretudo as do litoral fluminense, vem tendo uma significativa participação em processos educativos e organizacionais dos pescadores e pescadoras artesanais:

²⁰⁹ Liderança 15. Conversa informal e entrevista concedida para o autor em 16/11/2018, Ananindeua-PA.

MARETÓRIOS DE SABERES²¹⁰

Territórios de gentileza e luta, abraçados pelo mar.

Horizontes de beleza e cultura, que a necropolítica não consegue calar.

Unindo vários povos costeiros, território maretório virou.

Organizados pela dor e pela esperança, em um mundo melhor que ainda não chegou.

CPP, Colônias, Confrem, MPP e Movimentos Sociais.

Tecem redes, articulam parcerias, defendendo direitos e ideais.

Mergulhados em um oceano de ideias, em que pontos de contato são fundamentais.

Bem como políticas públicas articuladas às bases, adequadas ao enfrentamento de problemas reais.

Nesse cardume quem vier somar à luta é bem-vindo, sem hierarquias, com horizontalidade para romper com as amarras que têm nos excluído.

Com respeito ao histórico de luta dos povos tradicionais, por permanência e existência, diante de uma confluência de injustiças ambientais.

Nesse movimento se posicionar é fundamental, ao lado dos grupos subalternizados pelo Estado e pela ciência moderna, contra o extermínio colonial.

Para uma verdadeira resistência e um futuro a favor da diversidade, precisamos valorizar inovação e tradição, o presente e a ancestralidade.

A luta nunca foi fácil, envolve o enfrentamento a esquemas nacionais e transnacionais, um grande mercado organizado.

Coletivamente precisamos superar ruralistas e milícias, expor as obscenidades da bancada do boi, bala e bíblia.

Extinguir com o gabinete do ódio e a destruição que estão deflagrando em vários territórios.

É nosso papel impedir que a floresta vire pasto pro gado e que privatizem cada gota do oceano rumo a um futuro cada vez mais insustentável.

Pelos que virão, pelos que aqui estão e pelos que ainda vão chegar, não vamos deixar a política atual de destruição ambiental, nos esmorecer e nos desorientar.

Lutaremos contra todos os grandes empresários, insaciáveis por peixe, petróleo e territórios.

Que se nutrem pela destruição socioambiental e deixam o rastro de caos e dor para a população local.

Vamos nos posicionar contra a necropolítica e sua normalização, contra o racismo institucional sistêmico, gritaremos ele não!

Apesar de diariamente nos encucarem na mente que nada mais pode ser feito diferente.

Essa não é opção para boa parte da sociedade, nesse Brasil de infames desigualdades.

Dia e noite são desafiadores para quem é classificado como inferior em uma escala de opressão, que opera por espoliação, trabalho precarizado e pela ainda presente escravidão.

Acreditar em um outro possível é urgente, é muito mais do que utopia, é lutar por sociedades em que a economia está a serviço das pessoas, e não as pessoas a serviço da economia.

²¹⁰ Disponível em: gilvander.org.br/site/poema-maretorios-de-saberes-de-naete-barbosa-lima-reis. Acesso em: 5 fev. 2021.

Utopia tecida em várias mãos, uma economia solidária que nos enriqueça de saúde, bem-estar, educação e paixão.
 Que permita em todos os lugares o trabalho decente, que livre o povo da fome e de todas as formas de exploração e políticas vazias e incipientes.
 A pandemia que vivemos nos alerta a crise de um modelo civilizatório.
 Superar esse terrível momento é um exercício coletivo, você também é responsável.
 Descascadeiras e fileteadeiras de fundos de quintal, redeiros, chumbeiros e todos e todas das comunidades de pesca artesanal.
 Nos colocamos em apoio às suas lutas, somos cientistas que buscam romper com velhas condutas.
 Para além de retirar a ciência moderna de um falso pedestal, desejamos uma profunda transformação, em um processo intercultural.
 Abaixo relações extrativistas de pesquisador e pesquisado, que se dá em um falso diálogo, ciência que é ciência não apenas pesquisa, mas se implica, se posiciona e tem lado, o lado dos grupos subalternizados.
 Por movimentos de superação do paradigma venenoso do agronegócio.
 Que respeitem os ciclos da vida, a segurança alimentar e a soberania, por um mundo agroecológico.
 A ecologia de saberes é um dos caminhos para fortalecer essa diversidade, permitirá derrubar monumentos e conceitos que favorecem a torpe colonialidade.
 De mãos dadas conscientes da nossa jornada, vamos derrubar um a um, os que querem privatizar nossas águas e passar a boiada.

Nesse amadurecimento coletivo de “todos e todas as comunidades de pesca artesanal / Nos colocamos em apoio às suas lutas, somos cientistas que buscam romper com velhas condutas / Para além de retirar a ciência moderna de um falso pedestal, desejamos uma profunda transformação, em um processo intercultural” (REIS, 2020), o maretório vem carregando consigo, de fato, pedaços ou componentes do conceito de território como “articulação social, conflitos, cooperação, concorrências e coesões” (SAQUET, 2009, p. 88).

Sem abstrair os seus movimentos singulares, estou certo de que a influência dos “de fora” (acadêmicos, movimentos sociais externos às comunidades e instituições oficiais de extensão rural) exercida sobre as lideranças que conduziram as ações sociais aqui estudadas, e sobre suas organizações, tem ajudado a amplificar a importância de tais singularidades, dos seus modos de vida, em seus múltiplos sentidos – concretos e imaginários. Alianças que ajudam a solidificar a compreensão de suas realidades e identidades coletivas, como destacamos tecendo paralelos com as reflexões sobre a territorialidade seringueira feitas por Porto-Gonçalves (1999), abordadas no primeiro capítulo desta tese.

No entanto, seria muito simplista não considerar o conceito de maretório a partir de uma concepção mais ampla de apropriação do espaço geográfico, “incluindo outras práticas que não é só pescar, mas outras dimensões humanas, como espirituais, religiosas, de ética e

solidariedade, associada à produtiva e à natureza, valorizando a população tradicional” (SANTOS, 2018, p. 102).

Por mais que os processos de cogestão trazidos pelas Reservas Extrativistas Marinhas possam ser interpretados como uma perspectiva concreta de ganhos políticos para essas populações tradicionais, não é equivocado afirmar que a consolidação do maretório como conceito, por englobar uma dimensão mais ampla do empoderamento político, possa nos ajudar a elucidar com mais clareza as próprias trajetórias sociais de lutas e conquistas contemporâneas dessa populações tradicionais costeiras/estuarinas.

Mesmo que as interpretações tecidas aqui apontem para traços centrais da compreensão do território como assim definido: “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2019, p. 79) ou “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido mais amplo) em que estão mergulhadas, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2011, p. 54).

Como também é importante compreender que:

A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionais e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com o “ambiente” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2019, p. 76).

Porém, no meu entender, é justamente na interpretação dessas “múltiplas relações de poder”, no campo material propriamente dito, das “relações econômicas-políticas” estabelecidas historicamente, que esses trabalhadores e trabalhadoras do setor pesqueiro apontam fragilidades e lacunas, tanto na efetivação do controle político como no aporte de políticas públicas²¹¹ que possam de fato atendê-los como parte integrante de uma classe que ora labuta na água, ora no mangue, ora no mar, e que, para eles, não há definições bem estabelecidas em conceitos científicos.

²¹¹ Fragmento do poema “Maretórios de Saberes”: “políticas públicas articuladas às bases, adequadas ao enfrentamento de problemas reais” (REIS, 2020).

Sobre tais inexatidões afirmou em tom reivindicatório Célia Regina, liderança da RESEX Marinha Mãe Grande Curuçá, em uma audiência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia na Câmara dos Deputados em Brasília: “Quando nos mexemos, o que mais nos unifica neste cenário é, sem dúvida nenhuma, nossa territorialidade, nossos territórios e ‘maretórios’, já que somos populações das águas” (BRASIL, 2019, p. 10).

Por mais que tentativas de descrever tais peculiaridades tenham aparecido em esforços de muitos cientistas sociais amazônidas, como as professoras Lourdes Gonçalves Furtado e Maria Cristina Maneschy (2002), que na oportunidade cunharam o termo “ribeiridade” para explicar as singularidades dos modos de vida de populações tradicionais que habitam às margens dos rios amazônicos, os chamados povos ribeirinhos. Discussão que foi retomada anos depois por Rente-Neto e Furtado (2015), ao analisarem a ribeiridade a partir das inter-relações entre o espaço físico, o perfil sociocultural e as maneiras de ser, agir e pensar dessas populações, eminentemente pesqueiras:

Os moradores que habitam as margens dos rios também condicionam o seu comportamento seguindo essa relação dialética, na medida em que preenchem a natureza de sua cultura, ao mesmo tempo que são naturalizados pelas influências que a natureza imprime nas suas relações sociais e de trabalho, no lazer, nas suas simbologias e no seu imaginário marcados pelo rio, na sua morfologia, nos ambientes habitáveis seguindo o movimento das inundações periódicas dos rios etc. Em todos esses elementos encontramos o diálogo presente nas marcas dessa configuração (RENTE-NETO; FURTADO, 2015, p. 173).

Alicerçando dessa maneira os caminhos para o conceito de maretório, convém observar que “o conceito é sempre uma interpretação do mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo” (GALLO, 2003, p. 36). Nesse sentido, por mais coeso que o conceito de território possa parecer, as compreensões presentes nos depoimentos colhidos entre os sujeitos que construíram este estudo apontam que faltam componentes, e são justamente esses componentes faltantes para a interpretação do mundo costeiro/estuarino que me levam a advogar pela construção do conceito de maretório – como um conceito novo, mas tendo a clareza, como já mencionado, que emerge de outro conceito, o de território:

É assim que, a partir de um plano determinável, se passa de um conceito a um outro, por uma espécie de ponte: a criação de um conceito de Outrem, com tais componentes vai levar à criação de um novo conceito de espaço perceptivo, com outros componentes, a determinar (não se chocar, ou não se chocar demais, fará parte de seus componentes) (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 31).

Pelo exposto, pode-se reconhecer a capacidade de metamorfose dos conceitos sociais, sobretudo os construídos por outrem, na justa tentativa de explicar a realidade, e “unindo vários povos costeiros, território maretório virou” (REIS, 2020). Com a compreensão de que tanto o território como o maretório são conceitos academicamente construídos, resguardando-se suas singularidades e temporalidades, é importante destacar que ambos são vistos:

[...] muito mais na visão deleuzeana²¹² de “transformadores” do que de meras “representações” do real. Ainda que não confundamos proposição conceitual, “razão epistemológica”, e objetivos políticos, “razão política”, consideramos fundamental a preocupação com as implicações políticas de nossos conceitos, numa *praxis* capaz de refletir constantemente sobre os conceitos a partir das problemáticas efetivas a que eles respondem e também do próprio uso que deles fazemos – ou que deles podemos fazer (HAESBAERT, 2009a, p. 96).

Dessa forma, é possível constatar que, em que pesem as peculiaridades expostas, o maretório responde melhor às problemáticas efetivas das dinâmicas pesqueiras, tanto em termos estruturais como pelas próprias razões políticas de existência.

Nesta análise em especial, para compreendermos melhor essa dinâmica, é necessário considerarmos uma série de variáveis resultantes dessas relações de poder, nas quais as populações tradicionais estão imersas. Nos arranjos que fazem, o espaço geográfico é apropriado, no decorrer desse processo histórico, forjando identidades, ribeiridade e maritimidade, a partir de um esforço coletivo, como nos mostra Naetê: “CPP, Colônias, Confrem, MPP e Movimentos Sociais / Tecem redes, articulam parcerias, defendendo direitos e ideais” (REIS, 2020), “para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2003, p. 235), transformando-o em seu maretório, onde essas relações de poder são:

Espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflitos e/ou negociação (HAESBAERT, 2019, p. 89).

Esses grupos sociais que compõem as populações tradicionais costeiras/estuarinas, historicamente, romperam fronteiras étnicas, como elucidei no capítulo inicial, forjando suas identidades, cultivando valores culturais ancestrais, das populações europeias, africanas,

²¹² De Gilles Deleuze (1925-1995), filósofo francês do início do século XX. Entre suas contribuições, postulou ideias a respeito da construção de conceitos. Para este autor, os conceitos das coisas e ações não existem prontos e acabados, mas, sim, são construídos paulatinamente ao longo do tempo, de acordo com a realidade, e é imanente a ela, origina-se dela e serve justamente para fazê-la coerente (GALLO, 2003).

indígenas e dos vizinhos do Nordeste brasileiro simultaneamente. Suas estratégias de sobrevivência e autoproteção foram aperfeiçoadas a esses ambientes, onde peculiaridades como as chuvas intensas e constantes em boa parte do ano, ou as marés semidiurnas enchendo e secando por duas vezes ao longo do ciclo diário, vão orquestrando o ritmo do trabalho e da própria vida dessas populações:

O velho Melo contava que quando eles chegaram aqui naquele tempo, a coisa que foi mais difícil pra ele se acostumar aqui era com a chuva, num parava. Pra quem não tem costume com o nosso tempo aqui é difícil mesmo. O cara vem do Ceará fugindo da seca e chega aqui passa três dias chovendo... e muito... [gargalhadas] Era assim, começo de ano. Num é fácil... Até hoje é assim, o cabra tem que levantar, subir no bote dele ou ir pro curral, na chuva mesmo. É o tempo dela e pronto!²¹³

Nas comunidades pesqueiras ao longo do litoral amazônico, seus moradores, na maioria pescadores e pescadoras artesanais, muitos deles ainda tecem seu tempo, sua cronologia, suas vidas, a partir dos movimentos da natureza; os ritmos das marés, dos cardumes de espécies sazonais, dos astros e da atmosfera de maneira geral. Relações também vistas em outras partes do litoral brasileiro, como no Paraná, conforme registrado por Cunha (2003, p. 70):

A rigor, é um ritmo que se funda, de um lado, na especificidade do ecossistema marinho, imprevisível, cíclico e móvel; e, de outro, na atividade produtiva – a pesca –, entrelaçada com a passagem das espécies nas águas (com seu ciclo biológico e movimento migratório), regulando o tempo de trabalho.

Mas, mesmo à luz dos nossos tempos, de transformação e comunicações quase que instantâneas, esses movimentos internos e externos às comunidades, seus mitos, seus conjuntos de crenças, contratos sociais e tabus culturais e alimentares, que concorrem para o equilíbrio e a reprodução dos ambientes costeiros/estuarinos, se renovam. De modo que:

Tudo isso se expressa nos valores de mundo, formas de saber ancestral, que estão ancoradas em práticas e dinâmicas socioculturais particulares. Então, o fazer-se pescador é um fazer-se sociocultural, uma dinâmica societária que articula a tradição com as necessidades e respostas ao tempo presente, que combina ancestralidade com o aqui e o agora, que se renova e se mantém (RAMALHO, 2012, p. 24).

Nesse particular, é sempre oportuno ressaltar as análises feitas por Maldonado (1993), que propõe a expressão da territorialidade pesqueira ao analisar as estratégias que propiciam a criação de mecanismos políticos de organização para lidar com as mudanças e oscilações inerentes aos processos evolutivos da atividade pesqueira, o que tem, de certa maneira, se

²¹³ Pescador 01. Entrevista concedida ao autor em 12/09/2017, Vila dos Pescadores, Bragança-PA.

tornado fundamental para as populações tradicionais reconfigurarem as formas de apropriação e o uso dos espaços, consolidando e reafirmando sua territorialidade (maritimidade):

A explicação dos conceitos, noções e práticas em que se constituem a territorialidade e o seu *segredo* na pesca, não pode prescindir, ao nível analítico, da identificação do desenvolvimento tecnológico dos diversos grupos ou das condições ecológicas de cada lugar que vão influenciar de maneira determinante a sazonalidade e a localização da pesca. Estes dois elementos conjugados, por sua vez determinam o acesso que os pescadores têm ao mar, tanto em termos da distância a que podem chegar e em que podem constituir seus territórios, como nos termos das relações sociais que ordenam o usufruto dos recursos existentes (MALDONADO, 1993, p. 25).

Para as populações tradicionais, por seus desígnios peculiares a maritimidade acaba funcionando de fato como “fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes” (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Sob esse prisma, há que se buscar formas de interação com outros lados dos conhecimentos científicos para melhores elucidaciones. Ou seja, incorporar nessa construção o conjunto de saberes e fazeres de pescadores e pescadoras artesanais, acumulados, transformados e recriados historicamente, como componentes importantes que alicercessem esses processos geográficos, através de análises que ponderem sobre o que me atrevo a chamar de tempos distintos para essas temporalidades. Considerando os tempos da natureza, aqueles ligados à pesca artesanal e seu conjunto de saberes e fazeres, e os tempos tecnológicos, aqueles da pesca industrial, como relações puramente mercadológicas, atreladas às formas hegemônicas de reprodução do capital, e que as pressões exercidas pelo mercado vêm forçosamente inserindo sua mão invisível, cada vez mais presente no cotidiano da pesca artesanal, pressionando-o a cada ciclo geracional na tentativa de esfacelar esses laços solidários imbricados nos tempos da natureza.

No entanto, por mais que as pressões das formas hegemônicas de reproduções do capital contribuam para a fragmentação dos saberes e fazeres imbricados na pesca artesanal, e algumas comunidades já guardem poucas relações com esses saberes antes predominantes, mesmo assim formas tradicionais continuam coexistindo com outras ditas “modernas”. O calendário lunar, por exemplo, ainda é utilizado nesses espaços costeiros/estuarinos como um referente fundamental para as tomadas de decisão de seus comunitários, evidenciando que: “Não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que

agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso, moderna” (MARTINS, 2020, p. 44).

Por isso, “tanto o tradicionalismo quanto o modernismo presente nas comunidades pesqueiras devem ser vistos, na história, como estando em permanente movimento – o que pode ensejar um leque aberto de possibilidades de conjunção entre distintas temporalidades” (CUNHA, 2009, p. 64).

Ao tratar dessas relações dicotômicas do cotidiano histórico do homem simples, José de Souza Martins (2020, p. 11) nos conduz à reflexão a respeito da “ampla temática do reencontro possível do homem consigo mesmo, na diferença de nossa especificidade histórica”. Assim como Cunha (2009), ao discorrer sobre as temporalidades e territorialidades dos pescadores artesanais do litoral sul do Brasil, mostra-nos que nos processos de produção/reprodução do espaço costeiro, há tempos bem evidentes que marcam os ritmos da pesca e de suas comunidades – o tempo natural e o tempo do relógio:

Duas ordens temporais que estão presentes, de forma simultânea e contraditória, no ritmo de vida do pescador artesanal, quer no universo produtivo, quer em suas representações simbólicas.

[...] De qualquer maneira, pode-se dizer que o ritmo de trabalho integrante do passado dos pescadores era regulado pelo *tempo natural* em contraposição ao *tempo do relógio* que, de certa forma, se interpõe predominantemente na vida atual do pescador, como se poderá verificar. Anteriormente, sem uma medida abstrata e externa de tempo, o ritmo do pescador estava integrado à atividade pesqueira marcada pelos movimentos próprios da natureza (CUNHA, 2009, p. 60).

É nesse contexto que as interpretações feitas aqui não são descomprometidas nem neutras e encontram eco e respaldo em Haesbaert (2009b), em que o autor destaca a dicotomia entre o velho e novo. Além dos traços/características arraigados nos velhos territórios e suas territorialidades, contribuem para o surgimento de novas territorialidades a emergência de novos tipos de arranjos político-institucionais ordenadores do território.

Coloca-se, assim, a necessidade de construir o novo fundado, porém, em elementos da tradição, que em combinação com processos modernos alternativos, transforma o passado em elemento ativo; de outro lado, a modernidade não deve ser encarada meramente em sua face destruidora – em recombinação com a tradição, ela também se pode transformar em *tempo de criação* (elemento positivo) (CUNHA, 2009, p. 64).

É nesse sentido, de transformações e combinações, que o maretório é evocado como conceito capaz de realizar o embate entre o velho e novo, o tradicional e o moderno: “Não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida

sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo” (MARTINS, 2020, p. 57). Em termos concretos, contrariando os estereótipos engendrados sobre os pescadores e pescadoras artesanais e suas práticas tradicionais de produção/reprodução dos seus modos de vida, elaborar esse conceito exigiu um exercício de abstração e construção de narrativas, que se fez necessário a partir de estratégias de investigação, descrição e explicações que fossem, empiricamente, capazes de sistematizar essas realidades, algo que, em última análise, tem evidente relevância política e cultural para suas organizações. Mais uma vez, evocando os dizeres de Naetê, tenho de concordar que a “ciência que é ciência não apenas pesquisa, mas se implica, se posiciona e tem lado, o lado dos grupos subalternizados” (REIS, 2020).

O que, a meu ver, pode ser extremamente valioso para os propósitos da presente reflexão científica, centrada nas dinâmicas pesqueiras de caráter artesanal, sobretudo nas comunidades pesqueiras localizadas nessa faixa do litoral amazônico, as quais têm suas relações sociais, históricas e econômicas forjadas e literalmente embebidas em um espaço constantemente (re)transformado, ressignificado e (re)apropriado, de um lado, e uma imaterialidade intangível, percebida de forma mística, edificada historicamente em técnicas e saberes e fazeres oriundos de um processo de formação carregado de ambivalências, por outro. Sobre as pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital, das quais falo no capítulo inaugural desta tese, “é evidente que esse mundo sofre contaminações variáveis da economia de mercado, não só pela comercialização dos excedentes [...], mas também pela compra de artigos complementares [...]” (MARTINS, 2020, p. 32).

Nesse sentido, é necessário superar as limitações identificadas na concepção clássica raffestiana (1993) de território, pois o ponto central aqui é conferido ao papel de protagonista político que o conceito de território carrega consigo e que tem a ver, em última análise, com a necessidade de referendar os espaços de produção/reprodução dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais no debate político de construção e reivindicações de políticas públicas mais abrangentes, que consiga circunscrever não apenas os espaços terrestres, mas que envolvam os processos geográficos, tanto físicos como humanos, que compõem o litoral amazônico.

São tais processos geográficos que acabam por definir as técnicas de pesca desses pescadores, os seus apetrechos, suas embarcações peculiares²¹⁴, suas armadilhas fixas ou

²¹⁴ Toda embarcação artesanal é expressão material da inventividade e personalidade cultural da comunidade que a produziu, de um sofisticado sistema de saberes associados às artes da pesca, navegação e carpintaria naval, modeladas ao longo de gerações especialmente para as condições náuticas locais, com a matéria-prima

móveis, as influências que os regimes das marés e das chuvas exercem sobre seus modos de vida e que, por fim, determinam as quantidades e a diversidade de espécies capturadas.

É importante ressaltar que não estamos aqui renunciando ao conceito de território e suas possibilidades de interpretações das relações de poder no espaço, o que estamos propondo é uma reformulação de seu status. É partir dos fios soltos em suas tramas que se pode construir elementos que contribuam efetivamente para evidenciar as formas de não reconhecimento das identidades coletivas dessas populações tradicionais da “*beirada*”, marcando de maneira evidente que esse novo conceito não se reduz a analisar as relações de exploração histórica dos pescadores e pescadoras artesanais, simplesmente como subprodutos das formas hegemônicas de reprodução do capital. “Trata-se, então, de completar o respeito pelo universal com atenção voltada para as diferenças e de opor uma dose saudável de ceticismo desconstrutivo a qualquer sistema classificador” (BENSAID, 2008, p. 48).

Por isso, ao analisar os modos de vida nos maretórios do litoral amazônico, podemos afirmar: são bastante movimentados e diversificados em termos culturais e ecológicos, sobretudo no que se refere às manifestações culturais peculiares (serra velha, pretinhos, carimbó, cordões de bois e pássaros etc.), às fontes de alimentos, em especial de proteína animal. É certo que as populações tradicionais que ocupam esses espaços costeiros/estuarinos têm na captura de peixes, moluscos e crustáceos os pilares da reprodução dos seus modos de vida. Contudo, não é possível reduzir o maretório e seus componentes vivazes a um conjunto de técnicas de pesca utilitária, desprovidas de análises das figuras de linguagem particulares desses trabalhadores e trabalhadoras que vivem nessa zona costeira/estuarina, e suas interpretações sem essa óptica são passíveis de incorrer em erros. Dessa forma, as análises devem ser realizadas a partir de uma perspectiva de transformações constantes.

Nesses processos de transformações constantes, o vivido lefebvriano do qual lanço mão ao longo desta tese, e que é um conjunto complexo de acontecimentos sequenciais, diários, lentos e duradouros, é, ao que me parece, uma fonte riquíssima de pequenos acontecimentos e de contradições que vão invadindo a cotidianidade desses maretórios ao longo dos tempos, gerando e/ou adotando técnicas muito peculiares que vão, assim mesmo, moldando aos poucos os saberes e fazeres dessas populações tradicionais, no ritmo do seu tempo, dos seus dias, a despeito das influências constantes das formas hegemônicas de reprodução do capital, as quais muitos autores citados aqui documentam com clareza.

disponível e adaptada aos usos e necessidades sociais específicas. Cada embarcação é também um indivíduo, entidade única, cuja singularidade expressa sua origem e trajetória, e seu papel como símbolo de prestígio e identidade (RIBARIC, 2020, p. 48-49).

Mesmo que as distinções entre território e maretório se apresentem bastante tênues ao observador desatento, o que se objetiva frisar aqui, também, é uma clivagem entre tais conceitos, e convém enfatizar, em consonância com os aportes teóricos focalizados, que apesar de todas as nuances, a construção de um novo marco para a compreensão dessa(s) realidade(s) costeiras/estuarinas se faz necessária.

De maneira implícita e/ou explícita, os maretórios do litoral amazônico têm sido objeto de várias investigações científicas, em diversas vertentes das ciências sociais que inter cruzam conceitos e informações, e por mais que trilhem caminhos diferentes e fins distintos, de algum modo acabam sempre rememorando as formas de apropriação, de produção/reprodução desse espaço costeiro/estuarino debatido aqui (PENNER, 1984; RENTE-NETO; FURTADO, 2015; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016; LUCCA, 2018; SANTOS, 2018; MARÇAL, 2019; FERREIRA et al., 2019; PIMENTEL, 2019; RIBEIRO; MASUDA; MIYASHITA, 2019; LIMA, 2019; NASCIMENTO; BARBOZA, 2020; RIBARIC, 2020).

Como evidenciam Ferreira et al. (2019, p. 294) ao nos ajudarem a descortinar os processos socioterritoriais da pesca da Amazônia brasileira:

De fato algumas condições são necessárias para motivar e organizar os indivíduos na busca de resoluções comuns no compartilhamento de um bem, ao se territorializarem num dado espaço geográfico. O que se tem na verdade é a discussão pelo direito de uso de um determinado território que excluindo ao incluir, norteiam as ações que os homens devem exercer ao se territorializarem.

É por considerar que as possibilidades de debates não se encontram exauridas que coloco a necessidade de construir um novo conceito geográfico, fundado na necessidade de motivar e organizar os pescadores e pescadoras artesanais na busca de resoluções dos conflitos socioambientais vivenciados no espaço. Haja vista que a escassez dos estoques pesqueiros, vitais para essas populações, manifesta-se de forma cada vez mais intensa na atualidade (ISAAC-NAHUM; FERRARI, 2017), ameaçando sua existência material e imaterial, seus modos de vida como coletividade, repletos de singularidades.

Nesse sentido, é nos maretórios que esses pescadores e pescadoras artesanais almejam agilizar os caminhos para a resolução de suas demandas sociais e políticas historicamente reprimidas e, dessa forma, garantir um maior domínio possível dos elementos ambientais neles existentes, ampliando as perspectivas de uma participação mais efetiva nos processos de cogestão e manejo dos estoques pesqueiros costeiras/estuarinos. Do mesmo modo que no território, agindo para ter o controle político, o poder, que é, como demonstra Raffestin (1993,

p. 159), “inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”.

Cabe lembrar que, no momento da elaboração de políticas para o setor pesqueiro, em muitos casos apontados por meus interlocutores a análise territorial desconsiderou princípios espaciais particulares. Ao dar licença para a pesca de peixes diversos, não levou em conta seus pesqueiros e as dinâmicas populacionais das principais espécies de peixes responsáveis pela segurança alimentar das comunidades pesqueiras eminentemente artesanais quando dar licença para pesca de peixes diversos. Através de uma observação mais criteriosa, vê-se que essa concessão transpassa a parcela apropriada do espaço por estes extrativistas, a exemplo das delimitações das Reservas Extrativistas Marinhas, onde suas fronteiras, em muitas ocasiões, não delimitou os espaços usados comumente para pescar.

O mesmo se dá em outras situações recorrentes na Amazônia, onde o Estado não reconhece os espaços tradicionais de pesca:

Nesse sentido, a relação cotidiana dos pescadores com o espaço onde vivem resulta na territorialização dos ambientes aquáticos, desde que haja uma relação de posse do mesmo. Apesar de, em alguns momentos, esses espaços territorializados não serem reconhecidos pelo poder público, há a noção de respeito entre os pescadores e/ou outros usuários. Essa apropriação dos espaços não se dá de forma aleatória, mas sim de acordo com a orientação de fenômenos socioambientais que direcionam as atividades humanas para um determinado fim, seja em busca de recursos naturais, ou pela ocupação e uso sociopolítico do espaço para a agregação de valor ao “uso da terra”. Quando se tem a apropriação do espaço por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, se configura as relações de poder e de posse sobre aquele espaço, que se torna território (NUNES DA SILVA, 2008, p. 60).

Nesse contexto de ausência de reconhecimento por parte do Estado e de lacunas apontadas pelos pescadores e pescadoras artesanais ouvidos durante a pesquisa, o território se constitui como possibilidade de uma outra compreensão do uso e domínio dos espaços costeiros/estuarinos, para além da terra²¹⁵. Incluindo, por exemplo, os espaços importantes para as comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, como os popularmente denominados por eles de pesqueiros/emburateias, que são espaços predeterminados usados com mais frequência para a pesca devido a sua abundância de cardumes e, por vezes, serem locais de refúgio das espécies costeiras/estuarinas.

²¹⁵ Os recursos que o pescador explora estão submersos, em constante movimento, seu território é inconstante e temperamental, refratário a demarcações de domínios e fronteiras. Mesmo assim os pescadores o possuem, dividem o espaço em mares, zonas de pesca, pesqueiros, pedras, lajes e demais lugares de abundância cujas rotas e localizações são objeto de segredo que distingue seus detentores na hierarquia social de comunidades pesqueiras (RIBARIC, 2020, p. 45).

É importante frisar ainda que as demandas crescentes por pescado, aliadas à inserção de novas tecnologias na pesca, como já tratado no capítulo inicial, ocasionam constantes embates com a frota pesqueira industrial, que explora esses espaços de maneira desleal tanto no que se refere ao aporte tecnológico e de capital, como na intensidade, como já expus anteriormente. Por isso é preciso um ordenamento e um gerenciamento específico, mas sob a égide da cogestão estabelecida na essência das RESEX, referendada pelo conceito de maretório como um espaço de produção/reprodução dos modos de vida das populações de pescadores e pescadoras artesanais costeiros/estuarinos. Desse modo seria possível a preservação tanto dos ambientes como do patrimônio imaterial representado no conjunto de saberes e fazeres constantemente ameaçados, pois

Os saberes de mestres pescadores, composto de caminhos, marcações, lugares de captura e de defeso, tornam-se obsoletos diante das atuais determinações tecnológicas e mercantis. Substituída pelas facilidades dos motores, a navegação à vela é cada vez menos praticada, legando ao esquecimento sofisticadas artes de navegação e de leitura da natureza (RIBARIC, 2020, p. 49).

Neste caso, afetando diretamente os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais aqui versados, os maretórios se constroem e se transformam a partir deles, tanto no lugar como no espaço onde se vive, se percebe e se concebe a existência, assim como em âmbito regional, englobando as 17 RESEX Marinhas do litoral amazônico, como forma de organização particular de pescadores e pescadoras artesanais que interagem entre si compartilhando saberes e fazeres, sentimentos e abstrações inerentes do universo costeiro/estuarino contribuindo com a sustentabilidade ambiental:

A forma de organização e a autonomia da gestão sobre os territórios tradicionais são vistas, atualmente, como movimentos que contribuem de forma avançada para o enfrentamento dos problemas ambientais globais. Essa estrutura questiona a eficácia das técnicas padronizadoras, com a intenção de valorizar o conhecimento sustentado pelo saber fazer e pela cosmogonia desses povos e comunidades (PIMENTEL, 2019, p. 214).

Em suma, diante da contundência dos fatos apresentados, os maretórios são espaços geográficos costeiros/estuarinos habitados, usados, autogeridos²¹⁶ por populações tradicionais

²¹⁶ É importante destacar, que em muitas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico, sobretudo aquelas mais distantes dos centros urbanos e por vezes “isoladas” do alcance dos braços do Estado, os processos de controle social e organização mínima das relações sociais são estabelecidas através do respeito e do prestígio das lideranças e dos mestres, normalmente os mais velhos. Em outras situações esse processo se funde à presença da igreja, católica ou evangélica, que realiza eleição para escolhas do coordenador da comunidade. Este que normalmente goza de maior desenvoltura política e prestígio entre os comunitários e agentes políticos externos. Sempre que necessário e possível, articula e capitaneia pequenas benfeitorias para a comunidade (escola, posto de saúde, abastecimento de água potável etc.). Com a institucionalização desses

de pescadores e pescadoras artesanais e/ou cogeridos. Esses trabalhadores e trabalhadoras vivem muito tempo de sua existência sob as águas, sofrendo influências diretas dos regimes das marés, dos ciclos lunares, dos ventos e suas dinâmicas costeiras. A partir desses elementos, edificam contratos sociais, práticas produtivas e societárias que se emanam para além da pesca como atividade produtiva, mas que a partir dela incorporam dimensões simbólicas, culturais, éticas elaboradas a partir das relações de compadrio e do respeito mútuo, uma trama de significados do universo pesqueiro que ajuda a tecer suas espiritualidades e religiosidades, imbricadas nos elementos da natureza. Valores que são empiricamente produzidos, reproduzidos, apropriados e repassados através da oralidade, da observação e da prática dos saberes e fazeres e ao longo de gerações vêm construindo a identidade coletiva de suas populações – que, nas últimas décadas, devido às fortes pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital, vêm incorporando uma sólida valorização de práticas políticas cooperativas como uma alternativa de autoproteção e preservação dos seus modos de vida indissociáveis dos ambientes costeiros/estuarinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação científica centrou suas análises na busca de elucidar a importância das ações sociais engendradas por um conjunto de sujeitos e instituições que desde meados dos anos 1990 somaram forças em prol da preservação dos ecossistemas costeiros e estuarinos do litoral amazônico, bem como dos modos de vida das populações tradicionais que historicamente habitam esses espaços. Essas lutas culminaram na institucionalização de seus territórios tradicionais em Reservas Extrativistas Marinhas e fluíram por muitos embates e adaptações dos pescadores e pescadoras artesanais frente às demandas dos processos de cogestão das RESEX e desaguaram em uma ampla união reivindicatória pela formulação de um conceito endógeno e original, o de maretório.

Para a síntese dessas transformações em curso, os pescadores e pescadoras artesanais do litoral paraense, suas principais lideranças e seus movimentos sociais ligados às RESEX Marinhas me incumbiram de uma grande responsabilidade: a missão audaciosa de romper com o academicismo, dando voz aos pescadores e pescadoras artesanais, historicamente silenciados pelos fazedores de história e construtores de conceitos, sempre da academia para a realidade investigada, de cima para baixo.

Dessa forma, por meio de uma análise histórica e empiricamente orientada, mostrou-se que as ações sociais aqui discutidas geraram uma forte unidade em oposição às forças hegemônicas de reprodução do capital, compondo verdadeiras unidades de mobilização, semelhantes àquelas apresentadas nos textos do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004), ao evidenciar o papel dos movimentos sociais nos processos de territorialização em terras que ele denominou de terras tradicionalmente ocupadas. Aqui, essas terras são também (in)consolidadas e fluidas, compostas por manguezais, rios e estuários tradicionalmente ocupados. Após sucessivos enfrentamentos, na metade da década de 2010 foram criadas as Reservas Extrativistas Marinhas, que se estendem por uma parcela considerável da faixa litorânea do estado do Pará, chegando às proximidades do Maranhão.

Dos arranjos societários construídos nesses maretórios, repletos de conflitos socioambientais, emergiram fortes lideranças comunitárias, muitas delas forjadas em valores da Teologia da Libertação, que desde então tem contribuído para as transformações políticas e sociais registradas e em pleno curso. Outras lideranças, porém, frágeis ideologicamente, foram/são facilmente cooptadas pelo poder político local, que se reorganiza e se reestrutura sempre que sente ameaçada sua hegemonia.

Apesar das nuances e singularidades de cada localidade, de cada unidade de conservação analisada, foi possível constatar que a institucionalização dos maretórios em Reservas Extrativistas Marinha, além de proporcionar a essas populações tradicionais novos mecanismos de gestão de seus territórios, deu-lhes acesso a direitos antes inimagináveis, como o de decidirem democraticamente o içar de suas velas, e a potência da força aplicada sobre os remos e os rumos do leme é o que os levarão a um novo devir.

Decisões democraticamente deliberadas sobre o presente e, sobretudo, sobre o futuro dessas populações tradicionais são, agora, travadas desde os pequenos mas importantíssimos núcleos organizacionais capilarizados ao longo das comunidades, denominados Comitês Comunitários, até os fóruns mais amplos, mais complexos, os Conselhos Deliberativos (CD). Diferentes formas de conceber e exercer a democracia.

Nesse jovem quadro político-institucional (dezesseis anos de existência das RESEX Marinhas na Bragantina), as demandas, muitas delas gestadas nas comunidades e navegadas em distintas marés, aportam nos CDs, nos quais encontram um outro contexto político, de uma democracia agora representativa. Nessa nova realidade, as pequenas embarcações, habilidosamente conduzidas por esses pescadores e pescadoras artesanais, encontram por vezes marés alvoroçadas, onde as colisões políticas são mais complexas, as correntezas e os ventos, muitas vezes em sentido contrário, dificultando as navegações em busca de igualdade e legitimidade. Porém, os tortuosos meandros que os processos de cogestão e produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos percorrem, vêm, ao seu modo, rompendo o silêncio político historicamente instituído e clareando no horizonte a necessidade de luta pela garantia da própria existência das populações tradicionais dessa faixa litorânea.

Escapando das tempestades e dos maus tempos, inerentes a qualquer organização política, vê-se, desse modo, a necessidade constante de estratégias de reorganização coletiva, de calafetagem e reconstrução de seus botes e canoas, do estabelecer novos métodos de gestão dos territórios de uso comum – aqui denominados de maretórios –, de adotar técnicas cada vez mais inclusivas de manejo dos cardumes e da natureza a sua volta.

A esses homens e mulheres, assim como ao velho Santiago de Ernest Hemingway (2005, p. 55), “não precisava o velho de bússola para lhe dizer para onde ficava o sudoeste. Apenas precisava de sentir os ventos e o bater da vela”, com poucos ou quase nenhum aparato tecnológico de ponta, sem GPS (*Global Positioning System*), bússolas ou sonares, guiados pela lua, pelas estrelas, pelo fluxo das marés, pelos saberes e fazeres que os ajudam a navegar há séculos. Agora, em meio a um momento histórico turbulento, com a ascensão de um governo central de extrema direita a partir das eleições de 2018, a reprodução social dessas

comunidades e populações tradicionais pesqueiras do litoral amazônico encontra-se em risco, assim como a de outras para além do litoral amazônico – quebradeiras de coco-babaçu, quilombolas e indígenas, que estão historicamente ligadas pelas dificuldades de reconhecimento de direitos, cidadania, identidade e cultura.

Mais que nunca faz-se necessário equipar suas embarcações, e é nessa perspectiva de fortalecimento, em busca de técnicas e conceitos epistemológicos que as ajudem nessas jornadas, que se avista ao longe, no horizonte, um farol. Mas um farol móvel composto de redes de relações sociais que emanam intensas luzes, simbolizadas no maretório.

O maretório é um conceito que vem sendo gestado lentamente e a cada dia mostra-se mais relevante para ajudar essas populações a atravessar os tempestuosos caminhos, por isso seu debate vem sendo posto com maior intensidade, frequência e cuidado nos meios comunitários, técnicos e acadêmicos. Com prudência, até mesmo porque a luz do farol sinaliza o destino, mas nem sempre aponta para caminhos retos e sem obstáculos como é comum imaginar.

É importante destacar que a formação de novas lideranças, capazes de compreender as dificuldades e obstáculos da navegação nesses maretórios, está para além das luzes do farol, mas com a proa das embarcações apontadas para o futuro, navegando em águas atuais, nessas pelas quais fluem as demandas da gestão compartilhada, na incansável luta em defesa dos seus modos de vida majoritariamente ligados à pesca. Para isso suas organizações precisam ser cada vez mais fortes, e a CONFREM já leu essa carta náutica e demonstrou seus cálculos.

Nessa enchente de temas e demandas, este trabalho e as discussões nele contidas certamente transbordarão preenchendo importantes lacunas para a compreensão e o debate sobre os processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos no Brasil, que de algum modo têm mobilizado instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, agências de governo e os movimentos sociais ligados ao setor pesqueiro nesse exercício de construção teórica. Justamente por isso espero gerar mais reflexões e proposições que forneçam, cada vez mais, subsídios teórico-metodológicos para outros estudos geográficos sobre os maretórios, suas peculiaridades e seus limites de compressões e interpretações dessas realidades.

Com a clareza de que nesse campo ainda há muito para avançarmos. Os avanços ocorrerão através da continuidade de pesquisas participativas e contributivas, reflexões, leituras, releituras, diálogos, debates e embates. É incontestável que o ato de escrever sobre o maretório é, também, um ato político, uma relação de poder. É o poder conferindo responsabilidade.

Dessa forma, um dos grandes desafios aqui é contribuir com a formação de profissionais capazes de ter o maretório como uma categoria de análise das ciências da sociedade, esta é uma responsabilidade lançada ao mar dos conhecimentos.

Considerando o que precede, é pertinente colocar duas questões: Que importância esses processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos adquirem para a Geografia a partir das reflexões expostas aqui? A Geografia se preocupará com mais afinco em pensar metodológica e conceitualmente acerca de abordagens dos espaços costeiros/estuarinos, a fim de melhor compreender suas dinâmicas e propor estratégias para contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de cogestão desses maretórios?

Nesse sentido, a tônica deste trabalho é justamente abrir caminhos que apontem contribuições para o aprimoramento dos processos de cogestão, ajudando assim nas resoluções de demandas sociais e políticas dessas populações tradicionais, ampliando as perspectivas de compreensão de suas realidades. Ainda, fomentando interpretações que ajudem a garantir participações mais efetivas dos pescadores e pescadoras artesanais nos processos de cogestão e manejo dos estoques pesqueiros costeiros/estuarinos desses maretórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, G. C.; SARAIVA, N. A.; MELO, F. W. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu – Volume II – Planejamento das Unidades**. Brasília-DF: ICMBio, 2012a. 162 p.

ABDALA, G. C.; SARAIVA, N. A.; MELO, F. W. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu – Volume I – Planejamento das Unidades**. Brasília-DF: ICMBio, 2012b, 109 p.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ADELMAN, I. **Teorias de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972. 152 p.

AGUIAR, W. J.; MAIA, F. J. F. Entre o conservadorismo e o direito das comunidades tradicionais: o judiciário diante da crítica do movimento por justiça ambiental. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 4, n. 1, 2014.

ALENCAR, J.; CRUXÊN, I.; FONSECA, I.; PIRES, R.; RIBEIRO, U. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, v. 15, n. 32, p. 112-146, 2013.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **São Paulo em Perspectivas**, v. 3, n. 4, p. 23-29, 1989.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. *In*: ANDERSON, A. et al. **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 17-47.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.

ALLEGRETTI, G.; HERZBERG, C. Participatory budgets in Europe: between efficiency and growing local democracy. Transnational Institute and the Centre for Democratic Policy-Making. **TNI Briefing Series**, Amsterdam, n. 5, p. 1-24, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Segurança nacional e o revigoramento do poder regional**. Rio de Janeiro. 1980. 20 p.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. 193 p.
- ALMEIDA, M. W. B. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 121-152, 2012.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Polen, 2019. 261 p.
- ALTMANN, Walter. Teologia da libertação. **Estudos teológicos**, v. 19, n. 1, p. 27-35, 1979.
- ALVES, M. da C. Participação, democracia e direitos da cidadania: aproximação conceitual ao debate contemporâneo. *In*: NEVES, Ângela Vieira (Org.). **Democracia e participação social:** desafios contemporâneos. Campinas, SP: Papel Social, 2016. p. 31-51.
- ALVES, G. da A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo** [Online], v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019.
- ANTONI, G. de. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 299-313, 2010.
- AQUINO, M. J. da S.; ROSA, B. de N. L. Uso e proteção ambiental no litoral atlântico amazônico: contribuição ao debate sobre práticas e saberes em unidades de conservação. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6., n. 12, p. 131-144, 2009.
- ARAÚJO, F. G. B. Identidade e território enquanto simulacros discursivos. *In*: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 13-32.
- ARAÚJO, V. P.; NICOLAU, O. S. Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 299-320, 2018. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes.
- ARCE, S. S. **Using the Ostrom’s sesf to analyze the implementation of a comanagement regime in North Brazil**. A thesis submitted in fulfillment of the requirements for the degree of Master in Science Presented to the University of Bremen, Faculty for Biology and Chemistry, 2017. 121 p.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 79-92, 1999.
- AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.
- AZEVÊDO, V. C. S. **Carcinicultura:** parâmetros integrativos como instrumentos de prevenção de impactos. 2005. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, 2005, 111 p.
- BALLARINI, D. H. **A percepção dos moradores de Caratateua em relação à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará, Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Pará, 2012.

- BARBOZA, R. S. L. **Interface conhecimento tradicional-conhecimento científico: um olhar interdisciplinar da etnobiologia na pesca artesanal em Ajuruteua, Bragança-Pará.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas e Estuarinos) – Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental, Universidade Federal do Pará, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. *In: AUBERTIN, C. (Org.). Fronteiras.* Brasília: Editora UnB, 1988. p. 60-89.
- BECKER, B. K. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Revista território**, v. 1, n. 2, p. 5-17, 1997.
- BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 29-42, 1999.
- BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.
- BENSAID, D. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente.** São Paulo: Boitempo, 2008. 100 p.
- BENSON, J. Deliberative democracy and the problem of tacit knowledge. **Politics, Philosophy & Economics**, v. 18, n. 1, p. 76-97, 2019.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Cia. das Letras, 1986. 347 p.
- BOFF, L. **Quarenta anos da Teologia da Libertação.** v. 26, 2011. Disponível em: leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/. Acesso em: 5 mai. 2019.
- BONAVIDES, P. **Teoria constitucional da democracia participativa: Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. 392 p.
- BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003. 219 p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand, 1989. 315 p.
- BRANFORD, S.; GLOCK, O. **The last frontier (fighting over land in the Amazon).** London: Zed Books Ltd., 1985.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Portaria nº 627 de 30 de julho de 1987. **Diário Oficial da União**, Seção 1., Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 144, p. 12.164, v. 1, 31/07/1987. Disponível em: documentacao.socioambiental.org/documentos/K0D00038.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, p. 335, v.1, 24/1/1990. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98863-23-janeiro-1990-328474-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Portaria nº 22, de 10 de fevereiro de 1992. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 29, p. 1637- 1639, 11/02/1992a. Disponível em: www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0022-100292.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 533, de 20 de maio de 1992. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 96, p. 6314, v. 29, 21/05/1992b. Disponível em: legis.senado.leg.br/norma/388121/publicacao/15683352. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, p. 4.971, v. 7, 19/07/2000. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/indef/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-pl.html. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Decreto s/nº de 22 de novembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, p. 4, v. 1, 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/dnn9384.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, Nº. 242, p. 8-11, v. 1, 16/12/2002a. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2002/12/16/Secao-1. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 132, p. 6-8, 11/07/2002b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm. Acesso em: 5 maio. 2019.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 13, de 19 de setembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 187, p. 79, de 26/09/2002c. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/774492/pg-79-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-09-2002>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, 2004. 38 p.

BRASIL. Decreto s/nº de 20 de maio de 2005. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 97, p. 8-10, v. 1, 23/05/2005. **Disponível em:** www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2005/05/23. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Portaria nº 17, de 24 de setembro de 2007, ICMBio. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 206, p. 112, 25/10/2007a. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2007/10/25/Secao-1. Acesso em: 5 mai. 2019.

BRASIL. Portaria nº 21, de 20 de novembro de 2007, ICMBio. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 224, p. 108, 22/11/2007b. Disponível em: www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/ICMBIO/PT0021-201107.PDF. Acesso em: 8 mai. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007, ICMBio. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 182, p. 102, 103 e 104, de 20/09/2007c. **Disponível em:** www.icmbio.gov.br/portal/videos/24-legislacao/instrucoes-normativas/115-instrucoes-normativas Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. Portaria Interministerial MPOG/MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, p. 117, 03/12/2009a. **Disponível em:** www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/arquivos/2016/portaria-interministerial-436-2009-entrega-de-areas-de-uniao-em-uc-ao-mma.pdf/@@download/file/portaria-interministerial-436-2009-entrega-de.pdf. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 122, p. 1, 30/06/2009 e retificado em 09/07/2009b. **Disponível em:** www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009-06-29;11959. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 128, p. 02, 08/07/2009c. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 9 mai. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 2, de 15 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, 18/01/2010a. Disponível em: www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-interministerial-2-2010_77749.html. Acesso em: 5 maio 2019.

BRASIL. Portaria nº 83, de 27 de agosto de 2010, ICMBio. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 168, p. 71, 1/10/2010b. Disponível em: www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/ICMBIO/PT0083-270810.PDF. Acesso em: 8 mai. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, Nº 175, p. 69, 10/09/2012. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/videos/24-legislacao/instrucoes-normativas/115-instrucoes-normativas. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Decreto s/nº de 10 de outubro de 2014. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, Nº. 197, p. 2-7, v. 1 13/10/2014. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2014/10/13. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.047, de 4 de dezembro de 2018, MMA/ICMBio. **Diário Oficial da União**, Seção 1, ed. 240, p. 88, 14/12/2018. Disponível em: www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55219176/do1-2018-12-14-portaria-n-1-047-de-4-de-dezembro-de-2018-55218873. Acesso em: 3 maio 2019.

BRASIL. Portaria nº 2, de 26 de dezembro de 2018, ICMBio/RC-4. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 6, p. 32, 09/01/2019. Disponível em: in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2-de-26-de-dezembro-de-2018-58365697. Acesso em: 5 mai. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Texto para discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP**, n. 157, p. 1-24, 2006.

BRINCK, G.; MORALES, C. Dinámicas de la Insularidad: Espacio, Lugar y Territorio en Puerto Gala. *In: Anais do 6º Congresso Chileno de Antropologia*, p. 593-600, 2007. Disponível em: www.aacademica.org/vi.congreso.chileno.de.antropologia/53. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRITO, D. C. A Sudam e a Crise Institucional do Desenvolvimento na Amazônia. **Paper do NAEA**, nº 96, p. 1-29 1998.

BRUNDTLANDT, G. H. **Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, 71 p.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 315-340, 2009.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, 2001.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. 2. ed. revisada, São Paulo: LABUR, 2017. 317 p.

CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. F.; CARVALHO, R. B. da S. C. Planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável na economia do Pará. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 149-174, 2013.

CASTRO, J. de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 95-98, 2009.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. **Annual review of political science**, v. 6, n. 1, p. 307-326, 2003.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. *In: Anales del Décimo Congreso Bienal de la Asociación Internacional para el Estudio de la Propiedad Colectiva (IASCP)*. Oaxaca, 09-13 de agosto de 2004. Disponível em:

dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/1404/Chamy_Reservas_040511_Paper233.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2019.

CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **135ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 28/9/2020**. Videoconferência pelo Microsoft Teams. Disponível em: [youtube.com/watch?v=-xScCeGFUac](https://www.youtube.com/watch?v=-xScCeGFUac). Acesso em: 10 out. 2020.

CONCEIÇÃO, D. G. Cultura política e representação dos usuários nos Conselhos de Assistência Social. In: NEVES, Ângela Vieira (Org.). **Democracia e participação social: desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 125-141.

CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Pauta de Reinvidicações para o Governo Federal da 5ª Marcha das Margaridas**, 2015. Disponível em: www.contag.org.br/imagens/f2445cadernodepautaexecutivofinal.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.

CONJUNTO DE CARIMBÓ CANARINHO DE MARAPANIM. **Isto que é Carimbó**. Belém-PA: Rauland/Premier, 1974. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm, stéreo 30 cm. Composições de Lucindo Rabelo da Costa, 1974.

CORBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

CORDEIRO, C. A. C.; MADEIRA, A. B. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**, v. 7, n. 2, p. 99-122, 2003.

CORDELL, J. **Remapeando as águas: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo**. Berkeley, USA, p. 1-18, 2000.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 139-160.

CORDELL, J. **Territórios de pesca localmente manejados no Brasil**. Tradução Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, FAO, p. 1-34, 1983.

CORDELL, J. Posse no mar. In: CORDELL, J. (Org.). **The sea of small boats**. Tradução Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. 26.ª ed. Cultural Survival Report, Inc Cambridge, 1989. p. 1-32.

CORDELL, J. **Um mar de sonhos: valorizando cultura em conservação marinha**. Tradução Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. Instituto Etnográfico, Berkeley, USA, 2007. p. 1-23.

COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica/IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, 2010. 404 p.

COSTA, J. N. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

COSTA, P. C. P. Reservas Extrativistas Marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. **Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 48, p. 417-431, 2018. Ed. especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes.

- COSTA, W. M. Ordenamento territorial e Amazônia: vinte anos de experiências de Zoneamento Ecológico e Econômico. **REUMAM**, v. 1, n. 1, 2016.
- CRUZ, P. M. A democracia representativa e a democracia participativa. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 4, n. 13, p. 202-224, 2010.
- CUNHA, J. L.; RÖWER, J. E. “Ensinar o que não se sabe”: estranhar e desnaturalizar em relatos (auto)biográficos. **Educação (UFSM)**, v. 39, n. 1, p. 27-38, 2014.
- CUNHA, L. H. O. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 101-110.
- CUNHA, L. H. O. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. **Encontro dos Povos do Vale do Ribeira**, p. 1-39, 2001.
- CUNHA, L. H. O. Movimentos, tempo e natureza: o singular e o universal. **Revista Margem**, n. 15, p. 121-133, 2002.
- CUNHA, L. H. O. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 7, p. 69-76, 2003.
- CUNHA, L. H. O. **Ordens e desordens socioambientais: saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense**. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- CUNHA, L. H. O. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 20, p. 59-67, 2009.
- DA MATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série, Rio de Janeiro – Antropologia, n. 27, p. 1-12, 1978.
- DE LA RIVA, M. C.; MUÑOZ, E. E. Migrações e movimentos sociais: transnacionalismo, mobilidades e mobilizações. In: BRINGEL, B.; GOHN, M. da G. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 147-164.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. **Que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1991. 288 p.
- DI PAOLO, D. F. **Cajueiro: agroextrativismo e relações sociais de gênero em contexto socioambiental na Amazônia paraense**. 2017. Tese (Doutorado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Bragança, 2017.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 285 p.
- DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.
- DIEGUES, A. C. S. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999a.
- DIEGUES, A. C. S. Sociedades insulares e biodiversidade. São Paulo: NUPAUB, p. 1-32, 1999b.

DIEGUES, A. C. S. **Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. NUPAUB/FFLCH/USP, p. 1-18, 2001.

DIEGUES, A. C. S. A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais. **Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP**, v. 15, p. 1-23, 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2008. 198 p.

DOMINGUES, D. **Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* LINNEAUS, 1763) nos manguezais da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. 2008. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Bragança, 2008.

DUMITH, R. de C. Inserção das Unidades de Conservação na legislação ambiental brasileira (the insertion of conservation units in the Brazilian environmental legislation). **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 12, p. 71-87, 2015.

FARIAS, M. H. C. S.; BELTRÃO, N. E. S.; SANTOS, C. A.; CORDEIRO, Y. E. M. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará: fundamentos e potencialidade. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 10, n. 1, p. 17-26, 2016.

FAVILLA, K. C. **Encontros neocoloniais: o Estado brasileiro e os povos e comunidades tradicionais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2013. p. 190-220.

FERREIRA, G. de C.; SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; LIMA, R. Â. P. (In) ou (Ex)cluibilidade socioterritorial na pesca da Amazônia brasileira: uma análise geográfica. **Entre-Lugar**, v. 10, n. 19, p. 274-297, 2019.

FERREIRA, M. de M.. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

FREITAS, J. da S.; FARIAS-FILHO, M. C.; HOMMA, A. K. O.; MATHIS, A. Reservas extrativistas sem extrativismo: uma tendência em curso na Amazônia? **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, v. 12, n. 1, p. 56-72, 2018.

FURTADO, C. M. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Centro Internacional Celso Furtado, 2009, 234 p.

FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros de Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi-CNPq, 1987. 366 p.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 79, p. 1-50, 1981. Nova série: Antropologia.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 486 p.

FURTADO, L. G. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002. Série Antropologia.

FURTADO, L. G.; MANESCHY, M. C. Gens de mer et contraentes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. *In*: COLLOQUE NATIONAL ET INTERNATIONAL – ENTRE TERRE ET MER – SOCIÉTÉS LITTORALES ET PLURIACTIVITÉS XV-XX SIÈCLES, **Analles...**, Lorient, França, 2002.

GALLO, S. **Deleuze & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 104 p.

GERCO – Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará. **Setor Costa Atlântica do Salgado Paraense. Análise de Criticidade Ambiental**. Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). Belém, PA, 2002. 87 p.

GLASER, M. Interrelations between mangrove ecosystem, local economy and social sustainability in Caeté Estuary, North Brazil. **Wetlands Ecology and Management**, v. 11, n. 4, p. 265-272, 2003.

GLASER, M.; DIELE, K. Resultados assimétricos: avaliando aspectos centrais da sustentabilidade biológica, econômica e social da pesca de caranguejo, *Ucides cordatus* (Ocyrodidae). *In*: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Orgs.). **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: UFPA/NUMA, 2005. p. 51-68.

GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: UFPA/NUMA, 2005. 334 p.

GLASER, M.; OLIVEIRA, R. da S. Prospects for the comanagement of mangrove ecosystems on the North Brazilian coast: Whose rights, whose duties and whose priorities? *In*: **Natural Resources Forum**. Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 224-233.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2019, 143 p.

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 479 p.

GRYBOWSKY, C. **O testamento do homem da floresta**: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 71 p.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades. *In*: MOITA LOPES, L. P. da; BASTOS, L. C. (Orgs.). **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: CNPq/Mercado de Letras, 2002. p. 29-52.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 1-20.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a. p. 95-120.

HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. *In*: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009b. p. 221-242.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43-71.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 396 p.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ**, v. 5, p. 7-20, 1999.

HAESBAERT R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **etc... espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2 (4), p. 39-52, 15 ago. 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 29. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017. 464 p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3.859, p. 1.243-1.248, 1968.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 256 p.

HAYWARD, C.; SIMPSON, L.; WOOD, L. Still left out in the cold: problematising participatory research and development. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 1, p. 95-108, 2004.

HEIDRICH, Á. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271-291.

HEMINGWAY, E. **O velho e o mar**. Tradução e Prefácio Jorge de Sena. Editora Livros do Brasil, 1998. 108 p.

HUNTINGTON, H. P. Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications. **Ecological applications**, v. 10, n. 5, p. 1.270-1.274, 2000.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Resex Marinha de Soure, Marajó (PA)**. Brasília: MMA, 2018. 69 p. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-

brasileiros/marinho/unidades-de-conservacaomarinho/2296-resex-marinha-de-soure. Acesso em: 5 jan. 2019.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. DOSSIÊ Carimbó**. Belém – Pará, 2014. 204 p. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20de%20Registro%20Carimb%C3%B3\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20de%20Registro%20Carimb%C3%B3(1).pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

ISAAC-NAHUM, V. J. **Proposta do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecosistêmico para as Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense**. Produto 1. Diagnóstico dos aspectos físico/espacial, biológicos, sociais, ambientais e econômicos relacionados à pesca no Salgado Paraense. Relatório final UFPA, Belém, PA, 2012. 209p.

ISAAC-NAHUM, V. J. **Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecosistêmico para as Nove Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense**. Produto 4. Relatório final UFPA, Belém-, PA, 2013. 230 p.

ISAAC-NAHUM, V. J.; FERRARI, S. F. Assessment and management of the North Brazil Shelf Large Marine Ecosystem. **Environmental Development**, v. 22, p. 97-110, 2017.

JATENE, S. R. O. **Mais pelo Novo Pará**. Programa de Governo Simão Jatene 2003/2006. Belém-Pará, 2002, 37 p. Disponível em: seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2004-2007/programa_governo_completo.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

JENTOFT, S.; MCCAY, B. J.; WILSON, D. C. Social theory and fisheries co-management. **Marine policy**, v. 22, n. 4-5, p. 423-436, 1998.

KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S.; ALMUDI, T. Gestão compartilhada ecomunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 151-172, 2009.

KARAM, K. de F. F. Produto nº 4. Documento consolidado da caracterização da reserva extrativista do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade. **Projeto PNUD/BRA/99/024**. Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Florianópolis, 2009. 90 p.

KASANOSKI, D. S. **Bolsa Verde: benefício social e incentivo à conservação ambiental**. O papel do Programa Bolsa Verde como instrumento de conservação ambiental. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KESTEVEN, G. L. MSY revisited. A realistic approach to fisheries management and administration. **Marine Policy**, v. 21, n. 1, p. 73-82, 1997.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994. 152 p.

- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 301 p.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 2006. 277 p.
- LEITÃO, W. Pesca e políticas públicas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 185-198, 1995.
- LIMA, P. V. S. **A minha terra é o mar**: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- LIPIETZ, A. Questões sobre os “bens comuns”. **Revista Passerelle**, n. 6, p. 20-26, 2012.
- LITTLE, P. E. Environments and environmentalisms in anthropological research: facing a new millennium. **Annual review of Anthropology**, v. 28, n. 1, p. 253-284, 1999.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.
- LOPES, E. C. A. **Estratégias e experiências de participação**: um estudo com Usuários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú em Bragança/Pará. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pos-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCH/UFPA, Belém, 2016.
- LOPES, P. F. M.; HALLWASS, G.; BEGOSSI, A.; ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M.; SILVANO, R. A. M. The Challenge of Managing Amazonian Small-Scale Fisheries in Brazil. *In*: SALAS, S.; BARRAGÁN-PALADINES, M. J.; CHUENPAGDEE, R. (Orgs.). **Viability and Sustainability of Small-Scale Fisheries in Latin America and The Caribbean**. Springer, Cham, p. 219-241, 2019.
- LUCCA, L. L. **Tensões e expectativas**: as narrativas dos interlocutores da reserva extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá-PA. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- MAGALHÃES, A.; COSTA, R. M. da; SILVA, R. da; PEREIRA, L. C. C. The role of women in the mangrove crab (*Ucides cordatus*, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará). **Ecological Economics**, v. 61, p. 559-565, 2007.
- MALDONADO, S. C. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993. 194 p.
- MANESCHY, M. C. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; FIÚZA, A. **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: MCT/CNPq, 1993. p. 19-62.

- MANESCHY, M. C. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém-Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi-CNPq, p. 251-258, 1994.
- MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995. 167 p.
- MANESCHY, M. C. Sócio-Economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os manguezais da costa norte brasileira**. São Luís: Fundação Rio Bacanga, 2005. p. 135-164.
- MARÇAL, Alessandro Silva. **Os desafios para a gestão das reservas extrativistas marinhas da Amazônia**: estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) –Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- MARQUES, P. H. D. Entre territorialidades da pesca artesanal no maretório de Caravelas e Nova Viçosa-BA. **GeoTextos**, v. 16, n. 1, p. 63-83, 2020.
- MARTINS, E. **Chico Mendes**: um povo da floresta. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MARTINS, J. de S. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Editora 34, 2008. 224 p.
- MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020. 172 p.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000. 544 p.
- MELLO, A. F. de. Movimentos sociais na pesca. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Antropol.**, Belém, v. 11, n. 1, p. 19-39, 1995.
- MELO-JÚNIOR, L. C. M.; VACA, L. E. A.; EMMI, M. F. Migração, campesinato e agricultura no nordeste paraense: um olhar histórico. In: ALMEIDA, O. T. de; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE-JR, S. C. (Orgs.). **Desenvolvimento & Sustentabilidade**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA /UFPA, 2012. p. 116-130.
- MENEZES-NETO, A. J. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-580, 2008.
- MOPEBAM. Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas. **Cartilha Colônia de Pescadores**. Centro de Capacitação do Pescador Artesanal do Instituto

de Pesquisa Ambiental da Amazônia – CCPA/IPAM, o Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais – IARA. Santarém-PA, Baixo Amazonas, 2004. 26 p.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4. ed. ampliada. São Paulo: Annablume, 2005. 162 p.

MORAES, S. C. Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 10, 2001, Fortaleza. **Sociedade e Cidadania: novas utopias** – Programas e Resumos. Fortaleza, p. 91-99, 2001.

MORO, J. **Caminhos de Liberdade: a luta pela defesa da selva**. São Paulo: Planeta Brasil, 2011. 460 p.

MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas extrativistas**. União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, 1995. 133 p.

NASCIMENTO, I. A.; PEREIRA, S. A.; DÓRIA, E. L. V. Identificação e prevenção de impactos em manguezais: relação com atividades de carcinicultura. **Diálogos & Ciência**, v. 11, p. 1-11, 2007.

NASCIMENTO, J. R. RESEX Marinha do litoral amazônico: territórios e territorialidades pesqueiros. **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 5, n.12, p. 31686-31701, 2019.

NASCIMENTO, J. R.; BARBOZA, R. S. L. Dos seringais aos Maretórios: R-Existências nas RESEX Marinhas da Amazônia. *In*: TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. da S. A.; ROCHA, G. de M. (Orgs.). **Gestão da água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros**. Belém: NUMA/UFGPA, 2020. p. 234-265.

NASCIMENTO, J. R.; BARBOZA, R. S. L. Os conflitos sociambientais na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta-PA. **Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**, v. 5. Manaus: EDUA. p. 1-11, 2018.

NASCIMENTO, J. R.; DOMINGUES, D.; BARBOZA, R. S. L. A cadeia produtiva do caranguejo (*Ucides cordatus*): os desafios para seu manejo frente às pressões do mercado no território da Resex marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará. **Revista Saúde e Ciência** [Online], v. 4, n. 2, p. 299-309, 2015.

NEVES, E. Participação comunitária na gestão de recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia Marajoara (PA). **GeoTextos**, v. 16, n. 1, p. 37-61, 2020.

NUNES DA SILVA, C. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Formação** [Online], v. 1, n. 15, p. 118-128, 2008.

OLINTO, A. **A casa da água**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 392 p.

OLIVEIRA, M. do V. **Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma ação pública em um território em recomposição**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

ORTEGÓN LANCHEROS, E. **Configuración del maritorio y la maritimidad a partir de la declaratoria de áreas protegidas. Casos isla Múcura e isla La Plata**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2018.

OSTROM, E. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge University Press, 1990. 280 p.

PARÁ. Lei nº 6.745, de 6 de maio de 2005. Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências. Belém-PA. **Diário Oficial do Estado do Pará**, nº 30.435, de 12/05/2005. Disponível em: www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/483. Acesso em: 15 de out. 2019.

PASSOS, P. H. dos S.; COELHO, M. C. M.; RIBEIRO, S. da C. A.; COELHO, J. de L.; ALMEIDA, M. da C. **Manejo do caranguejo-uçá: o método de embalagem para o transporte sustentável**. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, Belém, 2015.

PASSOS, P. H. dos S.; RIBEIRO, S. da C. A.; BARBOSA, M. M. C.; COELHO, J. de L.; VERGARA-FILHO, W. L. Extrair e transportar caranguejo-uçá nas RESEX Marinhas paraenses: os saberes locais em foco. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 218, p. 1-23, 2016. Disponível em: www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/caranguejo.html. Acesso em: 10 de out. 2019.

PAULA, E. A. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. **Revista Nera**, n. 5, p. 86-101, 2012.

PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste Amazônico**. Universidade Federal do Pará, Belém, 1984. 185 p.

PEREIRA, L. C. C.; TRINDADE, W.; NASCIMENTO, A. T.; CONCEJO, A. V.; JIMENEZ, J. A. Morphodynamic Studies in Sandy Amazonian Environments. **Journal of Coastal Research**, v. 95, n. SI, p. 403-407, 2020.

PERES, A. da C. **Estudo antropológico de uma comunidade no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/UFPA, Belém, Bragança, 2011.

PIMENTEL, M. A. da S. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: conflitos e resistências. **Ambientes – Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 1, p. 191-218, 2019.

PIMENTEL, M. A. da S.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP – Espaço E Tempo** [Online], v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016.

PINTO DA SILVA, P. Da propriedade coletiva ao cogestão: lições da primeira Reserva Extrativista Marinha brasileira. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Orgs.). **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Brasília: MMA/SBF, 2007. p. 161-179.

PINTO, C. R. J. Espaços deliberativos e a questão da representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 97-114, 2004.

PIRES DO RIO, G. A. Espaços marítimos e sua geografia. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. 1-16, 2019.

POMEROY, R. S.; RIVERA-GUIEB, R. **Fishery co-management: a practical handbook**. CABI, 2005. 265 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 1989. 148 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)**. Brasília: Ed. Ibama, 2004. 591 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In*: CECENA, A. E. (Org.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Editora Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008. p. 37-52.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 115 p.

POTIGUAR-JÚNIOR, P. L. T. Os movimentos sociais em comunidades pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA. *In*: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, Minas Gerais, de 4 a 8 de novembro de 2002. **Anais...**, Ouro Preto, 2002.

POTIGUAR-JÚNIOR, P. L. T. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 3, p. 51-62, 2007.

PRADO, D. S.; SEIXAS, C. S. Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 281-298, 2018. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira: estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **GeoTextos**, v. 3, p. 139-169, 2007.

PROST, C. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 48, p. 321-342, 2018. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes.

QUEIROZ, R. **O quinze**. 93. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1993. 160 p.

RAFFESTIN, C. **Por Uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAINHA, A. F.; NASCIMENTO, N. O.; LEONCIO, R. C. das C.; BUCH, C. L. Território e políticas públicas: contradições e luta dos pescadores artesanais pela garantia de seus direitos. *In*: SILVA, C. A. (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 87-109, 2014.

RAMALHO, C. W. N. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo/Campinas: Polis/Ceres, 2006, 175 p.

- RAMALHO, C. W. N. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 1, p. 8-27, 2012.
- REIS, N. B. L. “**Maretórios de Saberes**”. 2020. Disponível em: gilvander.org.br/site/poema-maretorios-de-saberes-de-naete-barbosa-lima-reis. Acesso em: 5 fev. 2021.
- RENTE-NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015.
- RIBARIC, A. Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Emblemas**, v. 17, n. 2, p. 39-56, 2020.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019. 112 p.
- RIBEIRO, J. U. **A casa dos budas ditosos**. São Paulo: Objetiva, 1999. 163 p.
- RIBEIRO, K. T.; MASUDA, L. S. M.; MIYASHITA, L. K. (Orgs.). **Estratégia integrada de monitoramento marinho costeiro**: Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (MONITORA) – subprograma Marinho e Costeiro. Brasília: ICMBio, 2019. 97 p.
- RIBEIRO, T. G. Participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. **Revista Pós Ciência Social**, v. 9, n. 18, p. 117-136, 2012.
- RIBEIRO, T. G. Limites e desafios da participação em processos decisórios numa unidade de conservação. In: TEISSERENC, M. J. da S. A.; SANT’ANA-JÚNIOR, H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 261-284.
- RODRIGUES, A. M.; AZEVEDO, C. B.; DA SILVA, G. H. G. Aspectos da biologia e ecologia do molusco bivalve *Anomalocardia brasiliiana* (Gmelin, 1791) (*Bivalvia, Veneridae*). **Revista Brasileira de Biociências**, v. 8, n. 4, 2010.
- RODRIGUES, M. R. **A atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (PA) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), Belém, 2017.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 272 p.
- SAINT-PAUL, U.; SCHNEIDER, H. **Mangrove dynamics and management in North Brazil**. Springer Science & Business Media, 2010. 431p.
- SALOMON, J.-J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. Da tradição à modernidade. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 17, p. 7-33, 1993.
- SANN, A. L. A questão da sobrecapacidade e dos direitos de pesca. Resposta ao livro verde das pescas da Comissão Europeia. **Revista Passerelle**, n. 6, p. 51-54, 2012.
- SANT’ANNA, J. A. **Rede básica de transportes da Amazônia**. Brasília: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998. Texto para discussão n. 562. 65 p.

SANTOS, A. M. **Políticas públicas educacionais em áreas de RESEX Marinha: caso Gurupi-Piriá/Viséu-PA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, A. M.; CHAVES, D. A.; NOGUEIRA, K. de N. do S. Os recursos de uso comum e a formação de RESEX Marinha na região amazônica: a RESEX Araí Peroba (PA). **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, p. 1-12, 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p.

SANTOS, R. I. **Ação local em um ambiente marinho amazônico: município e RESEX de São João da Ponta (PA) – aspectos de um movimento socioterritorial inovador**. 2018. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAUTCHUK, C. E. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento Amazônico. **Série Antropologia**, v. 420, Brasília: DAN/UnB, p. 1-19, 2008.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Contested frontiers in Amazonia**. Columbia University Press, 1992. 377 p.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012. 496 p.

SCHWARTZMAN, S. Extractive reserves: the rubber tappers' strategy for sustainable use of the Amazon rainforest. **Fragile lands of Latin America: strategies for sustainable development**, p.151-163, 1989.

SCIENCE, C. **Da Lama ao Caos**. Sony/ATV Music Publishing LLC. Álbum: Da Lama ao Caos, 1994.

SECCO, L. **História do PT (1978-2010)**. Cotia: Ateliê, 2011. 320 p.

SEIXAS, C. S.; DAVIDSON-HUNT, I.; KALIKOSKI, D. C.; DAVY, B.; BERKES, F.; CASTRO, F.; MEDEIROS, R. P.; MINTE-VERA, C. V.; ARAUJO, L. G. Collaborative Coastal Management in Brazil: Advancements, Challenges, and Opportunities. *In*: SALAS, S.; BARRAGÁN-PALADINES, M. J.; CHUENPAGDEE, R. (Orgs). **Viability and Sustainability of Small-Scale Fisheries in Latin America and the Caribbean**. Springer, Cham, p. 425-451, 2019.

SEN, S; NIELSEN, J. R. Fisheries co-management: a comparative analysis. **Marine policy**, v. 20, n. 5, p. 405-418, 1996.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre. **GEOUSP – Espaço e Tempo** [Online], v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas: a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes**. São Paulo: Best Seller, 1990. 461 p.

SILVA, A. P. R. da. **Saber fazer e poder fazer: a construção social e política da RESEX Caeté-Taperaçu**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, 2013.

SILVA, C. A. (Org.) **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 173 p.

SILVA, L. E. O.; SILVA, K. C. de A.; CINTRA, I. H. A. Sobre a pesca industrial para peixes diversos na plataforma continental amazônica. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 7, n. 2, p. 34-53, 2014.

SILVA, T. I. **Laços associativos e práticas participativas na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, do IFCH/UFPA, Belém, 2016.

SILVA-JUNIOR, S. R. da. **A pesca artesanal e o fundo constitucional do Norte: um estudo sobre o financiamento concedido aos pescadores artesanais da região bragantina**. 2018. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2008.

SILVA-JUNIOR, S. R. da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. 2013. Tese (Doutorado) – PPGSA/IFCH/UFPA, Belém, 2013.

SILVA-JUNIOR, S. R. da. Impactos socioambientais ao financiamento concedido a pescadores artesanais no litoral norte, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 1, p. 264-286, 2016.

SILVEIRA, M. I.; SCHAAN, D. P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, v. 18, n. 1, p. 67-79, 2005.

SIMÕES, M. F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Nota Preliminar. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Nova série: Antropologia, Belém**, n. 78, p. 1-26, 1981.

SIMONIAN, L. T. L.; BATISTA, I. M. da S. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 203-220, 2013.

SOARES, T. Antônio e Comitiva, Cantorias do Livramento. Ná Music/Tratore, Álbum: **Antônio e Comitiva, Cantorias do Livramento**, 2003.

SOUSA SANTOS, B. de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 11-32, 1997.

SOUSA SANTOS, B.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In*: SOUSA SANTOS, B. (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82, 2002.

SOUZA, M. **O empate contra Chico Mendes**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 168 p.

- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.*
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-94, 2009.*
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 320 p.
- SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 349 p.
- SPÍNOLA, J. Nóbrega; CARNEIRO FILHO, A. Criação de gado em Reservas Extrativistas: ameaça ou necessidade? O caso da Reserva Extrativista Tapajós-Arapuiuns, Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 51, p. 224-246, 2019.
- SPÍNOLA, J. L. **Participação e deliberação na Resex Marinha do Pirajubaé (SC).** 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- SPOSITO, M. E. B. Prefácio *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 7-9, 2009.*
- TEISSERENC, M. J. A.; TEISSERENC, P. Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira. *In: TEISSERENC, M. J. A.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). Territórios, mobilizações e conservação socioambiental. São Luís, MA: EDUFMA, 2016. p. 31-60.*
- TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. A. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 97, 2014.
- TEISSERENC, P. Governança territorial em reservas extrativistas. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, 2015.
- TOLEDO, V. M.; ALARCÓN-CHÁIRES, P. La Etnoecología Hoy: panorama, avances, desafíos. **Etnoecológica**, v. 9, p. 1-16, 2012.
- TULIK, O. Turismo e repercussões no espaço geográfico. **Revista Turismo em Análise**, v. 1, n. 2, p. 63-77, 1990.
- VELHO, G. Observando o Familiar *In: NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetivo, paixão, improviso e método na pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2019. p. 37-48.*
- VENTURA, Z. **Chico Mendes-Crime e castigo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 241 p.
- VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro: Clássica Alves, 1895. 206 p.

VIVACQUA, M. Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 1-22, 2018.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1994. Vol. 1, 424 p.

WEVER, L.; GLASER, M.; GORRIS, P.; FERROL-SCHULTE, D. Decentralization and participation in integrated coastal management: Policy lessons from Brazil and Indonesia. **Ocean & Coastal Management**, v. 66, p. 63-72, 2012.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.

ANEXOS



Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 58647-1	Data da Emissão: 23/05/2017 11:17	Data para Revalidação*: 22/06/2018
------------------------	--	---

* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO	CPF: 658.019.542-87
Título do Projeto: A RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO NORDESTE DO PARÁ	
Nome da Instituição : INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 10.763.998/0001-30

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	entrevistas e levantam,ento de dados secundarios	11/2017	12/2019

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	O relatório deve ser disponibilizado para a UC, tão logo seja concluída a pesquisa.
---	---

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	THAYLANA PIRES DO NASCIMENTO	Estudante/Colaboradora	020.675.592-90	7013856 SSP-PA	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU	UC Federal
2		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE TRACUATEUA	UC Federal
3		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARAÍ-PEROBA	UC Federal
4		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE GURUPI-PIRIÁ	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 56839645





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 58647-1	Data da Emissão: 23/05/2017 11:17	Data para Revalidação*: 22/06/2018
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO	CPF: 658.019.542-87
Título do Projeto: A RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO NORDESTE DO PARÁ	
Nome da Instituição : INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 10.763.998/0001-30

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 58647-1	Data da Emissão: 23/05/2017 11:17	Data para Revalidação*: 22/06/2018
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO	CPF: 658.019.542-87
Título do Projeto: A RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO NORDESTE DO PARÁ	
Nome da Instituição : INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 10.763.998/0001-30

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 56839645

